IPL
escola superior de educação
e ciências sociais
instituto politécnico de leiria

12ª CONFERÊNCIA
MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INTERVENÇÃO SOCIAL

50 ANOS DE 25 DE ABRIL
TRANSIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

5 - 6 | DEZEMBRO | 2024



Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
Rui Santos
Fernando Magalhães
Ricardo Pocinho
Patrícia Pereira
(Orgs.)

LIVRO DE ATAS
BOOK OF PROCEEDINGS

IPL
escola superior de educação

CICS.NOVA
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeiria

LIVRO DE ATAS

12.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social

50 anos de 25 de Abril: Transições e Transformações

Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
Rui Santos
Fernando Magalhães
Ricardo Pocinho
Patrícia Pereira
Orgs.

50 anos de 25 de Abril: Transições e Transformações

12.ª Conferência Internacional de
Mediação Intercultural e Intervenção Social

Leiria, 05 e 06 de dezembro de 2024

LIVRO DE ATAS

Orgs.

Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
Rui Santos
Fernando Magalhães
Ricardo Pocinho
Patrícia Pereira

Ficha Técnica

Título: Livro de Atas: 12.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social – "50 anos de 25 de Abril: Transições e Transformações"

Organizadores: Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Santos, Fernando Magalhães, Ricardo Pocinho, Patrícia Pereira

Edição e formatação de texto: Fernando Magalhães, Ricardo Vieira

Capa: João Pinheiro

Edição: ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria

ISBN: 978-989-36128-7-3

DOI: https://doi.org/10.25766/rw92-6294

Junho de 2025

Os textos incluídos neste Livro de Atas foram objeto de avaliação científica.

É da exclusiva responsabilidade dos autores o conteúdo integral dos trabalhos aqui publicados e ficou a seu cargo a observância das normas de submissão disponibilizadas (incluindo estilos de redação e referenciação bibliográfica).

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela ESECS.IPLeiria.

Comissão Organizadora

Presidente | Ana Maria Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Membros

Cristóvão Margarido, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Fernando Magalhães, Instituto Politécnico de Leiria e CRIA, Portugal

José Marques, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Patrícia Pereira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Pedro Silva, Instituto Politécnico de Leiria, CIIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Ricardo Pocinho, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Ricardo Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Rui Santos, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria

Apoio Executivo

Ana Arqueiro, IPLeiria, Portugal

Adelaide Ferreira, Gab. de Relações Públicas e Cooperação Internacional, ESECS.IPLeiria, Portugal

João Pinheiro, ESECS.IPLeiria, Portugal

Rui Silva, Apoio Informático, ESECS.IPLeiria, Portugal

Simão Cardoso, ESECS.IPLeiria, Portugal

Ana Cunha, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Ana Rita Ferreira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

André Sampaio, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Andreia Mateus, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Beatriz Pinto, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Beatriz Saraiva, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria

Brielasy Santos, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria

Bruna Rodrigues, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Bruno Almeida, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Carla Matos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Carolina Vicente, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Catarina Monteiro, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Cinderela Silva, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria

Diana Amoroso, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria

Diana Garcia, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Diana Lavos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Diana Oliveira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Diana Serrador, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Érica Pedro, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Eva Almeida, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Heidy Silva, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Henrique Pazos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Iara Maria, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Inês Azevedo, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Inês Tavares, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Jéssica Campenhe, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Juliana Freire Matias, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Lara dos Reis Caetano, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Léa Costa, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Luísa Lobo, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Manuel João Marques, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Margarida Moura, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Margarida Sequeira, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Maria Beatriz Gomes, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Maria Carreira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Maria Morganho, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Mariana Marques, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Matilde Rodrigues, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Noelma Baptista, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Raquel Carvalho, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Sofia Cardoso, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Sofia Carvalho, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Sofia Neves, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Tais Oliveira, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Tatiana Maria Fonseca, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria
Telma Lopes, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Tomás Felicio, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria
Verónica Martins, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria

Comissão Científica

Presidente | Pedro Silva, Instituto Politécnico de Leiria, CIIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Membros

Abílio Amiguinho, Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal

Amélia Lopes, Universidade do Porto, Portugal

Américo Peres, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Ana Maria Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

André Carmo, Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora, Portugal

António Correia e Silva, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

Ariana Cosme, Universidade do Porto, Portugal

Carla Valadas, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Célia Sousa, Instituto Politécnico de Leiria, CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Cláudia Luísa, Universidade do Algarve, Portugal

Cristiana Madureira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Cristóvão Margarido, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Dália Costa, Universidade de Lisboa, Portugal

Encarnación Bas Peña, Universidade de Múrcia, Espanha

Fernando Afonso Nunes Filho, Universidade Federal de Tocantins, Brasil

Fernando Magalhães, Instituto Politécnico de Leiria e CRIA, Portugal

Francisco Del Pozo Serrano, UNED, Espanha

Helena Serra, Universidade Nova de Lisboa e CICS.NOVA, Portugal

Isabel Baptista, Universidade Católica Portuguesa, Portugal

Itahisa Pérez Pérez, Universidad de la Laguna, Espanha

Jenny Gil Sousa, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Jesús Vilar Martín, Universidad Ramón Llull, Espanha

Joana Brinca, Universidade de Coimbra, Portugal

José Antonio Caride Gómez, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

José Carlos Marques, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

José González Monteagudo, Universidade de Sevilha, Espanha

José Luis Rodríguez Díez, Universidad Pablo de Olavide, España

José Maria Trindade, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

José Ortega Esteban, Universidade de Salamanca, Espanha

Karla Villaseñor Palma, Benémerita Universidad Autónoma de Puebla, México

Leticia Rocha Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Luís Alcoforado, Universidade de Coimbra, Portugal

Luísa Pimentel, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Manuel Sarmento, Universidade do Minho, Portugal

Márcio Oliveira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Maria da Graça Mouga Poças Santos, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Maria Helena Mesquita, Instituto Politécnico de Castelo Branco e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Maria Inês Pinto, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

María Victoria Pérez de Guzmán Puya, Universidad Pablo de Olavide e SIPS, Espanha

Mário Barata, Instituto Politécnico de Leiria, IJC, Portugal

Marlene Sousa, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Miguel Bento, Instituto Politécnico de Beja, CESSDL, Portugal

Miguel Prata Gomes, ESE Paula Frassinetti, Portugal

Neila Barbosa Osório, Universidade Federal de Tocantins, Brasil

Neusa Gusmão, Universidade de Campinas, Brasil

Patrícia Pereira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Paulo Delgado, Instituto Politécnico do Porto, Portugal

Pilar Damião de Medeiros, Universidade dos Açores e CICS.NOVA.UAçores, Portugal

Ricardo Pocinho, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Ricardo Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Rita Gradaílle Pernas, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Rodrigo Dominguez, Universidade do Minho e CICS.NOVA.UMinho, Portugal

Rodrigo Rosistolato, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Rui Matos, Instituto Politécnico de Leiria e CIDESD, Portugal

Rui Santos, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Rui Trindade, Universidade do Porto, Portugal

Sandra Antunes, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Sara Mónico Lopes, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Susana Faria, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Tânia de Freitas Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Tânia Santos, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Xavier Úcar Martínez, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha

Xosé Manuel Cid, Universidade de Vigo, Espanha

ÍNDICE GERAL

Introdução 11

PARTE I
ABERTURA 13

Pedro Morouço **-** *Diretor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria*.....14

Ana Maria Vieira - *Presidente da Comissão Organizadora da Conferência*.....16

Pedro Silva - *Presidente da Comissão Científica da Conferência 19*

Cristóvão Margarido – *Coordenador do CICS.NOVA.IPLeiria 22*

PARTE II
***POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS*.....25**

Comunicações Livres 26

POLÍTICAS SOCIAIS: TRANSIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES APÓS O 25 DE ABRIL.....26

Cristóvão Margarido, Emanuel Margarido, Rui Duarte Santos, Ricardo Pocinho, Maria Inês Pinto

RUTURA DO ESTADO DITATORIAL, DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE E CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS À COMUNIDADE LGBTI+.....37

Maria Helena Loureiro Cachopo, Maria José de Souza Barbosa

O 25 DE ABRIL E AS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA 62

Tânia Santos, Ricardo Vieira

SERVIÇO SOCIAL… ONDE ESTAVAS NO 25 DE ABRIL?... 78

Cristóvão Margarido, Maria Inês Pinto, Rui Duarte Santos, Emanuel Margarido

MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INCLUSÃO DAS PESSOAS CIGANAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....85

Inês Barbosa, Manuela Mendes

O PAPEL DOS INTERVENTORES DE 1ª LINHA NO ACESSO À POLÍTICA DE COMBATE À POBREZA - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - NA CRISE.....98

Maria de Fátima Morgado Barreto de Oliveira

PARTE III

EDUCAÇÃO, INSTITUIÇÕES E DIREITOS.**.....114**

Comunicações livres 115

MEMÓRIAS DA REVOLUÇÃO, DISCURSOS PARA A NAÇÃO: PROFESSORES DO ESTADO NOVO / PROFESSORES E EDUCADORES DO PÓS 25 DE ABRIL.....115

Ricardo Vieira, Ana Maria Vieira

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1976.....129

Mário Simões Barata

O INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA E A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL: UMA TRAJETÓRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL.....139

S. Ribeiro, R. Tomé, D. Simões

OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO CINQUENTENÁRIO DO 25 DE ABRIL.....149

Isabel Restier Poças

PARTE IV

DEMOCRACIA E TRANSFORMAÇÃO CULTURAL**.....162**

A EMERGÊNCIA DAS CASAS DO POVO EM PORTUGAL E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.....163

Tânia Santos, Ricardo Vieira

HELENA VIEIRA DA SILVA E O SEU CARTAZ “A POESIA ESTÁ NA RUA” 171

Ana F. Cravo, Conceição Cordeiro

EM LISBOA E NO BRASIL, SEMPRE EM DEFESA DOS VALORES DE ABRIL: O COLETIVO ANDORINHA E A MOBILIZAÇÃO TRANSNACIONAL ANTIFASCISTA ATRAVÉS DAS IDEIAS DO 25 DE ABRIL.....185

Maria Runkel Cardoso

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL 197

Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira

PROMOÇÃO DA ETNOGRAFIA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....207
Adélio Amaro

PARTE V
POLÍTICA, TERRITÓRIO E DIREITO À HABITAÇÃO.....225

A DIMENSÃO SOCIAL DO PODER LOCAL NOS 50 ANOS DE ABRIL.....226
Manuel Menezes

50 ANOS DO 25 DE ABRIL - RESISTÊNCIA E LUTA POR JUSTIÇA ESPACIAL NO 2º TORRÃO.....242
Camila Costa Bruno

IMIGRAÇÃO E HABITAÇÃO: O ACESSO DOS IMIGRANTES ÀS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NA CIDADE DE LISBOA – UM RECORTE DOS ANOS PÓS 25 DE ABRIL DE 1974 ATÉ A ATUALIDADE.....248
Camila Costa Bruno, Marcelo Ricardo Roschel, Rosane Lopes de Araújo

PARTE VI
SESSÃO DE ENCERRAMENTO.....266

Ana Maria Vieira - *Presidente da Comissão Organizadora da Conferência* 267

Introdução

Este livro dá conta das principais intervenções proferidas na 12.ª Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, subordinada ao tema "50 anos de 25 de abril: transições e transformações", que teve lugar nos dias 05 e 06 de dezembro de 2024 na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria), com organização conjunta do CICS.NOVA.IPLeiria, da ESECS, do Instituto Politécnico de Leiria e do mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social e licenciaturas em Serviço Social e Educação Social.

Cada Conferência MIIS (Mediação Intercultural e Intervenção Social), embora com um escopo sempre alargado, tem decorrido sob o signo de um tema aglutinador. Em 2024, aquando da sua 12ª Conferência, era praticamente impossível não promovermos um olhar sobre os 50 anos do 25 de abril, essa data límpida e luminosa, simultaneamente já longínqua e, no entanto, sempre tão presente.

O 25 de abril, é sabido, transformou-se num fenómeno multidimensional por onde é possível espraiar um caleidoscópio de olhares, ou seja, de perspetivas sempre renovadas. O 25 de abril, de algum modo, consistiu num golpe militar que, sendo objeto de uma imediata apropriação popular, deu origem a uma revolução. Esta, enquanto tal, incorpora traços típicos de qualquer fenómeno revolucionário, mas também traços singulares que a têm tornado num estudo de caso de contornos internacionais.

Se é verdade que, segundo especialistas de diversas ciências sociais, o período de forte mudança social pelo qual Portugal passa atualmente terá começado na década anterior (a de 1960), é também certo que o 25 de abril terá acelerado e alterado muitos dos processos já então em marcha e, eventualmente, induzido novos. Os seus efeitos fazem-se sentir aos mais variados níveis: social, cultural, económico, político, entre outros.

A 12ª Conferência MIIS pretendeu, assim, constituir-se num espaço de reflexão sobre alguns dos múltiplos efeitos que a revolução de abril terá inspirado, sabendo nós que Portugal vive, de acordo com muitos investigadores, o período de maior e mais rápida mudança de toda a sua longa história. Sendo cada um de nós testemunha e protagonista deste período, fica o desafio para pensarmos os "50 anos de 25 de abril: transições e transformações", no ciclo de conferências, iniciado no dia 19 de março de 2024, Dia do Pai e Dia Internacional do Serviço Social, e com encerramento com a conferência de 5 e 6 de dezembro, com painéis e mesas redondas temáticas e comunicações livres.

O texto do livro está organizado em seis partes. A primeira reúne os textos da sessão de abertura; a segunda aglutina os textos resultantes de comunicações sobre “Políticas e Direitos Sociais”; a terceira parte compila os textos relativos às comunicações subordinadas ao tema “Educação, Instituições e Direitos”; na quarta parte coligem-se os textos subordinados à “Democracia e Transformação Cultural”; na quinta parte disponibilizam-se os textos relativos às comunicações do tema “Política, Território e Direito à Habitação”. Por fim, na última parte, juntam-se os textos relativos ao encerramento dos trabalhos da conferência e anuncia-se a 13.ª Conferencia de Mediação Intercultural e Intervenção Social, subordinada ao tema “Património Cultural, Turismo e Sustentabilidade Social”, a realizar nos dias 16 e 17 de abril de 2026.

Parte I

Abertura

Pedro Morouço - ***Diretor da ESECS / Instituto Politécnico de Leiria***

Senhoras e Senhores,

É com enorme satisfação que vos damos as boas-vindas à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, nesta sessão de abertura da 12.ª Conferência MIIS – Mediação Intercultural e Intervenção Social.

É um privilégio para a nossa instituição acolher este espaço de encontro, partilha e pensamento crítico, especialmente num ano em que o país celebra meio século de democracia. Os 50 anos do 25 de Abril são mais do que uma efeméride histórica: são um convite profundo à análise das transições e transformações que moldaram – e continuam a moldar – o nosso tecido social.

Este é, aliás, o tema que dá corpo à conferência deste ano. E que tema mais pertinente! "Transições e transformações" é uma expressão que convoca o tempo, o movimento, a mudança – mas também a resistência, a tensão e o compromisso com um futuro mais justo.

É disso que trata a Mediação na Intervenção Social. De estar atento ao tempo em que vivemos, às suas ruturas e continuidades, às vozes que emergem e às estruturas que persistem. De reconhecer que cada transição – pessoal, coletiva, institucional – traz consigo oportunidades e riscos. E de agir para que as transformações não sejam apenas inevitáveis, mas sobretudo intencionais, participadas e orientadas pela dignidade humana.

Na ESECS, acreditamos que esta é uma missão profundamente educativa. Educar não é apenas transmitir conhecimento; é preparar para a ação ética, para o pensamento crítico e para o compromisso social. E, por isso, esta conferência não poderia estar mais alinhada com o espírito da nossa escola: uma escola que procura formar cidadãos e profissionais capazes de ler o mundo – e de o transformar.

Nestes 50 anos, Portugal viveu inúmeras transições: políticas, sociais, culturais, tecnológicas. Assistimos à construção de um Estado Social, ao alargamento da educação e da saúde, à valorização dos direitos humanos. Mas também enfrentamos novas realidades: a exclusão digital, o envelhecimento, as migrações, a precariedade. É neste contexto que a intervenção social assume uma centralidade renovada – e onde a investigação ganha ainda maior relevância.

A Conferência MIIS é, por isso, um espaço precioso. Um espaço onde saberes interdisciplinares se cruzam, onde as transições são compreendidas nas suas múltiplas dimensões – do micro ao macro, do íntimo ao institucional – e onde as transformações são pensadas como um processo contínuo de construção coletiva.

Quero, por isso, deixar uma palavra de agradecimento a todos os que tornaram este evento possível: aos docentes e estudantes que o impulsionaram com dedicação, aos investigadores e profissionais que aqui partilharão o seu conhecimento, e aos parceiros institucionais que acreditam na importância de aliar ciência, prática e cidadania.

É graças a este compromisso conjunto que conseguimos gerar encontros como este: encontros que inspiram, que interrogam, que abrem caminhos. Que nos ajudam a reconhecer que Abril continua vivo – não apenas nas memórias, mas nos desafios que enfrentamos enquanto sociedade.

Desejo-vos, assim, uma conferência rica em debate, em escuta ativa e em construção crítica. Que daqui possam emergir novas ideias, novas redes, novas formas de agir.

Porque as transições são inevitáveis, mas as transformações exigem escolha, coragem e visão. E é essa visão que vos convido a cultivar, juntos, nestes dias de trabalho.

Muito obrigado.

Sejam muito bem-vindos à ESECS.

Ana Maria Vieira – ***Presidente da Comissão Organizadora da Conferência***

Bom dia a todas e a todos,

Cumprimento a Vice-Presidente do IPLeiria, Profª Graça Poças Santos, em representação do Presidente do IPLeiria, Prof. Carlos Rabadão;
Cumprimento o diretor da ESECS, Professor Pedro Morouço;
Cumprimento o coordenador do CICS.NOVA.IPleiria, Professor Cristóvão Margarido;
Cumprimento o presidente da Comissão Científica deste evento, Professor Pedro Silva;
Cumprimento todos os presentes quer aqui em sala, quer online.

Sejam bem-vindas e bem-vindos a Leiria, à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IPLeiria e a mais um evento científico organizado pela ESECS e pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais, do polo de Leiria, CICS.NOVA.IPleiria.
É com imensa satisfação que vos dou as boas-vindas à 12ª Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social. Este evento, que já se tornou uma referência incontornável no panorama académico e profissional português e não só, reflete o compromisso contínuo de todos nós com a construção de sociedades mais justas, inclusivas e dialogantes.
Gostaria de começar por agradecer a presença de cada um e de cada uma de vós — professores, investigadores, estudantes, profissionais e todos os interessados nesta temática.
Este ano, a nossa conferência tem um significado especial, pois celebra os 50 anos do 25 de Abril, sob o tema "Transições e Transformações", na continuidade e conclusão de um ciclo de conferências com o mesmo nome, iniciada em março de 2024.
Este é um ano, 2024, e agora um momento, de forte simbolismo, que nos convida a refletir sobre as profundas mudanças que a Revolução dos Cravos trouxe para Portugal e os efeitos dessas transformações na sociedade contemporânea.
Em particular, convida-nos a analisar como o espírito da liberdade e a democracia têm influenciado as práticas de mediação intercultural e intervenção social, em prol do direito à diversidade, ao pluralismo, e
com vista à construção de sociedades mais interculturais, inclusivas e de maior justiça social.

A mediação intercultural e a intervenção social são, mais do que nunca, áreas muito importantes num mundo cada vez mais globalizado, diversificado e multicultural, onde os desafios das relações interculturais são um caminho para vivermos juntos sendo diferentes.

Através da mediação intercultural conseguimos construir pontes de entendimento e promover o respeito pela diversidade e alteridade. A intervenção social mediadora oferece-nos ferramentas práticas e éticas para transformar realidades, dar voz a todos, empoderar e apoiar os mais vulneráveis e fomentar a coesão social.

O 25 de abril de 74 abriu portas para a liberdade, para a democracia, para o desenvolvimento social e cultural e para a rutura com o fascismo, o monoculturalismo, em prol de grupos, comunidades, sociedade, Estado, Nação... mais plurais e abertos aos outros em nós, e mais abertos ao exterior vizinho e longínquo. A revolução, sendo portuguesa, foi também global e influenciou mudanças, reformas e revoluções noutras paragens, noutros países. O cravo que serve de ícone a esta revolução (Revolução dos Cravos, como ficou conhecida lá fora), que serve de logótipo ao nosso ciclo de conferências e à conferência de hoje e de amanhã, mostra como as armas nem sempre têm de disparar tiros, mostra como a cantiga é uma arma (José Mário Branco), como o pensamento divergente é potencial de inovação. Eis, pois, porque queremos um "25 de abril sempre"!

Conforme disponibilizado no programa online, começaremos hoje com a conferência de abertura que terá como orador o doutor Laborinho Lúcio, seguida de duas mesas temáticas, uma sobre Associativismo, Cultura e Desenvolvimento Local, e outra sobre Direitos Políticos e Sociais. Amanhã teremos outra MR sobre os professores e qualidade educativa e o que nos dizem 50 anos de docência pós 25 de abril.

Para além das Mesas Redondas, contaremos com apresentação de meia centena de comunicações livres, organizadas de acordo com as temáticas, Política, Território e Direito à Habitação; Música, Performance e Resistência; Democratização da Educação, Memória e Narrativas; Práticas de Intervenção Social; Democracia e Transformação Cultural; Mediação Intercultural e Práticas

Pedagógicas; Cidadania, Direitos Sociais e Políticos; Associativismo e Comunidade; Educação, Instituições e Direitos.

Amanhã, sexta-feira, antes do encerramento e do Porto de Honra, será ainda apresentado, pelo Dr. Paulo Santos, da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, o

nosso novo livro “Redes e Parcerias em Territórios e Municípios: Mediação Intercultural e Intervenção Social”, com textos selecionados da conferência de 2023 dedicada ao Trabalho em rede.

Esperamos que ao longo destes dois dias, as conferências, mesas-redondas e comunicações livres proporcionem momentos de aprendizagem, partilha e, acima de tudo, de muita discussão e reflexão.

Que possamos revisitar o legado do 25 de Abril e refletir sobre o que já foi feito, mas essencialmente, sobre o que ainda falta fazer para garantir que os valores conquistados com esta revolução se traduzam em práticas reais de inclusão e de respeito por todos, independentemente da sua condição, caraterísticas ou origem.

Agradeço o trabalho de todos os que colaboraram na organização deste evento desde técnicos (que como sempre são o nosso apoio. Sem eles isto seria completamente impossível), estudantes, colegas, oradores convidados e parceiros que tornaram este evento possível. Sem o vosso contributo, esta conferência não teria sido possível.

Um agradecimento especial ao diretor da ESECS, professor Pedro Morouço, por todo o apoio concedido, quer ao congresso, quer à publicação do livro que será apresentado amanhã.

Desejo-vos dois dias de diálogo produtivo, de novas descobertas e de construção conjunta de conhecimento. Que possamos sair daqui mais preparados para enfrentar os desafios do futuro, munidos de ideias renovadas e com o compromisso de fazer a diferença na sociedade. Diferença sem criar desigualdades.

Que possamos sair daqui mais conscientes do nosso papel na sociedade, comprometidos com a promoção dos valores de Abril: Liberdade, Justiça e Igualdade.

Muito obrigada e uma excelente conferência para todos!

Leiria, 5 de dezembro de 2024

Pedro Silva – ***Presidente da Comissão Científica da Conferência***

Bom dia a todas e a todos os presentes!

Permitam-me cumprimentar a Vice-Presidente do IPLeiria, Profª Graça Poças Santos, em representação do Presidente do IPLeiria, Prof. Carlos Rabadão; o Diretor da ESECS, Prof. Pedro Morouço; o Coordenador do CICS.NOVA.IPLeiria, Prof. Cristóvão Margarido; a Comissão Organizadora na pessoa da sua Presidente, a Profª Ana Vieira; assim como todos os restantes participantes, quer presencialmente, quer virtualmente. Muito obrigado pela vossa presença!

Damos início a mais uma conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, a 12ª, esta com algumas características que a distinguem das anteriores.

O motivo principal prende-se com o facto de em 2024 se comemorarem os 50 anos do 25 de abril. Elegemos como tema: *50 anos de 25 de Abril: Transições e Transformações*.

O simbolismo da data levou-nos a realizar uma série de eventos ao longo do ano, a qual culmina neste mês de dezembro com a presente conferência.

"As portas que abril abriu" (Ary dos Santos) significa que estamos perante uma data que comemora um evento ímpar e inolvidável na história recente do nosso país. Um evento ímpar pelos seus efeitos; um evento inolvidável, pelo menos, para quem teve a felicidade de o viver.

Permitam-me uma breve nota pessoal a este respeito.

Sou um dos "felizes contemplados"! Nessa alvorada de abril tinha 17 anos e vivia em Lisboa, o epicentro das movimentações. Frequentava o último ano do liceu, mas tinha já uma consciência aguda dos efeitos da falta de liberdade que até então se vivia (não se podia mesmo conversar à vontade na rua, no café, nos transportes públicos...!). Esse dia foi tão marcante, tão intenso (incluindo os momentos de ansiedade com o ouvido colado ao rádio, ouvindo comunicado após comunicado e tentando interpretar o sentido político da revolta, assim como do seu sucesso), que nunca mais me esqueci que ocorreu numa quinta-feira (aliás, como este ano, passado meio século)! Não constitui um exagero, acreditem, afirmar que foi um dos dias mais felizes da minha vida! Sinto-me, aliás, um duplo privilegiado: por o ter podido viver e por aqui estar 50 anos depois!

Permitam-me terminar esta nota pessoal com o conhecido poema de Sophia:

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

O 25 de abril, como é sabido, teve na sua origem uma reivindicação corporativa de um grupo de jovens oficiais do quadro das forças armadas, a qual acabou por conduzir à preparação de um golpe militar com vista à mudança de regime político. Este golpe foi quase instantaneamente apropriado pelas massas populares e deu origem a uma revolução. Esta, enquanto tal, releva de traços comuns a qualquer revolução, mas também de traços singulares que tornam a nossa revolução num caso único e objeto dos mais variados estudos, incluindo a nível internacional.

O período do meio século que medeia aquela data e a atualidade corresponde, segundo alguns especialistas, ao de maior mudança em toda a longa história de Portugal, país a caminho de completar 900 anos. Trata-se de uma mudança telúrica, a qual não deixa de ser concomitante com uma autêntica metamorfose (como a apelidam sociólogos e pensadores como Beck e Morin) à escala mundial. O processo de mudança induzido pelo 25 de abril entronca em processos com origem na década anterior, acelerando alguns destes, e, por sua vez, introduz ruturas. Basta pensar, por exemplo, no advento de um regime democrático ou na perda do império colonial com o correspondente recentramento do país na Europa, incluindo a sua integração na atual União Europeia.

O abalo telúrico decorrente do 25 de abril foi transversal a todas as áreas da sociedade. Por este motivo, como terão oportunidade de ver, as comunicações apresentadas nesta conferência espelharão uma diversidade enorme.

Esta conferência inclui uma palestra plenária, três mesas redondas e cerca de meia centena de comunicações livres integrando nove temáticas diferentes.

Como de costume, o resultado desta conferência será espelhado na publicação, em formato digital, das respetivas atas, e num livro em formato papel.

Não nos esqueçamos ainda que, como referido, esta conferência culmina a realização de vários eventos ao longo do ano, alguns dos quais também darão origem a outras publicações.

Espero que esta conferência, que agora estamos a iniciar, contribua ainda para nos consciencializarmos do quão importante é continuarmos a comemorar o 25 de abril, não

como uma simples memória de algo cada vez mais longínquo e a caminho de não ter testemunhas diretas, mas pela prática diária de (re)construção de uma sociedade democrática e preocupada com a igualdade e a justiça social.

Desejo a todas e todos um bom trabalho ao longo destes dois dias, de modo a que possamos sair daqui um pouco mais reflexivos.

Viva o 25 de abril! Sempre!

Cristóvão Margarido – *Coordenador do CICS.NOVA.IPLeiria*

Bom dia a todos.

Permitam-me em primeiro lugar cumprimentar os colegas que compõem esta mesa de abertura: a Professora Graça Poças Santos, Vice-Presidente do IPLeiria, em representação do Presidente do IPLeiria; o Professor Pedro Morouço, Diretor da ESECS; a Professora Ana Maria Vieira, Presidente da Comissão Organizadora; e o Professor Pedro Silva, Presidente da Comissão Científica.

Estou nesta mesa de abertura enquanto coordenador do CICS.NOVA.IPLeiria e por essa razão gostaria de agradecer, de uma forma muito especial, a todos os investigadores que se envolveram de forma entusiasta na organização desta conferência, são eles os colegas e amigos: Ana Vieira, Ricardo Vieira, Pedro Silva, José Marques, Rui Santos, Rui Santos e Fernando Magalhães. Agradecer também ao colega Ricardo Pocinho, Presidente da ANGES, uma entidade que também se associa a este ciclo de conferências.

Como se não bastasse a nossa conferência anual em mediação intercultural e intervenção social optámos, este ano, por organizar vários eventos para assinalar os 50 anos do 25 abril. Mas sobre esses eventos a colega Ana Vieira, Presidente da organização, falará com mais detalhe, aquando da sua intervenção.

Quero ainda agradecer a todos os oradores convidados, a todos os moderadores dos painéis, a todas as pessoas que se inscreveram na conferência e também aos excelentes músicos, que nos trouxeram um momento de lazer e cultura. Um cumprimento muito especial ao Doutor Laborinho Lúcio, que irá de seguida proferir a conferência de abertura.

Gostaria de salientar que a investigação desempenha um papel essencial na análise e compreensão da revolução. A memória e a narrativa são fundamentais para a recordação da revolução, bem como para compreendermos os diferentes significados atribuídos à mesma, por diferentes sujeitos, grupos e comunidades.

Ao reconhecermos e honrarmos o nosso passado, podemos criar uma visão para um futuro mais justo, inclusivo e sustentável. A memória coletiva pode constituir-se como uma base sólida, sobre a qual se podem construir aspirações e metas para as gerações futuras. A investigação ajuda-nos a compreender a revolução e as mudanças políticas, económicas, sociais, culturais que dela decorreram.

Desde logo, a Revolução de 25 de abril de 1974 teve um impacto significativo no sistema educacional do país. Passamos de um sistema educacional caracterizado por uma forte centralização e controle do Estado, com uma grande tendência doutrinadora e um ensino conservador e rígido, para a reformulação de currículos, a alfabetização em massa, a expansão no acesso à educação e a introdução de metodologias inovadoras de ensino.

Por um lado, a Educação pode constituir-se como instrumento para a Revolução pois tem o poder de despertar consciências, mobilizar pessoas e promover mudanças sociais. É através da educação, as pessoas podem entender melhor as injustiças e desigualdades sociais e serem capacitadas para agir em prol da desejada transformação. Relembro, a este propósito, que os movimentos estudantis desempenharam um papel significativo durante a Revolução pois contribuíram para a crescente insatisfação popular e para a criação de um ambiente propício para a revolução. As ações dos estudantes ajudaram a conscientizar e mobilizar outras camadas da sociedade portuguesa para oposição ao antigo regime. Gostava de relembrar aqui os protestos, manifestações e greves em escolas secundárias e instituições de ensino superior, que ocorreram por todo o país, no período que antecedeu a revolução.

Por outro lado, e este lado é particularmente interessante, também podemos olhar para a Educação como "consequência" da Revolução, ou seja, a revolução trouxe mudanças substanciais no sistema educacional português:

Salientava, desde logo, a **Democratização do ensino**: a possibilidade de participação cívica em todas as esferas da sociedade incluindo, obviamente, a educação, com a promoção do acesso universal à educação, permitindo, desta forma, o combate à exclusão social no sistema educacional.

As Reformas curriculares que promoveram uma educação mais inclusiva, crítica e voltada para o desenvolvimento integral dos alunos, com uma revisão dos programas escolares que passaram a refletir valores democráticos, direitos humanos e pluralismo cultural.

Descentralização e autonomia do sistema educacional: de um sistema educacional altamente centralizado com um controle rígido sobre as escolas, passou-se para uma maior autonomia concedida às escolas e às comunidades locais, o que permitiu a expansão do ensino público e consequentemente a redução das disparidades de acesso à educação entre os diferentes grupos sociais.

Em resumo, por estas e por outras razões, a Revolução teve um impacto profundo na educação e essas mudanças contribuíram para a construção de uma sociedade mais inclusiva, participativa e democrática em Portugal.

Terminava em dia de festa, com uma tristeza. Os meus estudantes perguntaram-me hoje: "Professor, o que temos nós a ver com o 25 de abril?" e espero que agora compreendam melhor a minha resposta quando lhes disse: "o que têm a ver? Têm tudo a ver, pois se não fosse o 25 de abril não estaríamos aqui hoje. Nem eu, nem vocês!!!"

Votos de boa conferência!

Parte II

Políticas e Direitos Sociais

POLÍTICAS SOCIAIS: TRANSIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES APÓS O 25 DE ABRIL

Cristóvão Margarido[2], Emanuel Margarido[1] , Rui Duarte Santos [2], Ricardo Pocinho [2], Maria Inês Pinto[1],

[1] *Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria*

[2] *Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria / CICS.NOVA.IPLeiria*

RESUMO

Antes de 25 de abril de 1974, as políticas sociais em Portugal eram marcadas por uma abordagem autoritária e restritiva, refletindo o regime do Estado Novo, que limitava a cidadania e a participação social significativa. A pobreza era um fenómeno significativo, que afetava uma grande parte da população, especialmente nas zonas rurais e entre as classes trabalhadoras urbanas, onde as condições de vida eram precárias e os direitos sociais quase inexistentes. Na educação havia uma taxa de analfabetismo significativa; na Saúde a assistência era rudimentar e desigual, resultando em elevados índices de doença e mortalidade, especialmente entre os mais vulneráveis. A Revolução dos Cravos trouxe mudanças significativas, iniciando uma era de reformas que buscariam melhorar a situação social e garantir direitos básicos a todos os cidadãos. Com este trabalho, pretendemos analisar as principais transições e transformações das políticas sociais após o 25 de abril de 1974 ao nível da educação, saúde, proteção social e habitação, ressaltando a importância destas reformas na promoção da justiça social e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Direitos Sociais; Revolução

INTRODUÇÃO

O Estado Novo, instaurado em 1933, foi um regime político marcado pela centralização do poder e pela repressão de liberdades civis. Neste contexto, as políticas sociais foram utilizadas não apenas como um meio de atender às necessidades da população, mas também como uma ferramenta de controlo social. Desta forma o Estado Novo procurou criar uma sociedade homogénea, em que todas as forças sociais estavam alinhadas com os objetivos do regime (Mattoso, 1994). Esta homogeneização foi acompanhada pela promoção de uma ideologia conservadora e tradicionalista, que moldou a maneira como o Estado abordava as questões sociais indicando uma resistência à mudança.

A Revolução de 25 de abril de 1974 não apenas transformou a estrutura política de Portugal, como também impulsionou significativas mudanças nas políticas sociais, incluindo educação, saúde, habitação e segurança social. Essas transformações ocorreram em um contexto onde as necessidades da população exigiam reformas urgentes, especialmente após anos de autoritarismo e exclusão social. A análise à evolução das políticas sociais em Portugal revela a transformação profunda que ocorreu após a Revolução de 25 de abril de 1974. Este evento histórico não apenas derrubou um regime autoritário, mas também possibilitou a formulação de uma nova agenda social que tinha como objetivo promover a igualdade e o bem-estar da população. Após o 25 de abril houve uma reconfiguração significativa, impulsionando a expansão de serviços sociais e a democratização do acesso à saúde e à educação. Tal como refere Álvaro Borralho (2015) o 25 de abril de 1974 e o período que se lhe seguiu, inauguraram a fase na qual a sociedade portuguesa conheceu as mais profundas mudanças sociais do século passado.

AS POLÍTICAS SOCIAIS ANTES DE ABRIL DE 1974

As políticas sociais em Portugal, antes da Revolução de 1974, foram moldadas por um regime autoritário que buscava a consolidação de um Estado corporativo e assistencialista. Durante este período, que abrangeu aproximadamente quatro décadas de ditadura sob o Estado Novo, as abordagens às questões sociais foram caracterizadas por uma combinação de repressão, controle e uma limitada proteção social em determinados setores (Noronha, 2023). O Estado Novo mantinha uma estrutura de protecionismo social limitada, voltada principalmente para o controle social e a manutenção da ordem, e não para a promoção de direitos ou bem-estar geral, refletindo uma clara falta de universalidade pois não atendiam a toda a população, excluindo especialmente as zonas rurais. Desta forma as zonas urbanas tinham mais acesso a serviços, enquanto o interior do país era negligenciado.

O apoio social, que não era visto como um direito humano, tinha um cunho meramente assistencialista e caritativo. O regime estabeleceu instituições de caridade e assistência que tinham como objetivo cuidar dos mais desfavorecidos, mas muitas vezes serviam para desviar a atenção das falhas do sistema económico e do autoritarismo governamental. Desta forma, a assistência social servia mais para legitimar o regime do que para efetivamente resolver os problemas sociais. As políticas assistencialistas eram destinadas a criar uma fachada de preocupação pelo bem-estar da população, enquanto as reais

necessidades sociais continuavam a ser negligenciadas. Assim, a pobreza era um fenómeno significativo, que afetava uma grande parte da população, especialmente nas zonas rurais e entre as classes trabalhadoras urbanas.

A Revolução de 25 de abril de 1974, além de ser um marco na luta pela liberdade e democratização em Portugal, teve profundas repercussões nas políticas sociais do país, particularmente nas áreas de educação, saúde, habitação e segurança social. Antes da Revolução, Portugal vivia sob uma ditadura que negligenciava as necessidades básicas da população, resultando em uma sociedade desigual e vulnerável. Com a queda do regime, houve um impulso significativo para a implementação de reformas que visavam garantir direitos fundamentais e promover o bem-estar social. Nesse contexto, é importante reconhecer que a Revolução de abril não apenas desencadeou mudanças políticas, mas também exigiu a participação ativa de trabalhadores e setores intermediários da sociedade. (Varela, et al., 2016) Essa dinâmica foi crucial para a aquisição de direitos sociais, culminando em medidas que fortaleceram o que foi conhecido como Estado social, promovendo educação acessível, um sistema de saúde universal e políticas habitacionais mais justas. Assim, a Revolução de abril redefiniu o papel do Estado na proteção e promoção dos direitos sociais, refletindo um compromisso renovado com a justiça social e a equidade pós-revolução.

As políticas sociais em Portugal, sofreram transformações significativas após a Revolução de 25 de abril de 1974. Com a Revolução houve uma reestruturação radical, culminando na emergência de um Estado Social, que visava garantir direitos fundamentais a todos os cidadãos. O novo governo implementou medidas sociais abrangentes para prevenir tumultos sociais, alinhando-se com as reivindicações dos trabalhadores por um controle efetivo sobre seus direitos (Varela, et al., 2016). Assim, a educação tornou-se um direito universal, a saúde passou a ser um bem público garantido, e políticas habitacionais foram criadas para melhorar as condições de vida. Portanto, o impacto dessa revolução ainda é sentido nas políticas sociais contemporâneas, refletindo um compromisso contínuo com a justiça social e a equidade.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS ANTES E DEPOIS DA REVOLUÇÃO

As políticas educacionais em Portugal antes da Revolução de 25 de abril de 1974 refletiam um sistema profundamente elitista e segregador o que impossibilitava a verdadeira democratização do ensino. Na década de 1970, a educação era acessível a poucos,

resultando em uma taxa de analfabetismo alarmante de 25,7% em 1970 (Pordata, 2024). Essa exclusão levava a que apenas 8,1% dos jovens frequentassem o ensino secundário, evidenciando como a estrutura educacional favorecia as camadas privilegiadas da sociedade. De facto, antes da Revolução, o ensino em Portugal era restrito, gerando um ciclo de desigualdade que se perpetuava ao longo das gerações. Assim, a necessidade de uma transformação radical na educação antes da Revolução torna-se evidente, pois as políticas implementadas durante esse período falharam em promover a inclusão. A instrução básica era deficiente e a escolarização avançada estava reservada para as classes privilegiadas. As oportunidades de escolarização eram escassas, especialmente nas áreas rurais. O regime implementou uma política educativa que seguia os princípios do ideário salazarista, promovendo uma educação que enfatizava a obediência, a moral e a disciplina. A educação deveria ser um meio de formação do "bom cidadão". Este foco na educação moral e cívica levou à marginalização de outros tipos de conhecimento e ao desprezo pela educação crítica e reflexiva. A educação profissional foi igualmente promovida, mas com o objetivo de preparar mão de obra para o setor agrícola, sem fomentar um desenvolvimento industrial significativo. A educação em Portugal sofreu uma profunda transformação após o 25 de abril de 1974, com foco na universalização do acesso, na melhoria da qualidade e na democratização do ensino. Estas mudanças foram essenciais para combater o analfabetismo e a exclusão educacional, heranças do regime autoritário (Fernandes, et al, 2009).

Desta forma há um compromisso renovado com a democratização e a inclusão social. Antes da revolução, as taxas de alfabetização eram alarmantemente baixas, com uma boa parte da população adulta sem escolaridade, o que limitava as suas oportunidades de participação no desenvolvimento socioeconómico do país. Com a implementação de novas políticas sociais focadas na educação, como o aumento do investimento em escolas públicas e programas de alfabetização, houve um notável progresso refletindo um compromisso político com a democratização e a inclusão social. A questão do financiamento e dos recursos governamentais para a educação em Portugal possui um caráter histórico significativo, especialmente quando analisada no contexto das políticas sociais implementadas antes e depois da Revolução de abril de 1974. Após 1974, houve uma reestruturação e um aumento dos investimentos destinados à educação.

MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE SAÚDE

Antes da Revolução de 25 de abril de 1974, as políticas de saúde em Portugal eram caracterizadas por uma estrutura fragmentada e desigual, refletindo um sistema que privilegiava os grandes centros urbanos em detrimento das áreas rurais, situação que pode ser interpretada como uma forma de exclusão social (Costa, 1998). O acesso aos cuidados médicos era predominantemente condicionado pela condição económica dos indivíduos, relegando a população mais pobre para um atendimento inadequado e para serviços públicos insuficientes e ineficazes. As instituições de saúde eram escassas fora dos centros urbanos, e a maior parte dos serviços estava concentrada em instituições privadas, que eram inacessíveis para a maioria da população, o que perpetuava a desigualdade no acesso à saúde. Além disso, as políticas de saúde pública careciam de um direcionamento efetivo, resultando em altas taxas de doença e mortalidade.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, as políticas de saúde em Portugal passaram por transformações significativas, refletindo um novo paradigma de abordagem social onde se começou a priorizar a saúde como um direito fundamental. A consolidação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em 1979, com base na Lei n.º 56/79, foi uma resposta direta à necessidade de garantir acesso universal e gratuito à saúde, promovendo a equidade entre os cidadãos. Esse movimento, que almejava superar as desigualdades históricas, também exigiu uma reestruturação das infraestruturas existentes e a inclusão de novas práticas de saúde pública. Com a implementação de políticas de saúde pública mais inclusivas após 1974, observou-se uma melhora na cobertura de serviços de saúde, especialmente nas áreas rurais e desfavorecidas garantindo que a oferta de cuidados se expandisse para atender a todos (Ribeiro, 2018). Além disso, a inserção de fatores socioeconômicos, como a importância do estado de bem-estar social, revela um contexto de interdependência entre saúde, educação e habitação, onde os diferentes sistemas sociais interagem de maneira complexa. Tais mudanças, que se inserem num modelo de desenvolvimento social português, visam não apenas a melhoria do bem-estar individual, mas também a construção de uma sociedade mais coesa e solidária, refletindo a aspiração a uma cidadania plena.

As transformações sociais ocorridas após a Revolução de 25 de abril de 1974 impulsionaram um significativo desenvolvimento no atendimento médico universal e nas melhorias nos serviços de saúde pública em Portugal. Este processo foi essencial para garantir que todos os cidadãos, independentemente da sua condição socioeconómica,

tivessem acesso a cuidados de saúde de qualidade. O conceito de saúde e desenvolvimento é indissociável, pois a saúde da população é um pilar fundamental para o progresso social e económico. Assim, as reformas no sistema de saúde refletem um compromisso não apenas com a saúde, mas também com a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

REFORMAS NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

As políticas de habitação e desenvolvimento urbano em Portugal, especialmente no contexto pós-revolução de 25 de abril de 1974, revelam uma transformação significativa que redefine as necessidades habitacionais da população. Antes da revolução, a habitação era predominantemente irregular e marcadamente desigual, refletindo uma urbanização desordenada que beneficiava os interesses do Estado Novo. Após 1974, com o objetivo de promover uma maior justiça social, houve um impulso para requalificar áreas urbanas e implementar programas habitacionais que priorizassem a inclusão. A implementação de políticas de acesso à habitação digna, aliada a investimentos em infraestruturas urbanas, é essencial para superar os legados da exclusão socioeconómica. (Costa, 1998).

As transformações nas políticas de habitação em Portugal, após a Revolução de 25 de abril de 1974, refletem uma busca por maior equidade e justiça social. O novo regime democrático possibilitou uma reconfiguração das estruturas sociais, introduzindo medidas significativas para garantir o acesso à habitação a camadas vulneráveis da população. A descentralização do poder e a mobilização popular resultaram em um maior reconhecimento legal e institucional das organizações civis, fortalecendo sua capacidade de ação e organização. Além disso, as políticas habitacionais que emergiram foram moldadas pela relação entre propriedade e segurança económica (Pinto et al., 2017). Assim, as reformas no setor habitacional carregam um significado simbólico e político que transcende as meras condições materiais de moradia, consolidando o direito à habitação como parte fundamental da cidadania ativa. A implementação de iniciativas de habitação acessível e programas de desenvolvimento urbano tornou-se uma prioridade central nas políticas sociais em Portugal após a Revolução de 25 de abril de 1974.

Foi após a revolução que foram criadas as condições para fomentar a ação das cooperativas de habitação. Em Dezembro de 1974, foi publicado o Regime Jurídico da Cooperação Habitacional (Decreto-Lei n.o 730/74, de 20 de Dezembro) que regulava a constituição das cooperativas de habitação, e um outro diploma que especificava os

apoios para as denominadas (CHE) Cooperativas de Habitação Económica (Decreto-Lei n.o 737-A/74, de 23 de Dezembro) ou seja, as cooperativas que tivessem por objetivo construir ou adquirir habitações de interesse social (Antunes, 2019). Esse período de transição buscou corrigir desigualdades históricas e atender às necessidades de uma população que enfrentava severos desafios habitacionais. As transformações em políticas de habitação alinharam-se com uma abordagem que pretende envolver a comunidade no processo de tomada de decisão.

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA SOCIAL

A Revolução de 25 de abril de 1974 representou um marco histórico crucial na evolução do sistema de segurança social em Portugal, sinalizando não apenas a transição para um regime democrático, mas também a reestruturação de políticas sociais que visavam garantir uma maior proteção aos cidadãos. A transformação do sistema está intrinsecamente ligada ao contexto social e político da época, onde se buscou democratizar o acesso a serviços essenciais, como saúde e proteção social. Neste sentido, as reformas do sistema de segurança social podem ser vistas como uma resposta às necessidades emergentes de uma população que ansiava por inclusão e justiça social. (Diogo et al., 2015).

A evolução das políticas de segurança social em Portugal após a Revolução de 25 de abril de 1974 reflete ainda uma transformação significativa na abordagem do Estado em relação ao bem-estar dos cidadãos. Este período marcou o início de uma reestruturação das instituições sociais, com um foco crescente na inclusão e na proteção dos grupos vulneráveis. A implementação de sistemas de segurança social mais integrados e abrangentes visou enfrentar as desigualdades e melhorar as condições de vida da população, especialmente em um contexto de recuperação económica pós-ditadura. O impacto dessas políticas é visível não apenas na redução da pobreza, mas também na promoção da cidadania, evidenciando a intersecção entre habitação, saúde e segurança social. Assim, a evolução da segurança social deve ser entendida como um componente vital na construção de um Estado social moderno.

Antes da Revolução de 1974, o sistema de segurança social em Portugal apresentava características limitadas e fragmentadas, refletindo um contexto político e social autoritário. Durante este período, a proteção social era marcada por políticas públicas insuficientes, que não conseguiam atender adequadamente às necessidades da

população (Costa, 2021). A principal estrutura de apoio era centrada nas Instituições de Previdência, que ofereciam benefícios limitados e eram acessíveis apenas a uma fração da força de trabalho, excluindo muitos trabalhadores informais e pessoas em situação vulnerável. Além disso, a falta de um sistema unificado resultava em desigualdades significativas, dificultando o acesso equitativo aos direitos sociais. A reforma desse sistema tornou-se imperativa não apenas pela pressão social, mas também pela urgência das mudanças políticas que se materializariam com a Revolução, estabelecendo assim o contexto para a criação de um sistema de segurança social mais inclusivo e abrangente (Diogo et al., 2015). A nova ordem democrática impulsionou a criação de políticas sociais que refletiam o compromisso do Estado com a proteção dos cidadãos, uma vez que se buscava compensar o legado das décadas anteriores de autoritarismo. No final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, Portugal enfrentou um período crucial de transformação social e económica, refletido nas reformas implementadas no sistema de segurança social. Nesse cenário, as políticas-chave foram direcionadas à ampliação do acesso aos serviços sociais, bem como à criação de mecanismos que garantissem direitos laborais. O processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia a partir de 1986 trouxe um novo estímulo para essas reformas, permitindo que o país buscasse um alinhamento com os padrões europeus.

A análise da evolução do sistema de segurança social em Portugal após a Revolução de 25 de abril de 1974 revela não apenas a adaptação do modelo às necessidades sociais emergentes, mas também a complexidade e os desafios enfrentados ao longo das décadas. Este sistema, inicialmente inspirado em princípios de justiça social e universalidade, passou por reformas significativas que buscavam responder a pressões económicas e políticas. No entanto, as recentes estratégias de reforma, com ênfase na eficiência e sustentabilidade, têm evidenciado uma dicotomia entre a necessidade de um sistema de proteção social público e a crescente influência de interesses privados. Este cenário destaca a importância de se refletir sobre as motivações e objetivos das reformas implementadas, pois estas não são apenas reativas, mas também moldadas por um contexto histórico que requer uma análise crítica e contextualizada (Diogo et al., 2015).

CONCLUSÕES

As políticas sociais em Portugal passaram por transformações significativas após a Revolução dos Cravos, que pôs fim a décadas de ditadura do Estado Novo. Antes desta

revolução, as políticas sociais eram limitadas e assentes num modelo de assistência social que favorecia a caridade e o paternalismo, sem garantir direitos fundamentais à população. Antes de 1974, as políticas sociais eram caracterizadas pelo controle estatal e limitações aos direitos civis. A educação, a saúde e a segurança social eram serviços de acesso restrito, e havia uma forte desigualdade social. As iniciativas sociais eram em grande parte pontuais e dependiam de associações privadas ou religiosas, sem uma coordenação centralizada por parte do governo.

Após a Revolução dos Cravos, Portugal viu uma mudança radical nas suas políticas sociais, impulsionada pela nova constituição de 1976, que consagrou o direito à educação, à saúde e à proteção social como direitos universais, refletindo a necessidade de um compromisso maior com a cidadania e a justiça social (Pintassilgo et al., 2004). O Estado passou a assumir um papel mais ativo na promoção do bem-estar social, implementando um sistema de segurança social abrangente que incluía pensões, subsídios e apoio à família. A saúde passou a ser considerada um direito fundamental, levando à criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 1979, que garantiu acesso à saúde para todos os cidadãos independentemente da sua situação económica, promovendo assim a saúde como um bem coletivo e necessário.

Além disso, a educação tornou-se um direito acessível a todos, com a construção de novas escolas e a universalização do ensino básico aspetos que foram essenciais para assegurar uma base educacional sólida e inclusiva para a população. As políticas sociais pós-revolução também se concentraram na inclusão e na proteção dos grupos mais vulneráveis, como os idosos, as pessoas com deficiência e as minorias, refletindo um compromisso maior com a justiça social e a igualdade aspetos que foram subestimados no regime anterior. Em resumo, as principais diferenças nas políticas sociais antes e depois do 25 de abril de 1974 em Portugal incluem a transição de um modelo assistencialista e limitado para um sistema abrangente e garantidor de direitos. Esse processo não só melhorou as condições de vida da população, mas também promoveu uma cultura de cidadania e solidariedade indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. As políticas sociais do Estado Novo estavam muito ligadas aos interesses do regime, focando em controlar a população e manter a ordem social, em vez de promover efetivamente o bem-estar e os direitos sociais dos cidadãos. Com o 25 de abril de 1974, essas políticas foram radicalmente transformadas, dando lugar a um modelo mais

inclusivo e orientado para os direitos sociais. Houve, desta forma, uma transformação radical, estabelecendo a base do sistema de proteção social moderno em Portugal.

No entanto, as políticas sociais em Portugal enfrentam atualmente desafios importantes, como o envelhecimento da população, o aumento da precariedade laboral, e as desigualdades sociais e regionais. É necessário continuar a investir nas políticas sociais, e a adaptá-las aos novos desafios, para garantir um futuro mais justo e próspero para todos os portugueses.

BIBLIOGRAFIA

Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade. *Fórum Sociológico*. 34. p.7-17.

Borralho, A. (2015). (Org.) *Revolução e Democracia 40 anos após abril de 1974*. Edições Húmus

Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Cadernos democráticos. Gradiva.

Costa, A. (2021). *A Criação do Sistema Português de Segurança Social: 1962-1984* (Tese de doutoramento), História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Decreto-Lei n.o 730/74, de 20 de Dezembro.

Decreto-Lei n.o 737-A/74, de 23 de Dezembro.

Diogo, F.; Castro, A.& Perista, P. (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, Transformações e Estudos*. Edições Húmus.

Fernandes, D. (2009). *Educational Assessment in Portugal*. Universidade de Lisboa. doi: https://core.ac.uk/download/12425250.pdf.

Pintassilgo, J., & Mogarro, M. J. (2004). Citizenship Education within the process of portuguese social democratization. *The experience of citizenship*, 481- 486.

Pinto, T. C. (2017) Moving to a new housing pattern? New trends in housing supply and demand in times of changing. The Portuguese case. *Critical Housing Analysis*, V4, 131-141.

Pordata (2024). *50 anos de democracia em números.* Fundação Francisco Manuel dos Santos https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2024_04_17_pr_5_dd_vf.pdf

Mattoso, J. (1994). *História de Portugal – O Estado Novo – Vol VII (1926-1974).* Editorial Estampa.

Noronha, R. (2023). The Political Economy of the Carnation Revolution (1974–75): A World-Systems Analysis. *Journal of World-Systems Research*, *29*(2), 351-376.

Ribeiro, D. (2018). *Políticas de Saúde no Período do Estado Novo (1933-1974).* (Dissertação de Mestrado). Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

Varela, R.; Pereira, L. (2016) The 'right to work', health, education, and the birth of the social state. Volume (14), 11-32. *Trabalho, Educação e Saúde*. doi: https://www.semanticscholar.org/paper/8af013bfa15bb22417191f9437d9f13b6a458ec

RUTURA DO ESTADO DITATORIAL, DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE E CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS À COMUNIDADE LGBTI+

Maria Helena Loureiro Cachopo[2], Maria José de Souza Barbosa [2]

[1] Mestre em Políticas públicas e Cidadania (UFPa), Especialista em Serviço Social (IPBeja), Doutoranda em Serviço Social (ISCTE-IUL), Profa. Adjunta convidada do IPBeja

[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, IFPA/Campus Castanhal-Pará, Brasil. Doutora em Serviço Social com Pós-doutorado em Geografia Humana na Universidade de Alicante.

RESUMO

Esse artigo, versa sobre a temática LGBTI+, e os movimentos organizados que culminaram para novas possibilidades de pensar as identidades múltiplas dos sujeitos sociais a partir do governo ditatorial que Portugal experienciou no período em que a autocracia burguesa, iniciada em 1926 e encerrada em 1974, levou a sociedade a um período de amordaçamento e de ataques à classe trabalhadora, aos críticos do autoritarismo, às minorias étnicas e socioculturais e demais grupos que se opunham ao pensamento vigente. Qualquer ideologia contrária ameaça os ditames desse estado ditatorial. Nesse sentido há um apelo para a emergência dos movimentos de conscientização da população homossexual, que levou à gênese das reivindicações importantes no combate à homofobia, com movimentos organizados tentando driblar o preconceito, nada velado da sociedade, imbuída dos conceitos hegemônicos cristãos e que apontam para novas possibilidades de pensar e permitir estudos e discussões sobre a diversidade, a sexualidade e ou afetividade buscando mecanismos de luta e organização no combate ao preconceito e discriminação social.

PALAVRAS-CHAVE - Estado, Democratização, Direitos LGBTIs+

ESTADO DITATORIAL E SUPRESSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICOS EM PORTUGAL

Assim como em outros países, Portugal experienciou governo ditatorial, um período em que a autocracia burguesa, iniciada em 1926 e encerrada em 1974, levou a sociedade a um período de amordaçamento e de ataques à classe trabalhadora, aos críticos do autoritarismo, às minorias étnicas e socioculturais, e demais grupos que se opunham ao pensamento vigente. Qualquer ideologia contrária ameaça os ditames do estado ditatorial.

(...) Esse Estado salazarista apresenta-se com uma face de Janus. Ao tutelar vigilantemente os interesses das classes trabalhadoras, reprimindo a sua

> articulação e representação autónomos, o estado sugere um elevado grau de identificação com os interesses da burguesia no seu todo, ou pelo menos com os interesses de uma das suas frações, o que faz jus a uma análise de tipo classista. O desaparecimento de opositores, exílio político, foram impostos nesse regime autoritário e violento (Santos, 1984, p.499).

O Estado ditatorial português durou 48 anos de luta e resistência pela liberdade. Louro (2018) comenta que nessa fase o caráter da política de governança e de repressão aos direitos fundamentais e liberais, pregados pela constituição, visava o controle das associações e organizações sociais, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores entre outros que ousassem se elevar na condição de oposição ao regime salazarista.

As perseguições, prisões, torturas e condenações, eram justificados, de alguma forma, como associados à ideia que os movimentos ocultavam criminosos e transgressores (Benevides 1998), permitindo a proibição e privação de qualquer tipo de organização sindical e ou cultural, tendo como finalidade abafar as manifestações e greves, além de eventos públicos; esse período ficou marcado por processos de exílio, prisões, sumiços e mortes de opositores ao Estado (Santos, 1984).

A luta por melhores condições de vida apresentava-se como eixo central da organização dos grupos sociais em processo de lutas e resistência, na medida em que a situação socioeconômica, naquele momento, era de recessão, de difícil condição de trabalho, com arrocho salarial, falta de serviços e equipamentos públicos urbanos e agrícolas, necessários à sustentação econômica e ao bem-estar social.

O controlo da vida política, passou a ser questionado por valores societários que visavam a concretização de direitos sociais, embora materializado sob a ditadura salazarista antidemocrática, cujo "elemento social da cidadania não se refere à capacidade de executar os direitos de cidadania, mas às possibilidades de atribuição de recursos e capacidades necessárias ao exercício desses direitos" (Mozzicafreddo, 1997, p.182).

Sob esse contexto social observa-se um processo de precarização dos meios de promoção e proteção social do trabalhador e da população em geral, principalmente, na ausência de um modelo de direitos básicos aplicável a todas as sociedades (Held, 2000; 1994). A falta de atendimento aos mínimos sociais, serviços públicos escassos e das péssimas qualidades daqueles serviços ofertados. Esse pensamento negava

qualquer perspetivas de um estado de direito e seus significados como via de causas sociais:

> (…) a preguiça, apanágio dos "parasitas", diferentes e menos dignos que os verdadeiros pobres. Eram considerados *parasitas* os que mendigavam podendo trabalhar, "*os que faziam habilidades"* ou vendiam rifas, os desempregados que não aceitavam qualquer trabalho, *certos ciganos*, os que exibiam deficiências físicas, os falsos tuberculosos e os que queriam escolher o tipo de assistência cometendo a insolência de pensar ter escolha (Gato, 2013, p. 8).

A pobreza era vista sob a ótica do pré-conceito, tendo em vista que os problemas sociais eram imputados aos conflitos individuais e familiares, como as doenças e a fome. Gato (2013) avalia essa conceção de pobreza carregada de discriminação, principalmente, pelo Estado que observa nos pobres, nos alcoolistas, no mal casamento, no contágio com sífilis (IST´s)[3], à "imprevidência, ao orgulho e à insolência; problemas que conduziam ao despedimento, tentações irresistíveis do luxo, gastos em diversões, *génio exaltado,* a que se juntava a *"insuficiência física, intelectual ou profissional" (*Gato,

NOVOS ATORES EM CENA NA REDEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA

A construção de um movimento de destituição ditatorial se concretizou em 25 de abril de 1974, data conhecida como marco da queda do despotismo e do Estado português em um regime democrático. Santos (1984), aponta que as transformações emersas das lutas dos movimentos sociais produziram a rutura autocrática. A Revolução dos Cravos, em 25 de abril, sem dúvida, repercutiu de modo amplo e profundo na história europeia do pós-guerra e contribuiu para o fortalecimento e manifestação de movimento sociais associados às classes populares.

No decorrer da democratização da sociedade portuguesa no Pós-Revolução[4] se buscou instaurar um governo democrático/popular que implementasse direitos civis e sociais, "direitos e deveres em função de uma série de variáveis tais como a idade, o

[3] Era um momento de grande proliferação de doenças sexualmente transmissíveis ou doenças venéreas. (Cascais, 2016)

[4] Disponível em: Revolução dos Cravos. 25/04/1974. https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-dos-cravos.htm.

estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc." (Benevides, 1998, p. 4). O foco era o combate ao poder dos monopólios. Com a redemocratização houve o compromisso em melhorar a qualidade de vida, seja dos trabalhadores, seja da população portuguesa em geral.

Para Santos (1984) foi nesse cenário de profundo antagonismo político/social, que as mobilizações sociais foram ganhando forças, compreendendo a realidade social antidemocrática. Eram movimentos sociais organizativos, que contavam com as esquerdas, e sob representações das alas progressistas da igreja, intelectuais e o operariado, formaram uma grande e intensa aliança, que lutavam pela rutura da repressão e da crise estabelecida ao longo de 1969, foram movimentos de resistência, que favoreceram a construção de novos espaços públicos, sob princípios e tradições populares e democráticas.

Nesse aspeto, a constitucionalidade e a universalização de direitos incorporados ao Estado Providência (Amaro, 2005), vinham ao encontro da linha de intervenção de políticas sociais, cujo ordenamento jurídico reintroduziu a cidadania e os direitos sociais, contextualizando os modos operantes subscritos na ordem jurídico-política da Constituição portuguesa. Embora essencial ao processo de reconstrução democrática, os movimentos e as pressões sociais provocadas pelos grupos organizados "conseguiram uma construção apenas irregular, feita de avanços e recuos" (Fraser, 1997 & Honneth, 2003 cited Lima 2014, p. 3).

A composição da classe trabalhadora, nessa época, era complexa e multifacetada (Yazbek 2006), constituindo-se basicamente composta de operariado urbano em sua predominância sobretudo, oriunda da zona industrial de Lisboa, aliada a essa classe, havia uma pequena parcela da burguesia assalariada, que estava dispersa entre as grandes e médias cidades (Santos, 1984), compunha essa classe trabalhadora, também, trabalhadores rurais alentejanos, constituindo, assim um movimento popular de base democrática, que visava e ansiava os mesmos objetivos.

Essa organização heterogénea popular, conseguiu coligar vários setores de centros urbanos e das municipalidades (Bento, 2017), atingindo a amplitude capital/municípios, nas mais diversas áreas da vida social e suas especificidades, culminando com a "administração local, habitação urbana, gestão das empresas, educação, cultura e os

novos modos de vida, reforma agrária, relações de dominação e subordinação nos campos etc." (Santos, 1984, p. 509).

Com o fortalecimento do processo de sociedade organizada e participativa, a gestão democrática cidade/campo resultou em passos importantes para a construção de um sistema de proteção social voltado a toda população, com regime não contributivo e inclusivo para as pessoas em pobreza extrema (Silva, 2011; Montaño 2021).

Para Rodrigues (2010), a proteção social era fundada nos valores e princípios da universalização dos direitos sociais, com o discurso assumido na redemocratização acentuou e reafirmou a necessidade de construção de uma cidadania com eixos na focalização, dada a composição ou emergência de novos sujeitos sociais na cena política, que reivindicavam direitos específicos, tendo em vista que os direitos universais eram abstratos e não atingiam essas novas identidades sociais, como a da comunidade LGBTI+.

A nova configuração das classes sociais, com o surgimento de sujeitos individuais e coletivos até então invisibilizados passou a exigir a reestruturação das instituições em processo de transição do autoritarismo, para o regime democrático, sob um contexto de contradições, é "o "novo sujeito" que designa um sujeito criado a partir da prática, política e social (Sader, 2001, p. 148). Consolidando novos direitos sociais que, ainda, não alcançaram um patamar hegemônico.

As características multicausais e de pluralidade das expressões sociais, passam a fazer parte do sistema de proteção social, que precisam rececionar esses novos sujeitos em suas identidades híbridas (Hall, 2016), visto a necessidade de absorção da composição diversa dos grupos socias nas políticas públicas, particularmente no que se refere aos aspetos diferenciados, para firmar os "tipos de atuação assistencial, recuperadora, reparadora ou preventiva" (Cardim, 2009, 170).

Embora os direitos sociais e econômicos tenham gerado uma "(...) cidadania social e económica, que é a nova dimensão da cidadania aberta ao campo do trabalho e do mercado" (Rodrigues, 2010, p. 191), essas ainda precisam ser incorporadas de modo efetivo para que haja inclusão de novos atores sociais, novas identidades, configurando um processo lento de construção das ações, programas e projetos, e também dos instrumentos e técnicas de atendimento a esses novos sujeitos.

A reestruturação do Estado de Providência, sob a conjuntura do neoliberalismo, e a conceção de estado mínimo, tem gerando distanciamento da formulação e interceção direta do Estado nas ações sociais, as quais passam a ser estruturadas, principalmente, sob relação entre público e privado, via parcerias com instituições da sociedade civil, como se verifica no ENIND (2018).

Embora o Estado seja o provedor das necessidades sociais, vem ao longo do tempo, repassado a responsabilidade das ações sociais, para instituições do setor privado ou para organizações não governamentais (Amaro & Branco, 2011), procurado pactuar essas ações de acesso às políticas sociais sob a forma de parcerias, na intenção de diminuir a pobreza.

As ações sociais, por exemplo, estão voltadas à vulnerabilidades socioeconômicas que afetavam os trabalhadores, os pobres e a sociedade em geral, sob preceitos da solidariedade e da igualdade, definidas por valores e princípios do Estado Providência (Amaro, 2005), condensado em discursos quanto as atuações e práticas institucionais, mas incapazes de colocar na ordem do dia, pautas relacionadas às lutas sociais.

Para Behring (2018), essa incapacidade está subjacente à esfera política governabilista que prevê acordos e matrizes ideológicas lideradas por quem as propõem e quem as executa, ou seja, sob o discurso do estado mínimo e máximo para a liberdade do mercado. Tal pensamento reforça os condicionantes à estrutura regulamentar que favorece a sustentação do plano de inclusão, principalmente dos novos sujeitos sociais, das migrações entre outros que tornam essenciais os padrões da ação social voltados às carências sociais em Portugal. A exemplo da citação seguinte “elevado nível de desemprego, o racionamento, a escassez de alimentos e de combustíveis, os baixos salários, os elevados preços dos bens essenciais, tornavam ainda mais frágil a situação social e de saúde dos mais desprotegidos” (Gato, 2013, p. 4).

Esses problemas sociais de ordem complexa necessitam de concretude em termos das ações sociais do Estado Providência reestruturado, a fim de alinhar preceitos da efetividade, eficácia e eficiência ao processo de reorganização político-administrativo das instituições, na promoção de direitos sociais e na construção da cidadania em sinergia com os novos grupos e suas identidades sociais, na sociedade civil, buscando

atender às demandas dos novos protagonistas, que tem possibilitado a geração de novos fundamentos à legislação anti pobreza.

ESTADO MÍNIMO E REFILANTROPIZAÇÃO DA POBREZA EM PORTUGAL

As políticas sociais estatais, sob a perspetiva neoliberal, trazem consequências nas condições de vida dos trabalhadores, ao focalizar as ações ora em iniciativas privadas ora em organizações da sociedade civil organizada (Simionatto & Luza, 2011). Elas, as políticas, buscam conciliar reivindicações dos diferentes sujeitos, nos novos movimentos sociais e com a garantia de bem-estar, sob a obrigatoriedade de intervenção social (Montaño 2002).

Essa relação do Estado com a sociedade civil se torna vulnerável na medida em que a regulação pública retira do Estado a condição imprescindível de promoção das ações sociais e transfere essa competência para as instituições Não Governamentais ou as IPSS (Campos, 2013), muitas vezes, consideradas como:

> empresa cidadã atua nos espaços do mercado e do Estado, propondo-se colaborar com este no que se refere à implementação de políticas e programas sociais. Reconhece a incapacidade atual do Estado em enfrentar sozinho os problemas sociais, mas entende que a responsabilidade pela Gestão de Políticas e Programas de erradicação da pobreza é, sem dúvida, sua competência (do Estado) (Montaño, 2002, p. 152).

Nesse debate sobre as políticas sociais, no âmbito da sociedade, tende ao resgate do caráter societário das classes politicas-económicas que se encontram sob forte interesse do empresariado (Simionatto & Luza, 2011), a fim de elevar o caráter lucrativo do chamado terceiro setor. Ao incluírem a missão de "ajudar" os mais desamparados, proporcionam condições de subsistência, e se mostram como um "sector dotado duma multiplicidade de valências que abarcam várias áreas, obtendo um cada vez maior reconhecimento no contexto actual da nossa sociedade" (Campos, 2013, p. 4).

A intervenção político-partidária (Estado/IPSS), nessa linha de pensamento, aponta para a necessidade de repensar o Estado Providência, como forma simplificada de intervenção, a fim de estar em sinergia, na medida em que a "evolução dos sistemas vem demonstrar que é preciso, como já foi referido, superar a dicotomia

público/privado e compreender melhor as relações que entre estas duas esferas se estabelecem (Amaro, 2005, p. 12).

Nesse contexto, tem ocorrido, de um lado, a precarização dos serviços ofertados para fazer frente aos problemas sociais como a situação de baixos salários, desemprego, marginalidade, violência etc., pois há uma efetiva redução do Estado Providência; de outro lado, vê-se um processo de concentração e centralização de capital e de renda da burguesia, vinculada ao processo de financeirização (Souza, 2015). Assim, os agravos sociais que atingem a população, fazem crescer bolsões de miséria, as disparidades sociais.

Há, com isso, falsa neutralidade na desproteção do Estado, particularmente quando se trata de políticas pensadas para as minorias (Fontana et al, 2020). Esses elementos são importantes quando se observa a formulação de políticas sociais, com a influência da globalização na formulação de direitos, que se faz sentir por meio da pressão prática do capital (Esping-Andersen, 2000), principalmente quando visa a competitividade nacional e internacional, para a complexa relação entre produtividade, emprego, fisco e solidariedade. Para Rodrigues (2010, p. 202), é uma realidade negativa quando

> (…) os países mais avançados da Europa, sobretudo em França, iam surgindo mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais, em Portugal, o Estado apresentava uma fraqueza política e financeira que comprometeu os mecanismos de acção social e tornou o país, actualmente, um dos mais atrasados da Europa a este nível.

Nesse contexto o setor de serviços mostra-se incapaz de absorver os milhões de trabalhadores desempregados, resultando na última década, em um crescimento do desemprego de longa duração, da miséria, da marginalidade e da violência, inclusive com a entrada de pessoas cada vez mais jovens nos problemas sociais[5]. É um processo marcado pela subproletarização aumentada, que vem a se refletir nas famílias, principalmente com provedores familiares presentes na expansão do trabalho parcial, temporário, itinerante, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado (Eid, 2003, p. 1).

[5] https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Em-Foco-7-_-Pobreza-entre-jovens.pdf

Nota-se que as políticas sociais ocorrem de forma fragmentada e setorializada (Amaro, 2005), descaracterizando e fragmentando a questão social em todas as esferas, como observa Behring (1998), quando aponta que a ordem social no neoliberalismo se manifesta no decorrer da crise estatal, dimensionada no Estado mínimo, para algumas mazelas no modelo de desconstrução.

O desempenho burocrático do Estado permite atitudes e ações focalizadas e implementadas na relação entre o público e o privado, ou como refere Habermas (1984, cited De Siqueira, 2011, p. 7) "o Estado social produz políticas públicas voltadas aos afetados negativamente pelo funcionamento do mercado".

Para Offe (1991), são políticas mediatizadas por meio de mecanismos de uma democracia permissiva, centralizada no capital, que causam a despotencialização dos aparatos do Estado Providência (2005), enquanto há a descentralização da oferta de serviços socio assistenciais (Montaño, 1999). Para isto, (...) tem-se "uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia" (Netto 1995, p. 77).

As ações não governamentais, quando instrumentalizadas por meio da filantropização de setores e serviços, ora produzidos e monopolizados, sem a intervenção direta do Estado, "da carga financeira, os efeitos sobre o emprego, incentivos, compensações, preços e impostos, problemas de distribuição regionais, etc." (Offe, 1984b, p.188), ficam sob a proteção no controle efetivo ou mesmo, no desenvolvimento de ações que venham ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições.

Amaro (2005, p. 11) ao citar Esping-Andersen (2000, p. 81-82), faz referência à perspetiva sobre "o ciclo de vida, o equilíbrio entre transferências de rendimentos e serviços e os princípios condutores da justiça social e da igualdade" na instrumentalização da ação social que produz meios e serviços dirigidos ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições.

Ao reconhecer o fortalecimento da descentralização dos serviços, o Estado elabora movimentos expressivos que distinguem tendências e opiniões sobre o estado de direito e seus principais significados no alcance das políticas públicas (Souza, 2003), particularmente quando destaca o processo de reforma social (Silva, 2011), entendida

como demandas sociais, para os sujeitos de direitos, especialmente a população LGBTI+ (Andrade & Saleiro, 2020).

Bento (2017) considera que os direitos são direcionamentos locais e territoriais, em uma dinâmica que atende determinados requisitos necessários ao reconhecimento das identidades emersas no processo de globalização na sociedade, já que "A maioria das pessoas com gênero e sexualidade dissidentes não participam do processo de criação das Leis e não conseguem incluir suas especificidades na medida de suas diferenças" (Andrade & Saleiro 2020, p. 105).

A análise de Offe (1984) nessa temática, traduz a necessidade de repensar o Estado democrático, sua organização e seu desdobramento, plural e singular sobre a questão social, sempre buscando reconhecer a importância que a emergência das ações traz como reflexo do contexto de pluralização, instauradora de processos decisórios, aos sujeitos demandantes de ações sociais pautadas em agendas políticas nas diversidades (Andrade & Saleiro, 2020).

Enquanto se pensa o Estado de proteção social, há o redesenho das estruturas clientelistas e paternalistas que controlam da ação desse mesmo Estado, que Amaro define como "dimensão da protecção dualizada baseada em transferências monetárias, privilegia os núcleos centrais da força de trabalho e atribui uma protecção incipiente aos trabalhadores irregulares ou da economia informal" (2005, p. 7), produzindo efeitos na ordem social hegemonizada, principalmente pela dinâmica do capital financeiro, onde a desestruturalização de programas, projetos e ações sociais de combate às vulnerabilidades, mostram a realidade das políticas sociais "(...) mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas" (Silva, 2006, p. 17).

Estado mínimo se conectam com as ações de políticas sociais, *(des*)assumem o exercício do poder institucional de caráter universalizante (Rodrigues, 2010), para pautar agendas de ações fragmentadas, caritativas, voluntaristas, portanto, despotencializadoras dos movimentos reais da sociedade contemporânea (Montaño, 1999), em que emergem uma multiplicidade de identidades (Assis, 2019), nesse movimento "regista-se alguma indefinição entre o papel dos actores públicos e privados, o incumprimento das expectativas sociais criadas(…) e uma tendência para o clientelismo" (Amaro, 2005, p. 7).

A expansão da possibilidade de construção e reconstrução de reformas de programas e projetos sociais na linha da intervenção, em particular, na diversidade, traz o terceiro setor para o foco da discussão (Montaño, 1999), como construção de novos espaços públicos de execução da política de ação social, e componente de autoridade não estatal, vão assumindo a possibilidade de universalizar direitos, possibilitando a cidadania (Campos 2013), (Silva, 2006) Montaño (1999). Atuam em defesa de um modelo de sistema de proteção social na arena da igualdade, no acesso à seguridade social, mas com estrutura organizada na sociedade civil, ou como refere Campos (2013, p. 4) ao citar Salvatore (2003, p. 27).

> Consiste no conjunto de actividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objetivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal.

Para Montaño (2001), a compreensão dessa nova realidade em forma de promoção social sob a ótica democrática, favorece a atuação nas demandas sociais, no âmbito das exigências em estruturas flexíveis e ágeis, que buscam implementar, por meio de normas e protocolos específicos, o trato nas diversidades e complexidades orgânicas presentes nas sociedades. As intervenções dessas organizações não governamentais, são instrumentalizadas por meios de filantropização de setores e serviços, ora produzidos e monopolizados, sem a intervenção direta do Estado, no entanto tendo o controle desse mesmo Estado.

O sujeito (na verdade, o "ator") aqui concebido são os indivíduos ou pequenos grupos reunidos por "identidades" particulares, que, no âmbito da sociedade civil, ou "terceiro setor" (não no espaço do Estado, nem do mercado), devem agir, em parceria, visando às mudanças das situações singulares. Neste caso, seus projetos e ações sociais orientam-se na potenciação dos indivíduos "autoajuda, empoderamento, empreendedorismo, automotivação, capacitação e tocou na ajuda ao próximo solidariedade, responsabilidade social empresarial, parcerias, filantropia" (Montaño, 2015, p. 29).

São os mecanismos alternativos delineados pelas ONGs para o enfrentamento da questão social em seus espaços públicos de ação social, que possuem a configuração de

responsabilidade das empresas sob a ótica da filantropia, que Simionatto e Luza (2011, p. 217) apontam como,

> o empresariamento e a refilantropização que passaram a delinear as formas de enfrentamento da questão social com políticas de privatização, terceirização, parcerias público-privado e fundações, práticas entranhadas na atual conjuntura, nas diferentes esferas de governo, especialmente no espectro municipal, (…) essa contrarreforma caracteriza-se pela eliminação ou redução das conquistas das classes subalternas, perspectiva inerente ao neoliberalismo e às condições postas pelo capitalismo na atualidade.

Neste contexto cabe ao Estado analisar o estabelecimento e a elaboração de diretrizes para viabilização de programas e projetos sociais (Silva, 2011), sob a coordenação, o monitoramento e avaliação de uma rede hierarquizada de serviços que visem atender as demandas de diferentes identidades (Hall, 2005) e territorialidades (Bento, 2017), e que venham reforçar o desafio na estruturação e ou reestruturação do atendimento e viabilização dos serviços públicos para a população (Rodrigues, 2010; Campos, 2013), quando se observa o forte processo de precarização desses meios de promoção e proteção social das pessoas, principalmente das ditas minorias sociais (Saleiro 2022; Menezes, 2018; Vasconcelos 2022, Ramalho, 2022).

LEIS E REGULAMENTAÇÕES À COMUNIDADE LGBTI+ SOB ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS EM PORTUGAL

As políticas sociais estatais, sob a perspectiva neoliberal, trazem consequências nas condições de vida dos trabalhadores, ao focalizar as ações ora em iniciativas privadas ora em organizações da sociedade civil organizada (Simionatto & Luza, 2011). Elas, as políticas, buscam conciliar reivindicações dos diferentes sujeitos, nos novos movimentos sociais e com a garantia de bem-estar, sob a obrigatoriedade de intervenção social (Montaño 2002).

Essa relação do Estado com a sociedade civil se torna vulnerável na medida em que a regulação pública retira do Estado a condição imprescindível de promoção das ações sociais e transfere essa competência para as instituições Não Governamentais ou as IPSS (Campos, 2013), muitas vezes, consideradas como:

> empresa cidadã atua nos espaços do mercado e do Estado, propondo-se colaborar com este no que se refere à implementação de políticas e programas sociais. Reconhece a incapacidade atual do Estado em enfrentar sozinho os problemas sociais, mas entende que a responsabilidade pela Gestão de Políticas e Programas de erradicação da pobreza é, sem dúvida, sua competência (do Estado) (Montaño, 2002, p. 152).

Nesse debate sobre as políticas sociais, no âmbito da sociedade, tende ao resgate do caráter societário das classes politicas-económicas que se encontram sob forte interesse do empresariado (Simionatto & Luza, 2011), a fim de elevar o caráter lucrativo do chamado terceiro setor. Ao incluírem a missão de "ajudar" os mais desamparados, proporcionam condições de subsistência, e se mostram como um "sector dotado duma multiplicidade de valências que abarcam várias áreas, obtendo um cada vez maior reconhecimento no contexto actual da nossa sociedade" (Campos, 2013, p. 4).

A intervenção político-partidária (Estado/IPSS), nessa linha de pensamento, aponta para a necessidade de repensar o Estado Providência, como forma simplificada de intervenção, a fim de estar em sinergia, na medida em que a "evolução dos sistemas vem demonstrar que é preciso, como já foi referido, superar a dicotomia público/privado e compreender melhor as relações que entre estas duas esferas se estabelecem (Amaro, 2005, p. 12).

Nesse contexto, tem ocorrido, de um lado, a precarização dos serviços ofertados para fazer frente aos problemas sociais como a situação de baixos salários, desemprego, marginalidade, violência etc., pois há uma efetiva redução do Estado Providência; de outro lado, vê-se um processo de concentração e centralização de capital e de renda da burguesia, vinculada ao processo de financeirização (Souza, 2015). Assim, os agravos sociais que atingem a população, fazem crescer bolsões de miséria, as disparidades sociais.

Há, com isso, falsa neutralidade na desproteção do Estado, particularmente quando se trata de políticas pensadas para as minorias (Fontana et al, 2020). Esses elementos são importantes quando se observa a formulação de políticas sociais, com a influência da globalização na formulação de direitos, que se faz sentir por meio da pressão prática do capital (Esping-Andersen, 2000), principalmente quando visa a competitividade

nacional e internacional, para a complexa relação entre produtividade, emprego, fisco e solidariedade. Para Rodrigues (2010, p. 202), é uma realidade negativa quando

> (…) os países mais avançados da Europa, sobretudo em França, iam surgindo mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais, em Portugal, o Estado apresentava uma fraqueza política e financeira que comprometeu os mecanismos de acção social e tornou o país, actualmente, um dos mais atrasados da Europa a este nível.

Nesse contexto o setor de serviços mostra-se incapaz de absorver os milhões de trabalhadores desempregados, resultando na última década, em um crescimento do desemprego de longa duração, da miséria, da marginalidade e da violência, inclusive com a entrada de pessoas cada vez mais jovens nos problemas sociais[6]. É um processo marcado pela subproletarização aumentada, que vem a se refletir nas famílias, principalmente com provedores familiares presentes na expansão do trabalho parcial, temporário, itinerante, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado (Eid, 2003, p. 1).

Nota-se que as políticas sociais ocorrem de forma fragmentada e setorializada (Amaro, 2005), descaracterizando e fragmentando a questão social em todas as esferas, como observa Behring (1998), quando aponta que a ordem social no neoliberalismo se manifesta no decorrer da crise estatal, dimensionada no Estado mínimo, para algumas mazelas no modelo de desconstrução.

O desempenho burocrático do Estado permite atitudes e ações focalizadas e implementadas na relação entre o público e o privado, ou como refere Habermas (1984, cited De Siqueira, 2011, p. 7) "o Estado social produz políticas públicas voltadas aos afetados negativamente pelo funcionamento do mercado".

Para Offe (1991), são políticas mediatizadas por meio de mecanismos de uma democracia permissiva, centralizada no capital, que causam a despotencialização dos aparatos do Estado Providência (2005), enquanto há a descentralização da oferta de serviços socio assistenciais (Montaño, 1999). Para isto, (...) tem-se "uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e

[6] https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Em-Foco-7-_-Pobreza-entre-jovens.pdf

insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia" (Netto 1995, p. 77).

As ações não governamentais, quando instrumentalizadas por meio da filantropização de setores e serviços, ora produzidos e monopolizados, sem a intervenção direta do Estado, "da carga financeira, os efeitos sobre o emprego, incentivos, compensações, preços e impostos, problemas de distribuição regionais, etc." (Offe, 1984b, p.188), ficam sob a proteção no controle efetivo ou mesmo, no desenvolvimento de ações que venham ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições.

Amaro (2005, p. 11) ao citar Esping-Andersen (2000, p. 81-82), faz referência à perspetiva sobre "o ciclo de vida, o equilíbrio entre transferências de rendimentos e serviços e os princípios condutores da justiça social e da igualdade" na instrumentalização da ação social que produz meios e serviços dirigidos ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições.

Ao reconhecer o fortalecimento da descentralização dos serviços, o Estado elabora movimentos expressivos que distinguem tendências e opiniões sobre o estado de direito e seus principais significados no alcance das políticas públicas (Souza, 2003), particularmente quando destaca o processo de reforma social (Silva, 2011), entendida como demandas sociais, para os sujeitos de direitos, especialmente a população LGBTI+ (Andrade & Saleiro, 2020).

Bento (2017) considera que os direitos são direcionamentos locais e territoriais, em uma dinâmica que atende determinados requisitos necessários ao reconhecimento das identidades emersas no processo de globalização na sociedade, já que "A maioria das pessoas com gênero e sexualidade dissidentes não participam do processo de criação das Leis e não conseguem incluir suas especificidades na medida de suas diferenças" (Andrade & Saleiro 2020, p. 105).

A análise de Offe (1984) nessa temática, traduz a necessidade de repensar o Estado democrático, sua organização e seu desdobramento, plural e singular sobre a questão social, sempre buscando reconhecer a importância que a emergência das ações traz como reflexo do contexto de pluralização, instauradora de processos decisórios, aos sujeitos demandantes de ações sociais pautadas em agendas políticas nas diversidades (Andrade & Saleiro, 2020).

Enquanto se pensa o Estado de proteção social, há o redesenho das estruturas clientelistas e paternalistas que controlam da ação desse mesmo Estado, que Amaro define como "dimensão da protecção dualizada baseada em transferências monetárias, privilegia os núcleos centrais da força de trabalho e atribui uma protecção incipiente aos trabalhadores irregulares ou da economia informal" (2005, p. 7), produzindo efeitos na ordem social hegemonizada, principalmente pela dinâmica do capital financeiro, onde a desestruturalização de programas, projetos e ações sociais de combate às vulnerabilidades, mostram a realidade das políticas sociais "(...) mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas" (Silva, 2006, p. 17).

Estado mínimo se conectam com as ações de políticas sociais, *(des*)assumem o exercício do poder institucional de caráter universalizante (Rodrigues, 2010), para pautar agendas de ações fragmentadas, caritativas, voluntaristas, portanto, despotencializadoras dos movimentos reais da sociedade contemporânea (Montaño, 1999), em que emergem uma multiplicidade de identidades (Assis, 2019), nesse movimento "regista-se alguma indefinição entre o papel dos actores públicos e privados, o incumprimento das expectativas sociais criadas(…) e uma tendência para o clientelismo" (Amaro, 2005, p. 7).

A expansão da possibilidade de construção e reconstrução de reformas de programas e projetos sociais na linha da intervenção, em particular, na diversidade, traz o terceiro setor para o foco da discussão (Montaño, 1999), como construção de novos espaços públicos de execução da política de ação social, e componente de autoridade não estatal, vão assumindo a possibilidade de universalizar direitos, possibilitando a cidadania (Campos 2013), (Silva, 2006) Montaño (1999). Atuam em defesa de um modelo de sistema de proteção social na arena da igualdade, no acesso à seguridade social, mas com estrutura organizada na sociedade civil, ou como refere Campos (2013, p. 4) ao citar Salvatore (2003, p. 27).

> Consiste no conjunto de actividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objetivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal.

Para Montaño (2001), a compreensão dessa nova realidade em forma de promoção social sob a ótica democrática, favorece a atuação nas demandas sociais, no âmbito das exigências em estruturas flexíveis e ágeis, que buscam implementar, por meio de normas e protocolos específicos, o trato nas diversidades e complexidades orgânicas presentes nas sociedades. As intervenções dessas organizações não governamentais, são instrumentalizadas por meios de filantropização de setores e serviços, ora produzidos e monopolizados, sem a intervenção direta do Estado, no entanto tendo o controle desse mesmo Estado.

O sujeito (na verdade, o "ator") aqui concebido são os indivíduos ou pequenos grupos reunidos por "identidades" particulares, que, no âmbito da sociedade civil, ou "terceiro setor" (não no espaço do Estado, nem do mercado), devem agir, em parceria, visando às mudanças das situações singulares. Neste caso, seus projetos e ações sociais orientam-se na potenciação dos indivíduos "autoajuda, empoderamento, empreendedorismo, automotivação, capacitação e tocou na ajuda ao próximo solidariedade, responsabilidade social empresarial, parcerias, filantropia". (Montaño, 2015, p. 29).

São os mecanismos alternativos delineados pelas ONGs para o enfrentamento da questão social em seus espaços públicos de ação social, que possuem a configuração de responsabilidade das empresas sob a ótica da filantropia, que Simionatto e Luza (2011, p. 217) apontam como,

> o empresariamento e a refilantropização que passaram a delinear as formas de enfrentamento da questão social com políticas de privatização, terceirização, parcerias público-privado e fundações, práticas entranhadas na atual conjuntura, nas diferentes esferas de governo, especialmente no espectro municipal, (…) essa contrarreforma caracteriza-se pela eliminação ou redução das conquistas das classes subalternas, perspectiva inerente ao neoliberalismo e às condições postas pelo capitalismo na atualidade.

Neste contexto cabe ao Estado analisar o estabelecimento e a elaboração de diretrizes para viabilização de programas e projetos sociais (Silva, 2011), sob a coordenação, o monitoramento e avaliação de uma rede hierarquizada de serviços que visem atender as demandas de diferentes identidades (Hall, 2005) e territorialidades (Bento, 2017), e que venham reforçar o desafio na estruturação e ou reestruturação do

atendimento e viabilização dos serviços públicos para a população (Rodrigues, 2010; Campos, 2013), quando se observa o forte processo de precarização desses meios de promoção e proteção social das pessoas, principalmente das ditas minorias sociais (Saleiro 2022; Menezes, 2018; Vasconcelos 2022, Ramalho, 2022).

POLÍTICAS SOCIAIS À COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL

A Lei n.º 38/2018 de 7 de agosto, em seu 1º capítulo, trata do arcabouço sobre o "direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa". No 2º capítulo, parágrafo I, da mesma lei, está estabelecido que todos e todas são livres para viverem iguais e com dignidade, ficando proibido a discriminação, seja direta e ou indireta sobre qualquer individuo.

No entanto, como está regulamentado na política pública do Estado Português, em seus 2º capítulo, parágrafo II, estão estabelecidos a transferências de delegação e competências do Estado para as instituições Não Governamentais, que ficam responsáveis em cumprir e promover no âmbito das suas competências, as condições necessárias para o exercício efetivo do direito de cidadania para questões de identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa[7].

Com isso fica claro a determinação das instituições privadas como esferas competentes para viabilizar, por meio da institucionalização da política, o cumprimento das ações, programas e projetos sociais pensados aos LGBTIs+. São não governamentais que pautadas pela regulamentação da lei promoverem, no âmbito das suas competências, as condições necessárias para o exercício efetivo do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa (Diário da República, 1.ª série N.º 151 — 7 de agosto de 2018).

É nesse movimento constitucional que se encontra o conjunto das diretrizes que vem orientar a garantia de direitos sociais, sob princípios das tradições democráticas e populares em um compromisso entre as parceiras Estado e a Sociedade Civil Organizada

[7] https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2018

na resposta social à "nova questão social" que tende a ser externalizada na ordem social de transferência de responsabilidade do Estado à sociedade civil, sob efeito imediato e individual (Montaño, 2004, p. 2).

Essas diretrizes constituintes conduzem às perspetivas da descentralização dos serviços socioassistenciais, visando a aproximação dos sujeitos de direitos ao espaço territorial, como princípio da inclusão social. O lugar onde vivem torna-se referência para a intervenção junto aos diferentes sujeitos e suas identidades, que podem ser de género e sexuais (Figueira, 2020), em forma híbrida social. A ideia, de descentralização ou transferências de competências desses serviços socioassistenciais e dos recursos financeiros necessários aos encaminhamentos dessas ações propostas, é proporcionar a adequação das novas perspetivas de Estado mínimo, na perspetiva de dualidade quando "há aqui uns certos críticos da autonomia do poder local, inquietos com um certo crescimento do poder local. Não sei se sentem assustados pela força da ideia da descentralização do Estado" (Lopes, 2017, p. 260).

A crítica que Lopes (2017) faz sobre a descentralização está relacionada com o controle das organizações sociais pela sociedade civil, que estão na intervenção e na execução direta das políticas públicas, o que poderia gerar um processo de empoderamento da sociedade local devido sua capacidade de pactuação entre os entes federados e os sujeitos inseridos nas ações sociais, em seus princípios republicanos. No entanto, avalio que o único cuidado com as transferências de competências organizacionais, está relacionado com a heterogeneidade da sociedade e nos interesses que esbarram nas identidades, valores, estilos, classes sociais, poder económico e inferências de cada indivíduo dessa sociedade, e como ele(ela) toma como democracia, a sua própria construção coletiva e sociopolítica.

O jogo político que se estabelece nas disputas no interior das sociedades organizadas, luta pelo acesso a fatias dos recursos geridos pelo Estado, e vão criando uma esfera social que deve ser levada em consideração, em parte e em um todo, já que falamos de uma formulação de bens e serviços gerados na dinâmica do Estado, mas diluído na relação com as classes sociais e seus grupos mais empoderados.

Montaño, (2021), avalia que esse processo de gestão societária, está associado, também, e em grande parte, da elevação dos índices de pobreza e miséria, com cortes nos recursos públicos das estatais e fortalecimento das instituições Não

Governamentais, quando essas (Não Governamentais), avançam no processo de garantias de direitos sociais, sob a perspectiva de redução do Estado, constituindo agravo para a redução da pobreza, ou na perspetiva de Yazbek (2006, p. 63), "a pobreza (…) constitui-se de um conjunto heterogêneo, cuja unidade buscamos encontrar na renda limitada, na exclusão e na subalternidade".

Para Netto (1995, p. 77), a "(…) liberdade econômica só é possível sobre o mercado livre (isto é, sem mecanismos extraeconómicos de regulação), que funda a liberdade civil e política", enquanto uma abstração social, pois o mercado, no contexto do neoliberalismo, é quem legitima e determina o espaço de intervenção estatal, concebendo às estruturas extremas que gestam o Estado máximo para o capital e o Estado mínimo à população (Eid, 2004).

É o controle social das instituições Não Governamentais, que carregam a responsabilidade de executores da política social (Netto, 1995). Na política social para LGBTIs+, se tem conseguido criar mecanismos de contenção da violência, embora haja um panorama exaustivo de experimentação no cotidiano dessas pessoas que lutam pelo reconhecimento de seus direitos (Zimerman, 2020), a exemplo de ações voltadas a erradicação dos "elevados índices de violência urbana (…) principalmente contra a comunidade LGBTI+" (Zimerman, 2020, p. 81).

As Não Governamentais que agem nas demandas da comunidade LGBTI+ tem procurado pautar as ações de políticas públicas de modo interseccionais (Assis, 2019; Crenshaw, 1991), na medida em que suas queixas abrangem um conjunto de problemas que não podem ser vistos sob um único prisma, como a comunidade LGBTI+ traz sua especificidade no bojo das necessidades, sofrem diversas formas de opressão, até mesmo pela forma como as políticas são formuladas no OIEC, principalmente, quando as garantias de direitos são prerrogativas dessas políticas e não estão sendo garantidas (Fontana et al, 2020).

As políticas sociais precisam agir como resposta, não apenas sobre fatos relacionados à repressão ou mesmo discriminação, mas no conjunto de suas necessidades sociais que extrapolam os problemas das pessoas da comunidade LGBTI+ portuguesa, que se encontra vulnerabilizada, sob a trajetória do desmonte das instituições promotoras das políticas sociais, "identificadas nas várias fragilidades no seu modelo de democracia representativa" (Lopes, 2017, p. 6). Não se constitui tarefa impossível e Amaro (2005, p.

11), aponta como proposta possível que “é preciso ter em conta que a tendência para o desemprego e para a fragmentação das políticas públicas não é irreversível e que as mudanças do sistema de bem-estar são difíceis, mas não impossíveis”

Como reestruturação do Estado de Providência atuando, na redução dos recursos para fazer frente as mazelas sociais em sua mais ampla configuração. Diferentemente do que prega o Estado Providência sob a visão dos mínimos sociais que tem reduzido as prerrogativas e anseios societários da comunidade LGBTI+, mesmo que haja a sua inclusão, existem necessidades históricas a serem proporcionadas.

Indo ao encontro do debate, Benevides (1998), aponta outro caminho que aborda a necessidade de se estabelecer um intenso debate acerca de ações que possam combater as desigualdades, a concentração de riquezas, aumento da pobreza dentre outras problemáticas, é o pressuposto jurídico-institucional, que seja capaz de garantir direitos com prioridades para os direitos sociais, a igualdade e expressão de gênero, a cidadania das minorias emergentes nas transformações societais do século XXI.

É quando Zimmermann (2020, p. 10, cita Prado e Machado 2008, p. 83), sugerindo que a transversalidade entre a democratização e a modernização, podem somar como fortes indícios de reconhecimento das pessoas LGBTI+, pela sociedade heteronormativa[8], principalmente, quando se referem “a expansão dos processos de modernização, temos visto uma considerável ampliação dos princípios democráticos no que diz respeito à sexualidade e as diferenças sexuais, mais especificamente aos comportamentos sexuais não heterossexualmente orientados” (2008, p 83).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As maiores dificuldades em garantir ações de cidadania à comunidade LGBTI+ passam pela necessidade em compreender que as orientações sexuais, identidades e expressões de género e características sexuais das pessoas, não se constituem como doenças ou mesmo desvio de conduta (Cascais, 2006) e que os preconceitos e a ignorância mostram-se como obstáculos, muitas vezes, intransponíveis para a garantia de direitos de cidadania a esse público.

[8] Portugal vai proibir 'terapias de conversão sexual “Projetos que ampliam os direitos de pessoas LGBTQIA+ foram aprovados nesta sexta pelo parlamento do país, mas textos terão de ser fundidos em uma única lei antes de sua adoção final. https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/21/portugal-vai-proibir-terapias-de-conversao-de-genero.ghtml.

A invisibilidade vivenciadas pelas pessoas não normativas, dificulta a organização de serviços públicos específicos para LGBTIs+ e o fio condutor na análise sobre a discriminação LGBTI+, surge, também quando se permite refletir sobre a importância que tem o debate a cerca do papel do Estado enquanto provedor e protetor dos segmentos sociais das camadas excluídas e, também, quais os desafios que as políticas públicas trazem para dentro do comando e do enfrentamento das desigualdades sociais quando esse Estado de Bem Estar Social, assume um carater universalista na proteção social de pessoas e famílias com direitos violados.

BIBLIOGRAFIA

Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Imprensa de Ciências Sociais.

Amaro, M. I. (2005). *Do Estado-Providência ao Estado Regulador – Desafios Para a Cidadania*. CESSS, FCH- UCP.

Andrade, L. N. de; Saleiro, S. P. (2020). Trans(I)Legalidade: Direitos Lgbti+ No Brasil e em Portugal. *Revista Cadernos de Gênero e Diversidade*. Editora Universidade Federal da Bahia. Disponível em www< http://hdl.handle.net/10071/24596>

Assis, D. N. Conceição de. (2019). *Insterseccionalidades* / Dayane N. Conceição de Assis - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância. 57 p.: il.

Benevides, M V de M. (1998) *Cidadania e Direitos Humanos*. Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, http://www.iea.usp.br/artigos.

Bento, M. da C. (2017). Serviço social e municípios: os desafios da interculturalidade e da exopatia*. Intervenção social*. N. 49/50, pp. 25-41.

Behring, E. R. (1998). *Política social no capitalismo tardio*. Cortez Editora.

Branco, F. & Amaro, I. (2011). As práticas do "Serviço Social activo" no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. *Revista Serviço Social e Sociedade Civil*. n 108, p 656-679, out/dez. Cortez Ed.

Cascais, A. F. (2016), "A homossexualidade nas malhas da lei no Portugal dos séculos XIX e XX", *International Journal of Iberian Studies*, Vol. 29, Nº 2, pp. 95- 112.

Campos, T. M. (2013). *O Terceiro Setor em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas instituições particulares de Solidariedade Social da Região Norte- O caso da Misericórdia de Santo Tirso*. Covilhã: Universidade da

Beira Interior. (Tese de Mestrado). Disponível em http://hdl.handle.net/10400.6/2798.

Eid, F. (2004). Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? Artigo apresentado e publicado nos Anais do XI FIEALC – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003. Capítulo do livro: Educação e Socioeconómica Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades, 1, Cácares, UNEMAT Editora, v1, p. 156-172.

Esping-Andersen, G. (2000) *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Ariel.

Fontana, L; Gomes, M. do A. A; Silva, S. S. (2020). (In)visibilidade da comunidade LGBTQIA+ na assistência social: proteção social a quem necessitar? Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. ISSN: 2525-4715 – Ano 2020, Volume 5, número 10, julho – dezembro.

Fraser, N. (2012). Luta de Classes ou Respeito às Diferenças? Igualdade, identidades e justiça social. Titular da catédra Repensando a Justiça Social do Colégio de Estudantes Mundiais da Fundação da Casa de Ciências Humanas. Autora de Les mouvements du féminisme. De L'insurrection des années 60 au néoliberalisme {Os movimentos do feminismo. Da insurreição dos anos 1960 ao neoliberalismo}, Lá Découverte.

Gato, A.P. (2013) - *Da assistência aos pobres aos cuidados de saúde primários: o papel da Enfermagem (1926-2000).* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade Nova.

Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Universitário.

Hall, S. (2005). *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. 2.ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. DP&A.

Lopes, A. C. D. (2017). *A Democracia semidirecta em Portugal – Condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português*. (Tese de Mestrado). Universidade de Lisboa.

Menezes, M. S. de (2018). "Fora da caixa, os Não Recomendado": A Violência Contra a População LGBT em Sergipe e o Atendimento Profissional dos Casos Oficiais de Homofobia e Transfobia. [recurso eletrônico] / Moisés Santos de Menezes. Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise E'book.

Montaño, C. (1999). "Das 'lógicas do Estado' às 'lógicas da sociedade civil'. Estado e 'terceiro setor' em questão". *Serviço Social & Sociedade*, nº 59. Cortez Editora.

Montaño, C. (2002). *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. Cortez Editora.

Montaño, C. (2004). O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". *Lutas Sociais*, (8), 53–64. Cortez Editora.

Montaño, C. (2015). *O Canto da Sereia: Uma crítica à ideologia e aos projetos do "Terceiro Setor"*. Cortez Editora.

Montaño, C. (2021). O Projeto Emancipatório Revolucionário e a Articulação das Lutas de Classe e Anti opressivas Particulares ("Identitárias"). Trabalho apresentado na X Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). São Luís do Maranhão.

Netto, J. P. (1995). C*rise do socialismo e ofensiva neoliberal*. Ed Cortez, SP.

Ramalho, N. & Menezes, M. S. de (2022). O Enquadramento Jurídico dos Crimes de Ódio contra Pessoas LGBTI+ Estudo Nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – CIG. Capítulo 3. P. 165-233.

Rodrigues E. V (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia*, Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, pág. 191-230.

Sader, E. (2001). Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Paz e Terra, 4ª edição.

Saleiro, S. P. (2022). Discriminação em função da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais e Necessidades das Pessoas LGBTI+. Estudo Nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – CIG. Capítulo 2. P. 47-163.

Santos, B. de S (1984), "A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)", *Pensamiento Ibero americano,* 5, 499-520.

Simionatto, I. & Lusa, E. (2011). Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 215 - 226, ago./dez.

Silva, M. O. S e. et AL (2011) Comunidade Solidária: contradições e debilidades do discurso. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.) *A Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasi.l* Cortez Editora.

Souza, J. de (2003). A Construção Social da Subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Ed. UFMG e Iuperj.

Vasconcelos, P. (2004). Categorização, identidade e sexualidade: Notas sobre a dominação. Em A. P. Marques et al. (Orgs.), Formas identitárias e modernidade tardia (pp. 51-70). ICS & UM.

Yazbek, M. C. (2006). *Classes Subalternas e assistência social*. Ed Cortez.

Zimerman, A. (2020). Políticas LGBTI+/Organizado por Artur Zimerman-Santo André, SP: Universiade do ABC. 100 p. (Desigualdade Regional e as Políticas Públicas; v. 14) ISBN 978-65-5040-027-9.

O 25 DE ABRIL E AS MULHERES
NAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Tânia Santos[1], Ricardo Vieira[2]

[1] ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPleiria

[2] ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPleiria

"De uma mão partiu o gesto de florir a revolução.

Às notícias - tão esperadas e tão inesperadas afinal! - ela pensara que as papoilas não as havia na cidade, ainda que em Abril elas despontassem já por tudo o que é campo.

E então ela procura cravos e com os braços repletos ela se fora até onde ainda se combatia. Cravos vermelhos em seu regaço.

Cravos vermelhos em suas mãos.

Passando de mão em mão.

Cravos vermelhos tornados flor da esperança tecida em luta."

(Mascaranhas, 1999, p. 8)

A todas, a nossa homenagem.

RESUMO

No Estado Novo a voz das mulheres regia-se por fronteiras bem definidas. A coberto do preceito constitucional, os direitos civis, políticos e económicos das mulheres tinham legalmente um tratamento diferenciado e desvantajoso relativamente aos homens, "chefes de família", aos quais deviam subserviência.

Durante a ditadura, as mulheres viam-se limitadas na sua ação e poder de decisão, vivendo situações pessoais, familiares, sociais e económicas de indubitável desvantagem.

Até à Revolução de 25 de Abril de 1974, a Lei interditava às mulheres o acesso à política (não podiam sequer votar), era-lhes vedado o acesso a carreiras diplomáticas e da magistratura, bem como a uma carreira de enfermagem em simultâneo com o casamento. A integração em cargos superiores da Administração Pública e em carreiras policiais e das forças armadas era também proibida.

Com a Revolução, foi na área do trabalho que se verificaram maiores alterações na legislação. Ficaram definidas na Constituição da República mudanças que visavam a garantia da igualdade género no que se refere a acesso ao trabalho, na remuneração, na progressão na carreira e na segurança social, o que teve enorme impacto da vida das mulheres e na sociedade em geral.

Com foco nas organizações de economia social e solidária, a apresentação do estudo proposto visa compreender a realidade das mulheres portuguesas nestas organizações,

de forma comparativa, antes e depois do 25 de Abril. Mais especificamente, com base em literatura relevante, pretende-se conhecer a distribuição da população trabalhadora feminina na estrutura organizacional das instituições de economia social e solidária em Portugal, em particular no que toca ao acesso destas a cargos de liderança, antes e após a Revolução de 25 de Abril.
Empiricamente, apresentaremos dados biográficos colhidos numa entrevista aprofundada com uma educadora de infância cuja trajetória social mostra a articulação que sempre fez entre ser educadora e ser interventora social, animadora cultural, como veremos no desenvolvimento do texto que se segue.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução de 25 de Abril de 1974, mulheres, economia social e solidária, liderança.

INTRODUÇÃO

Um olhar global e comparativo à história social e cultural da sociedade portuguesa, entre o princípio do século XX e o primeiro quartel do atual, revela que a sua evolução está intimamente associada à participação das mulheres na sociedade em geral e à importância que acarretou nas transformações operadas na sociedade portuguesa, a nível de comportamento e mentalidades. Evidencia-se, neste âmbito, a conquista dos direitos das mulheres no caminho da promoção e sedimentação das condições de igualdade, no que se refere a direitos cívicos e de regulamentação para a progressiva entrada das mesmas em algumas áreas profissionais tradicionalmente ocupadas por homens, bem como na atividade política.
Com vista ao estudo do papel fundamental que as mulheres trouxeram para a alteração do paradigma social associado a uma forte referência do poder masculino, a presente introdução versa a exposição do problema científico em estudo, seguida de uma breve apresentação da metodologia e dos resultados obtidos da investigação.

O problema científico

Algumas (muitas) mulheres educadoras têm vindo a destacar-se na sociedade contemporânea, nas suas comunidades e nas organizações que integram, pelas suas capacidades de liderança e ativismo. Muitas outras, mulheres criativas, persistentes, corajosas e detentoras de forte cidadania ativa, permanecem desconhecidas. Imbuídos de propósito investigativo, queremos conhecer, no âmbito deste projeto de

investigação, de que aqui afloramos algumas questões, líderes de organizações de economia social e solidária, cuja ação e efeitos são e serão notórios no desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas, neste e durante o próximo século. Quem são estas mulheres, donde vêm e como se tornaram no que são?

O argumento

Seguindo o contributo de Brennan (1996) e de Sachs (1999, 2001) sobre o perfil do professor/educador, os autores consideram que este profissional empreendedor pode e deve assumir uma responsabilidade mais lata do que o que o que este grupo social tem feito, no geral, detendo funções mais alargadas junto das comunidades, que vão para além da escola, com uma versão de serviço, baseada no compromisso para com essas comunidades. De acordo com Robinson & Perryman (2004), o compromisso é considerado uma atitude positiva do indivíduo para a prossecução dos objetivos da organização, considerando o seu potencial e dificuldades, assim como a equipa.

A instituições de economia social e solidária são organizações que visam o bem-estar social. Enquadram-se em "iniciativas formais e informais, de cariz humanista, altruísta, baseadas na reciprocidade e na solidariedade, que visam criar e desenvolver mecanismos de justiça económica para proteger os cidadãos em situações de desfavorecimento e promover o bem-estar social" (Santos, 2025, p. 298).

No âmbito deste estudo de natureza biográfica, pretende-se compreender a realidade de uma mulher portuguesa, líder da organização de economia social e solidária Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pombal, seu percurso pessoal e profissional, suas experiências e aspirações.

Da metodologia

Neste texto, recorremos exclusivamente a uma trajetória social, ao estudo de caso da educadora Ana Cabral, cuja vida pessoal e profissional sempre foi muito cruzada com projetos de desenvolvimento e animação comunitária e muito ricas em empreendedorismo social. Muito embora este estudo se inscreva num projeto de pós doutoramento no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.NOVA, sobre economia social e solidária, e tenha como universo de estudo mulheres com cargos de liderança na área das organizações sociais, neste caso concreto da comunicação

apresentada na XII Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social apresentamos testemunhos apenas de um dos casos estudados. Em concreto, pretende-se, no âmbito deste pós-doutoramento, abordar factos e testemunhos de mulheres portugueses que viveram no último século e se constituíram testemunhos de liberdade, conquista e cuidado pelo outro e pela comunidade em geral. Muitas são conhecidas do público, outras tiveram vivências discretas e anónimas, sem grande protagonismo social. Considerou-se que o método biográfico seria o mais adequado para a realização desta investigação de cariz interpretativo e descritivo (Josso, 2022), na medida em que se pretende compreender o fenómeno da integração das mulheres nas organizações de economia social e solidária. A partir da narrativa biográfica de Ana Cabral, sobre as sua vivências, memórias e experiências relatadas, os acontecimentos que viveu e vive (Cappelle, Borges & Miranda, 2011; Santos & Davel, 2021, Vieira, 1999, 2014) é possível compreender o entrosamento da identidade pessoal com a identidade professional, assim como a categoria "mulher no trabalho social" a partir de um caso único (Vieira, 1999; Josso, 2002).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No chamado Estado Novo (1933-1974), vivia-se, e assumia-se legal, institucional e socialmente, a inferioridade e subserviência da mulher em relação ao homem. Esta desigualdade baseava-se em argumentos biológicos e sociológicos: as mulheres teriam um tratamento negativamente diferenciado, apenas devido à sua "natureza" feminina. Na sociedade, o papel da mulher resumia-se publica e legalmente à natureza de mãe, tendo como função primordial "parir os filhos da Nação (…) cidadãos obedientes ao chefe" (Mascarenhas, 1999, p. 15). Neste contexto, António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros (1933-1968), líder da União Nacional e promotor do Estado Novo, dirigia-se às mulheres como "mulher-mãe", "mulher casa", "mulher pátria"… (*ibidem).* A mulher, nos termos do Código Civil português de 1867, a mulher não seria capaz de administrar os seus bens, devendo mercê ao marido no que concerne a decisões relativas aos filhos, ao seu património, às suas dívidas e ao casamento. A título de exemplo, refira-se o nº1 do artigo 1687º do Código Civil da altura, que estabelecia a seguinte regra geral: "A administração dos bens do casal, incluindo os próprios da mulher e os bens dotais, pertence ao marido, como chefe de família". No

que se refere ao mercado de trabalho, muitas profissões eram vedadas às mulheres, entre as quais a magistratura, a diplomacia e as carreiras militares.

"O colapso originado nas instituições pela revolução do 25 de Abril foi – no imediato – tamanho" (Ferreira, 2023, p. 201). Trouxe uma nova Constituição, que alterou profundamente o tratamento legal das mulheres, desafazendo as lógicas discriminatórias em função do sexo. Operaram-se grandes mudanças na área do trabalho, garantindo às mulheres os mesmos direitos que os homens, no que concerne à remuneração, ao acesso ao emprego (por exemplo, magistratura, carreira diplomática, Polícia e Forças Armadas e cargos superiores da Administração pública), à segurança social (a título de exemplo, a proteção na maternidade passa a ser acessível também às mulheres trabalhadoras não casadas, antes vedada) e à saúde (nomeadamente saúde sexual e reprodutiva).

O estudo que suporta este texto trata a liderança das mulheres em organizações de economia social e solidária. À luz do que aconteceu noutros países da Europa e do mundo, em Portugal, a economia social e solidária está intimamente relacionada com a evolução social e económica do nosso país, existindo desde os primórdios da sua fundação (Santos, 2013). As instituições que estão incluídas neste setor têm origem em "iniciativas filantrópicas e caritativas (…) ligadas à Igreja" (Almeida, 2011, p. 85) ou fortemente inspiradas na doutrina das Obras de Misericórdia e "na ideia cristã de que as pessoas precisam de actuar de forma a merecem a misericórdia de Deus nos valores cristãos" (Franco, Sokolowski, Airel & Salamon, 2005, p. 22). Mas foi no final do século XX que estas organizações proliferaram em Portugal, aproveitando o ambiente socioeconómico favorável.

Para a realização da investigação, recorreu-se ao método biográfico, com recurso a uma entrevista semi-estruturada de cariz etnobiográfico (Vieira, 2009).

O método biográfico

> "lê a realidade social do ponto de vista de um indivíduo historicamente determinado. Situa-se frequentemente no quadro de uma interação pessoal (entrevista); no caso de uma qualquer narrativa biográfica, essa interação é bastante densa, mais ainda que as relações entre observador e observado. (Ferrarotti, 2010, p. 36).

O método biográfico enquadra-se, portanto, numa abordagem de investigação narrativa, que visa conceber, analisar e explorar os fenómenos narrativos, registando, analisando e explorando o que é descrito pelo participante (Josso, 2002, Bertaux, 2010; Nóvoa & Finger, 2010).

Neste contexto, concebemos a investigação social com base na história de vida de um indivíduo, enquanto constructo de uma história social, uma vez que

> "as histórias constroem-se numa perspectiva retroativa (presente para o passado) e procura projetar-se no futuro; a formação deve ser entendida como uma tomada de consciência reflexiva (presente) de toda uma trajetória percorrida no passado" (Nóvoa & Finger, 2010, p. 28).

METODOLOGIA E PRINCIPAIS RESULTADOS

Metodologia

A recolha dos dados para a presente comunicação foi feita através de uma entrevista aprofundada, aberta e como conversa (Burgess, 1979) e partindo das respostas da entrevistada para aprofundar a narrativa reformulando as novas questões. Desta forma, a entrevista tornou-se também etnobiográfica (Vieira, 2009, 2014). Assumiu-se que este tipo de entrevista seria o mais apropriado para a investigação em curso, na medida em que estes instrumentos se "se centram nos interesses dos entrevistados, com enfoque nas suas vidas, permitem ao entrevistado dar sentido ao que nunca tinha sido dito, pensado explicitado, estruturado." (Vieira & Vieira, 2017, pp. 55-56; Lopes, 2022).

No contexto desta investigação, pretendemos conhecer o perfil e "história de vida" (Vieira, 1999) das mulheres líderes de organizações de economia social, e compreender a evolução, responsabilidades e desafios inerentes à liderança feminina nestas organizações, antes e depois do 25 de abril. Para o efeito, foi elaborado um guião da entrevista.

Sendo a Ana uma mulher que se encontra neste momento a presidir a Direção de uma associação de extrema importância no concelho e na região em que está inserida, como é a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pombal, considerámos que o

seu perfil se enquadraria no âmbito do nosso estudo, podendo, a partir do seu contributo com esta entrevista, enriquecê-lo.

Foi agendada com a entrevistada uma conversa informal, no sentido de explorar junto da inquirida as perguntas previamente elaboradas. Consertada a disponibilidade dos investigadores e da entrevistada, a entrevista foi realizada no dia 26 de novembro de 2024, ao final da tarde. Ana concedeu-nos a oportunidade de termos uma conversa, uma entrevista etnográfica, onde apresentámos e explorámos os seguintes aspetos:

i) Compreensão da autoidentidade da entrevistada

ii) Descrição do cargo de liderança, com vista a compreender a autorrepresentação de si como líder.

iii) Desafios sobre a aceitação de uma mulher líder a governar num mundo masculino, no sentido de conhecer a heterorrepresentação de si junto dos outros.

iv) Identificação da presença das mulheres na Associação, antes e depois do 25 de Abril

Conforme descrito na grelha de entrevista abaixo, as perguntas 1 e 2 enquadram-se na descrição da sua "autoidentidade", com o intuito de perceber a perspetiva da entrevistada sobre "Como me vejo?". A pergunta 3 surge para compreender a sua "heteroidentidade"; neste sentido, pretende-se "ouvir" e "ver" a perceção da entrevistada sobre "Como os outros me veem?". Finalmente, a exploração da pergunta 4 permitirá o conhecimento da realidade da Associação, no que se refere à presença feminina nos quadros de pessoal da organização, enquanto colaboradoras, voluntárias e líderes, antes e depois do 25 de Abril.

Tabela 1. Grelha da entrevista a uma mulher, líder de uma organização de economia social e solidária

Tópicos	**Perguntas**	**Informação pretendida**
Identidade e história de vida	Pode-se identificar por favor, explorando o seu percurso pessoal, académico, profissional e associativo.	Conhecer o perfil da inquirida; Conhecer a história de vida da inquirida.

Autorrepresentação da inquirida como líder	Quais as suas funções na Associação e quais as responsabilidades inerentes à função? Quais as competências necessárias ao exercício da sua função?	Compreender a perceção da inquirida sobre a sua função, no que se refere a responsabilidades, tarefas e competências que sente como necessárias ao exercício da liderança.
Heterrepresentação da inquirida juntos dos outros	Qual a perceção que tem dos seus colegas sobre o seu trabalho? Como é governar num mundo de homens?	Compreender a perceção da inquirida sobre como os colegas veem a sua liderança. Conhecer os desafios que sente que se impõem ao exercício de uma função de liderança, considerando, em especial, o facto de ser mulher.
A realidade e história da Associação.	Quantas mulheres trabalham (voluntariamente ou não) nesta Associação? Qual a evolução da presença de mulheres nos Bombeiros? Tem conhecimento da realidade dos Bombeiros antes do 25 de abril?	Conhecer a realidade demográfica da Associação e respetiva evolução. Conhecer a estrutura organizacional da Associação, identificando (ou não), historicamente, a presença de mulheres na mesma.

Fonte: elaboração própria.

Principais resultados

Apresentam-se de seguida os principais dados biográficos decorrentes da entrevista realizada na sala de reuniões da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal. À chegada fomos recebidos na receção da Associação, num ambiente afável e cordial, tendo sido encaminhados pela entrevistada àquela sala.

Destacamos da conversa informal, os aspetos que a seguir se apresentam, provenientes da realização de uma entrevista semi-estruturada, em profundidade, de cariz etnobiográfico. Conforme descrevem Vieira & Vieira (2017, p. 56),

O papel do investigador não é, por artes mágicas, o de encontrar o verdadeiro sentido das práticas dos sujeitos estudados. Através dessas entrevistas procura-se mostrar o interesse interacionista dos sujeitos de estudo em saber das intenções do investigador, no sentido de ambos acederem a dimensões interpretativas que não estavam explicitadas para ambos. Assim, não é apenas o investigador que tem competências compreensivas, mas é também o próprio sujeito entrevistado que alonga as suas racionalidades e produz discursos que sozinho não conseguiria produzir.

i) Compreensão da autoidentidade da entrevistada

Identidade e história de vida da líder [percurso pessoal, profissional e associativo]

Ana Cabral tem 64 anos, é educadora de infância de formação incial, tem 42 anos de serviços e sempre foi "uma pessoa muito inquieta" [Entrevistada (E)] e com experiências fora do contexto escolar: "Sempre fui uma pessoa muito ligada às artes, sempre na música, no teatro, em várias frentes. Fui também presidida do Grupo Teatro Amador de Pombal, fui cofundadora do Grupo Teatro Amador de Pombal, fui também fundadora e elemento de grupos de música popular em Pombal, com vários professores, etc. Portanto, fui sempre uma pessoa muito ativa desde muito nova, sempre em grupos de jovens e tudo isso." (E)

Ao longo do seu percurso profissional, após ter assumido a função de educadora num Jardim de Infância, durante 12 anos, aceitou o desafio para Diretora da Biblioteca do Município de Pombal. Mais tarde, e porque "o nome da Biblioteca Municipal [de Pombal] já estava muito bem posicionado, eu fui logo agarrada por Lisboa, portanto, quer o Plano de Ação de Leitura, quer as bibliotecas escolares, na altura do Ministério da Educação, vieram-me buscar (…). E eu mesmo com dois filhos pequenos, estas coisas assim, lancei-me a esse desafio. E, portanto, durante 22 anos da minha vida, ou 20, já não sei quantos, estive dedicada, portanto, a esse trabalho: formação a nível nacional, desenvolvimento de projetos e programas na área da literacia a nível nacional também, fazia assessoria ao gabinete de bibliotecas escolares e no Plano Nacional de Leitura (…).

E pronto, este foi um percurso fantástico, foi uma daquelas coisas em que nós vamos conhecer e sentir o pulsar de outras escolas a nível nacional, de outras pessoas, bibliotecas municipais, portanto, trabalhei com muita gente muitas bibliotecas municipais, professores câmaras, portanto, e deu um background muito bom" (E).

Foi, posteriormente, vereadora da Cultura (2 anos), vereadora da Educação (4 anos) e vereadora da Saúde e Ação Social (4 anos) no Município de Pombal. Ana aceitou integrar a equipa de vereação porque queria também regressar à sua terra natal, e exercer ação com impacto na sua comunidade: "aceitei ser vereadora, aceitei porque realmente tinham sido 20 anos da minha vida dedicada a andar por país, dei muita formação, milhares de quilómetros que fiz e achei que estava na altura de estabilizar mais um pouco, de ficar mais por aqui em Pombal (…) e eu comecei muito cedo a trabalhar em Pombal, não é? Muito nova, acabei o curso muito nova e depois com a biblioteca e tudo dediquei muito à parte da comunidade e achei, não, eu vou abraçar esta missão" (E).

Esta experiência trouxe-lhe também o enriquecimento, aprendizagem e partilha a nível internacional: "Claro que deu-me também muitas perspetivas a outro nível, na parte política também, e contatos com outros municípios, a nível internacional, com o trabalho internacional também" (E).

Neste momento, é educadora de infância num Jardim de Infância inserido numa comunidade rural, por opção: "Sinto-me super feliz, porque posso fazer aquilo em que eu acredito, que é a educação. E acredito em o que é ser criança (…). E por isso estou muito feliz lá, já por várias vezes tive a oportunidade de ir para centros escolares, mas não. Optei por gente de aldeia e quero estar lá até ao final" (E).

ii) Descrição do cargo de liderança, com vista a compreender a autorrepresentação de si como líder.

Ana assume que tem um perfil de liderança: "eu entendo que sou líder. (…) Não sou um líder muito diretivo, mas gosto de construir as coisas com os outros. (…) Tive sempre este perfil. (…) Nas bibliotecas, (…) a Ministra da Educação na altura e outras pessoais, diziam que eu movia montanhas, porque esta minha forma de ser inquieta, pronto…acaba por também inquietar os outros, e também transmitir aquilo que é importante para os outros, e por conseguir que os outros também adiram aos programas e aos projetos e etc. Pronto. E isso foi muito bom na minha vida…" (E).

Aceitou o cargo por convite: “Foi o Presidente da Assembleia Geral que me convidou para integrar a lista enquanto Presidente” (…) Precisavam de uma pessoa que fosse sensível, que tivesse uma liderança humana, ouvindo os outros, sabendo ouvir, ouvindo, e depois equilíbrio para tomar decisões. (…) Nesta tarefa de humanizar, de comunicar…” (E). Evidenciando o seu perfil de líder democrático (Chiavenato, 1999, Lippit & White, 1960, Maximiano, 2008), mediante o encorajamento e motivação dos membros do grupo a tomarem decisões, Ana revela que consulta sempre a equipa na tomada de decisões e que trabalham efetivamente em equipa: “Temos reuniões de direção de 15 em 15 dias. (…) Não decido nada sozinha. (…) Trabalho com eles sempre em equipa”.

iii) Desafios sobre a aceitação de uma mulher líder a governar num mundo masculino, no sentido de conhecer a heterorepresentação de si junto dos outros.

Quando tentamos perceber a perspetiva da entrevistada sobre a sua perceção dos colegas acerca do seu trabalho e forma de liderança, Ana sente que passados 7 meses após ter assumido o cargo, “nota-se já uma atitude diferente”. E explica: “No outro dia uma bombeira, das mais antigas que está aqui, que me disse: “Nós sentimos mais… conseguimos respirar de uma forma diferente... E foi tão bonito! Eu fiquei muito…” (E) [silêncio].

Considera que há muitos problemas, nomeadamente financeiros, que ainda não foram solucionados, porque a sua resolução não depende só da Associação. Mas, há outros, nomeadamente a falta de comunicação, que têm vindo a ser trabalhados, através de reuniões (mais formais) e conversas informais. A título de exemplo, Ana refere em relação às reuniões, que “eles sentiam que não estavam a ser ouvidos pelas chefias, ou sentiam que a chefia não estava a entendê-los bem. E então reuniões com a chefia, reunião com o comando e tentar depois descer isso, não é? Essa parte tem sido, e tem sido um desafio diário sempre.”. Quanto às conversas informais, surgiram porque os próprios colaboradores solicitavam: “os primeiros meses, eles pediam para falar comigo. E eu vinha para cá, (…) e fui ouvindo. Vinha cá nem que fosse ao sábado, ao domingo, durante o dia, à noite, pronto, sempre de uma forma muito acessível. Primeiro começaram a vir individualmente, depois começaram a vir em pequeninos grupos de… porque eles têm equipas” (E). O feedback tem sido também positivo: “ontem eu fui

almoçar ao Louriçal, e falar com eles, falam-me, falta isto e falta aquilo… Mas, Presidente, vocês estão a fazer um bom trabalho. Chamam-me sempre Presidente, e fazem assim com os pés… é tão engraçado… eu não estava habituada nisso. Fazem os pés, e depois, então, um beijinho é muito engraçado… [risos] primeiro o protocolo, primeiro protocolo, sempre primeiro protocolo, e depois então e eles disseram, mas Presidente, mas já fizeram muita coisa em 7 meses." (E). Remata dizendo que "Eu sinto eles confiarem, eu acho que eles confiam. (…) "Sinto que eles me respeitam, quer sejam homens, quer sejam mulheres, sem dúvida, e que me procuram e que aceitam as sugestões que nós estamos a dar-lhes, novas sugestões."(E)

Neste contexto de heterorepresentação da líder, constatamos que a entrevistada vê o facto de ser mulher como uma mais-valia e característica diferenciadora que proporciona uma melhor liderança. Neste sentido, Ana revela que "o facto de ser mulher ajuda nesta… nesta liderança. Nesta tarefa de humanizar, de comunicar…". Afinal esta foi uma das motivações para aceitar o convite a integrar a lista como Presidente, que de salientar, não teve qualquer voto contra aquando das eleições para o cargo.

iv) Identificação da presença das mulheres na Associação, antes e depois do 25 de Abril.

Relativamente à presença de mulheres num setor comummente associado à preponderância masculina, neste momento as mulheres representam já quase 40% do corpo da Associação.

Ainda assim, ao nível da liderança feminina, não há representatividade e "40% já é um número elevado!" (E). Mas a tendência é para aumentar: "Ainda ontem eu estive reunida com o Comandante, e estivemos aqui a fazer uma nova equipa de primeiro socorro… e , e foi muito interessante a preocupação do Comandante, comigo já dizer: "ó Presidente, se calhar vou aqui pôr uma mulher para a equipa ficar equilibrada". Portanto, haver aqui esta preocupação com equidade de género nas próprias equipas de primeiro socorro. Porque as mulheres são muito sensíveis também. Os homens têm mais aquele sangue-frio. E acho que estas equipas ganham também em ter mulheres." (E)

Antes da Revolução dos Cravos, a liderança feminina nunca se verificou. Aliás, foi no ano em que se celebram os 50 anos do 25 de Abril que Ana Cabral assumiu o cargo de

Primeira Mulher Presidente da Direção, “a primeira mulher Presidente em 112 anos de vida da Associação” (E).

Dados relativos à liderança das entidades de economia social, em particular a lideranças femininas, são escassos. Ainda assim, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2021) mostra que a direção das Cooperativas é tendencialmente assumida por homens. Os dados mostram que, em 2018, apenas 23% dos cargos de Direção de topo (membros dos órgãos executivos) eram assumidos por mulheres, sendo evidente que nas restantes instituições de economia social, a presença de mulheres nestes cargos é inferior ao verificado nas Cooperativas.

ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

O século XX, em especial o final do milénio, foram marcados pela promoção e consolidação das condições de igualdade. Para o novo milénio fica a expectativa de sedimentação de práticas e modelos que, com base nos valores defendidos na Revolução dos Cravos, tornem a sociedade mais desenvolvida e igualitária. “As mulheres não estão apenas nas revoluções, não “sofrem” as revoluções, não participam somente. Elas fazem as revoluções porque são sujeitos da história, mesmo que se lhes negue tal identidade. As mulheres fazem a história e o modo como as têm feito, os lugares onde estão e como estão, urge tornarem-se visíveis.” (Mascarenhas, 1999. P-7).

Neste estudo, tratamos o caso individual de Ana Cabral, uma educadora de infância, que teve um trajeto pessoal e profissional revelador da polivalência de um educador, tendo abraçado não só a escola, mas também outros projetos, estruturas e culturas. A narrativa sobre o caso de Ana atravessa uma experiência de vida pessoal e profissional, diferenciada e rica, retratando um percurso individual de uma mulher com papel ativo na sociedade contemporânea (nível local, nacional e internacional), que assume também âmbito social.

A investigação realizada revela também que o estudo das profissões deve ser extraído de normas rígidas e elitistas do ideal tipo profissional (Lopes, 2009). A formação de professores e educadores proporciona a estes professores uma enorme bagagem em termos de competências e estratégias que lhes permitem trabalhar em diferentes contextos socioculturais (Lopes, 2022) e integrar projetos e organizações diversificados

e multiculturais, enriquecendo e empoderando comunidades cada vez mais diversas económica e socioculturalmente falando.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, V. (2011). *As instituições Particulares de Solidariedade Social – Governação e Terceiro Sector*. Edições Almedina.

Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). *The Portuguese Nonprofit Sector in Comparative Perspective.* The John Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project. Universidade Católica Portuguesa e John Hopkins University.

Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. EDUFRN.

Brennan, Teresa (2000). Essence Against Identity. S*tudies in Practical Philosophy*. 2(2):138-149.

Burgess, Robert (1997). *A pesquisa de terreno*. Celta Editora.

Cappelle, M. C. A., Borges, C. L. P. & Miranda, A. (2011). *Exemplo de Uso da História Oral como Temática Complementar de Pesquisa em Administração*. In: ANPAD. Anais do VI Encontro de Estudos Organizacionais, Florianópolis.

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2021). *Retrato da Mulher no Setor Cooperativo Português.* CASES, Abril de 2021. https://cases.pt/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-CASES-Retrato-da-Mulher-no-Sector-Cooperativo-Portugues-V2-II-PRINT.pdf.

Ferrarotti, F. (2010). Sobre a autonomia do método biográfico. In Nóvoa, A. & Finger, M. (eds) *O método (auto) biográfico e formação*. UFRN: EDUFRN.

Ferreira, J. (2023). *A Revolução do 25 de Abril – ensaio histórico.* Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3ª edição.

Josso, M. (2002). *Experiências de Vida e Formação*. Educa.

Lippitt, R. & White, R. (1960). *Autocracia e democracia: uma investigação experimental.* Harper e Row Ed.Lopes, A. (2009). Teachers as professionals and teachers' identity construction as an ecological construct: An agenda for research and training drawing upon a biographical research process. *European Educational Research Journal*, 8(3), 461-475.

Lopes, A. (2022). Professoras e professores portugueses 2021: “Que caminho tão longo”. In Conselho Nacional de Educação (Ed.), Estado da Educação 2021 (pp. 408-420). Portugal: Conselho Nacional de Educação.

Mascarenhas, J. (1999). *Abril Mulher*. Câmara Municipal, Biblioteca Museu República e Resistência.

Maximiano, A. C. (2008) *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. 6 ed. Atlas Ed.

Nóvoa, A. & Finger, M. (2010). *O método (auto)biográfico e a formação*. EDUFRN.

Robinson, D., & Perryman, S. (2004). *The Drivers of Employee Engagement*. Institute for Employment Studies. Report 408.

Sachs, J. (1999). *Teacher professional identity: competing discourses, competing outcomes*. Paper presented at AARE Conference Melbourne, November.

Sachs, J. (2001). Teacher professional identity: competing discourses, competing outcomes. *Journal of Education Policy.* 16 (2), 149-161.

Santos, T. (2013). Impactos da Crise na Sustentabilidade do Terceiro Setor. In Santos, R. (coord.) *O Diretor Técnico na Sustentabilidade das IPSS – Atas do IX Encontro de Diretores Técnicos do Distrito de Leiria*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Santos, F. P., & Davel, E. P. B. (2021). Métodos biográficos para a pesquisa em Administração: princípios, potencialidades, práticas e desafios. *Revista Eletrônica De Administração*, 27(2), 430–461.

Santos, T. (2025). Economia Social. in Baltazar, I. & Pacheco, F. (eds) *Dicionário de Valores Europeus*. Edições. Editora Petroy. 246-254.

Vieira, R. (2009). *Identidades pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Colibri.

Vieira, R. (2014) Life Stories, cultural *métissage* and personal identities. *SAGE Open*, 4(1).

Vieira, R. (1999). *Histórias de Vida e Identidades. Professores e Interculturalidade*. Edições Afrontamento.

Vieira, A. & Vieira, R. (2017). Memória, narrativa, interculturalidade e mediação sociopedagógica. In Peréz, Carmen (eds.) *Experiências e narrativas em educação*. EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Vieira, A. M., Vieira, R., & Marques, J. C. (2024). Surgimento e desenvolvimento da pedagogia social nas escolas: O caso português. *Pedagogía Social - Revista Interuniversitaria, 44,* 103-115.

Vieira, R., Pérez de Guzmán, V., Marques, J. C., Silva, P., Vieira, A. M., Margarido, C., Matos, R., & Santos, R. (Orgs.). (2023). *Teoria e prática da pedagogia social, da mediação intercultural e da intervenção social*. Edições Afrontamento.

SERVIÇO SOCIAL… ONDE ESTAVAS NO 25 DE ABRIL?

Cristóvão Margarido[2], Maria Inês Pinto[1], Rui Duarte Santos [2], Emanuel Margarido[1]

[1] *Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria*

[2] *Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria / CICS.NOVA.IPLeiria*

RESUMO

O 25 de abril de 1974 transformou uma ditadura de um país conservador, oprimido e fechado sobre si próprio, numa democracia, defensora de direitos, liberdades e garantias. Esta conjuntura sociopolítica, aliada ao desenvolvimento geral das Ciências Sociais, impulsionou um Serviço Social mais crítico e comprometido com os direitos humanos, contrariando a instrumentalização política e ideológica anteriores.
A institucionalização da formação e da profissão em Portugal ocorreu em pleno Estado Novo, muito marcadas pelo conservadorismo e corporativismo, procurando formar e integrar, nos organismos públicos, agentes de controlo social. Contudo, a partir dos anos 60 assiste-se a um movimento social e profissional de contestação e oposição à ditadura, que culminou, em 74, num tempo de rutura e crítica do Serviço Social, o denominado Movimento de Reconceptualização, originário da América Latina. Repensava-se assim a formação e a integração profissionais, numa perspetiva de construção de agentes de mudança social, marcando um período importante de desenvolvimento e afirmação.
Com este trabalho pretende-se realizar uma análise ao Serviço Social enquanto profissão antes e após o 25 de abril de 1974.

Palavras-chave: Serviço Social; Profissão; Revolução.

INTRODUÇÃO

A profissão de Serviço Social em Portugal passou por transformações significativas antes e após a Revolução de 25 de Abril de 1974, uma época marcada por mudanças políticas e sociais profundas. A revolução não apenas desafiou a ordem estabelecida, mas também abriu novas oportunidades e perspetivas para os assistentes sociais, que se começaram a envolver ativamente em práticas políticas, com forte incidência social. Este artigo explora os impactos dessa transição, analisando como as estruturas de oportunidade política influenciaram a prática profissional dos assistentes sociais, levando a uma reafirmação de identidades profissionais e a uma radicalização das intervenções sociais. Conhecer e compreender esses impactos é essencial para uma análise crítica do Serviço Social e suas evoluções. Antes da Revolução de 25 de abril de

1974, o trabalho social em Portugal era, em grande parte, influenciado por estruturas sociais conservadoras, com um foco predominantemente assistencialista. Após a revolução, passou a ser reconhecido como uma profissão fundamental para a construção de um Estado democrático e igualitário, favorecendo a inclusão e a participação dos cidadãos

A Revolução de 25 de Abril de 1974, representou um marco decisivo na história contemporânea de Portugal, não apenas por promover a queda do regime autoritário do Estado Novo, mas também por abrir um novo horizonte para diversas profissões, inclusive o Serviço Social. Nesse contexto, a Revolução propiciou um ambiente político propício para que assistentes sociais se engajassem ativamente em práticas que buscavam não apenas atender às demandas sociais, mas também afirmar sua posição política e ética na sociedade. Os estudos evidenciam que a Revolução de 1974, contribuiu para a politização da prática profissional (Silva, 2023). Além disso, a evolução da educação em Serviço Social, com suas raízes na transformação social promovida por eventos revolucionários, demonstrou uma continuidade significativa entre os períodos de rutura e consolidação da profissão em Portugal (Branco, 2018).

TRABALHO SOCIAL EM PORTUGAL ANTES DA REVOLUÇÃO

Antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, o trabalho social em Portugal caracterizava-se por uma conceção tradicional e conservadora, amplamente influenciada por uma ideologia política que promovia o distanciamento da prática profissional. A atuação dos assistentes sociais restringia-se, muitas vezes, a intervenções de controlo e vigilância (exemplo de polícia sanitário em zonas urbanas degradadas), limitando seu potencial transformador a um contexto social marcado por desigualdades e injustiças (Silva, 2023; Rezola, 2019).

Durante as décadas de 1930 e 1940, o Estado Novo consolidou instituições de assistência social como forma de atenuar os efeitos das desigualdades sociais sem, no entanto, questionar as suas causas estruturais. O Serviço Social institucionalizou-se nesse contexto, sendo fortemente influenciado pela doutrina social da Igreja Católica e pela visão caritativa e moralista do auxílio aos “mais necessitados”.

A criação das primeiras Escolas de Serviço Social, como a de Lisboa (1935) e do Porto (1942), foi resultado da colaboração entre o Estado e a Igreja. Essas instituições

formavam profissionais predominantemente do sexo feminino, preparadas para atuar em áreas como saúde, infância e assistência à família, mas sempre dentro dos moldes da moral cristã e da disciplina social (Ferreira, 1996). Neste contexto do Estado Novo, o trabalho social tinha como principal função a manutenção da ordem social e moral, e não a transformação das condições de vida das populações vulneráveis. As assistentes sociais eram encaradas como as "missionárias sociais", cujo papel era intervir para "educar" os pobres, promovendo comportamentos considerados adequados à moral do regime (Cruz, 2001).

A Igreja Católica desempenhou um papel crucial nas práticas de trabalho social em Portugal, especialmente antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, quando instituições religiosas frequentemente preenchiam as lacunas deixadas pelo Estado. Essas organizações não apenas ofereciam assistência social, mas também moldavam as normas e valores da sociedade, promovendo uma visão moral da caridade e do dever social. Durante este período, as práticas de trabalho social estavam intimamente ligadas a um modelo que enfatizava a ajuda mútua e o fortalecimento da comunidade, refletindo a influência das tradições religiosas. Além disso, a Igreja frequentemente interagia com outras esferas de poder, influenciando politicamente questões sociais. Assim, a presença e a ação da Igreja Católica foram fundamentais para a formação das práticas de trabalho social, criando um quadro que se tornou evidente nas transformações que ocorreram após a Revolução (Ferreira, 1996).

O Serviço Social funcionava, assim, como instrumento de controlo e vigilância, em articulação com as políticas assistenciais do Estado e da Igreja. A sua ação estava limitada a uma perspetiva técnico-administrativa e caritativa, evitando qualquer abordagem crítica ou política dos problemas sociais (Ferreira, 1996). Apesar desta rigidez ideológica do regime, algumas assistentes sociais começaram a desenvolver leituras críticas da realidade social, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando se intensifica a crise do Estado Novo. O contacto com correntes internacionais e as possibilidades de mudança política acabariam por gerar fissuras na estrutura conservadora do Serviço Social português (Carvalho, 2003), começando a reivindicar novas práticas, alinhadas com os ideais de justiça social e direitos humanos. Essa transformação também refletiu a necessidade de uma reavaliação do currículo de

formação académica em serviço social, que passou a incorporar uma perspetiva crítico/reflexiva face aos desafios sociais emergentes (Branco, 2018).

O IMPACTO DA REVOLUÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NO SERVIÇO SOCIAL

A Revolução de 25 de Abril de 1974 trouxe transformações significativas nas políticas governamentais relativas ao bem-estar social em Portugal. Durante esse período, os assistentes sociais foram desafiados a reconfigurar suas práticas para uma nova realidade de políticas sociais, afirmando-se como principais protagonistas na afirmação de direitos sociais e na construção de um novo paradigma na intervenção social (Martins, 1995). O Serviço Social começa a consolidar o seu estatuto profissional com a criação de associações profissionais, carreiras e legitimação e ampliação da formação académica, passando a sua intervenção por movimentos sociais para melhores condições de vida, pela construção de políticas sociais enquanto direitos e pela criação do sistema de segurança social e reforço do poder local (Martins, 1995).

A partir de 1974, com a instalação da democracia, houve uma reavaliação substancial das necessidades sociais, levando à implementação de políticas públicas mais inclusivas, nas diferentes áreas da proteção social, saúde, educação, emprego e habitação. Essas mudanças levaram à profissionalização do trabalho social, possibilitando a incorporação de técnicas e metodologias mais emancipatórias do "outro", focadas no empoderamento das comunidades, fundamentados por valores de justiça e equidade social (Moreno & Pedrosa, 2020). Assim, o pós 25 de abril, permitiu ao Serviço Social consolidar uma ética profissional orientada para a emancipação, refletida na criação e atualização do Código Deontológico dos Assistentes Sociais, afirmando princípios como a equidade, a autodeterminação dos sujeitos, a promoção da inclusão e o combate às desigualdades (APSS, 2018). As práticas passaram a reconhecer o cidadão como sujeito de direitos e não como mero recetor de ajuda. A escuta ativa, o respeito pela diversidade e a participação no planeamento das intervenções tornaram-se pilares da atuação profissional. Na mesma linha desta mudança na intervenção social, Torremorell (2008) refere que os processos de mediação nas práticas do trabalhador social têm sofrido transformações, acompanhando as configurações sociais contemporâneas, destacando a crescente valorização das interações presenciais e da comunicação direta, evidenciando a necessidade de uma prática mediadora ativa, intercultural, dinâmica,

que facilite e promova o diálogo, a escuta ativa e a compreensão mútua entre as partes envolvidas. Neste contexto, Vieira e Vieira (2017) apontam a importância de alinhar as políticas sociais com as especificidades e realidades sociais do território. A educação para a cidadania democrática desempenha, neste período após o 25 de abril de 1974, um papel fundamental, não apenas no fortalecimento de uma sociedade livre, justa, inclusiva, tolerante e aberta, mas também na promoção da coesão social, da solidariedade, do diálogo intercultural e da compreensão mútua.

A partir da década de 1980, com a consolidação democrática e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1986), o Serviço Social passa por um processo de profissionalização e valorização técnica e científica. Destacam-se por uma prática profissional cada vez mais centrada nos direitos sociais e na participação dos cidadãos, numa metodologia de trabalho social cada vez mais crítica e reflexiva, numa crescente inserção dos assistentes sociais em serviços públicos (ex. segurança social, saúde, educação, justiça e autarquias), e numa atuação com equipas multidisciplinares junto de grupos vulneráveis (ex. idosos, crianças, migrantes, famílias em situação de pobreza, vítimas de violência) (Sarmento, 2016).

Com a descolonização e a democratização, surgiram novas questões sociais que exigiram uma abordagem mais abrangente e sensível às especificidades culturais e regionais. Os trabalhadores sociais passaram a lidar com questões complexas ao nível da inclusão social, necessitando de conhecimentos que ultrapassassem as práticas tradicionais. A integração do trabalho social nos sistemas de saúde pública e educação em Portugal, é um exemplo disso, apresentando-se como uma resposta à necessidade de construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Os assistentes sociais desempenharam um papel fundamental na promoção do acesso a serviços essenciais, contribuindo para a politização das práticas profissionais e a defesa dos direitos sociais (Mouro e Simões, 2001). Esta atuação não apenas reforçou a identidade da profissão, mas também alinhou suas práticas com as questões sociais emergentes, refletindo um comprometimento com a justiça social. A evolução das abordagens educacionais e de saúde incorporou uma perspetiva crítica relativa à ação social, favorecendo uma visão holística do bem-estar. Esta reconfiguração do trabalho social nos sistemas de saúde pública e de educação, tornou-se um pilar fundamental na consolidação da democracia e no fortalecimento dos

direitos sociais no pós-revolução, tendo um impacto direto na formação e atuação profissional do Serviço Social (Silva, 2023).

CONCLUSÕES

O papel do Serviço Social no regime do Estado Novo foi profundamente condicionado por uma lógica assistencialista, moralista e funcional à manutenção do regime autoritário. A profissão era uma extensão das políticas de controlo social, sem margem para o questionamento das causas estruturais da pobreza e da exclusão. No entanto, as contradições internas da profissão e os processos de mudança social e política que antecederam o fim do regime prepararam o caminho para a sua transformação. O reconhecimento desta herança histórica é essencial para compreender os desafios contemporâneos da profissão e afirmar uma prática comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a emancipação. A prática profissional passou a ser guiada por princípios ético-políticos, orientada para a promoção dos direitos sociais e comprometida com os processos de mudança e transformação social. Com a Revolução, surgiu então a necessidade de redefinir e expandir o papel dos assistentes sociais, e paralelamente a sua capacitação contínua e a sua inserção em redes de colaboração interprofissional, alinhando-se com a ideia de Bourdieu (1989; 1998) sobre a importância da transformação simbólica e das crises sociais como catalisadores para a mudança.

A formação contínua e a especialização surgem como imperativos para adequar o trabalho social às novas realidades sociais. As mudanças demográficas, as transformações no mercado de trabalho, a digitalização e as tecnologias, as crises ambientais e mudanças climáticas, os direitos humanos e justiça social e a restruturação dos sistemas de proteção social, exigem um diálogo constante entre a academia e a prática, respeitando o legado da Revolução e reforçando a importância da responsabilidade social no trabalho dos assistentes sociais em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. APSS.

Bourdieu, P. (1998 [1994]). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico.* Difel.

Branco, F. (2018). *Social work education: The Portuguese story in a local and global perspective*. https://core.ac.uk/download/588551594.pdf

Carvalho, M. E. (2003). *Serviço social: Identidade e transformações*. Afrontamento.

Cruz, A. (2001). O papel das assistentes sociais no Estado Novo: Entre a missão e a profissão. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *11*, 87–102.

Ferreira, V. S. (1996). *O Estado Novo e a assistência social em Portugal*. Celta Editora.

Martins, A. (1995). Génese, emergência e institucionalização do serviço social português: a escola normal social de Coimbra. In Intervenção Social, 11-12, p. 17-34.

Moreno, P., & Pedrosa, P. (2020). Women architects on the road to an egalitarian profession: The Portuguese and Spanish cases. *Arts*, *9*(1), 40. https://doi.org/10.3390/arts9010040

Mouro, H. & Simões, D. (Coords.) (2001). 100 Anos de Serviço Social. Coimbra: Quarteto Editora.

Rezola, M. I. (2019). *PhD theses defended between 2010 and 2018 in Portugal*. https://core.ac.uk/download/389472313.pdf

Sarmento, M. J. (2016). O Serviço Social em Portugal: Uma leitura crítica da sua trajetória. *Revista Katálysis*, *19*(2), 290–298. https://doi.org/10.1590/1982-02592016v19n2p290

Silva, P. (2023). *Social work in the revolution: Political agency and intervention of social workers in the democratic transition in Portugal (1974–1975)*. https://core.ac.uk/download/577857157.pdf

Torremorell, M. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto Editora.

Vieira, R., & Vieira, A. (2017). Construindo pontes e travessias: Das mediações sociais à mediação intercultural. *Medi@ções*, *5*(1), 44–56.

MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INCLUSÃO DAS PESSOAS CIGANAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Inês Barbosa[1], Manuela Mendes[2]

[1] *Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)*

[2] *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES - ISCTE)*

RESUMO

A mediação intercultural é amplamente reconhecida como uma ferramenta essencial para promover o diálogo intercultural, valorizar a diversidade e facilitar a inclusão das pessoas ciganas. A revolução democrática portuguesa trouxe novas oportunidades de participação e direitos para os grupos minoritários, incluindo os ciganos/as, que historicamente enfrentam marginalização e exclusão social. No entanto, a inclusão plena deste grupo social ainda enfrenta desafios significativos, sendo a mediação intercultural um dos principais mecanismos para enfrentar essas barreiras. Esta prática tem produzido resultados positivos em diversos contextos: famílias, escolas, hospitais e serviços públicos. Contudo, a falta de um estatuto de carreira para mediadores/as interculturais limita a sua inserção profissional. Por outro lado, a indefinição e sobreposição, das suas funções muitas vezes resulta numa sobrecarga, sendo os mediadores/as vistos como "panaceia para todos os problemas". Desde 2013, com a inclusão da mediação intercultural como eixo transversal na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), projetos como o ROMED e os Mediadores Municipais Interculturais têm promovido a capacitação de mediadores/as ciganos e a articulação entre estas comunidades e as políticas públicas locais. Em 2018, a mediação passou a ser um objetivo estratégico da ENICC, reconhecendo-se a importância de reforçar e expandir a intervenção nesta área. Apesar dos progressos, ainda há muito a ser feito para garantir que a mediação intercultural seja reconhecida como profissão legítima, com estatuto claro, formação adequada e contratos estáveis, assegurando o impacto positivo que esta tem na inclusão social e no acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, emprego e habitação. Esta comunicação resulta de uma avaliação externa à ENICC (2023) e dos resultados preliminares do Estudo Nacional das Comunidades Ciganas (2023.10572.CIG), em curso[1].

[1] O presente texto insere-se no Estudo Nacional das Comunidades Ciganas (2023.10572.CIG), em curso desde outubro de 2024, e nos resultados parciais da avaliação externa da Estratégia Nacional das Comunidades Ciganas (ENICC), concluída em 2023. Esta avaliação incluiu um inquérito online a 857 pessoas ciganas, 19 entrevistas e seis grupos focais, envolvendo 57 participantes – entre os quais mediadores/as interculturais, dirigentes associativos, representantes do CONCIG, técnicos das áreas social, educativa e da saúde, investigadores/as e ativistas.

PALAVRAS-CHAVE

Mediação intercultural; pessoas ciganas; inclusão social; políticas públicas

MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INCLUSÃO DAS PESSOAS CIGANAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

As comunidades ciganas são a maior minoria étnica da Europa, entre 10 e 12 milhões de pessoas. Em Portugal, os números mais recentes estimam cerca de 37 mil pessoas ciganas, o que representa apenas 0,4% da população nacional. Embora este número seja relativamente baixo, os desafios enfrentados são desproporcionalmente grandes, revelando a persistência da discriminação histórica e estrutural. (Barbosa et al, 2023b)

Os dados de que dispomos não deixam margem para dúvidas. De acordo com Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, 2022), 96% das pessoas ciganas em Portugal vivem em situação de pobreza. Segundo o estudo do IHRU, de 2015, um terço reside em barracas ou tendas, sem água, eletricidade ou saneamento básico. A esperança média de vida dos homens ciganos é, em média, menos 10 anos do que a sociedade maioritária, e as mulheres menos 8,5 anos. Apenas 10% dos jovens ciganos completam o ensino secundário, enquanto 45% são NEET (nem estudam, nem trabalham). Cerca de 81% das pessoas ciganas relatam experiências de discriminação na procura de emprego, e apenas 9,5% dependem do trabalho formal como principal fonte de rendimento. (Barbosa et al, 2023b)

Por que motivo estas disparidades persistem? Parte da resposta reside no racismo sistémico enraizado nas estruturas sociais. Este racismo manifesta-se de forma explícita e implícita, desde a estigmatização de práticas culturais até à exclusão das comunidades ciganas das decisões que afetam diretamente as suas vidas. É neste contexto que a mediação intercultural assume um papel essencial.

A mediação intercultural tem-se afirmado como um instrumento essencial para a inclusão social das comunidades ciganas, que continuam a enfrentar desigualdades estruturais profundas. No entanto, apesar do reconhecimento da sua importância, persistem constrangimentos e limitações que comprometem a sua eficácia na promoção de mudanças consistentes e sustentáveis.

O conceito de mediação intercultural tem sido amplamente debatido e aplicado em diversos contextos. Apesar de alguns trabalhos relevantes, consideramos que a

expansão da mediação intercultural tem ocorrido sem uma base teórica e conceptual sólida, sendo frequentemente impulsionada pela urgência da intervenção em detrimento de uma reflexão aprofundada (Castro & Santos, 2010: 141).

De um modo geral, a mediação intercultural pode ser definida como um processo de facilitação do diálogo entre diferentes grupos socioculturais, promovendo a compreensão mútua, a resolução de conflitos e a inclusão social (Giménez, 1997; Moio, 2019). A mediação intercultural reduz barreiras culturais, promove a equidade e justiça social e atua como elo de ligação entre diferentes culturas, fomentando a valorização da diversidade (Costa e Silva et al., 2016). Este processo fundamenta-se no estabelecimento de confiança mútua, criando espaços de cooperação para que as partes envolvidas trabalhem em conjunto na resolução de problemas e na construção de consensos. Se inicialmente, a mediação era concebida sobretudo como um instrumento de gestão e resolução de conflitos, hoje esta tem evoluído para um modelo empoderador de intervenção social, recusando abordagens assistencialistas e promovendo a participação ativa das comunidades minoritárias (Vieira et al., 2023). Como destaca Costa e Silva et al. (2016:10), trata-se de uma "mediação das diferenças e dos diferendos", não apenas entre culturas distintas, mas também dentro das próprias comunidades, marcadas por dinâmicas internas diversas.

A mediação intercultural, na perspetiva que aqui propomos, fundamenta-se em três princípios essenciais que orientam a sua prática.

a) Compromisso ético e posicionamento crítico

Para além de facilitar o diálogo, o mediador intercultural assume um posicionamento crítico, reconhecendo que as relações sociais são marcadas por desigualdades estruturais. Em vez de uma neutralidade passiva, compromete-se com a promoção da equidade e do acesso a direitos, combatendo a discriminação e apoiando a dignidade dos grupos mais vulneráveis (Vieira et al., 2023; Marques, 2020).

b) Reconhecimento da diversidade cultural e combate às desigualdades

A mediação deve valorizar a diversidade cultural, garantindo que o diálogo intercultural não reproduza lógicas de assimilação. Para além do reconhecimento da diversidade, exige-se um olhar crítico sobre as relações de poder que moldam as interações sociais,

intervindo para desconstruir estereótipos e enfrentar desigualdades sistémicas (Costa e Silva et al., 2016).

c) Empoderamento, co-construção e participação ativa

A mediação deve ser um processo participativo, promovendo o envolvimento ativo das comunidades na definição das suas necessidades e estratégias. Deve, pois, reforçar a autonomia e a capacidade de reivindicação dos grupos historicamente marginalizados, permitindo que sejam protagonistas das suas próprias lutas, capazes de influenciar as estruturas sociais e institucionais (Vieira et al., 2023).

Em Portugal, as primeiras iniciativas de mediação intercultural surgiram na década de 1990, promovidas por instituições privadas, associações e ONG, como o Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional Pastoral Social dos Ciganos, a Santa Casa de Misericórdia ou a Associação Cultural Moinho da Juventude. Paralelamente, surgiram iniciativas governamentais – como o "Projeto Ir à Escola", em 1995, que formou mediadores culturais ciganos para aproximar escolas e famílias e promover a integração escolar. (Mendes et al., 2014: 41), resultando em programas como os TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), a partir de 1996 e o Programa Escolhas, a partir de 2001, que visavam a promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades em contextos vulneráveis. Também em 2001 foi estabelecido o estatuto jurídico de mediador sociocultural, com o objetivo de "colaborar na integração de imigrantes e minorias étnicas, na perspectiva do reforço do diálogo intercultural e da coesão social" (Lei n.º 105/2001, de 31 de agosto). Desde 2009, foram implementados projetos específicos de mediação, como os Mediadores Municipais, criados pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), e o Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos, dinamizado por câmaras municipais em parceria com associações de imigrantes. (Costa e Silva et al, 2016; Marques, 2020; Magano & Mendes, 2020).

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), aprovada em 2013, marcou um passo significativo ao estabelecer uma abordagem integrada para enfrentar os desafios das comunidades ciganas, articulando-se e respondendo às orientações da Comissão Europeia. A ENICC foi depois revista em 2018 e prolongou-se

até finais de 2023. Atualmente está em fase de discussão interna, não existindo qualquer estratégia nacional em vigor. Na versão de 2013 da ENICC, a mediação intercultural era encarada como objetivo transversal. Na revisão de 2018, foi convertida em objetivo prioritário, nomeadamente: "reforçar e reconhecer a intervenção em mediação intercultural", através de programas como o ROMED e o projeto de Mediadores Municipais Interculturais.

O programa ROMED surgiu no contexto do Programa Europeu de Formação de Mediadores, com o objetivo específico de capacitar mediadores/as ciganos/as para atuarem como elo entre as comunidades ciganas e as políticas públicas locais, promovendo a sua participação ativa nos processos de decisão e na vida democrática. A 1ª e 2ª edição do programa aconteceu em 2011 e foi financiada pelo Conselho da Europa e pela Comissão Europeia. A 3.ª edição do Programa ROMED (2019-2020) foi financiada pelo Governo português. O Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais (PMMI) surgiu em 2018, através dos apoios do Programa Operacional temático Inclusão Social e Emprego (POISE). Focando-se na integração social mais ampla, envolvendo mediadores/as provenientes tanto das comunidades ciganas como de populações imigrantes que já residem no território, o projeto atua diretamente na articulação entre as populações mais vulneráveis e a sociedade maioritária, através de mediação nos serviços públicos, com implementação concentrada no Norte, Centro e Alentejo, visando garantir acesso equitativo e fortalecer o diálogo intercultural.

Num cenário ideal, qual seria a importância de um mediador ou mediadora intercultural nos diferentes contextos?

Na saúde, os mediadores interculturais facilitam o acesso equitativo das comunidades ciganas ao Serviço Nacional de Saúde, superando barreiras linguísticas, culturais e institucionais. Criam confiança, reduzem a ansiedade dos utentes, promovem a adesão a tratamentos e contribuem para humanizar os serviços de saúde. Além disso, sensibilizam para práticas preventivas e garantem que os utentes compreendem os procedimentos médicos. Também apoiam os profissionais de saúde na adaptação das suas práticas, assegurando o respeito pelas especificidades culturais.

Na educação, os mediadores interculturais são essenciais no combate ao insucesso e abandono escolar, promovendo o envolvimento das famílias e colaborando com os docentes para adaptar práticas pedagógicas à diversidade e interculturalidade.

Trabalham para superar resistências familiares, muitas vezes baseadas em experiências de discriminação ou na perceção de que a escola não reflete os seus valores culturais. Ao facilitar o diálogo entre famílias e escolas, reforçam a importância da educação como instrumento de emancipação social.

No emprego e formação, a mediação intercultural facilita o acesso das comunidades ciganas ao mercado de trabalho. Atuando como pontes entre as comunidades e as entidades formadoras, os mediadores promovem programas adaptados, com horários flexíveis e apoio ao cuidado infantil, para garantir igualdade de oportunidades. Além disso, desempenham um papel essencial na promoção de medidas de ação afirmativa, bem como na capacitação, reconhecimento e certificação de competências.

Na habitação, a mediação intercultural é essencial não só nos processos de realojamento, mas também na gestão de conflitos, no acesso e na manutenção da habitação. Os mediadores asseguram que os direitos das famílias ciganas são respeitados, facilitam o diálogo com as autoridades, esclarecem sobre apoios disponíveis, ajudam na descodificação de procedimentos burocráticos e, em situações como despejos ou ameaças de corte de serviços, procuram soluções que garantam a dignidade das famílias.

Poderíamos continuar a refletir sobre o papel potencial dos mediadores e mediadoras interculturais ciganos em tribunais, prisões ou na segurança social. Porém, essa realidade está longe de se concretizar. Se, no campo educativo, a sua presença é relativamente consensual e tem demonstrado resultados bastante positivos (Mendes et al., 2014: 134; Caetano et al., 2023), noutros setores permanece extremamente reduzida, quando não inexistente. Apesar da importância atribuída a esta função, estão praticamente ausentes dos Centros de Emprego e Formação Profissional e dos Centros Qualifica (Candeias et al., 2023). E em Portugal, apenas um mediador sociocultural cigano encontra-se a trabalhar numa unidade local de saúde[2].

Para além de serem ainda muito poucos, os mediadores/as enfrentam desafios que comprometem não apenas a eficácia do seu trabalho, mas também o reconhecimento e valorização da sua função. Estes desafios derivam tanto das políticas públicas e do

[2] Reportagem da SIC Notícias, 11 fev 2024

sistema social, como das condições de trabalho e da perceção das comunidades e instituições sobre o seu papel.

1. FALTA DE RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL E PROFISSIONALIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO

A mediação intercultural ainda não é plenamente reconhecida como profissão em Portugal (Cruz, 2013). Embora o curso de mediador intercultural esteja integrado no Catálogo Nacional de Qualificações da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), a inexistência de um estatuto de carreira constitui uma incongruência significativa. Como assinala um dos dirigentes associativos entrevistados, trata-se de um “verdadeiro contrassenso", uma vez que, apesar da formação certificada, as entidades não dispõem de um enquadramento legal que permita a sua contratação. Na ausência desse reconhecimento formal, os mediadores interculturais são frequentemente contratados sob categorias profissionais inadequadas, como auxiliares ou assistentes operacionais, desvirtuando o papel estratégico da mediação (Barbosa et al., 2023b: 75). A ausência de um estatuto de carreira também coloca os mediadores/as em situações de instabilidade profissional, trabalhando em projetos temporários, muitas vezes com baixos salários e sem condições adequadas (Barbosa et al, 2023b). Por outro lado, a falta de clarificação do papel e das competências do mediador/a gera excesso de expectativas, sobrecarregando os profissionais com funções que ultrapassam o âmbito da mediação intercultural (Castro & Santos, 2010). Muitos destes profissionais são vistos como bombeiros, uma "panaceia para todos os problemas”, gerando desgate físico e emocional. Outro desafio é a heterogeneidade dos domínios de atuação que pode contribuir para a dispersão (Mendes et al, 2014: 131). Seria necessário debater se a formação dos mediadores deverá ser abrangente, permitindo atuar em vários setores, ou se fará mais sentido criar especializações (por exemplo, mediador escolar ou mediador hospitalar), incorporando conteúdos técnicos adequados a cada contexto. De qualquer dos modos, atualmente, a formação existente é insuficiente para lidar com a complexidade das situações enfrentadas no terreno.

2. AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURADAS E SUSTENTÁVEIS

A falta de continuidade e estruturação das políticas públicas fragiliza a mediação intercultural. A nível local e estatal, a ausência de mecanismos eficazes de monitorização impede uma análise rigorosa e atualizada da eficácia dos programas, dificultando a adaptação das estratégias às reais necessidades das comunidades. Sem uma avaliação consistente, as boas práticas não são sistematizadas e replicadas, e os erros não são corrigidos. Outro constrangimento é a efemeridade dos projetos, que continuam a depender de financiamentos instáveis e pontuais. Muitas iniciativas são implementadas por curtos períodos de tempo, sem garantia de continuidade, o que mina a confiança das comunidades e impede a construção de relações sustentáveis entre mediadores, instituições e população cigana. A instabilidade dos projetos não só afeta a sua eficácia, como também compromete a profissionalização dos mediadores, que ficam sujeitos a vínculos precários e a uma constante incerteza sobre a sua continuidade laboral.

3. RESISTÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A falta de conhecimento e reconhecimento da mediação intercultural nas instituições públicas compromete a sua implementação e eficácia. Muitos profissionais desconhecem o papel dos mediadores e não colaboram com eles, enquanto práticas institucionais discriminatórias, enraizadas em estereótipos, dificultam a sua atuação e perpetuam barreiras à inclusão social (Castro & Santos, 2010: 149A presença de mediadores ciganos nas instituições nem sempre é bem recebida pelos restantes profissionais. (Mendes et al, 2014: 122) A resistência institucional pode manifestar-se na falta de adaptação dos serviços às especificidades culturais ou mesmo em abordagens paternalistas e assistencialistas, que veem a mediação apenas como um suporte operacional, e não como uma ferramenta estratégica de transformação social. Outro obstáculo é a burocracia e rigidez dos serviços públicos. Em muitos casos, os mediadores não são reconhecidos como figuras estratégicas, sendo desvalorizados dentro das equipas multidisciplinares e enfrentando relações de poder desiguais. A ausência de um estatuto oficial leva a que sejam vistos como profissionais de menor relevância, gerando conflitos internos e dificultando a colaboração necessária para alcançar os objetivos pretendidos.

4. DESAFIOS NA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES CIGANAS

A histórica discriminação e exclusão social vivida pelas comunidades ciganas gera desconfiança em relação às instituições e aos mediadores (Castro & Santos, 2010). Muitas vezes, os mediadores são percebidos como extensões do Estado, o que dificulta a sua aceitação dentro da comunidade. Além disso, o papel limitado dos mediadores contribui para esta desconfiança: em vez de atuarem como agentes de transformação social, muitos acabam restringidos a tarefas assistencialistas e burocráticas, como preencher formulários ou intermediar problemas administrativos, reduzindo o seu impacto real. Outro desafio crítico é a associação do mediador ao policiamento. Frequentemente, são vistos como figuras de controlo ou pacificação da comunidade, em vez de facilitadores do acesso a direitos e promotores da justiça social (Castro & Santos, 2010: 143). Como exemplifica um dos mediadores entrevistados que, constantemente, é solicitado a resolver as situações de absentismo escolar: "Olha, ´tá-me a faltar meninos à escola, vai lá tocar à porta", "Desculpa, eu sou educador social, não sou polícia social". Uma ativista confirma essa mesma perceção ""conheço alguns mediadores, que no fundo perceberam rapidamente que aquilo que estava a ser pedido era um papel só de cima para baixo e era um papel de: *controla, pacifica, obriga-os*" (Barbosa et al, 2023a: 76). Ora, para serem eficazes, os mediadores e mediadoras precisam de ser reconhecidos como figuras de confiança por ambas as partes: tanto pelas comunidades que representam quanto pelas instituições onde atuam. Sem apoio institucional e políticas de valorização, é comum que enfrentem resistência e isolamento.

Para além destes desafios, importa destacar o debate em torno da pertença étnica do mediador ou mediadora intercultural. Defende-se, por vezes, que um mediador não cigano garantiria maior "imparcialidade", sendo mais importante possuir o perfil e as competências adequadas. No entanto, esta visão ignora o facto de que a mediação não ocorre num vazio social e histórico. Tendencialmente, um mediador cigano estará em melhores condições para desempenhar esta função, pois partilha referências culturais e códigos linguísticos, facilitando a comunicação, o estabelecimento de confiança e a defesa dos interesses da comunidade. Como destaca Casa-Nova (2009: 66), "o desconhecimento e/ou incompreensão dos códigos linguísticos e de leitura do real estão frequentemente na origem de monólogos paralelos entre cultura maioritária e cultura

cigana". Assim, a presença de mediadores ciganos não só reduz estes desencontros, como também contribui para um modelo de mediação mais próximo, legítimo e eficaz. No entanto, a pertença étnica, por si só, não é suficiente. O reconhecimento da comunidade e a posse de competências técnicas sólidas são fatores igualmente determinantes. Para que a mediação seja eficaz, os mediadores ciganos devem ter formação adequada e serem reconhecidos como interlocutores legítimos por ambas as partes. Além disso, a mediação acontece "interculturalmente, mas também intraculturalmente" (Casa-Nova, 2009: 66), uma vez que as comunidades ciganas não são homogéneas. Existem diferenças geracionais, de género, de geografia, de estatuto socioeconómico, tornando a mediação um processo complexo e multifacetado. Um mediador intercultural deverá ser capaz de navegar estas dinâmicas internas, articulando diferentes perspetivas e construindo pontes eficazes tanto entre as instituições e a comunidade, como dentro da própria comunidade.

Posto isto, para que a mediação intercultural alcance todo o seu potencial, consideramos que é fundamental implementar um conjunto de medidas estratégicas:

1. Aprovação de um estatuto de carreira para mediadores interculturais que garanta estabilidade e reconhecimento profissional, fortalecendo a mediação como uma prática social transformadora;
2. Formação de base sólida e abrangente, complementada por estágios práticos, supervisão regular e possibilidade de especialização em contextos específicos de intervenção;
3. Desenvolvimento de um programa de reconhecimento, certificação e validação de competências dos mediadores/as interculturais - formais ou informais - que iniciaram a sua atividade há mais tempo e/ou com menores qualificações;
4. Criação de uma rede nacional de mediadores, com pelo menos um/a profissional por distrito e regiões autónomas, promovendo mentoria, acompanhamento e apoio mútuo;
5. Garantia de apoio logístico e institucional, incluindo espaços de trabalho e equipamentos adequados, para que os mediadores e mediadoras desempenhem as suas funções de forma eficaz;

6. Implementação de mecanismos de monitorização e avaliação rigorosos que permitam analisar o impacto das práticas de mediação, ajustando estratégias conforme necessário.

A mediação intercultural não é apenas uma solução temporária; é uma ferramenta estratégica que possibilita transformar as relações entre as comunidades ciganas e as instituições sociais Como frisa um dos técnicos entrevistados, a inclusão social das comunidades ciganas depende de "três propostas muito simples: mais mediadores, mais mediadores e mais mediadores" (Barbosa et al, 2023a: 77). No entanto, a mediação só será eficaz se for complementada por políticas transversais que abordem as causas estruturais da exclusão social. Isso inclui o combate ao racismo sistémico, a melhoria das condições habitacionais e o fortalecimento do acesso à saúde, educação e emprego.

A inclusão das comunidades ciganas é uma responsabilidade coletiva. Exige compromisso, recursos e, acima de tudo, uma visão clara de que a diversidade é uma força, não uma fragilidade. O papel do mediador/a é central, mas deve ser parte de um esforço mais amplo para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Ao concluir esta reflexão, é essencial recordar o 25 de Abril de 1974, uma data marcante para as comunidades ciganas em Portugal. Este momento histórico não só pôs fim à ditadura, como também reconheceu os direitos de cidadania das pessoas ciganas, permitindo o início de um caminho para a inclusão. A mediação intercultural e a intervenção social representam hoje um prolongamento deste ideal transformador. Tal como o 25 de Abril abriu portas à democracia e à igualdade, a mediação intercultural cria novas possibilidades de uma sociedade mais justa. Cada mediador e mediadora que atua no terreno é, à sua maneira, um agente de mudança. Assim como a revolução foi um ponto de partida e não um fim em si mesma, também a mediação exige continuidade, resiliência e inovação. É necessário que as conquistas já alcançadas sejam ampliadas, garantindo que o diálogo e a participação sejam os pilares do presente e do futuro. Que esta conferência sirva como um marco para reafirmarmos o nosso compromisso com os valores de Abril, adaptando-os às complexidades do século XXI. E que possamos continuar, juntos e juntas, a construir uma sociedade onde ninguém fica para trás, onde todas as vozes são ouvidas e onde a diversidade é celebrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, I. et al (2023a) Relatório de Avaliação Externa da ENICC - Estratégia Nacional das Comunidades Ciganas, IS-UP, ACM. Original não publicado.

Barbosa, I. et al (2023b) Conhecer, Mapear, Incluir: População Roma/Cigana em Portugal, candidatura ao Concurso de Projeto de Investigação - Estudo Nacional das Comunidades Ciganas, FCT, AIMA E CES.

Caetano, P. et al (2023) Investigação em contexto escolar. In M. M. Mendes (coord) *Ciganos/Roma e Educação: Investigação colaborativa e práticas de coprodução de conhecimento*. Mundos Sociais, 61-90.

Candeias, P. et al (2023) Investigação sobre os contextos de emprego e formação, in M.M. Mendes (coord) *Ciganos/Roma e Educação: Investigação colaborativa e práticas de coprodução de conhecimento*. Mundos Sociais, 91-110.

Casa-Nova, M. J. A mediação intercultural e a construção de diálogos entre diferentes: notas soltas para reflexão. *Actas do Seminário Mediação Socioeducativa: Contextos e Actores*.

Castro, A. & Santos, M. (2010) Na busca de consensos para a promoção da coesão social: o percurso profissional de mediadores municipais ciganos. *Cidades - Comunidades e Territórios*, nº 20/21, 139-154

Cruz, A. (2013). A intervenção social com vista ao combate ao abandono escolar. In O. Magano & M. M. Mendes (Orgs.). *Ciganos portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projectos de intervenção social e cultural* (pp. 106-110). Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais.

Costa e Silva, A. et al (2010). Novos actores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos. *Revista Portuguesa de Educação*, 23(2), 119-151.

Costa e Silva, A. et al (2016) Mediação Intercultural e Território: estratégias e desafios, Entre iguais e diferentes: a mediação intercultural. *Atas das I Jornadas da Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural*, RESMI.

FRA (2022). *Roma Survey 2021: Main results*. European Union Agency for Fundamental Rights

IHRU (2015). *Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal*. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Lopes, M. & Vieira, A.M. (2023) A “questão cigana” e a mediação intercultural, R. Vieira et al (org) *Teoria e Prática da Pedagogia Social, da Mediação Intercultural e da Intervenção Social*. Edições Afrontamento.

Mendes, M. M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. ACM.

Magano, O. & Mendes, M. M. (2020) Investigação sobre pessoas ciganas em Portugal: Hiato entre conhecimento e desenho de políticas públicas. Em O. Magano, M. M. Mendes (Eds.). *Ciganos em Portugal, Espanha e Brasil: analisando contextos, demandas e processos identitários*, 14-27.

Marques, J. et al (2020) A diversificação da sociedade e a mediação intercultural como pedagogia social: o caso português. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol 6, n3, 54-63.

Moio, Isabel (2019) Projeto 3I: Mediação Intercultural, Inclusão e Educação. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, n.º 19, 167-192

O PAPEL DOS INTERVENTORES DE 1ª LINHA NO ACESSO À POLÍTICA DE COMBATE À POBREZA- RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO- NA CRISE

Maria de Fátima Morgado Barreto de Oliveira

PIUDSS- Universidade Católica de Lisboa e Faculdade de Psicologia e Ciências Sociais da Universidade de Coimbra

RESUMO

A prestação social do regime não contributivo da Segurança Social de Rendimento Mínimo Garantido, que surgiu em 1996 e, a partir de 2003, designa-se de Rendimento Social de Inserção, marcou um novo figurino de políticas públicas sociais de promoção do "direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viverem em conformidade com a dignidade humana", pela erradicação da pobreza, evitando riscos de discricionariedade. Esta prestação estabelece um limiar mínimo de sobrevivência, temporária, até à autonomia económica do agregado familiar, assente em ações, tramitadas para um programa de inserção, ao qual se conjugam apoios adicionais, de caráter excecional, avaliados meticulosamente pelos serviços de 1.ª linha. Esta prestação teve a sua maior demanda durante a Pandemia por Sars-CoV, decorrente do aumento abrupto do desemprego, que exigiu um ajuste regular e diversificado das medidas de acesso (pretensiosamente facilitadoras e céleres na atribuição), para salvaguarda das necessidades básicas, que exigiram dos interventores de 1.ª linha um reinventar das suas formas de intervenção e acentuada resiliência. A crise geopolítica da Guerra da Ucrânia manteve este cenário. Houve o reajuste de políticas sociais para responder às solicitações de deslocados, e os interventores sem os devidos instrumentos que os capacitassem para responder a esta "nova" crise, que impôs o escrutínio de aspetos concretos de acompanhamento social, numa ação concertada e exigente, executaram o papel de agentes reguladores, mas também "controladores da mobilidade". Esta sobrecarga laboral foi promotora de stress e até Síndrome de *Burnout*. Esta medida de proteção social, que respondeu a um contexto político e social determinado, enquadrado legalmente nas diversas instâncias, acabou por revelar as suas fragilidades (possivelmente fruto da urgência e da ação no terreno) e falhas nos seus objetivos de promoção de autonomia dos beneficiários, havendo assimetrias significativas na atribuição dos apoios, alguns longe do nível de vida do país.

PALAVRAS-CHAVE

"RSI"; "Crise"; "Stress"; "Síndrome de *Burnout"*

INTRODUÇÃO

O Século XX foi um período marcado por grandes momentos na história de Portugal. A queda da Monarquia, a Implementação da I República; uma crise epidémica- Gripe

Espanhola- que dizimou milhares, sem meios de prevenção da doença pela maioria da população empobrecida; duas Guerras Mundiais; um regime opressor Fascista, no prosseguimento da tendência europeia, que disseminou o medo, controlo, opressão e ignorância, constrangedor e limitador da liberdade de expressão e conhecimento, e que levou jovens e adultos para uma Guerra Colonial, que pretendia a afirmação do poder.
Em 25 de abril de 1974 determina-se um novo marco na história, com uma Revolta Militar, apelidada de Revolução dos Cravos, que levou à queda do Governo e ao surgimento de um Governo Democrático, eleito por sufrágio dos cidadãos e em 12 de junho de 1985, Portugal passa a integrar Comunidade Económica Europeia.
Em 1996, o XIII Governo Constitucional, implementou um projeto político, um subsídio para a redução da pobreza- Rendimento Mínimo Garantido (RMG), desde 2003 designado de Rendimento Social de Inserção (R.S.I.). Constitui um programa de atribuição de uma prestação social do regime não contributivo da Segurança Social de promoção do "*direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viverem em conformidade com a dignidade humana*", pela erradicação da pobreza, evitando riscos de discricionariedade, pretensiosamente temporária, assente em ações, tramitadas para um programa de inserção, ao qual se conjugam apoios adicionais.
Esta medida faz 28 anos de coexistência, com milhares de medidas de prestação social atribuídas e com um sem número de contributos á sobrevivência, subsistência e bem-estar dos cidadãos.
As equipas gestoras de processos de R.S.I., resilientes, não resignadas às "intempereis" dos momentos mais complexos, responderam (e ainda respondem) às exigências e reinventaram as suas ações, robusteceram a inteligência emocional, resiliência e gerem meticulosamente medidas de prevenção do stress e da *Burnout.*

A INTERVENÇÃO SOCIAL NA SUA ORIGEM

O Serviço Social emanou na criação da Sociedade moderna como resposta reguladora do sistema social, numa relação com ordens religiosas e hospitaleiras, promotoras do Modelo assistencial, de regulamentação predominantemente privada, de ajuda social, com fins assistenciais.
A intervenção social estava ligada aos movimentos higienistas e filantropistas dos finais Séc XIX, após um período afirmação dos Estados Liberais e Monarquias Constitucionais.

A intervenção social era individualizada, de Serviço Social de Caso- "*Case Work*", nos tramites designados pela sua prossecutora- Mary Richmond.

Com Hamilton, o Serviço Social passa a ser orientado para o grupo familiar; fatores internos (personalidade, emoções e pensamento) e externos (ambientais) e com o Estado Providência impõe-se um Modelo de regulação disciplinar da Sociedade e da sua função económica, na qual o Serviço Social se torna uma instituição indispensável ao funcionamento do Estado moderno e da relação do Indivíduo-Estado.

Em 1935, no Regime do Estado Novo, é decretada a profissionalização do Serviço Social em Portugal. com a criação do Instituto Superior de Serviço Social (ISS) de Lisboa, seguido pelo ISSS de Coimbra em 1937, ambos muito ligados à Igreja Católica e aos grupos de ação católica, enquadrados no regime do Estado Novo e nas suas orientações políticas.

O ESTADO NOVO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

O Regime do Estado Novo nasceu do golpe militar de 28 de maio de 1926, que findou a democracia parlamentar da I República. Foi um regime autoritário, ditatorial militar, com legitimação e estabilidade assente em "decretos com força de Lei" (Canotilho, p. 7 in Paço, 2008), que concentrou o poder legislativo e executivo.

A intervenção social com uma visão filantrópica, de modelo claramente assistencialista e/ou paternalista-higienista- e voluntarista, respondia às exigências do projeto sociopolítico.

A comunidade portuguesa, condicionada pelos motivos nomeados por Monteiro (2024) e outros relatados por familiares da redatora deste texto, viviam condicionados. Tinham acesso limitado ao sistema de ensino e, especificamente, ao Ensino superior, havendo um número muito elevado de iletrados; prevalecia da política cultural do Estado Novo; condicionados na expressão, associativismo e participação na vida pública; Sem sindicatos; Sem proteção na maternidade e no desemprego; Os idosos com um subsídio de velhice atribuído pelas Casas do Povo na condição de terem pertencido desde sempre a esta Instituição e os filhos tinham de estar a pagar quotas; Sem direito a férias (salvo raras exceções) e os trabalhadores rurais eram acompanhados na saúde dos pelo Médico da Casa do Povo. Na "sombra", aa Mitra de Lisboa eram "escondidos" os indivíduos

excluídos da sociedade, pelo estigma associado à doença mental e outros em condição de sem abrigo e exclusão social.

Acresceu a esta realidade, por força das bases fundamentalistas deste Estado, uma luta ideológica. A Guerra Colonial em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (1960 a 1974), recrutou jovens e adultos homens para combater pela Pátria. Foram perdidos milhares de vida para um objetivo dito nacionalista.

A INTERVENÇÃO SOCIAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO

Em 1974 acontece a Revolta Militar, que depõe o Estado Novo e implementa o Estado Democrático, cuja consagração dos direitos fundamentais dos cidadãos é explanado na Constituição da República Portuguesa (CRP, 1976).

Em abril de 1976 realizam-se as eleições legislativas, que além da maturidade e consciência política, salvaguardou a autonomia mental do eleitorado e começaram a desenvolver-se medidas progressistas, que emergem a justiça social como forma de responsabilização do Estado, pela correção das desigualdades sociais, compromisso público para com os princípios da igualdade, da distribuição e redistribuição, e o respeito pela diversidade e o compromisso para com a liberdade e a democracia.

A alteração ao Código Civil, a liberdade de expressão e a divulgação livre do pensamento, (art. 31º da CRP), o direito ao associativismo (art. 46º e 47º) e direito à greve, ao sindicalismo, associativismo e liberdade de expressão (art. 57º e 59º), foram essenciais à promoção e Institucionalização dos direitos dos trabalhadores, à institucionalização de políticas de promoção da estabilidade profissional e de acesso ao emprego.

Concomitantemente, instituem-se políticas sociais de proteção dos que foram evoluindo ao longo dos anos, por influência da participação no grupo da atual União Europeia (U.E.), para a qual Portugal entrou como membro de pleno direito em 1985.

No âmbito laboral, instituiu-se o Salário Mínimo Nacional (S.M.N.) e o subsídio de desemprego, a redução do horário de trabalho; o direito a férias e licenças; é incentivado o setor cooperativo e social para novas formas de associativismo e participação social na defesa dos valores dos direitos humanos e dos princípios da justiça social.

No âmbito das propriedades e meios de produção, o *Artigo 82.º da CRP,* garante a coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção: o sector público; sector privado e sector cooperativo e social, sendo que neste último se inscrevem as

instituições do terceiro sector (nem público, nem empresarial), que surgem inicialmente como empreendedores de iniciativas culturais, desportivas e recreativas, e projetam a criação de respostas nas áreas da ação e segurança social, tornando-se intermediários na implementação de políticas sociais de proteção social e na defesa dos direitos humanos e justiça social.

Um dos maiores constrangimentos foi a iliteracia, pelo que foi imposta a Escolaridade obrigatória e a Democratização do acesso ao ensino superior, que imprimirá a participação das mulheres na formação para empregos qualificados.

A criação do Serviço Nacional de Saúde (S.N.S.) em 1979 foi o símbolo da mudança. Facilitou o acesso da população a cuidados de saúde e, entre outras medidas, promoveu o bem-estar mental, pela literacia, a proximidade e a identificação das causas da doença mental.

Ao nível demográfico e do ordenamento territorial, houve o decréscimo da taxa de natalidade e o envelhecimento da população; aumentou a imigração, que exigiu um ajuste de medidas e o planeamento antecipado e rigoroso dos vários aspetos da vida e houve uma tendência à desertificação do interior do país (Monteiro, 2024:12).

No final do Século XX, o Estado assume o papel de regulador e determina as competências dos Assistentes Sociais e das Instituições. A intervenção social assume o modelo individualizado de base psicossocial pela linha de pensamento holístico de intervenção pessoa-situação-ambiente, sendo que, a partir da década de 90 o Serviço Social integrou a abordagem sistémica e ecológica e respetivos modelos de intervenção, considerando os níveis micro, meso e macro na intervenção.

SERVIÇO SOCIAL E ACOLHIMENTO SOCIAL

O Acolhimento Social pelos Interventores de 1ª linha

Da Modernidade e da Democracia, fez-se sentir a estabilidade, flexidez, segurança, previsibilidade, progressividade e racionalidade objetiva, que Inês Amaro refere serem características da transição civilizacional.

O Assistente Social constituiu um interlocutor na promoção das políticas sociais, promotor da relação entre Estado, a Sociedade e os Cidadãos. É um agente terminal de políticas, um agente regulador social da realidade, mas também um emancipador, um promotor do *empowerment* e *advocacy*, que medeia relações e que desempenha o

papel de cuidador, consultor e mentor e de gestor de crises. Mas, no processo de acolhimento social, patenteando a sua proficiência na resposta a questões sociais, o interventor depende da Comunidade, das suas reações e da conceptualização das intenções e programas as ações a serem aplicados.

De entre as crises vivenciadas pelos profissionais, há 3 grandes momentos no século XXI, que marcam a história e a vida da Sociedade Portuguesa e explanam os resultados da intervenção social para o desenvolvimento, mudança social, coesão social, *empowerment* e promoção da Pessoa.

A Recessão económica e o choque da crise financeira portuguesa de 2008/2009, intentou um pedido de ajuda externa para resgate financeiro pelo Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), que durante 4 anos perturbou a ordem e da segurança da população, mas que revelou Portugal como protetor dos elementos mais vulneráveis da sociedade (Observador, 2017), como deixa transparecer a pulsão nos requerimentos de RSI. Em 2018 recuperou financeiramente.

Em março de 2020 é decretada a por SARS-COV2/ Covid- 19, cujos efeitos acentuados foram descritos no estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos/ PORDATA. Houve:

- Um número elevado e variabilidade das situações-problema, de natureza multidimensional;
- A necessidade de ação imediatista, num cumprimento de orientações e procedimentos precisos e rigorosos, para a cabal resposta aos problemas quotidianos;
- O aumento acentuado do desemprego e dos constrangimentos no acesso aos apoios ao desemprego inesperado;
- Milhares de pessoas sem rendimentos e sem redes de suporte;
- Limitações no acesso aos serviços de saúde.

Na gestão da crise, os interventores de 1ª linha posicionaram a sua ação numa velocidade e ação muito acentuada, agilizando e redobrando a ação na salvaguarda das necessidades da população.

Foram regulamentadas ações numa velocidade estrondosa, que exigiram o acompanhamento e ajuste exaustivo pelos profissionais de 1ª linha de intervenção. A Segurança Social e os parceiros locais, procederam a alterações regulares e sistemáticas das prestações socais e implementaram formas de *New management* e em março de

2020, registavam-se quase 3 milhões de novos beneficiários (*cf*. Jornal Público, dezembro de 2020) e "*Em cinco meses, o número de beneficiários do RSI passou de 199 mil para quase 212 mil. Em virtude do impacto da pandemia de coronavírus na economia portuguesa.*" (ECO, agosto 2020)

O acolhimento social, especificamente, das equipas de RSI, suprimiu necessidades urgentes e emergentes, mas criaram-se relações emaranhadas e surgiram problemas múltiplos complexos, pois as necessidades das populações foram diversas e a imprevisibilidade e incerteza nas ações e interações, pautadas por desafios, pressupostos de eficácia, eficiência, mensurabilidade e visibilidade impuseram readequações regulares, imediatistas aos interventores e tornaram a pandemia uma forma cruel de pedagogia segundo Boaventura Sousa Santos (2020).

Em 2022 é declarado um conflito geopolítico da Rússia para com a Ucrânia, cujas medidas de urgência incorreram na evacuação da população para outros países europeus.

A medida de emergência, não esperada, nem planeada, "obrigou" a um processo de conceptualização de medidas e programação de ações de resposta aos deslocados em "tempo recorde".

Pela proteção temporária, movimentaram-se todas as entidades locais para se organizarem na resposta às necessidades, sem antecipar aspetos das avaliações das necessidades, e a PPRSI foi novamente a medida de política social mais completa e regular às condições essenciais à sobrevivência. "*De acordo com os dados administrativos do ISS, IP em 2022 foram deferidas 20,455 solicitações da PPRSI para 20.046 pessoas (41% do total dos deslocados da Ucrânia) e atribuídas 19,255 PPRSI. "* (Oliveira, 2023, p. 209).

A barreira linguística teve a sua maior complexidade, que exigiu adaptações na comunicação com recurso a diversas estratégias. No entanto, os documentos de requerimentos de acesso aos serviços não estavam adaptados, o que aumentou a dificuldade na prossecução das solicitações, bem como a apresentação dos direitos e deveres do acesso a prestações sociais, salvo a exceção da entidade IEFP que, hábil e celeremente, expandiu o acesso a cursos de formação da língua portuguesa presencial e de formação à distância e agilizou a adaptação dos documentos de trabalho essenciais em português/ ucraniano.

Tantas outras limitações se podem enumerar, de ordem diversa, mas que foram sendo gerenciadas com as condições possíveis e uma acentuada resiliência dos profissionais. Além das condições específicas destes deslocados, ao qual acresce processo doloroso para muitos de adaptação a uma nova realidade, inesperada e inusitada, também foram geridas as reações e críticas dos nacionais e residentes no país, ao nível do RSI, no que respeita à exceção do não cumprimento do requisito de serem residentes há menos um ano em Portugal.

O Quotidiano do profissional de Acolhimento Social

Os últimos 15 anos têm tido um impacto muito forte na saúde mental dos cidadãos em geral e dos profissionais com os quais interagem, em particular, pela conceptualização de respostas a crises, o enfoque a questões de saúde mental e ao estado desequilíbrio psicossocial a que os indivíduos se encontram sujeitos.

O quotidiano do profissional de acolhimento social é caracterizado por fatores que tornam a identidade do profissional, uma identidade de risco[3], pela pressão mental; pressão emocional; a ausência de preparação mental e profissional para ajuda (Hugo, 2022), nomeadamente em face da imprevisibilidade dos acontecimentos; adaptações regulares a mudanças inesperadas, associadas à elevada carga burocrática e normativa, ao compromisso social; racionalidade; managerialismo; ausência de supervisão reflexiva e *Turnover* (rotatividade das funções desempenhadas).

Além dos riscos bramados entre os profissionais que intervém na 1ª linha, acrescem os riscos psicossociais, com dimensões e fatores diversos, e para a qual é essencial uma gestão preventiva, pela melhoria do bem-estar e saúde ocupacional dos indivíduos em idade ativa, integrados no mercado de trabalho.

Falamos dos riscos psicossociais mais prementes e evidentes no âmbito da intervenção social, como seja assédio Moral/ *Mobbing,* que decorre das exigências do multifuncionalismo (Han, 2014); o assédio sexual; o consumo de substâncias psicoativas, aos quais se associam outros comportamentos de risco, que, em situação de *Stress* e insatisfação, influenciam a resposta de qualidade aos objetivos pela pressão e desgaste,

[3] Ashman e Grafton (2009); Amaro,2015; Ribeiro e Amaro,2017; Albuquerque e Arcoverde,2017; Santos,2017; Santos, Albuquerque e Almeida,2013; GjersØe, Leseth & Vilhena,2019; Carvalho,2015; Weber, 2011.

e a influência da cultura organizacional e clima de (in)segurança organizacional, promotora de tensões e geradora de contradições e paradoxos, que tendem à desumanização/ despersonalização do trabalho e do indivíduo.

Outros fatores de risco a considerar são:

- O *multitasking* (capacidade de executarmos várias tarefas ao mesmo tempo);
- a procrastinação (ato de evitamento de tarefas importantes, por motivos que podem ser duais e opostos, de acordo com a condição da pessoa que a pratica);
- o *"Quite Quitting" (*desistente silencioso- trabalhadores que não se sentem envolvidos e desempenham as atividades de acordo com o pré-definido) e "*Loud quitting" (*desistentes barulhentos- trabalhadores que não se sentem envolvidos e desempenham as atividades como pré-definido, que estão emocionalmente distantes da organização e expressam-no);
- O *Burnin,* expressão não existente no campo da saúde, que decorre da *Pesquisa Epidemia da solidão* realizada durante o período de aplicação das medidas extremas de isolamento, descrito como "inimigo invisível da saúde", "praticamente impossível de identificar", que "pode ser mais nocivo do que a *Burnout"* (Crecco, 2021 in Recursos humanos e Gestão). É composto por 7 espectros; i. Inadequação; ii. Abandono; iii. Redes sociais; iv. Relação tempo e espaço; v. Insegurança; vi. Irrelevância e vii. Ansiedade de conceber trabalho.
- O "*rust- out"* (enferrujado) pelo trabalho mais árduo para progredir na carreira, caracterizado pela: i. Apatia e entediamento, causador de inércia e infelicidade; ii. Ausência de inspiração; iii. Desinteresse; iv. falta de interesse e estímulo para desafios; v. estado de Irritabilidade para com os colegas e/ou a sensação de quotidiano estagnado.

Enumerados aqueles que constituem os riscos psicossociais mais preocupante da atualidade, reavive-se que *"Social work is an occupation vulnerable to high levels of stress due to the nature of the work, the complexity of social problems and the dynamics of organizational structure, culture and clime (...)" (*Wooten & Kim, 2011) , pelo que os riscos que caracterizam o quotidiano dos interventores sociais são indutores de problemas de saúde ocupacional e, em caso extremo, aumentam os níveis de *stress* e podem levar à *Burnout*.

O *STRESS* E SÍNDROME DE *BURNOUT* NO COMPUTO DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS

De acordo com um estudo um estudo da Eachnight, Portugal é o terceiro país mais stressado da Europa (Gomes, 2022).

O Neuropsicólogo Mésicles Berenguel (Soares, 2024, p. 33) afirma que não estamos preparados para a velocidade e exigências das solicitações, muitas vezes geridas com dificuldades, constrangimentos e procedimentos burocráticos relevantes e a realidade é pautada por mudanças regulares.

A fase anterior à pandemia caracterizou-se pelos chamados contextos VUCA (**V**ulnerability; **U**ncertainty; **C**omplexity and **A**mbiguity[4]), que com a pandemia, tendeu a evoluir para um contexto BANI (**B**rittle; **A**nxious; **N**onlinear; **I**ncomprehensible[5]) e os efeitos da transição intentou a capacitação e resiliência; a adaptação e (mais) empatia; o cuidar da saúde mental e (maior) cuidado com o capital humano, mas os níveis de *Stress,* tornam a realidade preocupante.

O *Stress* caracteriza-se por um conjunto específico de sintomas, de resposta geral do organismo às exigências que rodeiam o indivíduo, com destaque para o *Stress* no âmbito laboral e na gestão da relação entre a interface trabalho- família.

De acordo com o seu percursor Hans Selye, desenrola-se em três fases, com respostas fisiológicas específicas: alarme, resistência e exaustão, podendo o estímulo agressor ser físico ou psicológico. Pode ser positivo, de alerta, impulsionador/ estimulante ou negativo, de caráter agudo ou crónico, designado de *distress,* tendo na sua origem indutores precisos desta condição, relacionados com o trabalho, a relação com os pares e o conflito entre o trabalho e a família.

A Síndrome de *Burnout,* definida no sistema/ lista de doenças, a 1 de janeiro de 2022*,* é uma *r*esposta do profissional a *stressores* crónicos, ao nível emocional e interpessoal, que ocorrem no contexto de uma atividade profissional, por fatores pessoais e relacionados com o trabalho. É um processo tridimensional, caracterizado pela exaustão emocional, despersonalização (menor motivação, propósito e envolvimento/ dedicação no trabalho) e falta de realização pessoal (auto e heteroavaliação negativa do local de trabalho e da forma como o realizamos), de sintomatologia múltipla, com causas e fatores diversos.

---

[4] **V**ulnerabilidade; **I**ncerteza: **C**omplexidade e **A**mbiguidade.

[5] **Q**uebradiço; **A**nsioso; **N**ão Linear; **I**ncompreensível

Recentemente, Kristensen, Borritz, Villadsen & Chistensne (2005) indicam 3 formas da Síndrome de *Burnout:* pessoal (grau de fadiga, exaustão física e psicológica experienciada pela pessoa), relacionada com o trabalho e relacionada com o utente (exaustão decorrente do trabalho com o cliente).

As consequências são diversas e tem implicações para o sujeito e para a entidade patronal, ao nível profissional, pessoal, na diminuição da qualidade do serviço, aumento dos erros e dificuldade na tomada de decisões e custos económicos para o indivíduo e organizações.

Neste âmbito, destaca-se que quem "cuida", sente-se desafiado e procura responder às necessidades da pessoa cuidada, muitas vezes, sentindo-se sobrecarregado (*Burden*), que em conjunto com as exigências dos procedimentos e o fraco suporte social e/ ou apoio institucional, a par de compensações diminutas, pode reduzir a qualidade dos serviços e induzir o S*tress*, que, numa fase crónica, incorre na Síndrome de *Burnout*, com repercussões acentuadas no bem estar e na relação com os outros (Heughten, 2011, p. 4).

O PROFISSIONAL RESILIENTE FACE À ADVERSIDADE OU TRAUMA

Pelas transações civilizacionais que têm ocorrido e pelas crises vivenciadas, a visibilidade de profissionais e flexibilidade evidencia-se. "Reinventam" condições para responder a necessidades urgentes, adaptando-se às exigências impostas pela leitura da realidade social e à prioritária ação imediata pelos direitos humanos e pela salvaguarda do bem-estar.

Com a modernidade, foi implementada a Democracia, caracterizada pela estabilidade, flexidez, segurança, previsibilidade, progressividade e racionalidade objetiva, que nos aproximou da realidade dos países mais desenvolvidos.

Fruto das mudanças e do avanço societal, a Pós modernidade**,** promoveu alterações acentuadas e o Serviço Social como profissão, pela fragmentação, transformação, opacidade, insegurança, complexidade, bem como a ultra racionalidade instrumental, adotou uma identidade de risco (Inês Amaro, 2015), pois a gestão dos serviços é tendencialmente racional e pretende a eficiência, recorrendo a procedimentos de qualidade, que implicam um aumento da carga burocrática, em favor da *praxis* do trabalho social (Weber, 2011).

Apesar desta perspetiva tremelicante e até fragilizada da profissão, o Assistente Social pelos saberes académicos, pela aquisição de conhecimentos decorrentes da experiência profissional e pela perceção dos riscos da gestão de acontecimentos não planeados e exigentes, é descrito como um profissional resiliente, que face à adversidade e trauma, cria, transforma e supera (Crecco, 2021), isto porque tem um bom funcionamento em condições adversas, faz o desenvolvimento psicológico depois da adversidade e uma recuperação rápida com regresso ao normal funcionamento após a adversidade e tem a aspiciência e a regulação emocional para mudar o seu *mindset* (pensamento, mentalidade).

A resiliência que caracteriza o profissional é uma resiliência (própria) do sistema social e dos interventores de 1ª Linha. É uma resiliência reativa como resposta adaptativa positiva e uma resiliência proativa de preparação, com vista à antecipação de cenários e gestão de alternativas mentais de comportamento face ao(s) problemas(s) e consequência(s), usa a emotividade positiva, identifica os riscos ou faz aprendizagens pelas experiências vicariantes decorrentes de observações e das reações e aprendizagens.

Concomitantemente com esta Medida individual e subjetiva preventiva, usa fatores protetores, promotores do bem-estar, como o *Locus* de controlo, a Inteligência Emocional, o *Engagement,* e outras técnicas de controlo e gestão do *stress (Coping,* gestão consciente do tempo, autocuidado, supervisão, *Quite hiring, churning*, entre outros).

Ao nível global promove e dissemina Políticas sociais de promoção da gestão da prevenção de riscos psicossociais; a promoção e controlo de políticas de Gestão de Riscos nas Organizações; uma visão multifocal, o desenvolvimento do *Quite Hiring* e o trabalho das competências emocionais, ao qual acrescem estratégias e intervenções de saúde publica intersectoriais.

CONCLUSÓES

Da 1ª República, ao Estado Novo e culminando na instauração de um Regime Democrático, eleito por sufrágio eleitoral, sobressaem as alterações sociais, cujas mudanças resultaram na melhoria da condição de vida dos portugueses.

No âmbito da intervenção social, transitou-se de uma intervenção subjetiva de caráter filantropista e higienista, para uma intervenção social assente no modelo individualizado de base psicossocial, pela linha de pensamento holístico de intervenção pessoa-situação-ambiente, que, a partir da na década de 90 do Séc. XX, introduz a abordagem sistémica e ecológica, com modelos de intervenção nos níveis micro, meso e macro, em que o Estado assume o papel regulador, que determina as competências dos Assistentes Sociais e das Instituições.

Ao nível demográfico e do ordenamento territorial destaca-se o decréscimo da taxa de natalidade e o envelhecimento da população portuguesa, a tendência recente de imigração, que exige um ajuste de medidas e o planeamento antecipado e rigoroso dos vários aspetos da vida.

O RSI pela subsistência mínima garantida, promove a integração social e profissional em condição de insuficiência económica e/ ou pobreza extrema, considerada premente em momentos de crise.

Intrincado nas condições específicas da prestação e na gestão de particularidades, os interventores sociais, em face das alterações regulares, exigências imprevistas de crises, reinventam a sua intervenção, para responder aos picos acentuados e súbitos de requerimentos de RSI e nos "bastidores" destas intervenções, os ambientes laborais reservam precisões, que devem ser trabalhados com vista à prevenção de problemas de ordem mental e de evitamento do cansaço e do *stress* ocupacional, que pode culminar no despontar da Síndrome de *Burnout*.

Transatos os 50 anos do 25 de abril, acentua-se como essencial, disseminar os objetivos de abril e dar meios, estimular os cidadãos e os profissionais, a afirmarem os seus direitos, a promover-se a igualdade de géneros e a gestão mais equilibrada entre a vida profissional e pessoal.

Para esse efeito, deve apostar-se na prevenção, em ações concertadas, recorrendo a estratégias e recursos disponíveis, desenvolvendo a resiliência, exercitando a inteligência emocional e o *Locus de* controlo, reivindicando direitos, criando condições de bem estar e qualidade dos serviços sociais; desenvolvendo soluções sistémicas que ponderem uma visão epistemológica e assegurem uma visão das pessoas em contexto social, participativa e colaborativa, assente nos princípios da qualidade contínua.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, C. e Arcoverde, A.C.B. (2017). *Cap. 1: Por um serviço social renovado; a importância da reflexividade e da estratégia,* pp.: 1-22 in Albuquerque, Cristina e Arcoverde, Ana Cristina Brito (Coord.) (2017). *Reflexividade e Estratégia.* Pactor Ed., Lisboa

Ashman, K.K. & Grafton, H, Jr. (2009). *Understanding Generalist Practice,* 15º Ed., Books/ Cole-Cengage Learning, U.S.A

Amaro, M. I. (2015). *Urgências e emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade* (2ª edição). Universidade Católica Editora.

Canotilho, M. (2008). A Constituição Portuguesa de 1933, PP: 7-29 in Paço, A.S (2008). *1933- A Constituição do Estado Novo.* Planeta Agostini

Carvalho, D.T. e Neto, H. V. (2019). *Fadiga, stresse, burnout e estratégias de coping num serviço social de uma IPSS.* Edição: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto Publication. https://www.researchgate.net/publication/328171296_Fadiga_stresse_burnout_e_estrategias_de_coping_num_servico_social_de_uma_IPSS

Carvalho, M. I. & Pinto, C. (2015). Intervenção com indivíduos e famílias. *In* Carvalho, M. I. (2015). *Serviço Social com famílias*, Facto Ed., 81-108

Crecco, C (2021). Esqueça um pouco o Burnout, preocupe-se com o Burnin in Recursos Humanos e Gestão- Human. Número 148, março-abril de 2024 https://books.google.pt/books?id=3E7qEAAAQBAJ&pg=PA209&lpg=PA209&dq=beneficiarios+de+rsi+deslocados+da+ucrania&source=bl&ots=EkdIhPMwaq&sig=ACfU3U3b1a6GBdnWf-CuGuNCnK0M0Wme8Q&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjW1oKTudqEAxUxUaQEHVBuBYI4ChDoAXoECBIQAg

GjersØ H.M.; Leseth, A. & Vilhena, S. (2019). Frontline implementation of Welfare Conditionality in Norway: A meternalistic practice. In *Soc. Policy Adm. 2019,* 1-1, John Wiley & Sons, Ltd. http//:www.Wileyonlinelibrary.com/jornal/spol

Gomes, J.A. (2022) Portugal é o terceiro país com maiores níveis de stress da Europa. Portugal é o terceiro país com maiores níveis de stress da Europa – ECO. Consultado em dezembro de 2024

Han, C.C. (2014*). A Sociedade do Cansaço*. Relógio D'Água

Heugten, K.V (2011). *Social Work under pressure.* JessicaKingsleyPublishers, London

Kristensen, T.; Borritz, M.; Villadsen , E. & Christsen, K. (2005). The Copenhagen Burnout inventory: a new tool for the assessment of Burnout. *Work and stress, 19 (3), 192-207*

Miranda, J. (2008). Corporativismo Mitigado, p: 203 in Paço, A.S (2008). *1933- A Constituição do Estado Novo.* Planeta Agostini

Monteiro, J. G. (2024). *Portugal 50 Anos Depois do 25 Abril- O que mudou? O que falta fazer?* Manuscrito Editora.

Oliveira, F. (2023). A New Management da intervenção social: perceção dos riscos psicossociais e ambientais no acolhimento social e os fatores de bem-estar para os interventores sociais: https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_141-157. *Revista Temas Sociais* , (4), 141-157. Obtido de https://revistas.ulusofona.pt/index.php/temassociais/article/view/8396

Pinho, R. (2017), Fatores de risco/ Riscos Psicossociais no local de trabalho. *In* DGS (Direção Geral da Saúde): Programa Nacional de Saúde Ocupacional, Ministério da Saúde

Pinto, A.M. & Chambel, M.J. (2008). *Burnout e Engagement em Contexto Organizacional: Estudos com amostras portuguesas.* Livros Horizonte.

Ribeiro, S. e Amaro, M.I. (2017). Os Assistentes Sociais e o burn-out em Portugal. Saúde mental dos Assistentes Sociais em Portugal. In Ciências e Políticas Públicas | Public Sciences & Policies, vol. III, n.º 1, 2017, pp. 127-146

Santos, C., Albuquerque, C. e Almeida, H. (2013). *Serviço Social: Mutações e desafios*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus.* Almedina Ed.

Soares, C. (2024). A ciência da memória. "Se bem me lembro…". In VISÃO 1621, de 28/03 a 03/04/2024

Weber, P. (2011). *Dinâmicas e práticas do Trabalhador Social.* Porto Editora

Wooten, N.R & Kim, S.B. F. (2011). Occupational Stress in Social Work Practice. In Handbook of Stress in the Occupations, New Horizons in Management series

Observador, outubro 2017, Os anos da troika. Portugal foi o único país a sair da crise com menos desigualdade in https://observador.pt/especiais/os-anos-da-troika-portugal-foi-o-unico-pais-a-sair-da-crise-com-menos-desigualdade/

https://www.socialworker.com/feature-articles/practice/power-morning-routine-social-workers/

https://observador.pt/especiais/os-anos-da-troika-portugal-foi-o-unico-pais-a-sair-da-crise-com-menos-desigualdade/

Parte III

Educação, Instituições e Direitos

MEMÓRIAS DA REVOLUÇÃO, DISCURSOS PARA A NAÇÃO: PROFESSORES DO ESTADO NOVO / PROFESSORES E EDUCADORES DO PÓS 25 DE ABRIL

Ricardo Vieira[1] Ana Maria Vieira[2],

[1] *CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria*

[2] *CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria*

RESUMO

Passaram 50 anos sobre a revolução do 25 de abril de 74. Em várias geografias, vários eventos comemoram esta data mantendo viva as memórias do antes e depois do 25 de abril.

Nesta comunicação, dá-se conta da escuta ativa realizada com vários professores que viveram, enquanto profissionais, a transição da ditadura para a democracia.

No domínio da educação, a década anterior ao 25 de abril tinha já trazido novas promessas e aberto processos de renovação pedagógica, e mesmo de inovação, de onde se destaca a designada "Reforma Veiga Simão" inovações instituintes que, curiosamente, vieram até a não ser implementadas.

Através da análise das vozes desses professores e educadores, pretendemos dar conta de transições e transformações na educação, antes e depois da Revolução dos Cravos, de algumas identidades profissionais antes e depois do 25 de abril, particularmente sobre o modo de conceber a educação, a pedagogia, o ensino e a profissão de professor/educador.

Os professores que chegaram, entretanto, ao final da sua carreira possuem consigo um manancial histórico sobre as mudanças do sistema educativo e sobre o modo de ser professor antes e depois do 25 de abril. Eis uma boa razão para lhes dar voz e os escutar para compreender o que fizeram com a ditadura, com a profissão que desempenharam, as críticas e elogios que fizeram e que fazem hoje sobre a educação desse período onde estudaram e mais tarde ensinaram

A comunicação enfocará investigações biográficas de/com professores no âmbito dum projeto de investigação que escutou ativamente as vozes de muitos desses docentes, qual museu de vidas de professores em Portugal, pós 25 de abril de 74.

PALAVRAS-CHAVE

Memórias da escola de Salazar; professor monocultural; professor reprodutor; professor mediador

INTRODUÇÃO

No âmbito da Unidade Curricular (UC) de Multiculturalidade e Diversidade Educativa (MDE) dos Mestrados em Pré Escolar; Mestrado em Pré Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico; 1.º Ciclo e 2.º Ciclo de Matemática e Ciências; 1.º Ciclo e 2.º Ciclo de Português,

História e Geografia da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPLeiria), as estudantes do ano letivo de 2022-23 foram convidadas a aderir ao projeto FYT-ID "Cinquenta anos de docência: fatores de mudança e diálogos intergeracionais (https://fytid.net/), financiado pela FCT (PTDC/CED-EDG/1039/2021) e coordenado pela doutora Amélia Lopes, Professora Catedrática da FCE-UPorto, tornando-se investigadores do próprio projeto.

No caso de Leiria, o projeto contou com muitas estudantes dos Mestrados da Formação de Professores e Educadores de Infância. Não podemos, portanto, deixar de começar por agradecer às estudantes dos 11 grupos constituídos para fazer entrevistas e debates intergeracionais com educadoras/professoras aposentadas ou ainda no ativo. Um profundo obrigado às Mestrandas Beatriz Mateus, Beatriz Vieira, Maria Lisboa, Beatriz Sousa, Gabriela Cordeiro, Beatriz Gonçalves, Cátia Ferreira, Joana Dias, Diana Neves, Beatriz Pinto, Catarina Antunes, Maria Dionísio, Maria Silva, Celeste Machado, Maria Neves, Margarida Brito, Filipa Ferreira, Adriana Crespo, Alice Picão, Ana Ferreira, Beatriz Sá, Inês Gomes, Daniela Rodrigues, Sara Neves, Mariana Marques, Inês Anjos, Ana Jacinto, Sara Oliveira, Sofia Gonçalves, Maria Andrade, Princy, Beatriz Morgado, Irina Pires, Beatriz Saldanha, Cátia Pinto, Cátia Monteiro, Marta Santos, Joana Rodrigues, Márcia Francisco, Andreia Oliveira, Carolina Pouseiro, Mafalda Cabaça, Carolina Silva, Juliana Joaquim, Inês Costa, Diana Simões e Ana Margarida Antunes pela implicação e pelo trabalho realizado. A síntese que aqui apresentamos é também de todas elas.

METODOLOGIA

Depois de alguma reflexão na primeira aula, dia 23 de fevereiro de 2023, sobre o trabalho que deveriam fazer em vez do que tem sido habitual (apresentação e discussão de textos, mais um teste de frequência), todas as estudantes (47) optaram por escolher envolver-se no projeto FYT-ID, assumindo a metodologia e a avaliação como inovadoras. Na segunda aula, a 23 de março de 2023, começámos por especificar e clarificar algumas nuances sobre a metodologia biográfico-narrativa e, nesse seguimento, visualizámos e debatemos a conferência de Chimamanda Adichie (https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt), pondo a tónica na crítica ao pensamento único, monista e aos estereótipos socioculturais.

Definimos e exemplificámos, em aulas seguintes, a especificidade de entrevistas etnobiográficas (Vieira, 2013), fomos criando guiões de entrevista e levantando hipóteses sobre quem escolher para entrevistar e para vir falar da sua biografia pedagógica em contexto de sala de aula na ESECS.IPL.

Em geral, a entrevista é um meio particular de comunicação verbal, entre o investigador e o investigado, e advém de um sistema planificado e de um instrumento de observação (Fortin, 1996). A entrevista não estruturada é "aquela em que a formulação e a sequência das questões não são predeterminadas, mas deixadas à discrição do entrevistador" (Fortin, 1996, p. 247). Este tipo de entrevista tem um caráter mais flexível e pode ser caraterizada como uma entrevista parcialmente estruturada, pois existe um guião orientador. Porém, o entrevistado tem espaço para falar livremente. Tem a possibilidade de partilhar relatos de vivências que são especiais para si (Fortin, 1996). No caso particular da entrevista etnobiográfica, que privilegiámos e que temos desenvolvido em Antropologia da Educação e em Pedagogia Social, estas têm-nos permitido conhecer o domínio da intersubjetividade dos sujeitos. O trabalho de interação entre o investigador e o entrevistado, no seu próprio ambiente, ou em ambientes "naturais" emerge como um caminho metodológico eficaz para compreender as transformações identitárias que as aprendizagens dos sujeitos produzem, no seu próprio mundo subjetivo e reflexivo, registado nas suas próprias falas (Vieira, 2013).

O tempo de algumas das aulas de Multiculturalidade e Diversidade Educativa foram usadas para trabalho de campo e realização de entrevistas. As estudantes ficaram desde logo incumbidas de fazer análise de conteúdo das entrevistas realizadas e de selecionar vinhetas, extratos das falas das entrevistadas significativas e ilustrativas do seu pensamento, para integrar no material multimodal a apresentar num seminário aberto ao público, no dia 1 de junho de 2023. Tais apresentações resultaram em pequenos vídeos colocados no youtube, contendo extratos das entrevistas e análises psicossociopedagógicas sobre o escutado e refletido, integrando imagens de objetos pedagógicos referenciados pelos entrevistados e dos contextos educativos vivenciados e narrados. Daí a opção pela designação de materiais multimodais (mistos de imagens, esquemas, entrevistas, análises, slides, etc.).

A meio do percurso de 15 aulas/semanas, ouve ainda espaço para seminários com educadoras/professoras que estimularam aprendizagens intergeracionais, e um *focus*

group com os 11 grupos/11 trabalhos realizados para amplificar, através da troca interpessoal e intergrupal, a consciencialização das aprendizagens intergeracionais. O grupo de discussão focalizada tem constituído, dentro deste paradigma metodológico, uma importante técnica de complementaridade da abordagem individual. Na sequência das entrevistas etnobiográficas individuais, o grupo de discussão focalizada pôde, assim, potenciar maior reflexividade pela oportunidade do mútuo questionamento que resultou do diálogo, reflexão entre os vários sujeitos que pensam aprendizagens comuns, profissões comuns ou percursos sociais e de aprendizagens semelhantes.

Depois foi o trabalho que cada grupo encetou. Muitas estudantes acabaram por escolher uma ex-professora de um dos elementos do grupo, o que se veio a revelar uma mais-valia, uma vez que permitiu que as entrevistadas estivessem mais à vontade e a conversa fluísse facilmente.

No dia da entrevista, a maioria dos grupos foi a casa das suas entrevistadas, de forma a escutá-las em ambiente familiar. Dos relatórios produzidos pelos 11 grupos, observa-se que a grande maioria conseguiu fazer com que a entrevista fluísse como conversa (Burgess, 1997), mesmo enquanto montavam ainda as câmaras e os gravadores de áudio para ficar tudo registado para o relatório final, e para o referido material multimodal. Nas palavras de uma estudante, "acima de tudo sentimos que foi mais que uma entrevista, uma conversa que nos permitiu conhecer uma realidade que não é a nossa, ainda que se tenham evidenciado algumas semelhanças".

Após a entrevista, que no caso de alguns grupos se repetiu para maior aprofundamento de alguns temas, os grupos foram trabalhando na análise de conteúdo para selecionar as partes que consideravam mais importantes para a apresentação final, incluindo as vinhetas a apresentar e as imagens a usar no vídeo multimodal.

VOZES DE PROFESSORAS/EDUCADORAS APOSENTADAS OU EM FINAL DE CARREIRA

Vozes e comentários

Educadora A

"Não havia famílias muito ricas, éramos todos pobres e sentia que os professores nos marginalizavam. Eu fazia parte de um certo estrato social, éramos três irmãs, os pais trabalhadores e sentia que tínhamos alguns privilégios, poucos, em relação às outras

crianças. No entanto os professores, neste caso a minha professora, era uma professora muito ditadora, era má, batia-nos muito, caso não conseguíssemos ler alguma coisa ou não aprendêssemos as matérias; utilizava a chamada palmatória... não era a dos biquinhos, mas era uma régua comprida que nos batia."

"A partir daí a professora chamava-me e batia-me até me pôr as mãos negras. Portanto, este processo foi-se formando na minha cabeça que um dia teria de mudar a forma de estar com as crianças porque era injusto."

Estes dois relatos permitem-nos compreender o que a educadora A vivenciou enquanto aluna antes do 25 de abril de 74, bem como as marcas que estes incidentes deixaram na sua vida. Com estas memórias, a educadora A percebeu o impacto que uma educadora ou professora deixa na vida de uma criança. E foi assim que na sua prática sempre defendeu a não utilização de violência. Na opinião do grupo que realizou esta entrevista, "em vez de punir, cabe aos profissionais da educação encontrar estratégias que cativem e potenciem a realização de descobertas e experiências que levarão, posteriormente, a aprendizagens".

"Pronto, em relação à minha prática, … à minha prática já como docente, portanto nós saímos dos estágios, sinto que saí preparada, embora não tanto como vocês. Acho que vocês, e isto tem de ser dito nesta entrevista, acho que vocês trabalham imenso. São..., são transversais a tantas áreas, aquilo que eu tenho feito no meu percurso de 30 anos em formação a todos os níveis, desde que abranja todas as áreas, na área do meio físico e social, ou seja, do conhecimento do mundo, na área da… da língua portuguesa, ou seja na, na área da formação pessoal e social, as três grandes áreas de conteúdo, vocês abrangem tudo isso na vossa prática...".

As entrevistadoras concordam com esta afirmação e referem que

"[...] no entanto, a parte em que a educadora A refere que saímos mais preparadas, leva-nos a questionar sobre a nossa formação académica. Este questionamento surge porque ao longo do nosso percurso, apesar de consideramos que este é abrangente, tanto ao nível teórico como prático, existem outros fatores que interferem na prática docente. Nomeadamente os contextos em que estamos inseridas [...]. Existem outros contextos

em que adquirimos e consolidamos imenso conhecimento, algo que consideramos que só foi possível através da prática pedagógica".

"A criança nunca avaliou, a criança não tinha direito a avaliar, a criança não era ouvida para planear, mas foi mudando. Como vocês, por exemplo, fazem na planificação[...]. Porque há muitos educadores e, há muitos, mesmo, educadores ainda mais velhos do que eu, depende da formação que fizeram, depende da disponibilidade que querem implementar às suas práticas, que [consideram que] a criança não tem nada que ir avaliar nada. A criança faz aquilo que eu mandei fazer e mais nada."

[...] O que acontece é que há aqueles meninos que adoram fazer livros de fichas e podem-no fazer, mas há outros que levam para casa, ao fim do ano, um livro sem uma ficha. Eu Não vou punir por isso, e os pais sabem que é assim. Eu não vou obrigar porque eu quero acima de tudo que a atividade seja prazerosa e é isso que se pretende... agora não tenho ficha, porque nós… é projetos, projetos, projetos, projetos, … não há tempo...".

A partilha desta educadora levou as mestrandas a

"refletir sobre o papel do educador e ao mesmo tempo do professor e das crianças, uma vez que é impensável estes não serem tidos em consideração no processo de aprendizagem, nos dias de hoje. Visto que os educadores e professores estão em constante formação leva-nos a pensar em como é que é possível existirem ainda educadores que não consigam mudar a sua prática e ideologias, tendo em conta a época em que vivemos e o papel que a criança deve apresentar na educação. [...] Assim, na nossa perspetiva, é importante que a criança tenha um papel mais ativo nas suas aprendizagens, uma vez que atribuem um maior significado quando os temas abordados são e advêm dos seus interesses, tal como defende Falk (2022, p.31)".

<u>Professora B, 1.º ciclo, aposentada</u>

"Então eu concorri e fiquei logo ali perto da [...] para uma escola com 4 classes, essa é que não me agradou nada. Depois estive lá até novembro, meados de novembro, veio um concurso para quem queria dar a quinta e a sexta classe e eu concorri. Ganhava-se mais uns escudos naquele tempo, o meu primeiro ordenado foi 1700€ e fui para a [...],

estive lá um ano a dar a sexta classe. Entretanto, concorri, não era como hoje... podia-se concorrer durante todos os meses e em todos os meses nós podíamos ficar efetivas e fiquei efetiva. Logo em fevereiro já estava efetiva, tinha era de terminar o ano letivo onde eu estava. E vim para uma escola aqui perto, a quatro ou cinco quilómetros daqui que se chama [...], onde eu estive até ao fim. Nunca conheci outra escola. Trabalhei 26 anos com a mesma colega".

O grupo de mestrandas pediu, **i**nicialmente, à entrevistada, que contasse um pouco sobre si e sobre o seu percurso enquanto docente ao longo dos anos. Foi assim que esta professora do 1.º ciclo referiu os locais em que lecionou, o que lhes suscitou uma certa admiração uma vez que apenas frequentou duas escolas ao longo da sua trajetória profissional:

"Para além de só ter frequentado duas escolas, a entrevistada ressaltou ter frequentado na última escola que lecionou durante 26 anos, sendo algo que nos dias de hoje se torna pouco comum, devido à burocracia implementada no nosso país. Também, é fulcral referir que, [...] desde o início da sua carreira, [a professora lecionou em] escolas não muito distantes do local da sua residência, sendo um aspeto que, atualmente, torna-se impossível, visto que é difícil conseguir efetivar tão precocemente numa escola, especialmente tão próxima do local de residência".

<u>Professora C, 1.º ciclo, aposentada</u>

"Era diferente, não tem nada a ver o ensino daquela época com o ensino de hoje. Para mim, a escola é uma sala com os alunos que compete ter e ensinar, para mim é isto a escola. Não é uma escola de inclusão é de exclusão, mas quer dizer para mim é isso, é estar à frente de uma turma e ensinar, ensinar, ensinar e ensinar. Agora como hoje que têm alunos de sei lá de quantas nacionalidade, não sei quantas línguas e depois ainda têm aqueles programas que eles fazem para os que têm mais dificuldades. Eu acho que se está… Com este processo.... Fizemos a... Era completamente diferente do que é hoje, o ensino, e eu hoje penso que não me adaptava".

Após a realização da entrevista, um dos aspetos que mais fez refletir o grupo de estudantes foi o facto de a professora C

"[...] sublinhar no objetivo na educação escolar o ato unidirecional de ensinar. Este comentário suscitou-nos alguma inquietação, pois não estamos totalmente de acordo com esta ideologia. Na nossa ótica, o nosso objetivo enquanto futuras docentes será sempre de ensinar a aprender. Em contexto de aula, aquando da realização do Focus-Group, partilhámos com as nossas colegas este comentário, sendo que conseguimos compreender através das suas reações o seu espanto, pois durante os quatro anos de formação incutiram-nos a importância de nos focarmos nos alunos. Além disso, é de salientar a vertente social e emocional como um dos objetivos do ensino, o que, na nossa perspetiva, não era tão valorizado como nos dias de hoje".

OBJETOS DAS MEMÓRIAS PEDAGÓGICAS

Foi sugerido às mestrandas que no decurso das entrevistas etnobiográfias tentassem conhecer alguns objetos pedagógicos que tenham sido significativos na história de vida docente dos entrevistados.

Professora D, 1.º ciclo, aposentada

"Olha se calhar o apagador... Se calhar um apagador porque eu acho que na nossa profissão muitas vezes nós dizemos aos alunos tens que apagar e tens que fazer de novo, tens que corrigir, não está bem. E nós como professores muitas vezes também temos de apagar muita coisa que dissemos e que não podíamos ter dito que fizemos e que não devíamos ter feito; que não programamos e que devíamos ter programado, que não pensámos e devíamos ter pensado e, portanto, acho que se calhar um apagador... Neste sentido de que é um objeto que é para melhorar quando nós dizemos para fazer outra vez é para melhorar... E nós professores também nunca estamos acabados... também temos sempre de melhorar"

Professora E, 1.º ciclo

“Um objeto, sei lá, podia ser tantas coisas... uma bola saltitona. Um elástico..., um elástico. [Porquê?] Porque nós esticamo-nos por todo o lado para conseguir chegar a todo o lado. Eu estico tudo. Eu acho que faço errado, porque eu penso primeiro no meu grupo do que em mim. [...] Eu deixo as minhas coisas por eles.

APRENDIZAGENS INTERGERACIONAIS

De acordo com a reflexão de um dos grupos, o contacto com as experiências da vida de outros docentes permitiu

“mergulhar nos diferentes contextos e realidades abordadas pelas entrevistadas, construindo, consequentemente, a nossa própria história de vida, cruzando-a com as experiências partilhadas. Para além disso, a nosso ver, o contacto com estes testemunhos, impulsiona momentos de grande inspiração, motivação e introspeção sobre o nosso percurso tanto pessoal como profissional. Deste modo, estes testemunhos autobiográficos assumem um valor inigualável na construção do nosso conhecimento, uma vez que ao lermos e ouvirmos acerca das histórias de vida das entrevistadas, conseguimos trilhar um percurso formativo de constante crescimento e desenvolvimento do nosso eu. Fora as aprendizagens estimuladas que destacámos anteriormente, na nossa opinião, com esta experiência incitámos ainda mais a nossa capacidade de respeito pelo outro e pelo seu espaço, assim como aprofundámos a nossa capacidade de espírito crítico, escutando o outro sem tecer juízos críticos e de valor. Com este exercício de partilha, aprimorámos, também, o ato de libertação e exteriorização das nossas ideias, refletindo sempre com o coração e através de momentos de autorreflexão do nosso percurso”.

Efetivamente, os sujeitos entrevistados refletem, também eles, sobre as intenções do inquiridor e sobre si próprios. Não é apenas o investigador que investiga. É também o entrevistado que se pesquisa a si próprio e, em consequência, acede a uma dimensão reflexiva. Nesta linha, outro grupo refere que

“refletimos e percebemos que estes projetos ajudam tanto o entrevistado como o entrevistador, dado que permitem momentos de partilha e de sinergia de ideias comuns ou até mesmo distintas. Ainda possibilitam uma valorização do trabalho e percurso de cada entrevistada, bem como a adoção de um olhar desperto e repleto de diferentes perspetivas de vida e do mundo que a rodeia. Com esta atitude, aprendemos, ao longo

da nossa vida, a canalizar e priorizar as nossas experiências mais importantes, em detrimento de outras que se outrora valorizávamos, com o passar do tempo, aprendemos a considerá-las dispensáveis, minorando-as".

As partilhas intergeracionais dão-nos a imagem daquilo que somos, daquilo que queremos ou mesmo daquilo que não queremos ser. O próprio *self* reconstrói-se comparando o seu ontem com o seu hoje, por forma a posicionar-se no futuro (Vieira, 1999). Assim, de acordo com a reflexão de um dos grupos, estas partilhas "contribuem não só para a reflexão de quem conta como para a formação contínua de quem ouve".

No relatório de um outro grupo pode ler-se:

"O processo de criação foi, sem dúvida alguma, a fase mais desafiante de todo o processo, uma vez que não temos um grande conhecimento acerca de edição e foi difícil encontrar soluções para que o vídeo não se tornasse monótono, mas sim um vídeo multimodal que capte a atenção de quem o vê. De forma geral, consideramos que foi um trabalho que envolveu um grande empenho e esforço da nossa parte. Contudo, foi muito enriquecedor na medida em que nos deu possibilidade de conhecer como era o mundo da educação há alguns anos, comparar a realidade dessa época com a realidade do agora, e verificar que, há muito caminho a desbravar uma vez que, constatámos mais semelhanças do que diferenças".

Num outro relatório é referido que

"nesta linha de pensamento, e tendo por base a concretização das entrevistas, tivemos em conta a linguagem, enquanto entrevistadoras, revendo e reajustando as questões do guião da entrevista, para que as mesmas fossem percetíveis, por parte das professoras e da educadora de infância que iríamos entrevistar, uma vez que as entrevistas que iríamos transpor para o vídeo que nos foi proposto conceber teriam de ser semelhantes a uma narração na qual as personagens descreveriam todo um percurso de vida profissional".

Tal como defende Bertaux (2010), para narrar bem uma história é necessário delimitar os personagens, descrever suas relações recíprocas, explicar suas razões de agir, descrever os contextos das ações e interações e até mesmo formular julgamentos (avaliações) sobre as ações e os próprios atores. Descrições, explicações, avaliações, mesmo não sendo formas narrativas, fazem parte de toda a narração e contribuem para construir significados. Deste ponto de vista, embora o entrevistador tenha um guião preconcebido com objetivos bem delineados, nem sempre os mesmos são sugestivos de conseguir obter a história de vida profissional do entrevistado, com todos os acontecimentos, tal como os mesmos ocorreram, uma vez que o narrador da história é quem decide o que irá contar relativamente à vida que viveu e em virtude daquilo que se recorda (Atkinson, 2002). Por outras palavras, significa que o entrevistado ao narrar a sua história, poderá omitir, voluntária ou involuntariamente, aspetos e eventos que poderiam ser relevantes para o entrevistador.

Embora Atkinson (2002) defenda a ocorrência deste constrangimento na maioria das entrevistas que são realizadas, um grupo de mestrandas refere que

"constatámos que mediante as questões que queríamos ver explanadas, até nos foram facultadas outras informações, informações que destelhavam o percurso de vida, repleto de eventos que, de uma maneira geral, ocorreram, replicando sentimentos de nostalgia e de grande emoção. Importa destacar, que o facto de termos obtido respostas bastante esclarecedoras, em relação aos objetivos que perspetivávamos, consideramos que o local onde foram realizadas as entrevistas, foi determinante para o sucesso das mesmas, uma vez que, no que diz respeito à escola do 1.º CEB situada na [...], a mesma tratava-se do local de trabalho da professora, colocando-a à vontade para responder claramente às questões que lhe iam sendo dirigidas, dando abertura para o surgimento de novas questões e por sua vez de respostas mais aprofundadas.

Em modo de conclusão, considera-se que foram cumpridos todos os objetivos previamente definidos para a elaboração deste trabalho. Apesar de todas as adversidades e obstáculos que se foram atravessando no decorrer do processo, estes foram superados com sucesso, resultando num produto final do qual todos os elementos do grupo se sentem

orgulhosos e realizados.

Todo este percurso permitiu que as discentes crescessem e aprendessem que não se deve desistir, mas sim arranjar soluções para contornar os problemas. Desta forma, é possível afirmar-se que foi um trabalho que permitiu abrir horizontes e entender diferentes perspetivas e pontos de vista, o que contribui para a evolução pessoal e profissional de cada mestranda".

ALGUMAS CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Pudemos concluir que todos os grupos e seus elementos assumiram ter saído enriquecidos com a realização desta investigação no âmbito da UC de MDE. Que enriqueceram a sua literacia acerca deste tema centrado em histórias de vida de professoras e educadoras e em diálogos intergeracionais:

"A realização deste trabalho permitiu-nos desenvolver competências enquanto futuras profissionais da educação, visto que nos possibilitou desenvolver melhor a nossa capacidade de organização e síntese, bem como aprofundar os nossos conhecimentos acerca do tema e dos benefícios que este tem para a nossa formação, nomeadamente, ao nível da investigação".

Num outro relatório pode ler-se:

"Antes de terminar, gostaríamos de agradecer à educadora A pela sua disponibilidade em partilhar com o grupo relatos enquanto aluna antes do 25 de abril e educadora após o 25 de abril. Na nossa perspetiva, foi uma experiência muito enriquecedora que nos permitiu conhecer e refletir enquanto futuras educadoras/professoras em relação a esta profissão que tanto nos cativa. Na nossa bagagem pessoal levamos a certeza de querer dar o nosso melhor, proporcionando às crianças/alunos a possibilidade de realizarem as suas descobertas que irão auxiliar no seu desenvolvimento e nas suas aprendizagens".

Noutro relatório refere-se que,

"Em suma, esta Unidade Curricular foi crucial para o nosso desenvolvimento enquanto futuras educadoras/professoras, dado que nos permitiu contactar com outras realidades, ou seja, com diferentes educadores e professores, contextos, metodologias,

bem como conhecer o processo de ensino antes do 25 de abril de forma a comparar as mudanças realizadas e não realizadas após o 25 de abril".

Noutro, ainda,

"O presente trabalho permitiu, conforme esperado, comparar a realidade do que era o ensino antigamente e como é hoje. Apesar de atualmente não existir tanta carência financeira, tanta falta de possibilidades e tanta negligência dos pais, estes casos ainda estão presentes na nossa sociedade. É importante estar conscientes de que esta é uma realidade com a qual poderemos ter de contactar, conseguir combater as dificuldades inerentes e perceber como esta pode ter impacto em nós. Antes desta entrevista nunca pensámos que este pudesse ser um desafio na nossa profissão, o que nos levou a refletir pela primeira vez sobre qual será o nosso grande desafio como futuras educadoras/professoras.

As vozes escutadas fizeram-nos ficar mais sensíveis e atentas a estas situações, compreendendo como o contacto com as famílias e uma observação atenta de cada criança pode auxiliar e efetivamente beneficiar o bem-estar da criança, o seu desenvolvimento e, por fim, o seu

desempenho escolar".

Em termos de avaliação docente do coordenador da UC de Multiculturalidade e Diversidade Educativa, ficou claro que, desenvolver atitudes interculturais, de respeito pelo(s) outro(s), desenvolver a empatia e a escuta ativa para um ensino assente no ensinar a aprender e potenciado por processos de mediação sociopedagógica (Vieira, 2016), pode ser promovido de várias formas, sendo que a de aprender com os mais velhos, escutando as suas histórias, compreendendo como lidaram ou não com a diversidade cultural em sala de aulas, como geriram problemas sociais de alunos e suas famílias, como se reveem e autoavaliam face à sociedade e escola contemporâneas é uma boa estratégia metodológica. Ficou para nós claro que a ideia de troca e de comunicação intergeracional, num momento em que o envelhecimento demográfico e docente coloca muito saber e experiência fora do sistema educativo, sem o mesmo ser partilhado com os mais novos, este tipo de desenvolvimento curricular parece ser poderoso para a aprendizagem intergeracional.

A organização de seminários regulares, a par das práticas pedagógicas, com antigos professores, professoras e educadoras, poderia ser uma forma de estreitar ainda mais

os conhecimentos e saberes intergeracionais e evitar o esquecimento de tanto saber prático acumulado e não partilhado. Seminários ou encontros intergeracionais mais informais, tipo "rodas de conversa" com antigos professores, professoras, e educadores e educadoras parece ser vital para colmatar as descontinuidades entre as práticas pedagógicas de ontem, hoje e amanhã e para minimizar o desperdício do saber pedagógico não partilhado. E para manter viva a memória dum sistema educativo ditatorial e as transformações que foi possível operar até hoje, na construção de uma escola verdadeiramente para todas e todos (Vieira, 2016).

Referências Bibliográficas

Atkinson, R. (2002). *The Life Story Interview*. Sage.

Bertaux, D. (2010). Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos. Ed. Contexto.

Burgess, R. (1997). *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Celta Editora.

Falk, J. (2022). Os alicerces da relação – A relação entre o profissional e a criança através dos momentos dos cuidados. *Cadernos de Educação de Infância*, (125), 31-39.

Fortin, M. (1996). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Lusociência.

Vieira, R. (1999). *Histórias de Vida e Identidades. Professores e Interculturalidade*. Edições Afrontamento.

Vieira, R. (2013). Etnobiografias e descobertas de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. *Pro-Posições, 24*(2), 109-123.

Vieira, R. & Vieira, A. (2010). Os saberes da antropologia da educação e a emergência de novos papéis sociais em escolas portuguesas. *Revista Inter-legere*, pp.270-287.

Vieira, A. (2016). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Edições Afrontamento.

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1976

Mário Simões Barata

[1] *ESECS, Instituto Politécnico de Leiria*

RESUMO

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 dedica apenas um artigo às instituições de ensino superior na lei fundamental: o artigo 76º. Em concreto, o nº 1 trata o regime de acesso às universidades e às demais instituições de ensino superior, ao passo que o nº 2 versa sobre a autonomia das universidades. No entanto, o modelo de ensino superior em Portugal é binário (i.e., universidades e institutos politécnicos) e essa característica estruturante do nosso sistema plasmado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) não encontra qualquer reflexo na lei fundamental.

Esta omissão poderá ser eventualmente retificada no quadro de um processo de revisão constitucional. Passados quarenta e nove anos desde a sua entrada em vigor, acreditamos que o nº 2 do artigo 76º da lei fundamental deve ser revisto, de modo a incluir todas as instituições de ensino superior e não só aquelas com a designação de universidade. Nesse sentido, o Partido Comunista Português (PCP) apresentou uma proposta de alteração do artigo 76º da CRP, no quadro do décimo segundo processo de revisão constitucional, de modo a alinhar o preceito com sistema binário existente e consolidado em Portugal.

Em suma, o nosso trabalho visa analisar a norma constitucional relativa à universidade e acesso ao ensino superior, bem como a proposta da sua revisão formulada pelo PCP, que não subscrevemos na totalidade, em virtude da mesma não estar totalmente alinhada com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), nem tão pouco com as mais recentes alterações legislativas, na sequência da iniciativa legislativa dos cidadãos em torno da valorização do subsistema de ensino superior politécnico nacional e internacionalmente.

PALAVRAS-CHAVE

Constituição da República Portuguesa de 1976; Instituições de Ensino Superior; Universidades; Institutos Politécnicos; Revisão Constitucional

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 dedica apenas um artigo às instituições de ensino superior: o artigo 76º. Em concreto, a norma cuja epígrafe aponta para a Universidade e o acesso ao ensino superior é composta por dois números: o nº 1

trata o regime de acesso às universidades e às demais instituições de ensino superior, ao passo que o nº 2 versa sobre a autonomia das universidades. No entanto, o modelo de ensino superior em Portugal é binário (i.e., ensino universitário e ensino politécnico) e essa característica estruturante do nosso sistema, que se encontra vertida no artigo 11º da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), não encontra qualquer reflexo na lei fundamental.

Esta omissão poderá ser eventualmente colmatada no quadro de um processo de revisão constitucional. Nesse sentido, o Partido Comunista Português (PCP) tentou alinhar o preceito com o modelo binário existente e consolidado em Portugal quando apresentou uma proposta de alteração do artigo 76º da CRP, no quadro do décimo segundo processo de revisão constitucional que foi despoletado em outubro de 2022. Contudo, o processo de revisão foi abandonado na sequência da demissão do Senhor Primeiro-ministro em novembro de 2023 no quadro da Operação *Influencer* promovida pelo Ministério Público e a consequente dissolução da Assembleia da República.[6]

A proposta do PCP continha aspetos positivos e outros menos conseguidos. Em concreto, não subscrevemos a sugestão de redação apresentada por aquele partido relativamente ao artigo 76º, nº 2, da CRP em virtude da mesma não estar totalmente alinhada com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) que foi adotado em 2007, nem tão pouco com as mais recentes alterações legislativas que entraram em vigor, na sequência da iniciativa legislativa dos cidadãos em torno da valorização do subsistema de ensino superior politécnico nacional e internacionalmente.[7]

Assim, este artigo visa em primeiro lugar analisar a evolução do artigo 76º da lei fundamental ao longo dos últimos quarenta e nove anos de vigência da CRP de 1976. Em seguida, examina as cinco autonomias universitárias que foram acolhidas no preceito. Por fim, analisa criticamente a proposta apresentada pelo PCP no quadro do décimo segundo processo de revisão constitucional para modificar o preceito constitucional e sugere que qualquer alteração a operar no futuro deverá incluir uma norma sobre o financiamento das instituições de ensino superior.

[6] Decreto do Presidente da República n.º 12-A/2024, de 15 de janeiro, publicado no Diário da República n.º 10/2024, 1º Suplemento, Série I de 2024-01-15.

[7] Ver Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª (Cidadãos).

ENQUARAMENTO NORMATIVO

O texto atual do artigo 76º da lei fundamental não corresponde à redação original do preceito. Na verdade, a atual redação é fruto de várias modificações associadas às revisões constitucionais ocorridas em 1982, 1989 e 1997.

Assim, a primeira revisão constitucional, que ocorreu em 1982, alterou a epígrafe do preceito de "Acesso às universidades" para "Universidade". Posteriormente, a revisão de 1989 alterou novamente a epigrafe e conferiu à mesma a sua redação atual: "Universidade e acesso ao ensino superior".

O corpo do artigo foi igualmente objeto de várias alterações. A norma que entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976 tinha um paragrafo único. Contudo, a revisão de 1982 alterou a estrutura originária e introduziu dois números na mesma. Para além deste aspeto estrutural, a primeira revisão constitucional modificou a redação do paragrafo único original que deu origem ao nº 1. Depois, o nº 1 do artigo 76º da lei fundamental foi revisto em 1989 e a sua atual redação data desde a entrada em vigor da segunda revisão constitucional. Com efeito, o nº 1 dispõe que:

> "O regime de acesso à Universidade e às demais instituições de ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democracia do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país".

O nº 2 é igualmente fruto da primeira revisão constitucional conforme já foi referido. Assim, a partir de 1982 o nº 2 determinava que "as universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira". A segunda revisão da constituição que ocorreu em 1989 ampliou o leque de autonomias gozadas pelas universidades e aditou a autonomia estatutária às quatro dimensões de autonomia que constavam da redação original. Por fim, a quarta revisão constitucional, que teve lugar em 1997, conferiu à norma a sua redação atual quando introduziu um segmento que alude à avaliação da qualidade do ensino. Portanto, o nº 2 do artigo 76º da CRP estabelece que:

> "As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino".

AUTONOMIAS

Conforme já vimos no ponto anterior, o texto do artigo 76º, nº 2, da CRP alude a cinco autonomias suscetíveis de serem gozadas pelas universidades. Estas autonomias são: estatutária; científica; pedagógica; administrativa; financeira.

a) Autonomia estatutária

De acordo com Jorge Miranda e Rui Medeiros a autonomia estatutária das Universidades significa "auto-organização interna das Universidades, reserva de estatuto a conjugar com reserva de lei (2017, 1032)". No entender daqueles autores, à lei cabe estabelecer a forma de elaboração e aprovação do estatuto de cada Universidade, a aplicação dos princípios de gestão democrática e da separação de poderes bem como o princípio de decisão em matérias científicas de órgãos compostos por professores. Para além daquelas matérias, a lei deve regular os seguintes aspetos: os direitos e deveres de todos os membros da Universidade; o regime do pessoal docente e dos investigadores bem como o do pessoal não docente; a coordenação entre instituições universitárias; o enquadramento financeiro; o regime de tutela por parte do Estado. As restantes matérias devem ser disciplinadas nos Estatutos de cada universidade (Miranda & Medeiros, 2017, 1032).

b) Autonomia científica

A autonomia científica é o resultado ou o desfecho da liberdade de criação científica consagrada no nº 1 do artigo 42º da CRP (liberdade de criação cultural) e traduz-se nas palavras de Gomes Canotilho e Vital Moreira "no direito de autodeterminação e auto-organização das universidades em matéria científica (2007, 915)". Nesse sentido, os autores oferecem como manifestação da autonomia científica o direito de selecionar as áreas de investigação e de organizar a investigação.

c) Autonomia pedagógica

Jorge Miranda e Rui Medeiros (2017, 1031) sustentam que a autonomia pedagógica compreende a livre definição de planos de estudo, a livre definição de programas, dos conteúdos e dos métodos de ensino bem como a livre definição dos sistemas de avaliação e de aproveitamento de alunos.

d) Autonomia administrativa

Gomes Canotilho e Vital Moreira afirmam que a autonomia administrativa consiste "na capacidade de gestão dos seus próprios assuntos, prática de atos administrativos próprios, celebração de contratos, recrutamento de pessoal (…), aquisição de bens e serviços, mediante decisões próprias, não sujeitas a autorização ou aprovação governamental, e só impugnáveis judicialmente (2007, 915)".

e) Autonomia financeira

A quinta e última autonomia constante do nº 2 do artigo 76º da CRP reporta-se à autonomia financeira. Esta "abrange designadamente o orçamento próprio, a capacidade para arrecadar receitas próprias e de as afetar às suas despesas, contando-se entre aquelas as taxas cobradas aos utentes (propinas) e o pagamento dos seus serviços ao exterior (Canotilho & Moreira, 2007, 915)."

DÉCIMO SEGUNDO PROCESSO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Em outubro de 2022 os deputados do Partido Chega despoletaram na Assembleia da República, nos termos do artigo 285º, nº 1, da Constituição, o décimo segundo processo de revisão da lei fundamental de 1976. Tal motivou a apresentação de propostas de mais sete partidos políticos que foram entregues dentro do prazo estabelecido no artigo 285º, nº 2, da lei fundamental.

No total foram apresentadas quase 400 propostas para alterar a CRP de 1976.[8] Contudo, apenas uma diz respeito ao artigo 76º da Constituição que está localizado no Capítulo III relativos aos direitos e deveres culturais do Titulo III (Direitos e Deveres Económicos

[8] Ver 50.impressao.pdf

Sociais e Culturais) da Parte I da CRP referente aos Direitos e Deveres Fundamentais. A proposta é da autoria do PCP que propôs a seguinte redação:

Artigo 76º

Ensino Superior

1 – O regime de acesso ao ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país.

2 – As universidades e as demais instituições do ensino superior gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo da adequada avaliação da qualidade do ensino.

APRECIAÇÃO CRÍTICA

Em primeiro lugar, aplaudimos o esforço do PCP de se aproximar ao modelo de ensino superior binário vigente, dado que a proposta procede à substituição da epigrafe do artigo 76º da CRP. Em concreto, aquele partido propôs a adoção do conceito de "ensino superior" em substituição do atual epigrafe que apenas se refere às universidades e acesso ao ensino superior.

Em segundo lugar, propôs acertadamente a substituição do segmento do nº 1 que alude às universidades e às demais instituições de ensino superior por uma fórmula que aponta para o regime de acesso ao ensino superior sem aludir a uma determinada tipologia institucional, o que é mais inclusive e não discriminatório. Nesse sentido, a proposta do PCP eliminava a referência à universidade e tal opção compreende-se na medida em que o que está em causa é o acesso ao ensino superior em abstrato e não a um determinado subsistema de ensino superior específico.

Em terceiro lugar, a proposta de alteração do nº 2 do artigo 76º pretendeu alterar a redação da norma constitucional para acrescentar "as demais instituições de ensino superior" às universidades que já constam do preceito e deixava intocada o segmento do preceito que alude às várias autonomias, o que convoca algumas observações que trataremos nos parágrafos seguintes.

A introdução de uma referência às "demais instituições de ensino superior" visa em nossa opinião resolver uma questão que a redação em vigor suscita quanto à extensão da autonomia ao ensino superior politécnico, nomeadamente aos institutos politécnicos e às escolas superiores politécnicas não integradas naqueles. Nesse sentido, Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, 917) defendem que "a resposta parece dever ser (…) negativa". Esta interpretação da norma constitucional assenta no recurso ao elemento gramatical ou literal (i.e., as palavras utilizadas pelo legislador constituinte). Assim, os autores apontam para a redação do nº 2 que só menciona as universidades, ao passo que o nº 1, que trata da problemática do acesso ao ensino superior, refere-se às universidades e "às demais instituições de ensino superior". Para além das palavras utilizadas na redação do nº 1 do artigo 76º da CRP, os Professores de Coimbra entendem que a epígrafe da norma (universidades e acesso ao ensino superior) "vai no mesmo sentido, reforçando a ideia de que o objeto do preceito, salvo no caso do acesso, são somente as universidades" (Canotilho & Moreira, 2007, 917). No entanto, não se mostram contrários à possibilidade de a lei estender a autonomia universitária aos institutos politécnicos.

Contudo, discordamos do teor da proposta dado que ela não reconhece a realidade específica do ensino superior politécnico em Portugal e ignora a recente iniciativa legislativa dos cidadãos pela valorização do ensino superior politécnico nacional e internacionalmente[9] que levou o legislador a adotar a Lei nº 16/2023, de 10 de abril, que altera várias disposições da LBSE e do RJIES[10]. Em concreto, às alterações àqueles diplomas regulam a possibilidade de os Institutos Politécnicos utilizar a designação de "Polytechnic University" na língua inglesa no quadro da sua política e estratégia de internacionalização[11], bem como abrem a porta ao ensino superior politécnico no que toca a conferir o grau de doutor.

Divergimos igualmente da redação sugerida dado que a mesma introduz no texto constitucional uma distinção pouco rigorosa entre universidades e as outras ou as

[9] Sobre as iniciativas legislativas dos cidadãos na constituição e na lei ver Claro, N. M. & Barata M. S. (2024). A Iniciativa Legislativa e os Grupos de Cidadãos na Constituição e na Lei. In M. S. Barata, A. Abrunhosa & D.R. Alves (Coord.), *As Iniciativas dos Cidadãos como Instrumento de Democracia* (pp. 19-49). Almedina.

[10] Lei n.º 16/2023, de 10 de abril publicada no Diário da República n.º 70/2023, Série I de 2023-04-10. A Lei alterou o artigo 14º e aditou os artigos 17º-A e 65º-A à LBSE e modificou o artigo 7º do RJIES.

[11] Ver o artigo 17º-A da LBSE.

demais instituições quando as universidades são também instituições de ensino superior. Nesse sentido, consideramos que o preceito devia aludir em simultâneo às universidades e aos institutos politécnicos ou, em alternativa, apenas aludir às instituições de ensino superior sem qualquer referência explicita aos subsistemas universitário ou politécnico nem às denominações que as instituições podem adotar dentro de cada subsistema.[12]

Para além desta discordância em torno da utilização da expressão "demais instituições de ensino superior" visando englobar o ensino superior politécnico, entendemos que a proposta apresentada pelo PCP é pouco ambiciosa no tratamento das autonomias porque a atual redação do nº 2 do artigo 76º da CRP apenas alude a cinco autonomias quando o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior aprovado pela Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, disciplina pelo menos três outras, designadamente:

a) Autonomia patrimonial

De acordo com o nº 1 do artigo 109º do RJIES "as instituições de ensino superior gozam de autonomia patrimonial". Para Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, 915) este conceito diz respeito ao património próprio bem como a capacidade de aquisição e alienação de bens, sem prejuízo do uso de bens do património do Estado que lhe sejam cedidos. Nos termos do nº 2 do artigo 109º do RJIES o conceito de património empregue pelo legislador engloba o património imobiliário, mobiliário e financeiro (Coelho, 2017, 276).

b) Autonomia cultural

Outra autonomia que foi disciplinado pelo legislador foi a cultural. Nos termos do artigo 72º do RJIES as instituições de ensino superior dispõem da capacidade para definirem o seu próprio programa de formação e de iniciativas culturais (Coelho, 2017, 162).

[12] Ver o artigo 10º do RJIES.

c) Autonomia disciplinar

Por fim, o legislador regulou a autonomia disciplinar em 2007. De acordo com o nº 1 do artigo 75º do RJIES a autonomia disciplinar confere "às instituições de ensino superior públicas o poder de punir, nos termos da lei e dos estatutos, as infrações disciplinares praticadas pelos docentes, investigadores e demais funcionários e agentes, bem como pelos estudantes".

Assim, consideramos que qualquer alteração ao artigo 76º, nº2, da lei fundamental deve procurar alinhar o preceito constitucional com as autonomias atualmente em vigor no RJIES.

Por fim, acreditamos que a proposta de revisão do artigo 76º da Constituição é pouco inovadora dado que o preceito constitucional relativamente às instituições de ensino superior poderá eventualmente, em nosso entender, contemplar um número relativamente ao financiamento das mesmas, à semelhança daquilo que acontece com as autarquias locais,[13] que garanta um adequado financiamento às instituições e os princípios subjacentes ao mesmo, tendo em conta o subfinanciamento crónico das instituições de ensino superior em Portugal e as desigualdades entre subsistemas. Nesse sentido, veja-se a Portaria n.º 101/2024[14], de 13 de março, que "aprova a fórmula de cálculo do orçamento de referências das instituições de ensino superior, bem como as regras necessárias para o seu cálculo e aplicação, nos termos dos n.os 1 e 4 do artigo 4.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, na redação em vigor, Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior (LBFES)" que conduz a diferenças significativas em como a República Portuguesa financia os cursos da área de Educação e das Ciências Sociais nos subsistemas universitário e politécnico apesar da carência de professores…

CONCLUSÃO

Em suma, o artigo 76º da Constituição da República de 1976 deve ser revisto no quadro de um futuro processo de revisão constitucional, de modo a adaptá-lo à evolução do ensino superior em Portugal que ocorreu nos cinquenta anos após a Revolução do 25 de abril de 1974. Nesse sentido, a redação do preceito, com especial destaque para o nº 2,

[13] Ver o artigo 238º da CRP.
[14] Diário da República n.º 52/2024, Série I de 2024-03-13.

deve refletir a valorização do ensino superior politécnico que foi acolhida pelo legislador em 2023 quando aprovou a Lei nº 16/2023, de 10 de abril, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, bem como disciplinar eventualmente a questão do financiamento das instituições de ensino superior e os princípios inerentes ao mesmo.

REFERÊNCIAS

Canotilho, J. J. G. & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada: Artigos 1º a 107º*. Volume I, 4ª edição revista. Coimbra Editora.

Claro, N. M. & Barata M. S. (2024). A Iniciativa Legislativa e os Grupos de Cidadãos na Constituição e na Lei. In M. S. Barata, A. Abrunhosa & D.R. Alves (Coord.), *As Iniciativas dos Cidadãos como Instrumento de Democracia* (pp. 19-49). Almedina.

Coelho, Raúl C. (2013). *Da Autonomia de Gestão das Instituições de Ensino Superior Públicas*. Coimbra Editora.

Coelho, Raúl C. (2017). *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior Anotado*. Coimbra Editora.

Leitão, M. (2022). *Apresentação Comparada dos Projetos de Revisão Constitucional | 2022 | 12.º Processo de Revisão Constitucional*. Assembleia da Republica.

Miranda, J. & Medeiros, R. (2017). *Constituição da República Portuguesa Anotada: Volume I, Preambulo; Princípios Fundamentais; Direitos e Deveres Fundamentais; Artigos 1º a 79º*, 2ª edição revista. Universidade Católica Editora.

O INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA E A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL: uma trajetória de transformação no Serviço Social em Portugal

S. Ribeiro [1], R. Tomé[2], D. Simões[3]

[1] *Instituto Superior Miguel Torga; CLISSIS*

[2] *Instituto Superior Miguel Torga; CLISSIS*

[3] *Instituto Superior Miguel Torga*

RESUMO

O Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) tem sua história fortemente ligada aos acontecimentos da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974. Fundada em 1937 como Escola Normal Social "A Saúde", em Coimbra, a instituição operou por 37 anos sob o regime ditatorial. Durante esse período, o Serviço Social foi utilizado como uma ferramenta para fortalecer a ideologia do Estado Novo, com o ensino dominado pelo corporativismo e pela Doutrina Social da Igreja, promovendo valores conservadores, como "Deus, Pátria e Família".

Contrastando com as tendências internacionais da profissão, de tradição mais tecnicista ou já influenciada pelo cientismo desenvolvimentista do pós-guerra (anos 50 e 60) começaram a surgir resistências significativas a essa visão conservadora. Em 1965, a Escola Normal Social de Coimbra foi renomeada Instituto de Serviço Social de Coimbra. Através da intensificação dos movimentos sociais, a crescente contestação ao regime ditatorial, alguns setores do Serviço Social em Portugal conheceram o processo de reconceptualização latino americano e começaram a integrar perspetivas mais críticas e progressistas. A autonomia das escolas de Serviço Social, como a de Coimbra, foi um passo importante nesse processo.

Com a queda da ditadura e a consolidação da democracia, o Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, que viria a se tornar o ISMT em 1998, continuou a desempenhar um papel vital na formação de profissionais alinhados com os valores da justiça social e da igualdade. Logo após a revolução, ocorreu um forte desenvolvimento no ativismo revolucionário de professores e estudantes, que se repercutiu na rutura com todas as normas pedagógicas e suspensão das atividades em curso.

A Revolução de 25 de Abril, ao pôr fim a décadas de repressão, abriu espaço para uma transformação profunda no Serviço Social português, que passou a adotar uma postura mais crítica e voltada para a emancipação social.

PALAVRAS-CHAVE

ISMT; Serviço Social; Revolução de 25 de Abril; Estado Novo.

INTRODUÇÃO

O Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), localizado em Coimbra, é uma instituição de ensino superior com uma longa história que acompanha de perto as transformações políticas e sociais de Portugal e cuja trajetória está intimamente ligada aos eventos históricos que moldaram o país, especialmente durante o período da ditadura e a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Desde a sua origem, em 1937, como Escola Normal Social de Coimbra (foi esta a sua primeira designação), até à sua consolidação como um espaço de formação humanista e um espaço de formação crítico, desempenhou um papel central na formação de assistentes sociais. Esta trajetória está profundamente marcada por três momentos-chave: o período da ditadura do Estado Novo, a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a consolidação da democracia.

Ao longo deste trabalho, analisamos a evolução do ISMT, sublinhando o seu papel no Serviço Social em três fases distintas: 1) o período formativo sob a ideologia do Estado Novo; 2) a transição para uma abordagem mais crítica e emancipadora; 3) a afirmação democrática do ISMT após a Revolução de 1974. Este percurso revela como uma instituição de ensino superior pode ser tanto reflexo, quanto agente de transformação social, num país em metamorfose.

DESENVOLVIMENTO

Contexto Histórico - O Estado Novo

O Estado Novo (que esteve em vigor desde 1933-1974), liderado por António de Oliveira Salazar e, posteriormente, por Marcelo Caetano, foi um regime político caracterizado pelo conservadorismo autoritário, pelo nacionalismo exacerbado e por uma aliança com a Igreja Católica. Destacamos a definição de Ana Ferreira (2006, p. 197):

> O Estado Novo foi um regime autoritário, conservador, corporativo, antidemocrático, antiliberal e fascista que manteve Portugal debaixo de uma ditadura repressiva que não aceitava a existência de partidos políticos, de sindicatos livres, da oposição, que reprimiu severamente todas as manifestações de descontentamento popular e que manipulou todas as eleições que se realizaram durante este período.

O Estado Novo, relativamente à assistência social apresentava um papel secundário, deixando a caridade a cargo da Igreja, na lógica de que "se fosse excessiva, acabava por humilhar as pessoas assistidas e por estimular o «parasitismo»" (Pimentel, 2016, p. 18) reduzindo, assim, a assistência social ao mínimo da intervenção. Os líderes do Estado Novo, incluindo Salazar, consideravam que a pobreza em Portugal se devia principalmente à falta de esforço e à falta de estratégia das pessoas, pelo que "enquanto não se conseguisse modificar a «mentalidade» portuguesa, o Estado Novo propunha-se reduzir ao mínimo «as necessidades de assistência" (Pimentel, 2016, p. 18). Neste seguimento e sob este regime, o setor social era fortemente controlado, em que o "Estado Novo tinha a função de coordenar e fiscalizar as ações sociais realizadas pela iniciativa dos particulares, respondendo a manifestações da questão social com assistência corporativa e com forte influência da Igreja Católica" (Coelho & Guedes, 2021, p. 551).

Num contexto de ausência de formação universitária em ciências sociais, a criação de cursos de Serviço Social foi reclamada e influenciada pelo movimento Higienista e da Medicina Social e foi expressa nas conclusões do I Congresso da União Nacional (1934), o partido único da ditadura portuguesa (Simões & Tomé, 2024). Repare-se que só em 1935 surge em Portugal a primeira Escola de Serviço Social, designada de Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), mais tarde denominado Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL), sob a orientação de duas técnicas francesas. O seu alvará foi entregue à Associação de Serviço Social, uma *associação de beneficência* criada pela mão do Patriarcado de Lisboa e presidida pela Condessa de Rilvas (Silva, 2017).

A Escola Normal Social de Coimbra, criada em 1937, fundada por Bissaya Barreto deve-se à criação de serviços médico-sociais, que exigiram o desenvolvimento de um saber colaborador e de novos profissionais.

A formação dos assistentes sociais era instrumentalizada para servir os interesses do poder vigente:

> a oficialização destas escolas, as orientações a que devem submeter-se e o controlo que o Estado exerce sobre a forma (ao nível dos planos de estudo e dos Exames de Estado), revelam que a intervenção do Estado controlava, a

> priori, a formação destes profissionais, apesar de serem privadas as escolas onde se formavam (Martins, 1995, p. 29-30).

A sua missão era formar assistentes sociais que reforçassem os valores do tripé ideológico do Estado Novo: "Deus, Pátria e Família" (Martins, 2009). O objetivo da formação não era promover mudanças sociais profundas, mas, antes, consolidar uma ordem social tradicionalista e paternalista. Como descreve Alcina Martins (1999), a intervenção dos assistentes sociais era vista como uma extensão do controle estatal sobre as populações mais vulneráveis, especialmente nas zonas rurais. De forma similar Coelho & Guedes (2021, p. 552) referem que "a direção política posta pelo Estado Novo exercia grande controle sobre essa formação, sobre a identidade profissional requerida e sobre a função do assistente social". Este modelo, de caráter assistencialista, procurava resolver problemas de pobreza e exclusão social sem abordar as suas causas estruturais, perpetuando, assim, as desigualdades sociais - "a situação da beneficência pública, filantrópica e da Igreja, até ao final do seculo XIX, é de verdadeira desorganização, descoordenação, revelando incapacidade de resposta perante as consequências sociais do desenvolvimento capitalista (Martins, 1995, p. 23-24).
A influência da Igreja Católica era central. A este nível, vale a pena citar Martins (1995, p. 22) quando refere que é:

> A estratégia de recristianização da sociedade portuguesa, no período de construção do Estado Novo por influência dos valores da Igreja, da sua doutrina social, da Ação Católica Portuguesa e do corporativismo que vão determinar a institucionalização do Serviço Social Português, a criação de escolas, a formação nelas ministrada e a abertura do mercado de trabalho aos Assistentes Sociais.

A formação oferecida pela Escola Normal Social de Coimbra estava profundamente alinhada com os princípios da doutrina social da Igreja, priorizando o reforço da moralidade cristã, a preservação da unidade familiar tradicional e a promoção de valores como a obediência e a disciplina com "uma influência cristã, católica e franco-belga" (Santos & Martins, 2016, p. 325), "atravessada pelos interesses do Estado e da Igreja" (Martins, 1995, p. 30). Por outras palavras, "Não deixa de ser significativo o

intervencionismo do Estado, de forma que as escolas e as Assistentes Sociais mantivessem uma adesão incondicional aos seus princípios ideológicos e a concretização dos seus projectos políticos" (Martins, 1995, p. 30). O papel do assistente social era, assim, limitado, ficando reduzido a uma prática de caridade, de assistencialismo e a uma intervenção individualizada e, de acordo com Branco (2009), a uma prática profundamente doutrinária, estruturada em bases corporativas e de caráter conservador.

A doutrina do Estado Novo contrastava fortemente com as tendências internacionais da profissão, que, a partir dos anos 1960, começavam a integrar perspetivas mais críticas e progressistas, especialmente influenciadas pelas Ciências Sociais e movimentos internacionais de reconceptualização do Serviço Social. Assim,

> o Serviço Social Português, fruto do contexto sócio histórico em que se institucionaliza, encontrará no pensamento teológico e na Doutrina Social da Igreja uma ampla base da formação, não acompanhando a trajetória internacional do Serviço Social, proveniente sobretudo dos Estados Unidos e dos organismos internacionais, estabelecendo uma relação estreita entre o Serviço Social e o conhecimento de várias Ciências Sociais (Martins, 2009, p. 28).

A Reconceituação do Serviço Social

A partir da década de 1960, o panorama do Serviço Social começou a mudar, tanto em Portugal como ao nível internacional. No plano internacional, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que surgiu na América Latina, trouxe uma abordagem mais crítica à profissão. Inspirado por teorias marxistas e pela Teologia da Libertação, este movimento, liderado por figuras como José Paulo Netto, argumentava que o Serviço Social deveria ir além do assistencialismo, questionando as causas estruturais da pobreza e promovendo a transformação social (Netto, 2011).

Em Portugal, estas ideias chegaram com algum atraso devido à repressão exercida pelo regime ditatorial. No entanto, no contexto de crescente contestação social e política dos anos 1960, observou-se uma abertura gradual para novas abordagens pedagógicas e metodológicas. Nas palavras de Santos & Martins (2016, p. 326) "Foi nesse período de

derrocada do regime ditatorial – início da década de 1960 até, aproximadamente,1976 –, de intensificação das lutas populares com a Revolução de abril de 1974, que o Serviço Social Português se aproxima de uma vertente crítica." A formação em Serviço Social em Portugal, a partir dessa interlocução, recusou a neutralidade da profissão pautada na influência norte-americana e passou a ter influências de correntes marxistas, do pensamento crítico e do Movimento de Reconceituação (Martins, 2009).

Em 1965, a Escola Normal Social de Coimbra foi rebatizada como Instituto de Serviço Social de Coimbra (ISSSC), uma mudança simbólica que indicava o desejo de modernizar o ensino e afastar-se do controle direto da Igreja Católica. Esta transição não foi apenas administrativa, mas também ideológica, refletindo a crescente influência das Ciências Sociais na formação dos assistentes sociais.

A Revolução de 25 de Abril (1974)

A Revolução dos Cravos foi um momento de viragem na história de Portugal. Para além de pôr fim a quase cinco décadas de ditadura, inaugurou uma nova era de liberdade e democracia, cujos efeitos se fizeram sentir em todos os setores da sociedade, incluindo o ensino superior e o próprio Serviço Social. Nas palavras de Tomé & Simões (2020, p. 225) "A segunda metade dos anos de 1970 e os anos de 1980 foram proporcionando, gradualmente, condições sociopolíticas para uma reconfiguração da profissão e da formação em Serviço Social".

No ISSSC, a revolução foi um catalisador de mudanças significativas. O Instituto adotou uma gestão democrática, criando órgãos colegiais como o Conselho Diretivo e o Conselho Pedagógico, onde alunos, professores e funcionários tinham uma voz ativa. Este modelo de governação não só refletia os ideais democráticos da época, como também fomentava um ambiente de colaboração e participação. Isto é,

> Face à deslegitimação que a formação em Serviço Social foi alvo por parte do Estado, o ISSSC desenvolve internamente o espaço de autonomia, procedendo a alterações curriculares e de funcionamento, com a participação de professores e alunos na vida da escola, processo tendente a uma democratização; e, ao nível externo a procura de uma legitimação social, através

> da criação e desenvolvimento de serviços à comunidade que também não escapavam ao controle do Estado (Martins, 2009, p. 30).

Do ponto de vista pedagógico, as reformas introduzidas após 1974 abriram caminho para uma abordagem mais crítica e interdisciplinar. O currículo foi enriquecido com teorias provenientes da Sociologia, Economia e Filosofia, permitindo uma análise mais aprofundada das desigualdades sociais e das suas causas estruturais. Esta transformação foi fundamental para alinhar o Serviço Social em Portugal com as tendências internacionais da profissão, promovendo uma prática mais reflexiva, uma prática mais orientada para a justiça social.

De notar que na década de 1980, o ISSSC viu retirados os fundos públicos financeiros que possibilitava que as suas mensalidades fossem iguais às do ensino superior público, o que acarretou que as mensalidades dos estudantes tivessem um substancial aumento (Tomé & Simões, 2020).

Com a queda da ditadura e a consolidação da democracia, o Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, continuou a desempenhar um papel vital na formação de profissionais alinhados com os valores da justiça social e da igualdade.

Consolidação e Modernização do ISMT

Foi em 1990, através da Portaria n.º 15/90, que o plano de estudos de Serviço Social do ISSSC, foi reconhecido como licenciatura, com a duração de 5 anos de formação. Nessa altura, "foi necessário o desenvolvimento de competências em investigação e a qualificação académica em Serviço Social (…) houve uma grande expansão nos cursos de Serviço Social, com a entrada regular de centenas de candidatos" (Tomé & Simões, 2020, p. 227-228).

A abertura para novas licenciaturas e parcerias internacionais na década de 1990 reforçou a posição do ISMT como uma instituição moderna e comprometida com a inovação académica. Em 1998, o Instituto adotou o nome de Instituto Superior Miguel Torga, numa homenagem ao escritor Miguel Torga, cuja obra é um símbolo de resistência, liberdade e humanismo. Esta mudança de nome foi também um reflexo do compromisso do Instituto com uma formação académica inovadora e humanista. De acordo com Martins (2009, p. 24) foram vários os

Desafios e compromissos assumidos:

- Reforço da área científica de Serviço Social como estruturante da formação, o que pressupõe a existência de teorias de base, de uma formação prática, de estágio pré-profissional supervisionado, com uma componente de investigação e a articulação com as outras áreas científicas complementares que integram a licenciatura.
- Incremento e diversificação dos métodos e práticas pedagógicas e de avaliação em contextos de aprendizagem individual, de grupo, colectivo da turma e no contexto de formação e prática de intervenção profissional, em prol do desenvolvimento das competências e capacidades dos alunos.
- Manteve-se o estágio aliado a práticas de investigação, nos dois últimos semestres, com supervisão académica e profissional, desenvolvida por Assistentes Sociais.
- Contemplou-se e até se reforçou a componente da investigação na formação através das unidades curriculares: Metodologia das Ciências Sociais, Investigação em Serviço Social e da institucionalização de grupos de estudo, debate e iniciação à investigação – os Núcleos de Estudo.

Em 2000, foi criado o primeiro curso de Mestrado em Serviço Social do ISMT, que conta, na atualidade, com 22 edições, o que veio contribuir significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas relevantes tanto para a formação académica quanto para a prática profissional.

Em 2003, o plano de estudos da Licenciatura em Serviço Social do ISMT teve uma redução na sua duração (passou de 10 para 7 semestres), com a adequação a Bolonha, o que, nas palavras de Tomé & Simões (2020, p. 237) teve como consequência um aumento na "diversificação dos métodos e práticas pedagógicas, bem como de avaliação em contextos de aprendizagem individual, de grupo, coletivo e no contexto de formação e prática de intervenção profissional, em prol do desenvolvimento das competências e capacidades dos estudantes"

Atualmente, o ISMT é reconhecido pela sua capacidade de integrar diferentes áreas do saber e pela sua visão crítica e interdisciplinar. Para além do Serviço Social, oferece

outras formações, demonstrando uma capacidade de adaptação às exigências do mundo contemporâneo. Na atualidade, o ISMT é propriedade da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, isto é, é património de 19 concelhos da região centro – "Uma escola dos Municípios (…) com uma ligação preferencial ao mundo da lusofonia e ao mundo das novas diásporas portuguesas na Europa"[15].

CONCLUSÃO

O ISMT emergiu como uma instituição comprometida com os ideais democráticos, a liberdade de expressão e a valorização da educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento social e cultural do país. Inspirado pelo poeta e escritor Miguel Torga, conhecido por sua defesa da liberdade e da dignidade humana, o ISMT procurou criar um ambiente de aprendizagem que estimulasse o pensamento crítico, a criatividade e a responsabilidade social.

Atualmente, o ISMT continua a desempenhar um papel vital na formação de profissionais qualificados e conscientes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A sua história está intrinsecamente ligada ao legado do 25 de abril, um marco histórico que não só libertou Portugal da opressão, mas também abriu caminho para uma nova era de progresso, liberdade e oportunidade para as gerações futuras. A sua história é marcada pelo compromisso com as questões sociais e culturais contemporâneas.

Assim, para terminar, a história do Instituto Superior Miguel Torga é um exemplo claro de como as instituições de ensino podem ser agentes de transformação social. Desde os seus primórdios, alinhados com a ideologia do Estado Novo, até à sua reinvenção como um espaço de pensamento crítico e emancipador, o ISMT acompanhou e moldou as mudanças históricas de Portugal. A Revolução de 25 de Abril foi o ponto de inflexão que permitiu ao Serviço Social português libertar-se das amarras do assistencialismo e afirmar-se como uma profissão comprometida com a justiça social.

Hoje, o ISMT mantém este compromisso, formando profissionais para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança.

[15] Palavras proferidas pelo Presidente do Conselho Diretivo do ISMT, Exmo. Sr. Professor Doutor Manuel Castelo Branco, no dia 10 de janeiro de 2025, pela ocasião das celebrações dos 88 anos do ISMT.

REFERÊNCIAS

Branco, F. (2009). A profissão de assistente social em Portugal. *Locus Soci@l*, (3), 61-89. https://doi.org/10.34632/locussocial.2009.10160

Coelho, K., & Guedes, O. (2021). O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. *Serviço Social & Sociedade*, 142, 549–567. https://doi.org/10.1590/0101-6628.264

Ferreira, A. (2006). As eleições no Estado Novo. *Revista da Faculdade de Letras, III Série*, 7, 197–212. https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3769/3524

Martins, A. (1995). Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português — A escola normal de Coimbra. *Intervenção Social*, 11-12, 17-34. http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/3956/1/is_11_12_1995_3.pdf

Martins, A. (2009). 70 anos de formação em Serviço Social em tempos de ditadura e de democracia: Da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga. *Interações*, 17, 21–44. https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/314/326

Santos, C. & Martins, A., (2016). A formação do assistente social em Portugal: Tendências críticas em questão. *Katálysis*, 19, 324–332. https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00003

Netto, J. P. (2011). *Capitalismo monopolista e Serviço Social* (8ª ed.). Cortez.

Pimentel, I. (2016). A assistência social e a previdência corporativa no Estado Novo. *Revista Intervenção Social*, 47/48, 13–35. https://doi.org/10.34628/mbd8-c796

Silva, T. (2017). A primeira escola de Serviço Social em Portugal: O projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955) [Tese de doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa]. http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/2695?locale=en

Simões, D., & Tomé, R. (2024). History and memory of Portuguese Social Work: Social Work training in Coimbra during the dictatorship (1937-1974). *RAIS Conference Proceedings*, August 8-9, 2024. https://doi.org/10.5281/zenodo.13919189

Tomé, R., & Simões, D. (2020). Serviço Social em Coimbra - Da Escola Normal Social de Coimbra ao Instituto Superior Miguel Torga. In S. Faria, A. Martins, & W. Miguel (Eds.), *Formação em serviço social, história, memória e projetos, Goiás-Brasil e Coimbra-Portugal* (pp. 195–245). Editora da PUC Goiás.

OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO CINQUENTENÁRIO DO 25 DE ABRIL

Isabel Restier Poças[1]

1 Advogada

RESUMO

A Revolução do 25 de abril de 1974 trouxe transformações ao nível da Lei Fundamental que se refletiram nos Direitos das Crianças de forma decisiva, sobretudo com a consagração nos Artigos 69.º e 70.º da sua proteção por parte da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Igualmente os jovens passaram a gozar de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais.

Seguiram-se vários diplomas legislativos que plasmaram mais direitos e que serão abordados no artigo, envolvendo alterações ao Código Civil, ao Código Penal, ao Código do Trabalho, assim como legislação avulsa em várias áreas do Direito.

Com o 25 de abril, tornou-se possível a adesão de Portugal a várias Convenções Internacionais de proteção dos direitos humanos das crianças, como por exemplo, a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Crianças, a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais ou a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, assim como à Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia.

Todas estas estas transformações traduziram-se numa elevada melhoria significativa de indicadores como o analfabetismo, a mortalidade infantil, o trabalho infantil, a quase eliminação da fome, a diminuição dos índices de pobreza, o aumento da escolaridade obrigatória, o aumento de jovens com formação superior, entre outras.

No Ano do Cinquentenário da Revolução de 25 de abril, é necessária uma reflexão sobre o caminho feito e aquele que ainda há para fazer na consagração e proteção dos direitos das crianças.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos; Crianças; Cinquentenário; 25 Abril

Os Direitos das Crianças no Cinquentenário do 25 de abril

A Revolução do 25 de abril de 1974 trouxe transformações ao nível da Lei Fundamental que se refletiram nos Direitos das Crianças de forma decisiva, sobretudo com a consagração nos Artigos 69.º e 70.º da sua proteção por parte da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de

abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

Igualmente os jovens passaram a gozar de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais.

A 10 de abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa, doravante C.R.P.[16] passa a contemplar o Artigo 36.º - Família, casamento e filiação, no qual se proíbe a discriminação com base na filiação, ao determinar que «os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação e a lei ou as repartições públicas oficiais não podem usar designações discriminatórias relativas à filiação.»[17] O Artigo 67.º é inteiramente dedicado à Família, o Artigo 68.º à Paternidade e Maternidade, o Artigo 69.º à Infância, o Artigo 70.º à Juventude e o Artigo 71.º aos Cidadãos portadores de Deficiência.

> Artigo 69.º (Infância)
>
> 1. As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.
>
> 2. O Estado assegura especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.
>
> 3. É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar.
>
> Artigo 70.º (Juventude)
>
> 1. Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:
>
> a) No ensino, na formação profissional e na cultura;
>
> b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;
>
> c) No acesso à habitação;
>
> d) Na educação física e no desporto;

[16]Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de abril da Presidência da República (1976). Diário da República: Série I, n.º 86/1976, https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-aprovacao-constituicao/1976-502635

[17] O Decreto-Lei n.º 51/78, de 30 de março, que aprovou o novo Código do Registo Civil, eliminou do assento de nascimento as menções a filho legítimo ou ilegítimo. Decreto-Lei n.º 51/78 do Ministério da Justiça (1978). Diário da República: 1º Suplemento, Série I, n.º 74/1978. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/51-456873

e) No aproveitamento dos tempos livres.

2. A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

3. O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as colectividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objectivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

No âmbito da legislação civil, destacamos o Código Civil de 1966[18] adaptado aos princípios democráticos, da liberdade, igualdade de género e proteção dos direitos individuais que a Constituição introduziu no ordenamento jurídico português, denominado por diversos autores[19] de Reforma de 1977 - traduzida pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro[20] - que entrou em vigor a 1 de abril de 1978 no qual relativamente às crianças, é fixada a maioridade aos 18 anos e a idade núbil aos 16 anos e relativamente ao divórcio, o exercício do poder paternal passava a caber ao progenitor a quem o menor fosse confiado (Artigo 1906.º). Gostaríamos igualmente de mencionar o Artigo 1878.º que estabelece o reconhecimento da autonomia dos filhos em relação aos pais e que juntamente com o Artigo 1901.º consagra o direito a exprimirem a sua opinião nos assuntos familiares importantes, assim como o Artigo 1874.º que estabelece os deveres mútuos de respeito, auxílio e assistência entre pais e filhos e a abolição do poder de correção. Posteriormente a Lei n.º 61/2008 de 31 de outubro[21] alterou o regime jurídico do divórcio, estabelecendo o princípio geral de exercício conjunto das

[18] Decreto-Lei n.º 47344 do Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro (1966). Diário do Governo: Série I, n.º 274/1966. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/47344-1966-477358

[19] COMEMORAÇÕES DOS 35 ANOS DO CÓDIGO CIVIL E DOS 25 ANOS DA REFORMA DE 1977, Coimbra Editora, 2004-0000, ISBN 972-32-1256-0, Vol. I: Direito da família e das sucessões. - 2004. - 993, [2] p. - ISBN 972-32-1256-0.; Vol. II: A Parte Geral do Código e a Teoria do Direito Civil. - 2006. - 711 p. - ISBN 972-32-1371-0.; Vol. III: Direito das obrigações. - 2007. - 559 p. - ISBN 978-972-32-1501-4.

[20] Decreto-Lei n.º 496/77 do Ministério da Justiça (1977). Diário da República: 1º Suplemento, Série I, n.º 273/1977. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/496-1977-300030

[21] Lei n.º 61/2008 da Assembleia da República (2008). Diário da República: Série I, n.º 212/2008. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/61-2008-439097

responsabilidades parentais no que respeita aos atos de particular importância para a vida da criança.

Em 1993, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de maio[22,23] aprova o novo regime jurídico da adoção no cumprimento do imperativo constitucional consagrado nos artigos 67.º, 69.º e 70.º - que confere um direito especial de proteção por parte do Estado e da sociedade às crianças e jovens.

Em 2009, a Lei n.º 103/2009 de 11 de setembro[24] consagrou o regime jurídico do Apadrinhamento Civil, que segundo o Artigo 2.º

> (…) é uma relação jurídica, tendencialmente de carácter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ele estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial e sujeita a registo civil.

A Lei n.º 141/2015, de 08 de setembro[25] consagrou o Regime Geral do Processo Tutelar Cível que de acordo com o Artigo 1.º regula o processo aplicável às providências tutelares cíveis e respetivos incidentes e no Artigo 5.º consagra-se o Direito de Audição da Criança, a ter "em consideração pelas autoridades judiciárias na determinação do seu superior interesse."

No mesmo ano, a Lei n.º 143/2015, de 08 de setembro[26] estabelece Regime Jurídico do Processo da Adoção tendo alterado os Artigos 1973.º, 1975.º, 1976.º, 1978.º a 1983.º, 1986.º a 1990.º aditado o artigo 1990.º-A do Código Civil e alterado o artigo 69.º do

[22] Decreto-Lei n.º 185/93 do Ministério da Justiça (1993). Diário da República: Série I-A, n.º 119/1993. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/185-1993-282517

[23] O Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro, já tinha procedido a diversas alterações ao Regime Jurídico da Adoção entre as quais: alargou o campo de aplicação da adoção plena a casados há mais de cinco anos não separados judicialmente (o anterior regime exigia dez anos), acabou com a exigência da não existência de filhos dos adotantes, passou a permitir a adoção plena mesmo a pessoa não casada e a aceitar que a adoção não ficasse limitada aos filhos do cônjuge do adotante ou de pais incógnitos ou falecidos, mas que abrangesse outras situações, como crianças declaradas judicialmente como abandonadas ou as crianças que há mais de um ano residissem com o adotante e estivessem a seu cargo.

[24] Lei n.º 103/2009 da Assembleia da República (2009). Diário da República: Série I, n.º 177/2009. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/103-2009-489737

[25] Lei 141/2015 da Assembleia da República (2015). Diário da República: Série I, n.º 175/2015. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/141-2015-70215245

[26] Lei n.º 143/2015 da Assembleia da República (2015). Diário da República: Série I, n.º 175/2015. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/143-2015-70215247

Código de Registo Civil[27] passando a regulamentar a adoção nacional e internacional a nível processual e tem como Princípios orientadores – Artigo 3.º:

a) Interesse superior da criança - em todas as decisões a proferir, no âmbito do processo de adoção, deve prevalecer o interesse superior da criança;

b) Obrigatoriedade de informação - a criança e os candidatos à adoção devem ser informados com precisão e clareza sobre os seus direitos, os objetivos da intervenção inerente ao processo e a forma como esta última se processa, bem como sobre as possíveis consequências de qualquer decisão que venha a ser tomada no âmbito do processo;

c) Audição obrigatória - a criança, tendo em atenção a sua idade, grau de maturidade e capacidade de compreensão, deve ser pessoalmente ouvida no âmbito do processo de adoção;

d) Participação - a criança, bem como os candidatos à adoção, têm o direito de participar nas decisões relativas à concretização do projeto adotivo; e) Cooperação - todos os intervenientes no processo e, designadamente, as entidades com competência em matéria de adoção, bem como os candidatos à adoção, têm o dever de colaborar no sentido da boa decisão do processo;

f) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas - a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante.

O legislador alargou a idade máxima do adotante, uma vez de 25 anos ao invés dos anteriores 30 anos e a idade mínima do adotando, uma vez que a idade limite para adoção passou dos 15 para os 18 anos de idade.

A Lei n.º 122/2015, de 01 de setembro[28] que alterou o Código Civil e o Código de Processo Civil no que respeita ao regime de alimentos a prestar aos filhos maiores ou

[27] Decreto-Lei n.º 131/95, do Ministério das Finanças e da justiça. Diário da República: Série I-A. n.º 131/1995. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/131-1995-521238

[28] Lei n.º 122/2015 da Assembleia da República (2015). Diário da República: Série I, n.º 170/2015, https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/122-2015-70152049

emancipados, sendo que a obrigação da prestação da pensão de alimentos passa a vigorar até aos 25 anos.

Relativamente a legislação não civil, em 1998 o Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril[29] cria a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, que visa planificar a intervenção do Estado e coordenar, acompanhar e avaliar a ação dos organismos públicos e da comunidade na proteção de crianças e jovens em risco.

Em 1999, surge Lei n.º 147/99 de 01 de setembro[30] - Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo - que tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, tendo o Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de setembro[31] procedido à sua regulamentação.

A Lei Tutelar Educativa - Lei n.º 166/99, de 14 de setembro[32,33]- que se aplica a todo o menor com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, que pratique um facto qualificado pela lei como crime e apresente necessidades de educação para o direito.

Em 2015, o Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto[34] revogou o Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril e cria a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e "(…) pretende-se fortalecer a capacidade de intervenção da Comissão Nacional, face à ampla cobertura do território nacional por comissões de proteção de crianças e jovens em perigo, proporcionando a estas comissões um acompanhamento qualificado de proximidade." De acordo com o Artigo 3.º n.º 1 – "A Comissão Nacional tem por missão contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens."

---

[29] Decreto-Lei n.º 98/98 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1998). Diário da República: Série I-A, n.º 91/1998. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/98-1998-174848

[30] Lei n.º 147/99 da Assembleia da República (1999). Diário da República: Série I-A, n.º 204/1999. https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1999-34542475

[31] Decreto-Lei n.º 332-B/2000 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). Diário da República: 1º Suplemento, Série I-A, n.º 300/2000. https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/decreto-lei/332-b-2000-315502

[32] Lei n.º 166/99 da Assembleia da República (1999). Diário da República: Série I-A, n.º 215/1999. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/166-1999-570567

[33] Alterada pela Lei 4/2015 do Ministério da Justiça (2015). Diário da República, Série I, n.º 4/2015. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/4-2015-66041468

[34] Decreto-Lei n.º 159/2015 do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2015). Diário da República: Série I, n.º 154/2015. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/159-2015-69977689

O Acolhimento Familiar encontra-se contemplado no Decreto-Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro[35], estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo e no artigo 4.º - Princípios orientadores – prevê a

> c) Participação e audição - a criança ou jovem deve participar e ser ouvida nas decisões que lhe dizem respeito, em função da sua idade e maturidade, devendo ser tidas em consideração as suas opiniões, designadamente no que respeita à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção, revisão da medida de acolhimento familiar, bem como à dinâmica da família de acolhimento onde se encontra;

Por sua vez, o Acolhimento Residencial encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 164/2019 de 25 de outubro[36] e o Artigo 1.º estabelece o seu objeto:

> O presente decreto-lei estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, prevista na alínea f) do n.º 1 do Artigo 35.º e nos artigos 49.º a 51.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, na sua redação atual, adiante designada por LPCJP.

O Código Penal[37] contempla, em particular, os crimes de homicídio qualificado – Artigo 132.º, n.º 2 al. c) – "Praticar o facto contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez", o crime de exposição ou abandono - Artigo 138.º- que no n.º 2 - "Se o facto for praticado por ascendente ou descendente, adoptante ou adoptado da vítima, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos.", impõe um agravamento do limite mínimo em 1 ano. O crime de Violência Doméstica previsto no Artigo 152.º que prevê no n.º 1:

> Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: e) A menor que seja seu descendente ou de uma das pessoas referidas nas alíneas a),

[35] Decreto-Lei n.º 139/2019 da Presidência do Conselho de Ministros (2019), Diário da República: Série I, n.º 177/2019. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/139-2019-124716448

[36] Decreto-Lei n.º 164/2019 Presidência do Conselho de Ministros (2019). Diário da República: Série I, n.º 216/2019. https: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191

[37] Decreto-Lei n.º 48/95 do Ministério da Justiça (1995). Diário da República: Série I-A, n.º 63/1995. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/48-1995-185720

b) e c), ainda que com ele não coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Igualmente o crime de Maus-tratos previsto no Artigo 152.º prevê no n.º 1

Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente;

b) A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou

c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Igualmente está previsto o crime de Abuso sexual de crianças no Artigo 171.º - o qual prevê para crimes desta natureza praticados com crianças com ou menor de 14 anos penas de prisão de seis meses a dez anos. O Artigo 172.º, por sua vez prevê o Abuso sexual de menores dependentes ou em situação particularmente vulnerável, que abrange menor entre 14 e 18 anos, prevendo penas de prisão até um ano, até 5 anos e de 1 a 8 anos conforme a situação em causa. Já o crime previsto no Artigo 173.º - Atos sexuais com adolescentes – cujo intervalo de idades se encontre entre os 14 aos 16 anos, é punido com pena de prisão até 2 ou até 3 anos. No Artigo 174.º - Recurso à prostituição de menores – com idades entre os 14 e os 18 anos, também as penas de prisão podem ser até 2 ou até 3 anos, consoante as situações aí previstas. O lenocínio de menores está previsto no Artigo 175.º e envolve penas de prisão de 1 a 8 ou de 2 a 10 anos. Por sua vez, o Artigo 176.º - Pornografia de menores – envolve penas de prisão de 1 a 8 anos, o Artigo 176.º-A - Aliciamento de menores para fins sexuais, penas de prisão de 1 ou 2 anos, o Artigo 176.º-B - Organização de viagens para fins de turismo sexual com menores – penas de prisão até 2 anos e o Artigo 176.º-C - Atos contrários à orientação sexual, identidade ou expressão de género – penas de prisão de 3 a 5 anos. O Artigo 177.º prevê a agravação das penas:

> 1 - As penas previstas nos Artigos 163.º a 165.º e 167.º a 176.º são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima: a) For ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente;" (…).

De acordo com o Artigo 178.º n.º 3 – "O procedimento criminal pelo crime previsto no Artigo 173.º depende de queixa, salvo se dele resultar suicídio ou morte da vítima.", ou seja, com exceção deste artigo, todos os outros crimes são de natureza pública.

A Lei n.º 103/2015 de 24 de agosto[38] além de proceder a alterações de diversos artigos envolvendo menores como vítimas e aditado os Artigos 69.º-B (Proibição do exercício de funções por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual), 69.º-C (Proibição de confiança de menores e inibição de responsabilidades parentais) e 176.º-A (Aliciamento de menores para fins sexuais), este último já acima mencionado, do Código Penal, cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor.

A Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro - Código de Trabalho[39] - prevê nos Artigos 66.º a 83.º o Trabalho de menores e no Artigo 66.º n.º 1 - Princípios gerais relativos ao trabalho de menor:

> 1 - O empregador deve proporcionar aos menores, condições de trabalho adequadas à idade e ao desenvolvimento do mesmo e que protejam a segurança, a saúde, o desenvolvimento físico, psíquico e moral, a educação e a formação, prevenindo em especial qualquer risco resultante da sua falta de experiência ou da inconsciência dos riscos existentes ou potenciais.

Deve ainda promover a formação profissional do menor – Artigo 67.º - o qual não deve ser admitido se for menor de 16 anos, de acordo com o Artigo 70.º.

Em sede de legislação avulsa podemos referir, por exemplo, em relação à participação de crianças e jovens a criação do Conselho Consultivo da Juventude pelo Decreto-Lei n.º

[38] Lei n.º 103/2015 da Assembleia da República (2015). Diário da República: Série I, n.º 164/2015. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/103-2015-70086390

[39] Lei n.º 7/2009 da Assembleia da República (2009). Diário da República: Série I, n.º 30/2009. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-2009-602073

5-A/1996, de 29 de janeiro[40] e o Regime jurídico dos conselhos municipais de juventude pela Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro[41].

A proteção das Crianças e dos Jovens no âmbito do Meios de Comunicação Social encontra-se prevista no Artigo 26.º, n.ºs 1 e 2 - Outros direitos pessoais da C.R.P.[42] e nomeadamente na Lei da Rádio[43], no Artigo 32.º - Obrigações gerais dos operadores de rádio e na Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido[44] nos Artigos 27.º - Limites à liberdade de programação e 34.º - Obrigações gerais dos operadores de televisão, - assegurando sempre o respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos direitos fundamentais e demais valores constitucionais, em particular o desenvolvimento da personalidade das crianças e dos adolescentes. Os Artigos 14.º, 17.º, n.º 1, e 20.º-A e 20.º-B do Código da Publicidade[45], dispõem sobre as regras relativas às crianças e igualmente o Código Deontológico dos Jornalistas - Pontos 8 e 9[46].

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro[47] aprovou a Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças, para o período 2021-2024 (ENDC 2021-2024) com o objetivo da defesa dos direitos das crianças. Por sua vez, o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030 aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023 de 17 de janeiro[48] visa a defesa dos Direitos das Crianças e a "construção de um quadro de políticas nacionais baseado numa perspetiva integrada à luta contra a pobreza e a exclusão social das crianças e jovens".

---

[40] Decreto-Lei n.º 5-A/96 da Presidência do Conselho de Ministros (1996). Diário da República: 1º Suplemento, Série I-A, n.º 24/1996. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/5-a-1996-654949

[41] Lei n.º 8/2009 da Assembleia da República (2009). Diário da República: Série I, n.º 34/2009. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/8-2009-602018

[42] Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de abril da Presidência da República (1976). Diário da República: Série I, n.º 86/1976, https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-aprovacao-constituicao/1976-502635

[43] Lei n.º 54/2010 da Assembleia da República (2010). Diário da República: Série I, n.º 248/2010. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/54-2010-306576

[44] Lei n.º 27/2007 da Assembleia da República (2007). Diário da República: Série I, n.º 145/2007. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/27-2007-636409

[45] Decreto-Lei n.º 330/90 do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (1990). Diário da República: Série I, n.º 245/1990. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/330-1990-565417

[46] Código Deontológico dos Jornalistas.https://jornalistas.eu/deontologico/codigo-deontologico/

[47] Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020 da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República: Série I, n.º 245/2020. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/112-2020-151557423

[48] Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023 da Presidência do Conselho de Ministros (2023). Diário da República: Série I, n.º 12/2023. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/3-2023-206198898

Sob a égide de ser um Estado de Direito Democrático, Portugal adere a várias Convenções Internacionais de proteção dos direitos humanos das crianças, tais como a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Crianças de 1989[49]. Igualmente a Convenção do Conselho Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais de 25 de outubro de 2007[50] e a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças de 25 de janeiro de 1996[51].

Em 1 de janeiro de 1986, Portugal torna-se membro da Comunidade Económica Europeia - C.E.E. - atual União Europeia e vários diplomas legislativos foram sendo assinados e integrados na nossa ordem jurídica como a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia[52], doravante C.D.F.U.E., cujos Artigos 14.º consagram o Direito à educação, nomeadamente a frequentar gratuitamente o ensino obrigatório (n.º 2), 21.º, à Não discriminação, nomeadamente a proibição da discriminação em razão da idade (n.º1) e a Proibição do trabalho infantil e proteção dos jovens no trabalho.

O Artigo 24.º - Direitos das crianças[53] - consagrando a sua proteção, o seu direito de participação, e a consideração do seu superior interesse e o direito a manter uma relação próxima com ambos os pais.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa[54], em 2009, a C.D.F.U.E. ganhou o mesmo valor jurídico que os Tratados. Com as alterações decorrentes o Tratado de Lisboa, o

[49] Aprovada para ratificação pela Resolução n.º 20/90 da Assembleia da República (1990). Diário da República: 1º Suplemento, Série I n.º 211/1990. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/20-1990-222390. Ratificada pelo Decreto n.º 49/90 da Presidência da República (1990). Diário da República: 1.º Suplemento Série I, n.º 211/1990.

[50] Aprovada pela Resolução n.º 75/2012 da Assembleia da República (2012). Diário da República: Série I, n.º 103/2012. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/75-2012-177841. Ratificada pelo Decreto n.º 90/2012 do Presidente da República (2012). Diário da República: Série I, n.º 103/2012. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-presidente-republica/90-2012-177842

[51] Aprovada pela Resolução n.º 7/2014 da Assembleia da República (2014). Diário da República: Série I, n.º 18/2014. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/7-2014-571058. Ratificada pelo Decreto n.º 3/2014 do Presidente da República (2014). Diário da República: Série I, n.º 18/2014. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-presidente-republica/3-2014-571057

[52] Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2016). Jornal Oficial da União Europeia C202/289 de 7.6.2016. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12016P/TXT

[53] Para um maior desenvolvimento acerca do tema da proteção dos Direitos das Crianças, no âmbito da União Europeia, veja-se Poças, Isabel Restier (2023). A proteção dos Direitos das Crianças no quadro das competências da União Europeia, *VI Congresso Ibero-Americano de Intervenção Social – Infância e Juventude*, 49-66. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/155922

[54] Tratado de Lisboa (2007). Jornal Oficial nº C 306 de 17.12.2007 p. 0001 - 0229 https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12007L%2FTXT

Tratado da União Europeia[55] institui a proteção dos direitos da criança como um objetivo (Artigo 3.º, n.º 3) e destaca a proteção dos direitos crianças como um aspeto fundamental da política externa da União Europeia. (Artigo 3, n.º 5).

O Tratado de Funcionamento da União Europeia[56] no Artigo 79.º, n.º 2, alínea d) contempla o "Combate ao tráfico de seres humanos, em especial de mulheres e de crianças" e nesse sentido, a União Europeia adotou a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05.04.2011 relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas[57] e o Artigo 83.º, n.º 1 relativo ao tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres e crianças, com a Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13.12.2011 relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil[58] e que foram transpostas para o ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto [59] e pela Lei n.º 4/2024 de 15 de janeiro.[60]

Presentemente, os dados existentes relativamente à situação das Crianças revelam que quase uma em cada 4 crianças portuguesas em risco de pobreza e exclusão social[61], o que pode significar a falta de oportunidades e de expectativas, a falta de tempo e cuidados parentais, ou dificuldades no acesso a recursos culturais e educativos (a taxa de abandono escolar é de 8,1%, ocupando Portugal o 13.º lugar dentro da União Europeia[62]), dificuldades de acesso a infraestruturas e serviços de qualidade, a uma habitação digna, a serviços de proximidade ou recursos da comunidade.

---

[55] Tratado da União Europeia (2016). Jornal Oficial n.º C 202 de 7.6.2016. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12016M003

[56] Tratado de Funcionamento da União Europeia (2016). Jornal Oficial n.º C 202 de 7.6.2016. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12016M003

[57] Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, JO L 101 de 15/04/2011. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:32011L0036

[58]Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil. JO L 335 de 17.12.2011.https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32011L0093

[59] Lei n.º 60/2013 da Assembleia da República (2013). Diário da República: Série I, n.º 162/2013. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/60-2013-499058

[60] Lei n.º 4/2024 da Assembleia da República (2015). Diário da República: Série I, n.º 10/2024 do https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/4-2024-836604893

[61] Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu 20-2020.https://op.europa.eu/webpub/eca/special-reports/child-poverty-20-2020/pt/

[62] Pordata.https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/qualificacoes-da-populacao/taxa-de-abandono-escolar-precoce-por-sexo

CONCLUSÃO

Houve uma evolução muito positiva com o 25 de Abril de 1974 na proteção dos Direitos das Crianças, mas o risco de pobreza e exclusão social (sendo uma realidade transversal a outros países da União Europeia), tem vindo a acentuar-se e há que prover pela sua atenuação e desaparecimento, pois as conquistas de Abril merecem manter-se e fortalecerem-se no mais profundo desejo que todas as crianças portuguesas gozem dos Direitos que a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou, nomeadamente a sua proteção por parte da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

Comemorações dos 35 anos do código civil e dos 25 anos da reforma de 1977, Coimbra Editora, 2004-0000, ISBN 972-32-1256-0, Vol. I: Direito da família e das sucessões. - 2004. - 993, [2] p. - ISBN 972-32-1256-0.; Vol. II: A Parte Geral do Código e a Teoria do Direito Civil. - 2006. - 711 p. - ISBN 972-32-1371-0.; Vol. III: Direito das obrigações. - 2007. - 559 p. - ISBN 978-972-32-1501-4.

Diário da República. https://diariodarepublica.pt/dr/home

EUR-Lex.europa.eu. https://eur-lex.europa.eu/index.html

Poças, Isabel Restier (2023). A proteção dos Direitos das Crianças no quadro das competências da União Europeia, *VI Congresso Ibero-Americano de Intervenção Social – Infância e Juventude*, 49-66. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/155922

Pordata. https://www.pordata.pt/pt

Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu 20-2020. https://op.europa.eu/webpub/eca/special-reports/child-poverty-20-2020/pt/

Parte IV

Democracia e Transformação Cultural

A EMERGÊNCIA DAS CASAS DO POVO EM PORTUGAL E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Tânia Santos[1], Ricardo Vieira[2]

[1] *ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPleiria*

[2] *ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPleiria*

RESUMO

As Casas do Povo foram projetadas em Portugal pelo Estado Novo, sob a liderança de António Oliveira Salazar, e implementadas em 1933, na sequência da adoção da Nova Constituição, que tinha, entre outros objetivos, a intenção de lançar os alicerces da organização corporativa em Portugal, assumindo como princípios fundamentais a previdência e assistência, a instrução e os progressos locais (Decreto-Lei nº 23.051, de 23 de Setembro).

Estas instituições, enquadradas no âmbito das organizações de economia social e solidária, assumiam como finalidade a provisão de serviços destinados à população, com especial foco na população rural, tais como acesso à educação (pequenas escolas e bibliotecas), à saúde (postos médicos), à cultura (cinema) e ao desporto (pequenos campos de futebol). No entanto, estas instituições estavam sujeitas a forte limitação e controlo do Estado, na medida em que o regime tinha o propósito oculto de difundir os ideais nacionalistas e colonialistas, funcionando como meios de propaganda governamental.

A comunicação visa apresentar uma breve análise histórica das Casas do Povo em Portugal, compreender as motivações da sua criação, a forma como foram implementadas e o papel que tiveram no desenvolvimento comunitário do mundo rural. Num segundo momento, pretendemos dar conta da transformação das "Casas do Povo", em consequência da Revolução de 25 de Abril de 1974.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução de 25 de abril de 1974; Casas do Povo; economia social e solidária; desenvolvimento comunitário.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho, que foi apresentado na XII Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, é o de identificar e discutir alguns aspetos que nortearam a criação e funcionamento das Casas do Povo em Portugal, e compreender o impacto destas no desenvolvimento comunitário local.

As Casas do Povo foram desenhadas, concebidas e implementadas na primeira metade do século XX, assentes num modelo corporativista que materializava a conceção

ideológica da sociedade defendida e definida por António de Oliveira Salazar, Presidente do Ministério, entre 1932 e 1933, e Presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo, entre 1933 e 1968. Muitos dizem que estas organizações são o início do cooperativismo em Portugal.

A criação das Casas do Povo em Portugal (o explícito)

As Casas do Povo surgiram como espaços comunitários que promoviam assistência social, a educação e o desenvolvimento local, promovendo valores de solidariedade e autogestão. Foram legalmente criadas em Portugal em 1933, com a promulgação em *Diário do Governo* do Decreto-Lei nº. 23.051 de 23 de setembro, destinadas à implementação dos alicerces da organização corporativa em Portugal, sendo anunciadas como entidades que promoviam a assunção de três princípios fundamentais (Maldonado, 2016, p. 105):

> "a) Previdência e assistência – responsável por assegurarem a proteção e auxiliar os sócios em caso de doença, desemprego, inabilidade e velhice;
> b) Instrução – ensinar os sócios e os filhos, desporto, diversões e sistema educativo;
> c) Progressos locais – Cooperação nas obras públicas, serviço de águas e higiene pública".

As Casas do Povo constituíram-se como entidades de cooperação social, dotadas de personalidade jurídica. Conforme descreve a legislação (Lei nº 2.144 de 29 de maio de 1969, I Série, Capítulo I, Base V):

> 1. Para o desenvolvimento das comunidades locais, deverão as Casas do povo interpretar e equacionar as necessidades e aspirações comuns, promovendo a satisfação, ou nela colaborando, com a participação dos interessados.
> 2. As atividades de promoção social e cultural das Casas do Povo visarão a cultura, a formação moral ou profissional e o aproveitamento dos tempos livres dos associados para fins recreativos, educativos e de valorização física.
> (…)

5. As Casas do Povo deverão ainda cooperar no fomento da habitação (…) e (…) na política de crédito à atividade agrícola e aos trabalhadores rurais.

As Casas do Povo como instrumento de promoção do corporativismo no Estado Novo (o implícito)

O Estado Novo foi um regime político ditatorial, implementado em Portugal em 1933, aquando da instauração da nova Constituição da República. Teve o seu término com a Revolução de 25 de abril de 1974 que pôs fim à ditadura de 41 anos seguidos.

As Casas do Povo foram criadas no Estado Novo com o intuito de distribuir a rígida hierarquia institucional ambicionada pelo Governo, de modo a ligar/controlar todos os portugueses ao Estado centralizador e hegemónico. Apesar de a legislação identificar como atribuições das Casas do Povo a cooperação social, a representação profissional dos trabalhadores agrícolas por conta de outrem e previdência e assistência (Lei nº 2.144 de 29 de maio de 1969, I Série, Capítulo I, Base IV), muitos autores consideram que o sentido do Governo em criar estas organizações era o de estender a ditadura, de forma dissimulada, "até às mais recônditas freguesias" (Freire, 2012, p. 274), alastrando a base da rede administrativa do Estado. Neste alinhamento, Souza, Agarez, Pascoal & Ribeiro (2023, p. 104) defendem que as Casas do Povo "cumpriram finalidades múltiplas associadas a políticas que conjugavam o assistencialismo e o controlo social".

A ideologia de Salazar veiculava fundamentos ruralistas sem lhes reconhecer o direito à mobilidade social. O chefe de Estado defendia a ruralidade, valorizava a riqueza obtida a partir do cultivo da terra e defendia que o povo não precisaria, assim, de aprender a ler e a escrever. O discurso do Subsecretário de Estado das Corporações, de fevereiro de 1945, vem reforçar esta posição em relação à atividade agrícola, afirmando que "é a vida rural que realiza cada povo, a mais alta proporção de nacionalismo" (Casas do Povo, 1945, p. 5). Aliás, a legislação inaugural que previa criação destas instituições de cooperação social em *todas* as freguesias rurais. O próprio António de Oliveira Salazar, chegou a assumir que "as casas do povo podiam e deviam ser o foco de toda a vida rural." (Carvalho, 1936, p. 4). Neste alinhamento, Freire (2012, p. 273) refere que

> as Casas do Povo foram projectadas como organismos primários, vocacionadas para integrar no Estado Corporativo todos os que residiam

> nas freguesias rurais. Formar-se-ia assim a rede de organismos mais densa do sistema corporativo, garantindo que o Estado Novo estava próximo da maior parte da população do país.

O Governo acabou por encontrar algumas limitações e problemas na proliferação do que consideravam ser os mecanismos de construção regional e local dos fundamentos corporativos por todo o país, devido a atitudes de resistência e oposição local, o que justificava a intervenção de um amplo e omnipresente sistema policial repressivo. Na verdade, nem sempre as elites locais se sentiam aliciadas com os benefícios e responsabilidades proclamados pelo Estado Novo. Contrariamente ao que se verificava nas Casas dos Pescadores, altamente centralizadas e indiferentes às lógicas e dinâmicas das comunidades locais, onde a ordem corporativa funcionava no mar (Garrido, 2009), em terra, a população do campo era mais resistente e menos "obediente".

Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência, em 1942, apenas 20% das freguesias tinham Casa do Povo (Freire, 2012).

Para empoderar as Casas do Povo fragilizadas, onde surgiam cada vez mais atitudes de resistência e oposição, foi instituída, através do Decreto-Lei 34.373 de 10 de janeiro, a criação da Junta Central das Casas do Povo, visando uma maior agregação social, promovendo uma "melhor coordenação de esforços" e uma "boa orientação geral" (*ibidem*).

AS CASAS DO POVO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO LOCAL

As Casas do Povo eram criadas e reguladas pelo Governo central, sendo controladas superiormente por um Ministério, mas, *in loco*, eram administradas e financiadas pelas elites locais. Os trabalhadores da terra também eram chamados a financiar, num valor relativamente menor. Conforme anunciado por Oliveira Salazar, através das Casas do Povo, "os senhores da terra, as pessoas abastadas das aldeias de Portugal deviam exercer largamente em relação a elas o seu patronato social, protegê-las, fortalecê-las, animá-las por todos os meios ao seu alcance" Carvalho (1936, p.4). Desta forma, eram as redes locais que dinamizavam e viviam a vida em comunidade, sob o olhar e vigilância "de um centro de decisão sólido, omnipresente e dominador de toda a sociedade" (Freire, 2012, p. 300).

A fundação de uma Casa do Povo carecia do empenhamento dos "senhores" da localidade, "forças vivas da freguesia", designadas pelo Governo de "protetores natos". Por outro lado, o seu funcionamento carecia do financiamento da maioria das pessoas que integravam aquela comunidade, em particular das elites locais, "proprietários rurais", a quem cabia a responsabilidade de fundação e gestão, assim como a principal contribuição para o financiamento da entidade. Aos trabalhadores rurais, estava fixada a contribuição de um quinto do valor previsto para os patrões (Caetano, 1938).

Depreende-se, então, que os fundamentos ideológicos do Estado Novo assentavam num modelo fortemente hierarquizado, propenso à perpetuação das desigualdades sociais. De salientar ainda que assentava em mecanismos que acentuavam a discriminação baseada no sexo, na medida em que estipulava que fossem os chefes de família *masculinos* a ficarem alocados ao cumprimento dos deveres e atividades da Casas do Povo.

Especificamos neste enquadramento de controlo "oculto" do Estado e de divulgação e propaganda dos ideais nacionalistas, também o caso da Mocidade Portuguesa, criada em Dezembro de 1936, enquanto "mecanismo para a intensificação da moralização, obediência e exaltação da "história oficial de Portugal". Essa Mocidade tinha como base vários princípios orientadores da formação da juventude fascista e nazista." (Dias & Prado, 2014, p. 204). Seguindo a ideia de promover a paz social e o afastamento de movimentos de luta de classes, a Mocidade visava "contribuir para a formação cívica, moral e física dos jovens: defender bons costumes; colaborar para que a educação nacionalista fosse compreendida de maneira plena; promover as comemorações das datas patrióticas; fomentar o embelezamento da vida rural" (Dias & Prado, 2014, p. 204). Portanto, a Mocidade Portuguesa era uma forma de controlo do Estado sobre as pessoas, uma espécie de "exército em miniatura", em que as crianças e jovens ficavam circunscritos e uniformizados, desde muito cedo, a uma só religião, uma só língua e uma só realidade social (Vieira, 2011).

Apesar de serem divulgadas pelo regime como "organismo de cooperação social", as Casas do Povo não podiam "utilizar a sua sede ou os seus meios de ação para qualquer espécie de atividade política ou social contrária aos interesses da nação e à constituição do Estado" (Decreto-Lei nº 23.051, 23 de setembro de 1933). As bibliotecas apenas disponibilizavam os livros fornecidos por entidades do Estado. No cinema, só eram

permitidas “fitas” que contribuíssem para fortalecer o caráter cultural e educacional dos cidadãos, excluindo todas aquelas que fossem opostas aos bons costumes, na ótica governamental. Reforçando o cariz “moldador de mentalidades” das Casas Povo, no Decreto-Lei nº 23.051, 23 de Setembro de 1933 refere que estas entidades devem utilizar o cinema como instrumento de cultura e de educação popular (…), [alertando para o facto de o filme poder vir a constituir-se “um agente desnacionalizador, um meio de propaganda de costumes, sentimentos e ideias contrárias ao nosso ideal de nacionalidade”.

Considerando que o desenvolvimento comunitário local se traduz em processos que incorporam alianças entre a população, que une os seus esforços ao poder público (normalmente, setor público regional ou local) com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da comunidade e contribuir para o progresso nacional geral, a partir das leituras realizada não podemos assumir que no regime imposto pela ditadura tenha havido uma clara e transparente partilha de vontades e interesses mútuos entre a população e o Estado para promover o bem-estar das comunidades. No entanto, é de reter o facto de, a partir das Casas do Povo, muitos trabalhadores agrícolas, e suas famílias, passaram a ter acesso a serviços de assistência médica e social, a atividades desportivas e culturais, assim como à previdência social (o acesso, mais tarde, a uma pensão de velhice). Além disso, as Casas do Povo fomentavam o convívio no seio das populações rurais, unindo trabalhadores e patrões rurais. Esses espaços ofereciam diversos serviços à comunidade, como bibliotecas, escolas e postos médicos, garantindo suporte tanto aos associados quanto às suas famílias.

ALGUMAS IDEIAS FINAIS

Constata-se do exposto que a implementação das Casas do Povo pelo regime ditatorial de Salazar, “a par de outras organizações que expressam a natureza fascista e corporativa do regime” (Freire, 2012, p. 300), tais como a Mocidade Portuguesa (masculina e feminina), a Legião Portuguesa, as Casas dos Pescadores, os Grémios da Lavoura e a União Nacional, assumiam-se como instrumentos de controlo do Estado a ação individual e comunitária do povo, em particular das regiões e localidades rurais.

Efetivamente, encontramos dimensões menos explícitas das Casas do Povo que tinham a intenção de manter uma ordem monolítica e uma obediência a um Estado autoritário,

que bania a leitura livre, que impunha as leituras possíveis nas Bibliotecas, que padronizavam comportamentos culturais, através de filmes que passavam em fitas controladas pelo Estado.

Como refere Roque Amaro (2009), a intervenção que promove o desenvolvimento comunitário local deve ser capaz de identificar e conhecer as características e recursos da comunidade, potenciando as suas características endógenas (Amaro, 2003, 2009). No caso das Casas do Povo do regime ditatorial, a sua criação, fundação e características não eram fundamentadas nas potencialidades endógenas das populações rurais. Ainda assim, e considerando que a dimensão económica da vida das pessoas também é promotora do desenvolvimento comunitário, não poderemos deixar de admitir o contributo das Casas do Povo para assegurar o mínimo de sobrevivência, ao qual, de outra forma, não teriam acesso a um rendimento (ainda hoje há pessoas - mulheres… - que recebem uma pensão mínima de velhice por terem pago as quotas da Casa do Povo. Caso contrário, as mulheres domésticas, não teriam qualquer pensão de velhice.

Como resultado da Revolução de 25 de Abril de 1974, muitas Casas do Povo foram extintas ou modificadas. Com a mudança do sistema político, e a consequente abolição do regime corporativo, surgiram novas instituições públicas com objetivos diversos. As mudanças no contexto político e social, o êxodo rural e o surgimento de novas carreiras profissionais distantes da agricultura tornaram essas instituições obsoletas, pois já não desempenhavam o papel para o qual foram originalmente criadas.

Com a Revolução dos Cravos, foi aprovada legislação que determinava a sua extinção. No entanto, algumas Casas do Povo permanecem ainda em funcionamento, enquanto outras foram desativadas, deixando seu património abandonado.

As Casas do Povo contemporâneas, apesar de terem enfrentado desafios de diversa índole ao longo do tempo, incluindo mudanças políticas e económicas, continuam a desempenhar um papel relevante na organização comunitária e no desenvolvimento local, nomeadamente junto das comunidades mais envelhecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, Janeiro/Julho, Centro de Estudos Africanos. ISCTE. p. 57 e ss.

Amaro, R. R. (2009). Desenvolvimento Local. In Catanni, A., Laville, J., Gaiger, L. & Hespanha, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Edições Almedina.

Carvalho, Bento Pereira de (1936), *Cartilha das Casas do Povo*. EDIÇÃO??, 1936, p. 4.

Casas do Povo, 1945. Lisboa: Edições SNI.

Dias, R. & Prado, E. (2014). O regime salazarista português nas escolas elementares. *Revista Intersaberes*, 9 (17), p.199-215, janeiro-junho.

Freire, D. (2012). Estado Corporativo em Ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do povo. In Rosas, F., Garrido, A. (coord.). *Corporativismo Fascismo Estado Novo*. Edições Almedina. pp. 273-302.

Garrido, A. (2009). *Henrique Tenreiro. Uma biografia política.* Temas e Debates. Círculo de Leitores.

Maldonado, V. (2016). Habitação Social promovida pelas Casas do Povo, 1958-1972. O caso de Santo Estêvão do Arquitecto Vítor Figueiredo" in Ferreia, F., Mendes, F. & Pereira, N. (org.). *A conquista social do território – Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo*. Edições Tenacitas. pp. 105-125.

Souza, D., Agarez, R., Pascoal, A. & Ribeiro, J. (2023) O Presente e o Passado das Casas do Povo em Portugal: Arquitetura, Comunidade e Memória. *Revista ARA*.15(15):73-107.

Vieira, R. (2011). *Educação e Diversidade Cultural.* Edições Afrontamento.

HELENA VIEIRA DA SILVA E O SEU CARTAZ "A POESIA ESTÁ NA RUA"

Ana F. Cravo, Conceição Cordeiro

[1] *Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre*

[2] *Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre*

RESUMO

Desenvolveremos reflexões sobre os cartazes "A Poesia está na Rua", da Pintora Vieira da Silva, de 1975, a sintonia estabelecida com a frase da poeta Sophia de Mello Breyner Andresen, combinadas para nos legar, na comemoração da revolução de Abril, uma imagética da Revolução de 1974. Começamos por introduzir a importância da pintora Helena Vieira da Silva no panorama da pintura modernista europeia. De seguida, estabeleceremos relações sobre a forma visual e simbólica do cartaz, analisando, em especial, aspetos da perspetiva e da relevância da luz, da cor, da mancha, da linha e do *lettering*, entre outros elementos da composição visual, na concreção do referido cartaz. Considerando que o cariz poético visual em 'A Poesia está na Rua' reitera aspetos da pintura de Vieira da Silva, tais como os de tipologia de paisagens urbanas e o arquétipo de labirinto, estabeleceremos uma perspetiva que explique que a sua obra não é passível de enquadrar literalmente em termos de pintura abstrata. Deste modo, argumentaremos como a origem e o arquétipo de labirinto são sintomáticos para o desenvolvimento de uma perspetiva de cidade e, em particular, para compor um ritmo plástico configurado com gestos humanos, e como estes cartazes se concretizam numa dinâmica de acordo com o caráter da sua pintura, não obstante podermos ver a aproximação a essa vivência urbana da liberdade conquistada em Abril de 1974, numa rua da cidade de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE:

"Vieira da Silva"; "Cartaz-Pintura"; "Liberdade"; "Imagética".

1. NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE A PINTORA VIEIRA DA SILVA

Maria Helena Vieira da Silva (1908, Lisboa - 1992, Paris) foi uma pintora portuguesa, naturalizando-se francesa em 1956. Destacamos, em breve síntese, alguns momentos que consideramos estruturais para o desenvolvimento e consagração artística da pintora.

Entre os 11 e os 19 anos (1919-1927), estuda desenho com a Pintora Emília Santos Braga, pintura com o Pintor Armando Lucena e escultura com o Escultor Rogério de Andrade. O estudo da música acompanha a sua aprendizagem nas artes visuais. Ingressa na

Academia de Belas-Artes de Lisboa e, em 1926, inscreve-se, com outros alunos de Belas-Artes, nas aulas de anatomia do Professor Henrique Vilhena, na Faculdade de Medicina. Em 1928, acompanhada pela mãe, vai viver para Paris, onde se inscreve na *Académie de la Grande Chaumière*, para frequentar o curso de escultura de Antoine Bourdelle, onde conhece o seu futuro marido, o pintor húngaro Arpad Szenes.

Com o despoletar da II Guerra Mundial, em 1939, Vieira da Silva e Arpad Szenes decidem vir viver para Portugal. Contudo, no ano seguinte, o casal parte para o Brasil, porque, apesar de terem contraído casamento religioso e de Arpad se ter convertido ao catolicismo, o estado português nega aos artistas nacionalidade portuguesa, o que faz com que decidam ir viver para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, relacionam-se com poetas e escritores brasileiros, em particular com Murilo Mendes e Cecília Meireles, e outros artistas que contribuem para uma vida social e artística intensa. No entanto, Vieira da Silva e a sua obra sofrem particularmente durante o período entre 1940 e 1947. Vieira e Arpad regressam a França em 1947 e continuam a trabalhar na sua "casa-atelier" com muita cumplicidade, mas desenvolvendo diferentes estilos pictóricos.

Durante a sua vida, Vieira da Silva participou em cerca de duas dezenas de exposições coletivas, com uma primeira em 1933, na *Galeria Jeanne Bucher*, em Paris, entre outras, e em 1936, em Lisboa, no *Salão de Arte Moderna*, onde dá uma conferência. Realiza cerca de mais de uma centena de exposições individuais em várias cidades europeias e em Nova Iorque, a última das quais em 1992, no Porto, na *Galeria Nasoni*, com a artista Paula Rego.

Helena Vieira da Silva recebeu vários prémios, condecorações e homenagens, tais como: o Prémio de Aquisição na IIª Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo (1953); uma Menção Honrosa no *Guggenhein International Award Museum* e o 4º Prémio do *Carnegie Institute* de Pittsburgh (1958); a condecoração francesa de *Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres* (1960); o *Grand Prix National des Arts* (1966); a nomeação de *Sócia Honorária do Grémio Literário* de Lisboa (1968); a nomeação de *Daughter of Mark Twain*, nos Estados Unidos da América (1970); a eleição como *Sócia Honorária da Academia de Belas-Artes de Lisboa* (1971); a condecoração da *Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago da Espada*, pelo governo português (1977); a nomeação para membro do *Comité de Honra do Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos* e o título de *Chevalier de l'Ordre National de la Légion d'Honneur* (1979); a *Medalha de*

Honra das Cidades Francesas de Montargis e de *Montauban* (1983); o prémio *Florence Gould*, *da Academia de Belas-Artes de Paris* e o *Grande Prémio Antena I*, Portugal (1986); a eleição para *Membro da Royal Academy of Arts*, Londres, a condecoração da *Grã-Cruz da Ordem da Liberdade*, a *Medalha da Cidade de Lisboa* e a *Medalha de Honra da Cidade do Porto* (1988).

Após a sua morte, em 1992, várias são as cidades e as instituições que continuam a divulgação e o estudo da sua obra, tal como em o *Museu/Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva*, que abre ao público no dia 4 de novembro de 1994.

2.INFLUÊNCIAS PICTÓRICAS

À obra de Helena Viera da Silva podemos conectar diversas referências, como o seu fascínio juvenil pela iluminura medieval, particularmente pelo *Folios* (1189) do *Códice de O Apocalipse de Lorvão.* (Vallier: 1982, pp.128-129). Numa visita da pintora a Itália (setembro-agosto de 1928), foi a pintura dos Primitivos Italianos que despertou a sua atenção, nomeadamente, entre outros: os frescos *Alegoria do Bom Governo* (c.1337-1340) e *Alegoria do Mau Governo* (c.1337-1340) de Ambrogio Lorenzetti (c.1290 - c. 1348) no *Palazzo Pubblico*, em Siena[63]; os frescos da *Capela de Scrovegni* (1303-1305), em Pádua por Giotto di Bondone (c. 1266 – 1337); os frescos da *Santa Trinità* na igreja dominicana de *Santa Maria Novella*, em Florença por Masaccio (1401-1428); os frescos *Annunciazione* (1437-1446) para o *Convento de São Marcos*, em Florença, por Frei Angelico (1395-1455); o fresco do *Dilúvio* (1447-48) executado na parede de um claustro da igreja de *Santa Maria Novella*, em Florença, por Paolo Ucello (1397-1475).

Neste contexto é a representação do espaço simbólico e sagrado, a partir de uma perspectiva pré-renascentista, que marca a pintora aos 20 anos de idade e se constitui como uma referência contínua na sua obra. Outras referências importantes na obra da pintora, até porque se enquadram com a revolução pictural da cidade de Paris, são as *Primeiras Vanguardas* e os Modernistas em geral, em particular Cézanne, Matisse, Bonnard, Fernand Léger, Braque, Picasso, os Futuristas Italianos e os Surrealistas. Consideramos, assim, a relação de Vieira da Silva com diferentes experimentalismos da

[63] Costa, R.:2003.

arte que instigam o surgimento da abstração, a importância do acaso e do acidente manipulado, na obra da artista.

Para além das artes plásticas e da música, a literatura e a poesia foram desde cedo muito importantes na vida de Helena Vieira da Silva.

2.1. Confluências entre pintura e a criação do cartaz

Na obra *Atelier, Lisbonne* de 1934-1935 (https://fasvs.pt/?s=atelier+lisbonne&id=10762), as linhas delineiam um enquadramento de um "espaço – caixa", que é uma construção singular e inovadora da composição da pintora, que remete para uma perturbação da centralidade da perspetiva primitiva-renascentista, recriando uma dimensão espácio-temporal, que pronúncia o sentido emblemático que a pintora estabelece na relação perspético-simbólica pictural com o espaço real, nomeando-o como "ossatura do espaço", como refere Marina Ruivo (Ruivo: 13 de julho de 2015, Visita Guiada, RTP 2).

Esta obra, fulcral no desenvolvimento do carácter da pintura de V. da Silva, enquadra-a na história do *Modernismo* como pintora abstracionista, mas, Vieira da Silva não abandona totalmente a figuração. Na realidade, a linha labiríntica, que é estrutural na criação da sua obra, é um modo de enquadramento de perspectivas e encadeamentos de temáticas acerca da cidade-paisagem, como podemos ver nas obras:

- *Estudo de tapeçaria para a Universidade de Basileia*, 1953. Têmpera sobre papel kraft. 102,5 x 61 cm. Col. Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva. (https://gulbenkian.pt/cam/read-watch-listen/estudos-para-as-tapecarias-de-basileia/);

- *A Cidade*, 1950-1951. Óleo s / tela, 97,53x 129,4 cm. Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. (https://www.moma.org/collection/works/79873?artist_id=6152&page=1&sov_referrer=artist);

- *Tour d'Armes*, 1954. Óleo s / tela, 73,2x92cm. Coleção particular. (https://observador.pt/2020/07/07/pintura-tours-darme-de-vieira-da-silva-no-leilao-global-da-christies/);

- *Passage of Mirrors*, 1981. Óleo s / tela, 103,5 x 81cm. Museu das Belas Artes de Bilbau. (https://www.wikiart.org/en/maria-helena-vieira-da-silva/passage-of-the-mirrors-1981)

O cruzamento das linhas é um modo como a linha esvanece o figurativismo e desenvolve uma espacialidade arquetípica de labirinto, como nos diz a pintora:

> Penso que passei a minha vida inteira em labirintos. É a minha maneira de conceber o mundo. Já em criança, conheci um pequeno jardim maravilhoso, um jardim do século XVIII à francesa, com alamedas bordejadas por arbustos recortados. Era um verdadeiro labirinto, mas eu não o sabia. Era, contudo, extraordinário, concebido como uma iniciação: desciam-se uns degraus e afundávamo-nos nele, depois, atravessamo-lo, e de repente, misteriosamente, a prisão abria-se: lá, à frente dos nossos olhos, estendia-se uma paisagem magnífica. Assim como tenho passado por um labirinto sem o saber, muito mais tarde, quando comecei a desenhar labirintos, não dei logo por isso (Rosenthal: 2004, pp. 79-80).

Em particular, a obra *Estudo de tapeçaria para a Universidade de Basileia* (1953) apresenta uma estrutura que nos permite considerá-la como inspiração para o cartaz "*A Poesia está na Rua I"* (Figura 1), de 1975 (criado a partir de uma obra realizada a têmpera sobre papel, de grande formato). Em ambas as obras, as linhas, que desenvolvem uma grelha, estruturam o espaço cénico-paisagístico que dá enquadramento a uma rua estreita, numa cidade.

3. O CARTAZ DO 25 ABRIL E "A POESIA ESTÁ NA RUA"

Em 1975, Helena Vieira da Silva com 67 anos, em Paris e Sophia de Mello Breyner Andresen com 56 anos, em Lisboa, consolidam a ideia de criar um cartaz sobre o 25 de Abril de 1974, com o mote *A Poesia está na Rua*[64]. Vieira da Silva faz, então, um primeiro

[64] Trata-se do último verso do poema de Sophia de Mello Breyner Andresen, dedicado aos militantes do Partido Socialista: - «*25 DE ABRIL SEMPRE / Tu avanças sempre e não recuas / Quando se ergue a hora da ameaça / Mesmo que tenhas de morrer nas ruas /Mesmo que tenhas de morrer na praça /Porque não*

cartaz *A Poesia está na Rua I* e resolve fazer um segundo, *A Poesia está na Rua II*, considerando como o primeiro estaria, talvez, demasiado abstracto (Reina, A. :2005).

Em a *Poesia está na Rua I* (Figura 1), os prédios articulam a verticalidade lateral da imagem, enquanto ao centro é criado um emaranhado de linhas que se sobrepõem numa mancha mais escura.



Figura 1. Vieira da Silva, *A Poesia está na Rua I*, 1975. Têmpera s/ papel, 104x79,5 cm. Cartaz editado pela FCGulbenkian, Lisboa.
Fonte: https://gulbenkian.pt/cam/works/a-poesia-esta-na-rua-147100/

A intensidade do traçado central faz a alusão ao aglomerado de pessoas, mas a construção da perspetiva vai delineando, através de sombras ou da escuridão, a criação mais indefinida de figuras, que, no entanto, se vão iluminando e criando uma maior definição figurativa, na zona central inferior. As pequenas manchas vermelhas, articulam-se no espaço da obra e recriam a proporção num alinhamento deambulante, de modo que as manchas vermelhas evocam os cravos e a multidão. Os esboços de fachadas laterais afirmam a verticalidade e a centralidade da composição, numa

estás só mas continuas /Todos os que lutam e lutaram / P'ra que não haja grades nem mordaça / Porque não estás só mas continuas / E os outros unem suas mãos às tuas/ P'ra que um mundo mais justo e livre nasça /Por isso avanças sempre e não recuas / Connosco a poesia está nas ruas.» Sophia de Mello Breyner Andresen, Lisboa, 1 de Maio de 1975 (sublinhado nosso). https://www.youtube.com/watch?v=KWfkPRIjn8A

variação cromática de negro, cinza, branco envelhecido e vermelho, com alguns apontamentos de azul.

O retângulo vermelho horizontal, onde a pintora inscreve a branco envelhecido a frase 25 *de Abril de 1974*, dá-nos um primeiro plano da imagem, em forte contraste com a profundidade a negro na zona central e superior. Esta mancha rectangular é bordejada a negro. As letras pintadas sublinham um grafismo pictórico e singular. Na verdade, o contraste entre as linhas labirínticas e esta inscrição da frase permite a sua leitura e destaque.

Na zona inferior da obra descobrem-se mais signos gráficos pintados a branco envelhecido e a negro. Estes parecem ir desenvolvendo um ritmo próprio que se une ao espaço labiríntico, numa cadência para a descoberta de outras palavras e letras ou da frase *A Poesia,* pintada primeiro a branco e repetida numa sobreposição a negro de *Poesia*, mas que se completa com "está na Rua". A sua leitura não é imediata, mas, tal como as outras figuras, segue um processo de modelação de ritmo pululante que nos obriga a percepcionar diferentes focos na obra, em simultâneo. Assim, como se do espaço labiríntico, que ora se adensa no seu emaranhado escuro, ora se abre e clareia, a nossa percepção se movimentasse para descobrir as formas-figuras do *lettering*.

A obra *Poesia está na Rua II* (Figura 2) corresponde à verticalidade que Vieira da Silva tão bem acentua, de volta a uma composição mais figurativa, representando as fachadas de Lisboa e a população com cravos, simulando uma perspetiva central.



Figura 2 - Vieira da Silva, *A Poesia está na Rua II*, 1975. 90 x 68 cm.
Reproduzido a partir do original: Vieira da Silva, *A Poesia está na Rua II*, 1975, têmpera / papel, 104 x 79,5 cm.
Editado pela Fundação Calouste Gulbenkian para a comemoração do 25 de Abril de 1975.
Fonte: https://fasvs.pt/loja/cartaz-a-poesia-esta-na-rua-ii-1975/

A multidão segue desde o ponto de fuga, numa linha, numa mancha deambulante e crescente até ao primeiro plano. Não existe uma correspondência axonométrica entre as formas de referência ao real e o espaço que percorrem. A cadência do movimento da multidão até à base do cartaz termina num corte de plano onde se inscrevem as palavras "A Poesia está na Rua", em maiúsculas vermelhas. Existe uma concordância entre a não linearidade gráfica das palavras e esse mesmo movimento pictural. Vemos, talvez, uma rua de Lisboa, mas nos tons azuis com que Vieira da Silva pintava a sua cidade. A alusão à cidade e à rua compreendem a criação de um esboço a branco, cinza e negro do lado esquerdo da imagem, e do lado direito uma mancha azul mais escura que alude a uma esquina de rua. Assim, do lado esquerdo o espaço de enfiamento de prédios é dado pelo uso de uma mancha branca e da linha a negro, enquanto o espaço à direita da imagem se abre numa resolução de diferença de tonalidade dadas ao tom turquesa. Do lado esquerdo, as figuras à janela e uma porta com o número 25 remetem simbolicamente para o dia 25 de abril de 1974.

4. A IMAGÉTICA DA PINTURA DO CARTAZ E DA REVOLUÇÃO DE 1974

A cumplicidade, as afinidades electivas das duas artistas, encarnam nos cartazes *A Poesia está na Rua I* e *A Poesia está na Rua II*, uma imagética da revolução e das causas políticas comuns. Os dois cartazes de Vieira da Silva dão intensidade ao movimento pululante da multidão que celebra, descendo uma rua da cidade, um acontecimento, como escreve Vieira da Silva: "se fiz dois cartazes para festejar o 25 de Abril foi por o 25 de Abril ser um momento histórico. O fim de uma guerra que durava há 13 anos, mais do que durou a guerra de Troia. E o fim de uma ditadura".[65]»

A ideia de Sophia de Mello Breyner Andresen toma na forma pictural do cartaz de Vieira da Silva o sentido de *poiética*[66] encarnada que se cruza ao fluxo imagético de imagens que são experienciadas pelas pessoas através dos média (jornais e televisão), mas também pela real e intensa revolução que estes documentam e que são vividas por muitas pessoas. O fato de os meios de informação darem a conhecer a centralidade do acontecimento ao mundo, sintoniza-se com as memórias de Vieira da Silva (que está

[65]"A poesia está na rua", Cartazes de Maria Helena Vieira da Silva. https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/read-watch-listen/a-poesia-esta-na-rua/

[66] Poiética de Poiético (poi-é-ti-co) do grego poietikos, - ê,- ón, capaz de fazer, criativo, produtivo.

Paris) com a cidade de Lisboa, com o Largo do Carmo e com a manifestação do 1º de maio de 1974, repetidamente fotografadas, filmadas e divulgadas.

O impulso do espírito poético da frase a "A Poesia está na Rua" (Figura 3) é tomado, não apenas como imaginação de um instante, mas na sua sobreposição e duração de fluxo que se faz sentir, numa vivência partilhada com o outro – a multidão e cada uma das pessoas - num entusiamo crescente, contagiante e, ainda, eufórico.



Figura 3- Fotografia (1974?). A cineasta Margarida Gil segura o cartaz com a frase de Sophia de Mello Breyner Andresen.

Fonte: Cultura e Arte https://x.com/comculturaearte/status/1650639125635031040

Precisamente a euforia política é, ainda, a estesia *sui-generis* que Sophia já deixara num rasto frásico e a que Helena dá imagem de cartaz, conjugando numa sintaxe visual o simbólico, o frásico-imagético e a sua alocação espácio-temporal. Não obstante, a preocupação da pintora em fazer um segundo cartaz que se tornasse mais claro – mais fácil de entender por todos e cumprir o seu propósito de cartaz - Vieira envolve-nos numa atmosfera figural da sua cidade que é a cidade de todos e, mais singularmente também dos artistas ou duma elite artística que, a seu modo, clama a liberdade que acresce e potencia uma euforia sublime acerca do poético e das suas sensações intensas; incluindo uma subjacente metaforologia sobre como artistas e as outras pessoas se unem nessa mesma dimensão estético-poética. As pessoas conseguem rever-se nestas composições sem figurativismo, sem que a representação encarne uma expressão gráfico-plástica naturalista ou realista? Cremos que é um momento único em que tal se agenciou ou no sentido que *agenciamento* reúne conteúdo e expressão, como referem Deleuze e Guattari:

> Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por outro lado, ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, misturas de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados *territoriais* ou *reterritorializados* que o estabilizam e, de outra parte, picos de *desterritorialização* que o arrebatam (Deleuze; Guattari: 2007, p. 124).

Os territórios cruzam-se nessa potência imagética que concerne ainda a uma épica, a uma heroicidade, passando pela perturbação das fronteiras entre estratos sociais e culturais, que estabelece uma *reterritorialização* da arte e do seu fluxo imagético que encontra espaço e tempo para fruir e extasiar.

4.1. Do Êxtase à Inquietação

Retomando algumas das considerações biográfico-artísticas que referimos na introdução à pintora Vieira da Silva, podemos sublinhar como Paris foi relevante para o desenvolvimento, notoriedade e enquadramento da arte da pintora portuguesa num contexto revolucionário da arte e do *Modernismo*. Do mesmo modo, tal como fica assinalado por algumas das condecorações e nomeações que referimos anteriormente, a participação num certo contexto político inerente à ditadura portuguesa e à situação pós-guerra da segunda guerra mundial, afirma a solidariedade de Helena V. Silva e Arpad Szenes que acolhem em sua casa (em Paris) jovens artistas de nacionalidade portuguesa (bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian, emigrados políticos) e de outras nacionalidades.

Na realidade, Vieira da Silva, em Portugal, não poderia conquistar um lugar de parceria com artistas e obras das *Primeiras Vanguardas* e os modernistas que se encontravam em Paris. O facto é que para além de conviver com os mais prestigiados criadores, também expôs, designadamente no *Salon d'Automne*, em 1931 e em 1932, quando conhece a galerista Jeanne Bucher (directora da Galeria entre 1925-1946, situada no

Boulevard de Montparnasse) e vende a sua primeira obra para o Museu de Arte Moderna, em Nova Iorque.

A questão do labirinto, como referimos anteriormente, percorre toda a sua obra e reúne a complexidade inerente ao pensamento da autora acerca da abstração e da figuração, num sentido singular, mas que tanto podemos fazer aproximar às questões formais da plasticidade da pintura, quanto a uma hermenêutica que liga a sua vida de nómada a memórias intrínsecas a Portugal, às suas origens e influências espaciais lumínicas ou em sentido mais lato, a sensações hápticas construídas no tempo.

Deste modo, os cartazes e o seu contexto épico acordam bem com a imagética de cidade, de paisagem-cidade e a linguagem plástica, estruturada labirinticamente por traçados lineares que vão enquadrando as referências e a figuração da pintora.

Por outro lado, a aproximação ao enfiamento de ruas da cidade de Lisboa antiga é notória ou inovadora enquanto *"zoom"* da situação que mostra as pessoas e une a linguagem plástica a uma *poiética.*

Quarenta anos mais tarde, em 2014, a Câmara Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett, organizam a exposição em homenagem a Sophia de Mello Breyner e Viera da Silva intitulada *A Poesia está na rua*, que celebra o 40º Aniversário do 25 de Abril de 1974. O artista plástico Pedro Cabrita Reis foi convidado a intervir nesta iniciativa através da realização de quatro cartazes comemorativos da efeméride. Os cartazes de Cabrita Reis conformam um alinhamento deambulante da palavra-imagem ("a poesia está na rua"), pintada a amarelo com sombras a negro, sobre um fundo azul a que acrescenta um ponto de interrogação, pintado a vermelho e sobreposto a verde, como podemos ver na Figura 4.



Figura 4. Cartaz de Pedro Cabrita Reis *A poesia está na rua?* 2014.
Inspirado no cartaz de Vieira da Silva.
Fonte: https://www.pportodosmuseus.pt/2014/06/04/poesia-esta-na-rua-exposicao-que-atraves-da-obra-de-maria-helena-vieira-da-silva-celebra-o-40o-aniversario-25-de-abril-de-1974-jose-rosinhas/

As cores do cartaz remetem para a bandeira portuguesa e para uma nova versão pictórica da marcante obra criada pela poeta e pela pintora. O modo incisivo com que Cabrita Reis usa a frase no espaço total da forma, numa simplicidade de linha pictórica e ritmo visual, convoca-nos para o questionamento sobre a pertinência da frase numa perspectiva actual, em que a inquietude desconstrói o sentido afirmativo-celebrativo da *poiética* encarnada nos cartazes de Vieira da Silva.

CONCLUSÃO

Vieira da Silva atinge uma notoriedade universal como pintora e referência artística singular do *Modernismo*. As suas condecorações fazem jus à natureza generosa com que estabelece afinidades profissionais, coloquiais, mas ainda ético-estéticas.

Considerámos como o arquétipo do labirinto, a paisagem-cidade e a construção expressionista de uma grelha de linhas deambulantes são nucleares à singularidade da sua obra e ao que a autora designa como a *ossatura espacial* que combina a consciente relação que ela vai desenvolvendo entre a linguagem abstrata e a figuração.

Concluímos como a repetição de sintomas plásticos da obra de Vieira da Silva se presentificam nos dois cartazes, não obstante a preocupação da pintora em fazer um segundo cartaz que se tornasse mais claro – mais fácil de entender por todos e cumprir o seu propósito de cartaz. Argumentámos como a origem e o arquétipo de labirinto são sintomáticos para o desenvolvimento de uma perspetiva de cidade e, em particular, para compor um ritmo plástico que configura arquitectura, o espaço exterior de rua e os gestos humanos, e como os cartazes se concretizam numa dinâmica entre o caráter da sua pintura e a aproximação ("zoom") a essa vivência urbana da liberdade conquistada em Abril de 1974, numa rua da cidade de Lisboa.

O fluxo imagético que contextualiza os cartazes com a frase da Poeta Sophia de Mello Breyner Andresen e as imagens dos meios de comunicação social conferem um ritmo assertivo a *poiética* enquanto momento épico-estético. Concluímos, assim, que a arte e a revolução de Abril congregaram a dimensão estética num momento único, singular que aproximou todas as pessoas, de diferentes géneros e estratos sociais à pintura de Vieira da Silva. No entanto, retomando em particular os cartazes, consideramos que esta sintonia da multidão ou do outro com a obra de arte, ou o poético em sentido geral, têm um contexto espácio-temporal que é potenciado pela euforia partilhada: configuram-se

como ícones de um advento da Democracia, sobretudo, confirmando a festa da derrocada da ditadura e o princípio de liberdade e experiência da comunicação livre e expressão criativa. Assim, na continuidade desta elocução, vimos como a poesia-imagem parece fazer parte de uma imagética que é reiterada e lembrada como modelo para questionar: se a poesia estará na rua, em 2014, como o faz sentir em modo interrogativo Pedro Cabrita Reis ou se, na atualidade se transformou numa infirmação do mote "A Poesia está na Rua".

BIBLIOGRAFIA

Correia, C. J.; Ferreira, A. R.; Ferreira, Mª L.; Fonseca, Quirino, T. (2009). *Longos dias têm 100 anos*. *Vieira da Silva um olhar contemporâneo*. Lisboa: CFUL.

Deleuze, G.; Gauttari, F. (2007). *Mil Planaltos. Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Rosenthal, G. (2004). *Vieira da Silva, À Procura do Espaço Desconhecido*. Koln: Taschen.

Santos, J. M.; Chicó, S.; Tavares, L. co-autor; Tavares, Maria A. de S. (2019). *Olhares Mútuos*. Lisboa: Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva.

Vallier, D. (1982). *Chemins D'Approche. Vieira da Silva*. Paris: Galilé.

WEBGRAFIA

Arquivo Fundação Calouste Gulbenkian (s/d). "A poesia está na rua", Cartazes de Maria Helena Vieira da Silva. https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/read-watch-listen/a-poesia-esta-na-rua/(25-2-2025)

Bashkoff, T. (2012). *Art of Another Kind: Guggenheim International Award* https://www.guggenheim.org/search?s=maria+helena+vieira+da+silva&page=1

Costa, R. (2003). Um espelho de príncipes artístico e profano: A representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c.1290-1348) – análise iconográfica, in *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Revista Internacional de Filosofia Iberoamericana y Teoría Social. Maracaibo (Venezuela): Universidad del Zulia, vol. 8, n. 23, octubre de 2003, p. 55-71. https://www.ricardocosta.com/artigo/um-espelho-de-

principes-artistico-e-profano-representacao-das-virtudes-do-bom-governo-e-os

Galeria Municipal Almeida Garrett (03/05/2014). *Inauguração da exposição: "A poesia está na rua",* Biblioteca Municipal do Porto, Câmara Municipal do Porto. https://www.youtube.com/watch?v=94HfexzzAu4

O Canal - Poesia de Cor (2021). *"25 de Abril Sempre - Poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen"*, in Poesia de Cor. https://www.youtube.com/watch?v=KWfkPRIjn8A

Pinheiro, P. M. (2015). *Vieira da Silva: uma lição de pintura*. https://ensina.rtp.pt/artigo/vieira-da-silva-uma-licao-de-pintura/

Reina, A. (2005). *Vieira da Silva – A Memória do Mundo*. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/vieira-da-silva-a-memoria-do-mundo/. Cartazes de abril (46.00m.- 47,55m.)

Solomon R. Guggenheim Museum (2023). *Vieira da Silva, Aix-en-Provence* (1958). Oil on canvas, 162.2 x 146.3 cm. Solomon R. Guggenheim Museum, New York. https://www.guggenheim.org/artwork/4155

(s/autor) (06 Junho 2019). *Amor, vida e obra: quem foi Maria Helena Vieira da Silva?* Exposição de 26 de junho a 26 de agosto, na Praça Central do Centro Comercial Colombo, Lisboa, 2019. https://www.colombo.pt/lifestyle/articles/quem-foi-maria-helena-vieira-da-silva/

EM LISBOA E NO BRASIL, SEMPRE EM DEFESA DOS VALORES DE ABRIL: O COLETIVO ANDORINHA E A MOBILIZAÇÃO TRANSNACIONAL ANTIFASCISTA ATRAVÉS DAS IDEIAS DO 25 DE ABRIL

Maria Runkel Cardoso

CRIA (NOVA/FCSH)

RESUMO

Esta pesquisa explora como o Coletivo Andorinha, um grupo de migrantes brasileiros em Lisboa fundado em 2016, articula os valores da Revolução de 25 de Abril numa luta transnacional contra o fascismo e em prol da democracia. Originalmente criado como resposta ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff e ao avanço da extrema-direita no Brasil, o coletivo assumiu os ideais de liberdade, justiça e solidariedade de Abril como centrais à sua mobilização.

A frase levada para as manifestações "Em Lisboa e no Brasil, sempre em defesa dos valores de Abril" ilustra o compromisso contínuo do Coletivo Andorinha com esses princípios, conectando as lutas democráticas nos dois países e transcendendo fronteiras geográficas e culturais. Assim, o 25 de Abril, longe de ser uma celebração apenas portuguesa, é pensado no contexto migrante como uma bandeira universal de resistência contra regimes autoritários.

A pesquisa sublinha o papel central que o Coletivo Andorinha desempenha na disseminação internacional dos valores de Abril entre as comunidades migrantes, promovendo a ideia de que o 25 de Abril representa não só uma revolução local, mas um símbolo de resistência global. Ao fazê-lo, o coletivo fortalece as ligações entre Portugal e Brasil, inserindo-se num movimento mais amplo de cidadania transnacional.

Este estudo reflete sobre o impacto contínuo do 25 de Abril, particularmente entre os migrantes brasileiros em Lisboa, e analisa como os seus valores são revitalizados e aplicados num contexto contemporâneo de resistência política e social.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilização Política Transnacional; Migração Brasileira; Anti-Fascismo; Movimentos Sociais

INTRODUÇÃO

O desafio da presente publicação é pensar como é que a data do 25 de Abril é pensada e mobilizada por coletivos de migrantes brasileiros. A base deste artigo provem em parte, da análise recolhida no decorrer da dissertação de mestrado de Runkel-Cardoso (2020) e num trabalho etnográfico reiniciado em 2022 com o Coletivo Andorinha. Este trabalho recorre a uma metodologia de observação-participante e a entrevistas, mas

com um enfoque na antropologia militante. Desta forma, assumimos um papel ativo nas discussões e envolvemo-nos politicamente com os assuntos retratados (Scheper-Hughes, 1995), acompanhando de perto as reuniões, eventos, manifestações, e todos os outros momentos da existência do Coletivo até ao fim de 2024. As observações e descrições aqui presentes nascem desse acumular de informação desde 2019 e procuram refletir não só a história do Coletivo Andorinha dentro do panorama ativista português, mas mostrando a interligação que estabelecem com a luta antifascista que nos conta o 25 de Abril.

O Coletivo Andorinha, um grupo de migrantes brasileiros em Lisboa, surge como um movimento de resistência política, onde procurava ampliar a voz da luta no Brasil contra o crescimento de um candidato antidemocrático, mas ao mesmo tempo construindo uma rede de contactos, espaços de convívio e discussão e bem-estar.

Além de atuar como um espaço de resistência política, o Coletivo Andorinha também desempenha um papel fundamental na formação de uma consciência crítica entre os migrantes brasileiros em Portugal. Por meio de ações diretas, debates, eventos culturais e manifestações, o coletivo fomenta uma rede de solidariedade que transcende fronteiras, construindo um espaço público transnacional que fortalece a democracia e a luta contra o avanço do autoritarismo.

O 25 de Abril surge neste contexto como marco histórico e simbólico que ajuda não só o Coletivo a estabelecer a sua identidade junto da comunidade portuguesa, como também fortalece a própria luta antifascista a nível internacional, através da mobilização da comunidade brasileira no exterior. Para além da relação emocional com a data, o 25 de Abril também surge como forma de impulsionar o ativismo migrante e as redes transnacionais, criando um espaço público transnacional.

Desta forma o presente artigo propõe uma análise da trajetória do Coletivo Andorinha, as suas estratégias de atuação, refletindo de seguida sobre as várias formas como o 25 de Abril se interliga na sua história. Divide em quatro a sua análise; em primeiro lugar ver como os próprios símbolos do 25 de Abril ajudam a construir a imagem do Coletivo e a lançá-lo para o meio político português, definindo os seus objetivos de luta por um mundo melhor; em segundo lugar compreender a ideia da criação de um espaço público transnacional que leva à Avenida da Liberdade agendas específicas do Brasil; em terceiro lugar compreender o envolvimento transnacional, que traz redes de migrantes

brasileiros espalhados pelo mundo para celebrar a data portuguesa; e por fim ver a sua lente pedagógica na forma como leva as ideias do 25 de Abril para os novos migrantes, interligando lutas e associações locais.

Contextualização: Migração brasileira em Portugal

Em primeiro lugar para contextualizar a migração brasileira em Portugal podemos identificar claramente duas grandes vagas. Uma primeira vaga, desde o final dos anos 70 até ao final dos anos 90, identificável pela alta qualificação dos imigrantes e com relativa facilidade em ocupar postos de trabalho correspondentes às suas qualificações, como, dentistas, informáticos, profissionais de publicidade e marketing, que chegavam ao país em números reduzidos (França e Padilla, 2018).

A segunda vaga, inicia-se nos anos 2000, caracterizada por um aumento significativo da entrada de imigrantes brasileiros em Portugal. Esta vaga foi caracterizada por um maior número de mulheres imigrantes em comparação ao número de homens, por dificuldade de aceder ao mercado de trabalho correspondente ao seu nível de instrução, bem como a ocupação de postos de trabalho pouco qualificados e com um baixo rendimento, como construção civil e trabalhos associados a cuidados e limpeza (França e Padilla, 2018).

Quando nos anos 2010 começam a reduzir os números registados de imigrantes brasileiros, foi considerada a hipótese de uma nova vaga, descartada por ainda se manter presente as principais características da segunda vaga (Góis et al. 2009).

No entanto, a partir de 2015, tendo em conta não só o aumento da imigração, mas também a aparente diversificação de perfil, podemos considerar a existência de uma terceira vaga. *"(...) a diversidade de perfil ilustrada pela capacidade financeira e empreendedora, os níveis de habilitações profissionais, a procura de maiores qualificações (estudantes e pesquisadores), a segurança e estabilidade das aposentadorias no Brasil."* (França e Padilla, 2018).

A chegada de mais estudantes pode ser um fator de interligação com a politização dos imigrantes. Envolvidos num meio académico politizado, a chegada a Portugal não altera essa característica. Podemos assim considerar que de facto chegam mais pessoas com um alto nível de qualificação, no entanto têm dificuldade a encontrar trabalho que corresponda a esse nível (Entrevista com Casa do Brasil, 2019), havendo um impacto

menor na visibilidade dentro do mercado de trabalho qualificado, mas tendo uma maior visibilidade no que toca à visibilidade política.

Os membros dos coletivos de migrantes brasileiros discutidos neste artigo inserem-se neste perfil, pois uma grande maioria chegou entre 2015 até ao presente e com o objetivo de continuar os estudos. No entanto, assumiu rapidamente um papel politico após a sua chegada, envolvendo-se em coletivos e organizações, tornando o imigrante brasileiro politizado mais visível.

Contextualização: O Surgimento dos Coletivos de Migrantes Brasileiros

No dia 18 de março de 2016 deu-se uma manifestação de apoio ao governo eleito no Brasil, e em Lisboa juntaram-se várias pessoas na Praça Luís de Camões para apoiar Dilma, Presidente do Brasil. No dia 31 de março de 2016, Aécio Neves, presidente do partido PSDB, uma das principais caras no discurso anti-Dilma e anti-PT, foi convidado a dar uma palestra em Lisboa, onde foi recebido por um grupo de manifestantes que gritavam "*Não vai ter golpe*" e *"Dilma vai ficar"*[67]. Nesse dia um deputado português de um partido assento parlamentar (PS) foi gravado a chamar de fascista a José Serra, um convidado da conferência, também ele senador do PSDB. Este vídeo foi depois publicado na internet e teve um alcance de milhares de visualizações, principalmente do Brasil, onde foi acolhido com entusiasmo, *"reverberou muito, o facto de eles terem sido esculhambados fora do Brasil"* (Entrevista a um membro do Coletivo Andorinha em Junho de 2019, Lisboa).

Ao ver o impacto que o vídeo teve no Brasil, um grupo de cinco jovens migrantes brasileiros, estudantes de mestrado e doutoramento, decidiram lançar um apelo a uma reunião aberta para se discutir a eventual formação de um grupo. Na reunião, criaram uma página no Facebook, pensaram num nome e num símbolo (uma andorinha com dois cravos no bico, um vermelho para homenagear o 25 de Abril e um amarelo para representar o Brasil), devido à distância que os separava de estarem ativos no Brasil, transformaram essa angústia num movimento ativista, e começaram as reuniões e as

[67] https://sol.sapo.pt/artigo/501921/manifestacoes-pro-dilma-intensificam-se-na-faculdade-de-direito-de-lisboa (Consultado a 18.02.2025 às 17h)

manifestações organizadas pela recente Frente Democrática Brasileira em Lisboa - Coletivo Andorinha. O crescimento do grupo foi-se dando de forma fluida. Esta sensação de fluidez, desde o começo do Coletivo, parece dever-se principalmente a ter sido um dos primeiros espaços na cidade que dava voz ao imigrante brasileiro de esquerda, indignado com a situação do seu país e que precisava de um lugar seguro para expressar as suas opiniões, já que muitas vezes o seio familiar não o permitia. "O coletivo veio para mim, mesmo não estando diretamente na construção dele, ele era o meu refúgio. Eu sabia que ia ser acolhida." (Entrevista a um dos membros do Coletivo Andorinha em Junho de 2019, Lisboa). Estes momentos de convívio foram-se alargando, para que o Coletivo não fosse apenas um espaço de resistência política, mas também de união entre pessoas.

Objetivos e Estratégias de Atuação

Nessa primavera de 2016, o principal objetivo do coletivo centrava-se em gerar informação sobre a questão da política brasileira em Portugal, criar conteúdo, *media,* combater o golpe à distância com informação útil e manifestações recorrentes. Após o *Impeachment*, que fora o catalisador do nascimento do movimento, os objetivos foram reforçados: continuar a ser um canal de denúncia, contribuir para uma contranarrativa do discurso político hegemónico da direita brasileira, centrando os seus valores na defesa da democracia e dos direitos humanos, assumindo uma posição à esquerda. Em 2019, o Coletivo Andorinha desenvolve várias atividades em Lisboa, sejam debates ou participações em eventos de outras associações e partidos, mas também várias manifestações, sobretudo na Praça Luís de Camões, que permite uma visibilidade na própria cidade ao mesmo tempo que tem impacto no Brasil - através da divulgação em *medias* independentes. Estes atos, que ocorrem como resposta a eventos e decisões políticas importantes, como solidariedade a atos que também se dão no Brasil, ou como divulgação pública de situações pouco conhecidas na política, procuram chamar a atenção dos portugueses sobre os acontecimentos.

Para além de ocupar o espaço público e as universidades, o Coletivo também procura um espaço através da arte, organizando performances com artistas locais e brasileiros, tertúlias e momentos de poesia. Esta ideia de estar presente em vários ambientes diferentes vai ao encontro de um dos objetivos do coletivo - deixar uma presença na

cidade, fazendo com que seja possível, em Lisboa, pensar ativamente o Brasil, construindo um espaço público transnacional.

Ao realizar eventos, participar em manifestações, e mobilizar-se em vários espaços na cidade, o Coletivo Andorinha garante uma maior visibilidade e crescente influência no cenário político português.

1. A luta por um futuro melhor

A presença no 25 de Abril é tomada com bastante importância. *"A presença do Coletivo, com a sua pauta brasileira, acho que está coerente com o espírito do 25 de Abril. E para o Coletivo também é um modo de aproximação das pautas portuguesas, com os valores de Abril, como o grito de ordem diz."*(Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa). O grito presente em várias manifestações, bem como na faixa principal levada para a Avenida da Liberdade em 2019, é - *"Em Portugal e no Brasil, em defesa dos valores de Abril".* Esta correlação direta entre os dois países, uma aproximação política e também de festejo, de partilha de uma data importante para o país de acolhimento e uso desses símbolos na luta do país de origem, propõe pensar os valores de Abril como separados da sua descrição histórica nacional.

Para além de vincar a viragem de um regime ditatorial para uma democracia (Cerezales, 2003), o 25 de Abril ecoa na memória coletiva como sinónimo de liberdade, ao qual o Coletivo se associa.

Embora menos conhecida, a ditadura no Brasil não deixa de marcar o discurso político sobre o passado, não só dos resquícios de uma identificação com a Ditadura Militar, como uma resistência forte que o contrapõe. Ao colocar nas suas palavras de ordem a relação com o 25 de Abril, não só se une as histórias dos dois países na sua luta antifascista, como também serve de identificador, para quem vive em Portugal, os seus objetivos e valores para o futuro.

A relação entre o Coletivo e essa data histórica reforça a ideia de que a resistência à opressão e à ditadura não é apenas um tema do passado, mas uma necessidade constante diante das ameaças atuais à democracia em diferentes partes do mundo (Silva et all, 2014).

A mobilização no 25 de Abril também permite que o Coletivo Andorinha dialogue diretamente com a sociedade portuguesa, evidenciando como as lutas pela democracia

em Portugal e no Brasil estão interligadas. Ao levar as suas reivindicações para as ruas de Lisboa, o coletivo fortalece a narrativa de que a luta antifascista é global e precisa da solidariedade internacional.

2. A Marcha do 25 de Abril como Espaço Público Transnacional

A Revolução dos Cravos, que marcou a transição democrática em Portugal, é uma referência para os vários movimentos sociais portugueses, marcando todos os anos presença na Avenida da Liberdade.

No caso do Coletivo Andorinha, a participação nas celebrações do 25 de Abril configura uma estratégia de articulação simbólica entre lutas democráticas, estabelecendo paralelos entre os processos políticos do Brasil e de Portugal.

A marcha do 25 de Abril acontece todos os anos, ao início da tarde, descendo a partir do Marquês de Pombal até ao Rossio, fazendo a Avenida da Liberdade. Concentra partidos portugueses, organizações várias e todas as pessoas que se juntam à manifestação. O Coletivo Andorinha marcha desde 2017, participando ao lado da Casa do Brasil que, por sua vez, vai com a SOLIM, a Solidariedade Imigrante.

A correlação entre o Coletivo Andorinha e a marcha do 25 de Abril é especialmente interessante para compreender a ideia de uma esfera pública transnacional (Fraser, 2015), onde é construído um espaço de diálogo legítimo e eficaz que tenha impacto na tomada de decisão política, procurando assim garantir a defesa da população e dos seus interesses, através da mobilização da opinião pública como força política. Através da participação na marcha, levando consigo as bandeiras e os cartazes que se referem a assuntos atuais no Brasil, traz para a esfera portuguesa assuntos referentes ao Brasil, sendo que, ao mobilizar esta atenção, o Coletivo Andorinha procura criar ainda mais espaços de diálogo e potencial influência junto de quem lê os cartazes. As faixas escolhidas pelo Coletivo são assim exemplificativas da situação política atual no Brasil. Em 2017 lia-se *Lutar Sempre, Temer Jamais,* alusivo ao Presidente Temer que tomou o poder após o golpe de 2016. E em 2018, *Marielle: Vítima do Golpe,* sobre o assassinato da deputada e ativista Marielle Franco.

Ao descer a Avenida com os cartazes referentes a uma situação política distante, o Coletivo Andorinha acrescenta uma dimensão transnacional ao espaço da cidade de Lisboa, que serve naquele dia não só para celebrar a democracia e a queda do fascismo,

mas também como mote para pensar outras questões políticas. Esta extrapolação do uso da marcha permite pensar sobre a ideia de luta internacional, mas também como espaço de discussão para o futuro.

3. Lente Pedagógica e de Envolvimento Transnacional da luta antifascista

Além das manifestações, o Coletivo Andorinha integra redes de organizações internacionais, como a FIBRA (Frente Internacional Brasileira contra o Golpe e pela Democracia). A FIBRA identificou os vários coletivos que iam surgindo de forma orgânica e com as mesmas ideias em diversos países, interligando-os numa rede. Essa rede promove a troca de informações e a coordenação de ações simultâneas, planeando manifestações, atos em várias cidades ao mesmo tempo, mas também organiza debates e conversas *online,* bem como outras medidas diversas para estimular a rede.

Para além destas atividades, que acontecem de forma recorrente, a FIBRA promove Encontros Internacionais para que todos os ativistas se conheçam pessoalmente, mas também com os objetivos principais de criar um espaço de discussão dos eixos e objetivos para os próximos anos. O primeiro encontro deu-se em Amesterdão (2017), o segundo em Berlim (2019) e o mais recente foi precisamente em Lisboa (2023).

A realização do Encontro Internacional da FIBRA, em Lisboa, em Abril de 2023, demonstra a relevância do Coletivo na articulação transnacional da luta antifascista. A data do evento foi escolhida propositadamente para coincidir com as comemorações do 25 de Abril, reforçando a importância da democracia e da resistência. Durante o evento, foram debatidas estratégias para fortalecer a resistência democrática, além de discutidos os impactos do governo de extrema-direita no Brasil e as suas ligações com movimentos autoritários noutras partes do mundo.

No documento que saiu do encontro, intitulado “Manifesto dos Cravos”, disponível no site da FIBRA, podemos ler *“No dia 25 de Abril de 1974 o povo português derrotou o autoritarismo salazarista, e com cravos nas mãos e nas armas, marchou nas ruas exigindo direitos civis e o fim do fascismo. Hoje, 49 anos depois e sete anos após o mais recente golpe contra a democracia brasileira, nós, que compomos a Frente Internacional*

Brasileira contra o Golpe e pela Democracia – FIBRA, dirigimos este manifesto ao povo brasileiro e às autoridades do Brasil." [68]

Para além da interligação com a história e o reconhecimento deste marco, os participantes do Encontro desceram em conjunto a Avenida da Liberdade, partilhando nas suas redes sociais, que através do alcance mundial da rede, se estenderam em muito para lá da cidade de Lisboa.

Eventos como o Encontro Internacional da FIBRA, realizado em Lisboa em 2023, ilustram o papel dessas redes na consolidação de estratégias de resistência democrática. A convergência de atores de diferentes países e contextos políticos contribui para o desenvolvimento de uma abordagem coletiva na defesa dos direitos humanos, evidenciando o papel do ativismo migrante na construção de uma agenda política transnacional.

A mobilização política transnacional não se limita à organização de protestos e manifestações, mas envolve também uma dimensão pedagógica fundamental para a formação de consciência e história política das pessoas que participam nesses mesmo coletivos. Nesse sentido, a transmissão de conhecimento sobre o significado do 25 de Abril e a sua importância para a luta democrática torna-se um dos eixos centrais de sua atuação, especialmente no acolhimento de novos migrantes brasileiros em Portugal.

Uns meses antes do 25 de Abril, numa manifestação em Defesa da Democracia que procurava chamar à justiça os envolvidos no Impeachment da antiga Presidente Dilma Roussef, um dos membros do Coletivo Andorinha no discurso final, avisa *"Para os que chegaram há pouco tempo, o 25 de Abril é a data que celebra a democracia e a liberdade aqui em Portugal. Todos temos de estar presentes nesse momento, em conjunto."* (Ato em Defesa da Democracia: Sem Amnistia! 11.01.23).

Para além desta chamada para os novos migrantes, o Coletivo Andorinha interliga-se cada vez com outras associações que surgem no novo panorama ativista em Portugal, como a Associação Diáspora, que faz atendimento a migrantes recém-chegados, e a FIBRA que passou, desde 2023, a participar na chamada.

Para além das mensagens e chamadas de atenção para a política no Brasil, como mencionado anteriormente, o Coletivo Andorinha também leva para a Avenida

[68] Possível visualizar o documento inteiro na página web da FIBRA - https://fibrainternacional.org/?p=9864 (visualizado às 15h de 18.02.2025)

emblemas associados a outras lutas, como a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a bandeira da Palestina, numa demonstração de luta unificada. Este caráter pedagógico, presente não só nas manifestações como também nos debates e discursos do Coletivo Andorinha, procura consciencializar a importância da luta conjunta contra o autoritarismo.

NOTAS FINAIS

O ativismo transnacional do Coletivo não se prende apenas com a sua relação com o Brasil, existe dentro de uma ideologia de defesa pelos direitos democráticos, partindo da situação do Brasil para outras questões e outros contextos. Ao mesmo tempo, o Coletivo Andorinha exemplifica como os movimentos migrantes se podem mobilizar politicamente num contexto transnacional, ligando as suas lutas à história e à realidade política do país onde residem.

Através do contexto do Coletivo Andorinha, o 25 de Abril ganha outras dimensões, serve como influência para novos grupos de ativistas, passa a ser um espaço público transacional, serve como ensinamento a outros coletivos de migrantes fora de Portugal e une diversas lutas numa só.

Um outro momento etnográfico que ressalva a importância da data foi o cuidado para celebrar os 50 anos do 25 de Abril. Logo desde o início de 2024, o Coletivo Andorinha teve diversas reuniões com o objetivo de planear a sua participação na data. Para além da faixa grande que levam todos os anos, onde se lê *"Em Portugal e no Brasil, sempre em defesa dos valores de Abril",* fizeram t-shirts com essas palavras de ordem, os membros do Coletivo utilizaram a t-shirt no dia da marcha e também foi vendida no Arraial dos Cravos (que acontece no Largo do Carmo em Lisboa, na noite de 24 para 25 de Abril). Havia uma grande necessidade de garantir que os 50 anos eram assinalados de forma diferente, projetando para o futuro que a luta pelos próximos 50 se fazem também com o ativismo migrante envolvido.

Por isso, o 25 de Abril, enquanto marco político de um imaginário de igualdade, continua a ser extremamente relevante, principalmente vendo a extrema-direita a crescer pelo mundo fora, e com um discurso anti-imigração cada vez mais presente. Esta ligação que o Coletivo Andorinha faz, não só com os objetivos que quer para o Brasil, mas também

para o que deseja para o país onde vive agora e para todos os outros, é a luta pela democracia e contra o fascismo, num desejo constante de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization.* University of Minnesota Press.

Casa do Brasil em Lisboa. (2007). A 2ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal - Informação estatística e elementos de análise. In J. Malheiros (Ed.), *Imigração Brasileira em Portugal* (pp. 227–246). ACIDI.

Casa do Brasil de Lisboa. (2017). *Um projeto vitorioso: Livro comemorativo dos 25 anos.* Casa do Brasil de Lisboa.

Cerezales, D. (2003). *O poder caiu na rua: Crise de Estado e ações coletivas na Revolução Portuguesa 1974-1975.* Imprensa de Ciências Sociais.

Fraser, N. (2015). Transnationalizing the public sphere: On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. *Theory, Culture & Society, 24*(4), 7–30.

França, T., & Padilla, B. (2018). Imigração brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais, 33*(2), jul./dez.

França, T., & Padilla, B. (2019). Mobilidade acadêmica brasileira para Portugal: Uma estratégia viável para a formação de redes associativas e diáspora acadêmica? In A. Souza, C. Lira, & K. Chulata (Eds.), *Línguas, identidades e migração: Brasileiros na Europa*. JNPBook.

Glick-Schiller, N., & Çağlar, A. (2009). Towards a comparative theory of locality in migration studies: Migrant incorporation and city scale. *Journal of Ethnic and Migration Studies, 35*(2), 177–202.

Góis, P., Marques, J. C., Padilla, B., & Peixoto, J. (2009). Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, 5*, 111–133.

Harvey, D. (2013). *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution.* Verso.

Machado, I. (2007). Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal. *Nuevos Mundos Mundos Nuevos, Debates 2007.*

Runkel-Cardoso, M. (2020). *A rua como espaço de fala: A contestação de movimentos migrantes sobre a política no Brasil a partir de Lisboa* (Dissertação de Mestrado). Repositório NOVA.

Scheper-Hughes, N. (1995). The primacy of the ethical: Propositions for a militant anthropology. *Current Anthropology, 36*(3), 409–440.

Silva, A., Brites, C., Oliveira, E., & Borri, G. (2014). A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social & Sociedade, 119*, 407–445.

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Ana Maria Vieira[1], Ricardo Vieira[2]

[1] CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria

[2] CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria

RESUMO

O Portugal de Salazar, pese embora a folclorização do património e de culturas regionais que mobilizaram e empoderaram, identitariamente, aldeias, vilas e populações essencialmente rurais, como foi com o caso dos ranchos folclóricos, era avesso a organizações sociais e culturais oficializadas, vistas como potenciais organizações clandestinas capazes de afrontar o poder instituído por um Estado monolítico.

Influências várias como o associativismo desenvolvido, em contracorrente, em associações que se evidenciaram essencialmente na margem sul do Tejo, fizeram aparecer aqui e ali, as primeiras Associações Culturais, Recreativas e Desportivas (ARCD) com estatutos aprovados e várias valências que iam do futebol ao teatro, passando pela música, museus locais, bibliotecas, etc. Muitas surgiram mesmo no ano de 1974, ano da Revolução dos Cravos, como foi vista um pouco por todo o mundo, dada a simbologia do cravo na ponta da espingarda nesse 25 de abril.

Algum desse associativismo formalizado tinha já antecedentes, em muitas aldeias portuguesas, em grupos de teatro, grupos de música de orquestra (Tunas), grupos de bandas filarmónicas, etc. Mas a consciência da liberdade, a abertura da Lei e a possibilidade de poder contribuir para o desenvolvimento social e cultural das comunidades de lugar, potenciou a transição para associações mais organizadas, com eleições, com programas de intervenção cívica e sociocultural, com estatutos publicados em Diário da República.

Esta comunicação, assente em relatos etnográficos e etnobiográficos, pretende dar conta do processo de construção de uma dessas ARCD, na região de Leiria, seu desenvolvimento estrutural e também da decadência de algumas dessas valências para se fixar particularmente no futebol, abrindo espaço para a criação de outras associações especializadas, também elas oficializadas, à volta da aventura e desporto, música tradicional, etc.

Essa segunda transição/transformação assegura, ainda hoje, 50 anos pós 25 de abril, a manutenção de uma afirmação local e regional, e alimenta muita da escassa motivação para a localização residencial e profissional face ao crescente êxodo rural de muitas aldeias, consequência, também, da democratização do ensino e da possibilidade de muitas famílias rurais poderem ver os seus filhos a prosseguir estudos de âmbito superior, que os leva a partir para as grandes cidades ou para as cidades mais próximas, conforme o poder de compra e as classificações de acesso ao ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE
Associativismo, Desenvolvimento Comunitário, Identidades locais e regionais

1. INTRODUÇÃO

O Portugal de Salazar, pese embora a folclorização do património e de culturas regionais que mobilizaram e empoderaram identitariamente aldeias, vilas e populações essencialmente rurais, como foi com o caso dos ranchos folclóricos, era avesso a organizações sociais e culturais oficializadas, vistas como potenciais organizações clandestinas capazes de afrontar o poder instituído por um Estado monolítico.

Influências várias como o associativismo desenvolvido, em contracorrente, em associações que se evidenciaram essencialmente na margem sul do Tejo, fizeram aparecer, aqui e ali, um pouco por todo o país, as primeiras Associações Culturais, Recreativas e Desportivas (ARCD) formalizadas, com estatutos aprovados e várias valências que iam do futebol ao teatro, passando pela música tradicional, museus locais, bibliotecas, etc.

Muitas associações surgiram no ano de 1974, o ano da "Revolução dos Cravos", como também ficou conhecida a revolução, um pouco por todo o mundo, dada a simbologia do cravo na ponta da espingarda nesse 25 de abril. A senhora que ficou historicamente associada à distribuição de cravos no 25 de abril de 1974 foi Celeste Caeiro, conhecida como "Celeste dos Cravos," que morreu no dia 15 de novembro de 2024, aos 91 anos (50 anos após o 25 de abril). Ficou famosa por distribuir os primeiros cravos aos militares, cravos que se tornaram símbolo da Revolução de 25 de Abril de 1974. Celeste, que trabalhava num restaurante em Lisboa, ao perceber a movimentação militar, decidiu distribuir os cravos aos soldados, que os colocaram nos canos das espingardas, transformando-os num dos maiores símbolos da Revolução do 25 de abril.

Algum desse associativismo formalizado em contexto de "25 de abril", tinha já antecedentes, em muitas aldeias portuguesas, em grupos de teatro, grupos de música de orquestra com grande ênfase nos anos 40 e 50 do século XX, muitas vezes designadas por Tunas, grupos de bandas filarmónicas, etc. (Vieira et al., 2021). Essencialmente na margem sul do Tejo, este associativismo era já muito estruturado e simbólico para as populações locais. Esse associativismo na Margem Sul do Tejo, antes do 25 de abril de 1974, refletia as especificidades socioeconómicas e culturais da região, marcada por

intensa industrialização, uma forte classe operária, as restrições impostas pelo regime do Estado Novo e uma consequente coesão social e formas de resistência cultural.

2. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA MARGEM SUL DO TEJO

A Margem Sul do Tejo, incluindo concelhos como Almada, Seixal, Barreiro e Moita, tinha características muito particulares que passavam por:

- Uma forte Industrialização: a região era industrializada, com grandes fábricas como a CUF, Companhia União Fabril, estaleiros navais e outras indústrias metalúrgicas e químicas. Isso levou ao crescimento de uma classe operária numerosa e organizada;
- Existência de uma Classe Operária: a presença de trabalhadores concentrados em grandes fábricas favorecia a formação de laços comunitários e de formas de resistência ao regime.
- Capacidade de resistência à Repressão: O Estado Novo considerava a região "problemática" devido ao potencial revolucionário da classe operária, especialmente a proximidade de movimentos comunistas e sindicais clandestinos.

Mas, apesar da vigilância e das restrições do regime, o associativismo na "Margem Sul" encontrava formas de se manifestar, mesmo que sob vigilância, ou, então, de formas mais estruturadas que permitiam responder indiretamente ao regime monolítico e repressivo da ditadura. Algumas dessas organizações passavam pela criação de associações culturais e recreativas; cooperativas e mutualidades e sindicalismo clandestino:

1. <u>Associações Culturais e Recreativas</u>

As associações culturais e recreativas exerciam papéis sociais muito diversificados. Muitas associações culturais, desportivas e recreativas funcionavam como espaços de socialização, mas também eram usadas para promover debates discretos sobre as condições de vida e trabalho. São exemplos dessas associações, as Sociedades Filarmónicas e Culturais, que eram grupos musicais, como filarmónicas e tunas, eram populares e podiam operar com relativa liberdade; os Grupos Desportivos e Recreativos, como o caso do Almada Atlético Clube, que serviam como pontos de encontro.

Embora a sua finalidade oficial fosse apolítica, esses espaços eram usados frequentemente para resistência, troca de ideias e mobilizações discretas.

2. Cooperativas e Mutualidades

Algumas cooperativas, como as de consumo ou de habitação, foram estabelecidas para ajudar os trabalhadores a enfrentar as dificuldades económicas de então. Originaram "cooperativas de consumo".

Grupos ligados ao apoio mútuo, como caixas de ajuda, eram formas de solidariedade operária e também de resistência cultural e deram origem às "Mutualidades".

3. Sindicalismo Clandestino

Apesar do regime proibir atividades sindicais, havia intensa atividade sindical secreta e clandestina, especialmente liderada pelo Partido Comunista Português (PCP).

Também o movimento operário da região organizava greves e protestos nas fábricas, mesmo sob repressão policial, o que fez emergir uma forte coesão social entre os trabalhadores das fábricas.

A Sociedade Recreativa Incrível Almadense (SRIA) é uma das mais emblemáticas instituições associativas da Margem Sul do Tejo, fundada em 1 de outubro de 1848, com uma história profundamente ligada à cidade de Almada e à vida cultural e social da região, tanto antes como depois do 25 de abril de 1974.

4. Repressão da subversão

A PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, vigiava de perto todas a associações. Qualquer sinal de subversão era duramente reprimido. Havia, assim, uma Vigilância Permanente tentando manter a norma do regime.

Como refere Michel Foucault, no âmbito da normalização das práticas sociais, embora explicitamente a propósito das prisões, o

> "Vigiar e Punir" significa um esforço para ajustar os mecanismos de poder que enquadram a existência dos indivíduos: significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento

> cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância; (Foucault, 1999, p.98).

Todas as atividades culturais e recreativas passavam por controlo prévio, dificultando manifestações explícitas de oposição. Havia a censura e mesmo o encerramento de associações. Os grupos suspeitos de atividades políticas eram impedidos de operar.

3. O 25 DE ABRIL E A TRANSIÇÃO PARA AS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A queda da ditadura com o 25 de abril de 74, potenciou, como dissemos de início, a assunção das associações como projetos não só lúdicos, desportivos, e recreativos, mas também como símbolos identitários (Vieira, et al., 2021, Viveiros, 2021), locais e regionais, de aldeias, bairros, regiões. A consciência da liberdade, pós-revolução dos cravos, a abertura da Lei e a possibilidade de poder contribuir para o desenvolvimento social e cultural das comunidades locais, potenciou a transição para associações mais organizadas, com eleições, com programas de intervenção cívica e sociocultural, e com estatutos publicados em Diário da República.

Buscando alguma síntese, e uma vez que comemoramos 50 anos pós 25 de abril de 1974, convém reter algumas transformações que se operaram ao longo dos últimos 50 anos no movimento associativo.

Dimensões	**Antes do 25 de abril**	**Depois do 25 de abril**
Associações ("autonomia")	Muito controladas	Autonomia e liberdade de ação, criação e recriação
Objetivos das Associações	Essencialmente, recreativas e muito controladas pelo Estado	Muito heterogéneas (exemplo das ARCD...) Recreativas, culturais, desportivas, mas também sociais, políticas (o caso dos partidos políticos) e sindicais...

Participação Cívica	Limitada a grupos ligados ao regime	Forte incentivação
Movimentos Sindicais	Proibidos fora do modelo corporativista	Sindicatos independentes e democráticos

Fonte: construção dos autores

O associativismo em Portugal passou, assim, por mudanças significativas antes e depois do 25 de abril de 1974, refletindo os contextos políticos, sociais e económicos do país.

O período anterior à Revolução dos Cravos foi marcado pelo regime autoritário do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar e, posteriormente, por Marcelo Caetano. Tratava-se de um regime repressivo, que restringia liberdades individuais, coletivas e associativas. E com um forte controlo estatal.

As associações estavam sujeitas à vigilância do regime. Apenas organizações alinhadas com a ideologia do Estado Novo, como as associações católicas e corporativas, tinham liberdade para operar. Outras, eram frequentemente perseguidas ou mesmo encerradas. As associações que eram permitidas, na sua maioria tinham caráter recreativo, cultural ou religioso. Sindicatos, por exemplo, só podiam existir dentro do modelo corporativista do regime, sendo proibida a organização sindical independente.

Apesar dessas restrições, associações culturais e recreativas, como grupos desportivos e filarmónicas, foram formas de resistência indireta, de preservação de laços comunitários e de algum desenvolvimento comunitário.

Com a Revolução dos Cravos, Portugal passou de uma ditadura para uma democracia, o que trouxe amplas liberdades políticas e sociais, incluindo o direito de associação:

a) Emergência de Liberdade Associativa.

A Constituição de 1976 consagrou o direito à liberdade de associação, permitindo a formação de organizações de todos os tipos, desde associações culturais até sindicatos independentes e partidos políticos.

b) Explosão Associativa**.**

Após a revolução, houve um aumento significativo de organizações civis: associações de moradores, coletivos culturais, movimentos estudantis e sindicatos floresceram como expressão da nova liberdade conquistada.

c) Sindicatos e Movimentos Sociais

O movimento sindical ganhou força, com a criação de centrais sindicais como a CGTP-IN e a UGT. Movimentos sociais, como associações feministas, ambientais e de direitos humanos, emergiram também com grande impacto social.

d) Descentralização e Democracia Participativa

As associações começaram a desempenhar um papel fundamental na construção da democracia participativa, envolvendo-se em processos de descentralização e desenvolvimento comunitário (Viveiros, A., 2021).

4. O CASO DO ARCUDA

Com base em relatos etnográficos e etnobiográficos, focamo-nos agora no processo de construção e desenvolvimento de uma dessas ARCD (Associações Recreativas, Culturais e Desportivas), na região de Leiria, seu historial, seu desenvolvimento estrutural, e também a decadência de algumas das suas valências para se fixar particularmente no futebol, abrindo espaço para a criação de outras associações especializadas, também elas oficializadas, à volta da aventura e desporto, música tradicional, etc.

Trata-se do ARCUDA – Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Albergaria dos Doze -, fundado em 10 de setembro de 1976, dois anos depois do “25 de abril”, a partir da fusão de outras associações anteriores a essa Revolução dos Cravos. Está sediada na freguesia de Albergaria dos Doze, no concelho de Pombal, distrito de Leiria.

A sua oficialização, com estatutos próprios, como ocorreu com tantas associações congéneres, resulta dessa abertura democrática e cidadã, concedida pela revolução do 25 de abril, e de uma vontade de maior afirmação regional, assente numa formalização em Diário da República.

O ARCUDA não só se oficializou como associação como, juntou, também, grupos essencialmente ligados ao futebol e ao teatro que, de modo informal, há anos que iam dinamizando a cultura do ócio (Caballo, 2021), o lúdico e o recreio da população da

aldeia (Vieira, A. e Vieira, R., 2021; Vieira, R. e Vieira, A., 2021). São os casos da ADA, Associação Desportiva de Albergaria, que teve como seu grande impulsionador e também treinador de futebol, o "sr. Silva da farmácia" que em 1935 foi viver para Albergaria dos Doze, deixando Lisboa, a sua terra natal. Foi primeiro presidente desta associação o Dr. Albino Rodrigues Costa, respeitado médico da aldeia. O campo de futebol onde nasceu, nos anos 90, um estádio com bancadas, designado por campo do Vale das Éguas, foi inaugurado em 1948. Anteriormente ao mesmo, os jovens da aldeia jogavam num baldio muito próximo do atual cemitério de Albergaria dos Doze.

Seguiu-se o GDA, Grupo Desportivo de Albergaria, pelos anos de 1968. Depois surgiu o UDA, união desportiva de Albergaria, formado por adolescentes de 13/14 anos, nos anos de 1973, justamente um ano antes da revolução de abril.

Para angariar fundos para as despesas correntes do futebol, os jovens de então organizavam, regularmente, bailes que enchiam os salões e garagens, quer com gente da aldeia, quer com jovens de regiões limítrofes. Apesar dessa atividade de lazer e de angariação de fundos, e de os bailes terem praticamente e desaparecido, mantendo-se praticamente um por ano, organizado este pelos adolescentes finalistas do 9º ano de escolaridade, o ARCUDA sobreviveu, essencialmente, dando vida hoje ao futebol em várias camadas etárias, encontrando para o efeito outros apoios como os patrocínios das empresas locais.

O ARCUDA – Associação Recreativa Cultural e Desportiva de Albergaria dos Doze – abarcou inicialmente diversas atividades tais como, a prática de ténis de mesa, futebol infantil e sénior, futebol feminino e futebol masculino, atletismo, ginástica, teatro, campismo, tiro aos pratos e música popular portuguesa. Esta última faceta da associação veio autonomizar-se como nova associação, com o nome de Grupo Etnográfico Canto da Terra, em 23 de março de 1987, numa busca pela sustentabilidade financeira e cultural, abalroada anteriormente por toda a logística associada ao futebol. Ainda assim, o Arcuda é a associação como mais história na aldeia. A que tem mais raízes profundas no tempo e a que mais se conseguiu aproximar das estruturas formais que caraterizaram a dinâmica das coletividades portuguesas pós 25 de abril. Necessariamente, o Arcuda continua hoje a não poder prescindir da carolice dos seus diretores e associados para levar a bom termo os seus projetos. E, como em muitas associações congéneres que chegaram ao século XXI, nesta como noutras aldeias, nem sempre é fácil encontrar

pessoas disponíveis para integrar os corpos sociais aquando das novas eleições. Apesar dessas dificuldades, e apesar de não ser, já, em termos práticos, a associação que sonhou em ser recreativa, cultural e desportiva – como de resto, aconteceu um pouco por todo o país com as ARCD (associações que proliferaram depois da Revolução dos Cravos em volta dos ideais da integração do recreio, ócio, cultura e desporto) – continua a envolver crianças, adolescentes, jovens e menos jovens, fundamentalmente no desporto e essencialmente no futebol.

Essa segunda transição/transformação, desta e de outras associações, assegura, ainda hoje, 50 anos pós 25 de abril, a manutenção de uma afirmação local e regional (Vieira e Vieira, 2021), e alimenta muita da escassa motivação para a localização residencial e profissional face ao crescente êxodo rural de muitas aldeias, consequência, também, da democratização do ensino e da possibilidade de muitas famílias rurais poderem ver os seus filhos a prosseguir estudos de âmbito superior, que os leva a partir para as grandes cidades ou para as cidades mais próximas, conforme o poder de compra e as classificações de acesso ao ensino superior.

Referências Bibliográficas

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir*. Editora Vozes.

Vieira, A. M., & Vieira, R. (2021). Cantando e rindo: Educação social, mediação intercultural, animação e desenvolvimento comunitário. In R. Vieira, J. C. Marques, P. Silva, A. M. Vieira, C. Margarido, & R. Matos (Orgs.), *Ócio, jogo e brincadeira: Mediação intercultural e intervenção social* (pp. 75–84). Afrontamento.

Vieira, A. M., Vieira, R., & Marques, J. C. (2024). Surgimento e desenvolvimento da pedagogia social nas escolas: O caso português. *Pedagogía Social - Revista Interuniversitaria, 44,* 103-115. https://doi.org/10.7179/PSRI_2024.44.06

Vieira, R., & Vieira, A. M. (2021). Da organização de uma exposição etnológica: O ócio e o lúdico na animação e desenvolvimento comunitário. In R. Vieira, J. C. Marques, P. Silva, A. M. Vieira, C. Margarido, & R. Matos (Orgs.), *Ócio, jogo e brincadeira: Mediação intercultural e intervenção social* (pp. 85–92). Afrontamento.

Vieira, R., Marques, J. C., Silva, P., Vieira, A. M., Margarido, C., & Matos, R. (Orgs.). (2021). *Ócio, jogo e brincadeira: Mediação intercultural e intervenção social*. Afrontamento.

Vieira, R., Pérez de Guzmán, V., Marques, J. C., Silva, P., Vieira, A. M., Margarido, C., Matos, R., & Santos, R. (Orgs.). (2023). *Teoria e prática da pedagogia social, da mediação intercultural e da intervenção social*. Edições Afrontamento.

Villar, M. B. C. (2021). Educar para o ócio: Um desafio comunitário. In R. Vieira, J. C. Marques, P. Silva, A. M. Vieira, C. Margarido, & R. Matos (Orgs.), *Ócio, jogo e brincadeira: Mediação intercultural e intervenção social* (pp. 17–26). Afrontamento.

Viveiros, A. (2021). *Homo ludens*, tempo livre e animação sociocultural: O lúdico como práxis comunitária. In R. Vieira, J. C. Marques, P. Silva, A. M. Vieira, C. Margarido, & R. Matos (Orgs.), *Ócio, jogo e brincadeira: Mediação intercultural e intervenção social* (pp. 119–132). Afrontamento.

PROMOÇÃO DA ETNOGRAFIA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Adélio David Oliveira Amaro[1]

[1]*Presidente do Centro do Património da Estremadura.*

Doutoramento em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional, FCSH, Universidade dos Açores.

RESUMO

A etnografia desempenha um papel fundamental na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva. Como método de pesquisa das ciências sociais, os estudos etnográficos permitem uma compreensão profunda das práticas culturais, crenças e modos de vida de diferentes grupos sociais, assim como fortalecer e preservar tradições, reforçar a identidade cultural de um povo, com realce para o que o torna único. Além disso, contribui para o respeito à diversidade e evita que culturas marginalizadas sejam extintas pela globalização ou por influências externas dominantes.

No território denominado "Alta Estremadura", região que nunca foi "formal", existem diversos grupos de folclore que afirmam manter vivas as danças, os cantares e os trajes típicos da região. Realizam iniciativas que, afiançam, buscam preservar a identidade local.

Este processo cultural que envolve a preservação e a representação das tradições populares é um processo de institucionalização de práticas culturais, muitas vezes adaptadas para apresentações públicas. Isso pode levar a uma versão estilizada ou romantizada das tradições…

PALAVRAS-CHAVE

Territórios; Etnografia; Folclore; Identidade

Promoção da Etnografia como fator de desenvolvimento local

São imensas as referências etnográficas, recentes, sobre a Alta Estremadura Portuguesa ou "Estremadura Alta" como chegou a escrever Alexandre Herculano (1810-1877), com base na Província da Estremadura anterior a 1936.

É um tema que dificilmente se esgota, tendo em conta que, além da imprensa local e até nacional do fim do século XIX e início do século XX (quase todos os concelhos tiveram periódicos nesta fase temporal), é possível recolher informação em vários livros, documentos, ilustrações e fotografias, onde os respetivos autores fizeram a descrição dos aspetos sociais, económicos e culturais da antiga Província da Estremadura.

Fará sentido defender a Alta Estremadura, de certa forma concebida nas décadas de 60 e 70 do século XX, como uma verdadeira identidade que o tempo esfumou perante a falta de iniciativas que parecem ter esgotado nos anos noventa do século XX, das quais nasceram, por exemplo, em 1993, o Centro do Património da Alta Estremadura (CEPAE) e a Associação Folclórica da Região de Leiria – Alta Estremadura (AFRL-AE), ou, em 1994 a Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura (ADAE)?

Neste aspeto, não se pode ignorar, bem pelo contrário, o trabalho desenvolvido pelos grupos de folclore, muitas vezes incompreendidos. Sem grandes recursos, vão defendendo a Alta Estremadura como hipotética região, através das recolhas que ao longo das últimas décadas vão dando alguns frutos. E, como tal, é fundamental aproximar, a estes, os historiadores, os musicólogos, os etnógrafos e, entre outros, as autarquias. São todos fundamentais para a criação da referida identidade. Só consolidando uma identidade, muito própria, se conseguirá atingir os objetivos que muitos apelam.

Se não defendermos a união da nossa base identitária nunca conseguiremos alcançar a identidade como Região, seja ela mais a Norte, a Sul ou a Oeste. Mas será a Alta Estremadura ou mesmo a Estremadura essa identidade?

Todavia, tanto Alberto Pimentel (1849-1925), nos dois volumes "A Estremadura Portuguesa" (1908), como Pinho Leal (1816-1884) no "Portugal Antigo e Moderno…" (1875) desenvolveram esse enquadramento histórico e social dos lugares ou localidades que visitaram e estudaram, assim como Leite de Vasconcelos (1858-1941) que angariou muita informação através de vários informadores, nos diversos volumes da "Etnografia Portuguesa", embora a vida não lhe tenha permitido coordenar os dez volumes publicados. Entre vários opúsculos e livros, estes autores nunca se referiram a uma região intitulada "Alta Estremadura". Além destes, muitos outros escreveram sobre a Estremadura, como João Maria Baptista (1810-1876), Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890), Júlio César Machado (1835-1890), Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1835-1908), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), Teófilo de Braga (1843-1924), Manuel Vieira Natividade (1860-1918), Armando Leça (1891-1977), Pedro Homem de Mello (1904-1984), Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990), Tomaz Ribas (1918-1999) e até mesmo Michel Giacometti (1929-1990) e Rodney Gallop (1901-1948), entre outros... Nunca escreveram "Alta Estremadura"!

Vivemos numa época em que os processos de globalização contribuem para aniquilar a memória coletiva e as tremendas transformações dos finais do século XX fizeram morrer, pouco a pouco, as vivências comunitárias.

Certo é que, em pleno século XXI, surge, cada vez mais, a necessidade de vincar as nossas raízes através da música, da dança, da linguagem, dos usos, dos costumes, do artesanato, da indumentária, dos brinquedos e principalmente da transmissão oral e escrita da nossa tradição, de forma a definir uma política etnográfica integrada.

A referência constante da importância da transmissão oral dos usos e costumes faz com que essa passagem de geração para geração ganhe relevo para os investigadores, sejam eles académicos ou curiosos dedicados, porque a memória dos usos e costumes se vai diluindo ou transformando no tempo, com a transmutação social, cultural e económica de uma determinada região.

É fundamental salvaguardar a memória coletiva de um povo, identificando-a, estudando-a e representando-a fidedignamente. Não confundir "povo" como camada de estrato social, mas "povo" como um conjunto de indivíduos de uma determinada região.

Desta forma, é complexo tentar identificar e limitar uma memória através de um período temporal, salientando a teoria do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), em "Memória Colectiva", onde defendeu que "os quadros colectivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas", porque, segundo Halbwachs, em plena década de 1920, "a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito"...

E é nesta procura temporal, para a identificação de uma época que defina a representação dos grupos de folclore, que se confunde Folclore com Etnografia no que concerne a essa referência temporal.

Etnografia, do francês "ethnographie", é a junção de dois vocábulos gregos: "Ethnos" (raça, cultura, povo) e "Graphein" (escrever, registar). O termo "etnografia" terá surgido em 1873 no "Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa", de Frei Domingos Vieira (Porto, 1871-1874) e pedindo ajuda ao conceito antropológico, também aqui se confundem as orientações que se pretendem evocar para a definição concreta de "folclore" e "etnografia", tendo em conta que não se podem confundir a antropologia social com a cultural.

A primeira é muito mais profunda e abrangente que a segunda. Esta última é uma das quatro áreas da antropologia geral, assim como a antropologia física, a arqueologia e a linguística.

Assim, o estudo do Homem e das sociedades são o caminho para encontrar a vertente cultural que define um conjunto de pessoas que vivem numa determinada região ou comunidade. Ora, se assim é, fica complicado determinar uma época concreta que identifique a representação dos grupos de folclore, até porque, o desenvolvimento social e económico foi mais rápido na zona urbana / litoral do país, fazendo com que determinadas práticas no interior do mesmo fossem diluindo no tempo de forma mais lenta.

Por isso, em Portugal é comum confundir "folclórico" com "etnografia", "colocando tudo no mesmo saco", como reza o ditado popular. Por isso, quando se fala de "folclore" no Brasil o conceito é totalmente diferente ao que é aplicado em Portugal. Falamos, comumente, em "folclore" para identificar as ações dos "grupos folclóricos", aos quais gosto de identificar de "grupos de folclore", pois a palavra "folclórico" está negativamente conectada ao corriqueiro.

Até porque, "folclore" é uma palavra que só apareceu em Portugal no ano de 1875, num artigo de F. Adolfo Coelho (1847-1919), publicado na "Revista Occidental" (II, p. 329), e foi Consiglieri (1851-1910) que tentou "nacionalizar" a referida palavra, oriunda do inglês (Folk-lore), no jornal "O Positivismo" (1880, p. 438, nota 1). Também Carolina Michaelis (1851-1925) a aplicou nas suas "Notas Vicentinas" (1920-22, IV, 406), mas nenhum deles com o intuito de identificar um grupo de folclore.

Etnografia é diferente. É uma vertente "auxiliar" da Antropologia "cujo objecto é o estudo, e a descripção dos diversos povos (…) Diz-se particularmente do conhecimento dos logares que as nações habitaram nas diferentes épocas da sua história", como grafou António de Morais Silva (1755-1824) no "Diccionario da Lingua Portuguesa", em 1890 (I, p. 863).

É neste sentido que não se pode confundir "folclórico" com "etnografia", tendo em conta que a segunda é um trabalho de campo que nada tem com os espetáculos de folclore que presenciamos nos dias de hoje. Trabalho esse, realizado por pesquisadores, que resulta no registo da dados e recolha de informação sobre o objeto / comunidade em estudo. E, é neste campo que surge o papel dos grupos de folclore. A eles se deve a

imensa recolha feita nas últimas décadas. Só que, na maioria dos casos, essa ação realizou-se sem metodologia, dando aso a muitos núcleos etnográficos que necessitam de inventariar, restaurar e conservar as peças recolhidas…

Para o Folclore absorver determinada informação que pretende estudar e apresentar, é indispensável criar uma base de trabalho, pesquisa e recolha de campo, incisiva na região que pretende representar, não se dissolvendo em áreas maiores ou em diversas comunidades, onde acabará por recolher mais e maiores influências culturais que depois de juntas podem desfigurar o que se pretende apresentar e representar.

É neste trabalho de campo que começa a Etnografia ao registar a vivência de um povo de uma determinada região, no que respeita às diversas vertentes dos seus significados e hábitos culturais. Todavia, a grande dificuldade para os grupos de folclore é a representação de uma determinada comunidade que já não existe, mas que permaneceu durante um determinado período na região onde o rancho está inserido. Um período que se situa entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, como muitas vezes é referido pelos próprios grupos de folclore. Uma parcela da história que foi cristalizada pelos grupos / ranchos através da respetiva representação…

A Etnografia obriga a um estudo no terreno em contato com uma comunidade, como se fosse um elemento da mesma, que no caso do Folclore essa comunidade, como os grupos a representam, já não existe, tendo de recorrer às vertentes de recolha e pesquisa oral e de alguma, muito pouca, documentação, seja ela em livros, jornais, fotografias, ilustrações ou iluminuras, correndo o risco de muita desta ser errónea ou destorcida da realidade, principalmente a oral, sendo importante cruzar a diversa informação recolhida para limar possíveis incorreções.

A base da pesquisa etnográfica obriga o investigador a um contato intenso e continuado com a cultura de um grupo para patentear a forma como se organiza, assim como os significados culturais e comportamento, e esse trabalho tanto pode ser referente ao século XIX como aos dias de hoje. Já no folclore só a primeira opção é válida, tendo em conta a forma como se organizam e se identificam.

E, para este tipo de pesquisa, etnográfica, assim como para o seu progresso como projeto de investigação, é crucial selecionar um caso e as situações de interesse, criando uma

um modelo conceitual, muitas vezes, inicialmente, é teórico, com a finalidade de orientar a pesquisa em causa e auxiliar na perceção da situação a estudar.

Após o estudo no terreno, no mínimo dois anos a conviver com a comunidade local, e consequente recolha de dados, estes devem ser analisados de forma a finalizar o processo inicial que desenvolveu a primeira base para a continuação da pesquisa e estudo do tema, do local ou da comunidade em causa.

Cada vez mais urge salvaguardar o património cultural imaterial e etnográfico, até porque, essa preocupação nasceu no último quartel do século XIX, entre grandes estudiosos e historiadores "futuristas" que sentiram a necessidade de registar e estudar os aspetos etnográficos, tanto da época em que viviam, assim como de gerações recentes anteriores – embora exista desde o século XVII a preocupação de estudar os costumes de diversas comunidades.

Entre muitos, Roberto Ivens (1850-1898), ao lado de Hermenegildo Capelo (1841-1917), na sua aventura que se transformou na travessia do continente africano, de Angola a Moçambique, fizeram uma recolha de informação tremendamente importante para entender parte daquele Continente.

Transportaram, ambos, os seus apontamentos, assim como as preciosas ilustrações, para o livro "De Angola à Contracosta", publicado em 1886, com a especial permissão do Rei D. Luís I (1838-1889) e com dedicatória ao povo português.

Este relato é, sem dúvida, um manancial informativo sobre os povos, usos, tradições, cultura, fauna e flora existentes naquela época (1884/1885) no continente africano.

Outro exemplo da preocupação pelo estudo etnográfico, entre muitos outros, aconteceu em 1893, através do punho de Teófilo de Braga (1843-1924), segundo Presidente da República Portuguesa, que obrigou a sua pena a escrever o prefácio dos três volumes dos "Cancioneiros de Músicas Populares", que tiveram a coordenação de César das Neves (1841-1920) e Gualdino Campos (1847-1919).

Num dos parágrafos, Teófilo de Braga, em pleno século XIX, parecia adivinhar o futuro e atual presente. Escreveu uma das grandes verdades que ainda hoje pauta na dança das ideias dos apaixonados pelo Folclore, pela Tradição e pela Etnografia: "...estes aspectos da Vida são um documento scientifico para penetrar o genio dos povos. Hoje mais que nunca, convém a Portugal estes estudos; porque na decadencia que por toda a parte nos ameaça, a revivescencia do genio nacional depende da vitalidade da sua tradição".

Não se podem ignorar as recolhas do tenente Francisco Dias (1907-1980) com as "Cantigas do Povo dos Açores", as de Luís Bernardo Leite de Ataíde (1883-1955), nos seus volumes "Etnografia Arte e Vida Antiga dos Açores".

Tem sido essa "tradição" que os ranchos e os grupos de folclore do nosso país têm dado a conhecer. A função de um rancho de folclore passa, também, pela realidade social, tendo de se adaptar a uma sociedade de transformação, nunca ignorando nem desvirtuando as raízes que representa e apresenta.

A professora catedrática Ana Paula Batalha no prefácio "Tradições, Danças e Andanças", de Isabel Varregoso (CEPAE / Folheto Edições), foi mais longe ao referir que "as relações que se processam entre a dança e a sociedade são fundamentais para a compreensão e eventual transformação da realidade social".

Os grupos e ranchos de folclore, além das atuações e desfiles etnográficos que têm promovido um pouco por todo o mundo, têm, também, desempenhado um papel fulcral na recolha de elementos sobre a tradição popular. E, fruto de tal, são os museus e núcleos etnográficos que se espalham pelo país e que merecem ser reconhecidos como um verdadeiro roteiro nacional da Etnografia, como já acontece em países como a Itália, Grécia, Brasil, entre outros.

Assim sendo, é primordial sensibilizar o poder político central que nas últimas décadas tem ignorado esse esforço, com a boa exceção de algumas autarquias locais, sublinhando o pensamento de Sousa Santos: "As culturas nacionais são uma criação do século XIX, e o Estado tem um papel muito importante nessa criação".

O folclore português não pode continuar a ser, para o poder central e algumas instituições com responsabilidade na área, o "parente pobre" da Cultura Nacional. Até porque, o folclore representa a tradição da qual faziam parte camponeses, agricultores, pescadores, pastores, entre outras nobres atividades, onde a indumentária passava pela casaca de mangas, pelo jaleco, pelas ceroulas de paninho, pela camisa de estopa ou de riscado, pelos nastros para os artelhos, pelo jaquetão ou guarda-pó, pelo fraque, pela carapuça, pelo barrete, pela saia de ombros, pelo manto, pelo capote, pelo lenço tabaqueiro, pela saia de riscadilhos, pela blusa de chita, pelas meias de cordão, pelos canos de lã, pelos tamancos, pelos sapatos e botas de atanado, para não ter que sublinhar, pelos pés descalços… Muita coisa está mal? Está. Muita coisa pode ser melhorada? Sim. Muito se tem fraguado ao longo dos anos? Sim. A maioria dos grupos

de folclore representa fidedignamente o fim do século XIX e início do XX, como muitos apregoam? Não. Que fazer? É a grande discussão…

Os grupos de folclore idealizaram ao longo dos anos, a partir dos anos 30 do século XX, um modelo de representação e apresentação, principalmente nas suas atuações, que está longe da realidade social do povo rural. Contudo, têm o mérito de tentar relembrar muitas das tradições. Este é fenómeno que António Ferro (1895-1956) desenhou para o país – a "folclorização" – cujas tradições culturais foram e têm sido apresentadas de maneira romantizada, simplificada ou distorcida, muitas vezes para acolher a interesses turísticos, comerciais ou ideológicos.

Em Portugal todo esse processo, tendo António Ferro como mentor, assim como os seus seguidores, permitiu desenvolver a criação de uma visão idealizada do passado, omitindo complexidades e mudanças naturais que ocorreram ao longo do tempo.

Foi criada uma versão única e imutável da apelidada "tradição", ignorando o facto de muitas culturas populares serem dinâmicas e que se vão moldando e mudando conforme as gerações. O folclore português, representado por imensos grupos, cerca de dois milhares ativos, dos quais 600 são federados, isto é, associados na Federação do Folclore Português, foi cristalizado com o pretexto de representar um imaginário do fim do século XIX e primeiras duas décadas do século XX, principalmente até ao início da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918). A ideia de António Ferro, consequentemente defendida pelo regime do qual fazia parte, com voz ativa, tinha como objetivo catequisar uma forma específica para ser vendida ou promovida perante a imagem a transmitir para o exterior do país, esquecendo a autenticidade, mas dando sempre a ideia de que a representação "criada" era a real e fidedigna reprodução da vida do povo rural do campo temporário atrás referido.

Todavia, ao longo dos séculos XIX e XX foram imensos os curiosos e os estudiosos que efetuaram recolhas que devem ser espalhadas pelo universo etnológico, etnográfico e antropológico.

Sabendo que o primeiro museu abriu ao público no século XVIII, em Londres (Inglaterra), não se pode esquecer o trabalho realizado pelos portugueses desde o último quartel do século XIX e principalmente todo o trabalho desenvolvido na segunda metade do século XX e primeiro quartel do século XXI pelos imensos grupos de folclore, tanto em Portugal como nas respetivas comunidades portuguesas espalhadas um pouco por todo o mundo.

Encontramos museus com a designação de «Etnográfico» em muitos países, principalmente na América Latina – Argentina, Peru, Equador, Bolívia, Panamá, Chile, Venezuela, Costa Rica, Uruguai, México e de forma muito fortalecida no Brasil.

Contudo, a mesma designação surge na Espanha, Grécia, Itália, Angola (Coleção Etnográfica no Museu do Dundo), Moçambique, Guiné-Bissau, Timor (Museu Nacional), Cabo Verde (Museu Etnográfico da Praia, na ilha de Santiago) assim como no Vietnam, entre muitos outros.

É no Brasil, por exemplo, que os primeiros documentários cinematográficos da cultura popular daquele país são realizados nos anos trinta do século passado com a orientação de Mário de Andrade (1893-1945), diretor do então departamento de cultura, atual Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, com o objetivo de realizar pesquisas de folclore no Noroeste e Norte daquele país, numa época em que o Brasil já tinha uma Sociedade de Etnografia e Folclore e um Museu Real mais do que centenário, fundado em 1818 por D. João VI (1767-1826).

Essa pesquisa, que teve Luiz Saia (1911-1975) como chefe de missão, resultou numa primeira filmagem, 19 segundos, do Carnaval do Recife, Estado de Pernambuco, em 1938. Depois, no mesmo ano, seguiram-se as seguintes filmagens: “Dança dos Praiás”, pelos índios Pancarus, no Município de Tacaralu, Estado de Pernambuco; “Dança do Côco”, considerada a dança dos pobres – sem instrumentos musicais, usavam as mãos para marcar o ritmo, embora em derivados desta dança tenham surgido alguns simples instrumentos musicais, na Praia de Tambaú, João Pessoa, Estado de Paraíba –; “Dança Dramática” pelos Cabocolinhos, índios Africanos, dança que representava cenas de caça e guerra, também no Estado de Paraíba e, entre outras, a dança “Rei do Congo”, Pombal, Estado do Paraíba, chamada de “Congada”, que geralmente representava uma guerra entre cristãos e mouros. No entanto, existem autores que lhe atribuem uma origem africana, representando uma guerra entre os negros e o colonizador branco, em busca de escravos em África.

É com o intuito de aplicar técnicas de salvaguarda que se devem concluir estudos sobre a Etnografia preservando e fazendo registos daquilo que resta da nossa “chamada” tradição ou tradições, antes de esta(s) desaparecer(em).

Em Portugal a etnografia de salvaguarda, de certa forma, foi encetada por Leite de Vasconcelos que a aplicou em estudos da linguagem, com relação implícita com a

Etnologia. Nessa continuação, também Viegas Guerreiro (1912-1997) fez pesquisa sistemática no terreno, em particular no domínio da tradição oral. Igualmente, Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990) e Jorge Dias (1907-1973) desenvolveram uma vasta recolha no terreno para o estudo e conservação. Com Margot Dias (1908-2001) e Benjamim Pereira (1928-2020), Veiga de Oliveira fez parte da primeira equipa pioneira que fundou o Centro de Estudos de Etnologia (1947) e renovou em Portugal os estudos etnográficos. A partir de 1963 teve um papel importante no Centro de Antropologia Cultural e sobretudo no Museu de Etnologia.

Similarmente, Jorge Dias, que foi docente na Faculdade de Letras de Coimbra, especializou-se na Alemanha e fez doutoramento na Universidade de Munique, com uma tese sobre Vilarinho das Furnas: "Uma Aldeia Comunitária".

Em 1957, fez levantamentos etnológicos nas colónias e tornou-se responsável pelo Centro de Estudos de Antropologia Cultural, que incluía o Museu de Etnologia do Ultramar, que deixou imagens relevantes de África.

No que se refere a Portugal a recolha efetuada nas décadas de 60 e 70 do século passado, por Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira, elementos da equipa que com Jorge Dias, Margot Dias, Fernando Galhano, entre outros investigadores, deu origem ao Museu Nacional de Etnologia, sendo que a referida recolha se resume às Galerias de Vida Rural daquele museu que contemplam os núcleos constituídos por coleções ilustrativas dos temas da Agricultura, Pastoreio, Tecnologias Tradicionais e Equipamento Doméstico na sociedade rural em Portugal.

Mas é, sobretudo, na década de sessenta no século XX que etnomusicólogos pioneiros começaram a valorizar o estudo pela Tradição em Portugal, como "Antologia da Música Regional Portuguesa (1960 / 1970)", da autoria de Michel Giacometti (1929-1990) e de Fernando Lopes-Graça (1906-1994), assim como o primeiro levantamento de música tradicional portuguesa por Armando Leça (1891-1977), ou então os Cancioneiros de Arouca, Cinfães, Resende, Beira Baixa, Beira Alta, Alentejo, Açores, Águeda e até os "Cancioneiro de Entre Mar e Serra da Alta Estremadura" e o "Cancioneiro da Região de Leiria", entre muitos outros, que se devem ao trabalho de campo de homens como Virgílio Pereira, Fernando Lopes-Graça, Ernesto Veiga de Oliveira, Armando Leça, António Oleiro (1898-1976), Manuel Artur Santos, José Travaços Santos, Gervásio Lima

(1876-1945), Rafael Machado, João Ilhéu (1896-1979) e o já referido Teófilo Braga, entre muitos outros.

Ora, se até existe um antropólogo, Guy Massart, que compara pesquisas desenvolvidas sobre Cabo Verde, Angola, Moçambique e a cidade britânica de Manchester, e se até existe em São Paulo (Brasil) um Museu Afro Brasil, por que não começar a desenvolver uma rede de Museus e Núcleos Etnográficos em Portugal, numa segunda fase com os países lusófonos, numa terceira fase com os países hispânicos e na fase final com os restantes Museus Etnográficos semeados pelo mundo?

A pátria mãe da museologia, a Grécia, chegou mesmo a criar a Rede dos Museus Gregos de Etnografia, sendo que a maior dificuldade encontrada se tratou da determinação do estatuto dos etno-museus, confrontados com a confusão que se gera quanto à determinação do museu etnográfico, do museu etnológico, do museu antropológico, do museu da vida ou arte popular.

O museu etnográfico não pode ser um espaço fechado dentro da região onde está inserido. Além de proporcionar à população o conhecimento da história da tradição local, além da pesquisa, da recolha, da classificação, da conservação, da preservação, da exposição, este deve desenvolver e incentivar a realização de programas e atividades etnográficas, tradicionais, no fundo, culturais, sempre com o sentido pedagógico junto da comunidade local e convidando as comunidades exteriores, elaborando, inclusive, projetos etnográficos temporários ou de longa duração, tanto no espaço do museu como para iniciativas itinerantes.

É capital promover intercâmbio de informação, tanto educacional e científica, no âmbito nacional e internacional, através de publicações e essencialmente criando veículos dentro do mundo virtual, seja com páginas na Internet ou até mesmo reproduzindo virtualmente o próprio museu. A divulgação na Internet, além da página própria, deve passar pelas páginas das autarquias e de outras instituições com quem se podem promover parcerias de divulgação.

A rede interna de museus, que já se pratica em alguns municípios, é indiscutível e turisticamente funciona bem, mas não se pode deixar de salientar a base de toda a Cultura que é a promoção da tradição e da etnografia.

Criar uma rede de museus etnográficos permite que o turismo específico desta área, assim como o turista comum, possa conhecer o passado de cada região onde está inserido o museu.

É importante catalogar a existência de todos os museus e núcleos etnográficos em Portugal para que se tenha ideia do que está a ser feito no país, nessa área, e para que se possa ter a rota da etnografia nacional que tão bem está representada pelo trabalho desenvolvido pelos muitos grupos de folclore.

É essencial criar uma base que fundamente de forma equitativa a constituição de novos museus etnográficos e a respetiva adaptação dos existentes, para que não exista repetição de temas e se possam desenvolver outros com novas temáticas.

Normalmente existe a tendência para os grupos de folclore constituírem museus etnográficos que representam a área territorial onde estão inseridos. Havendo um museu em determinada área com essas características, não faz sentido constituir outro ou manter mais que um numa região geograficamente pequena, mesmo em freguesias vizinhas. Nessa situação, é preferível criar outros espaços temáticos, de preferência relacionados com uma atividade que tenha sido característica dessa região.

Dando um exemplo, faz sentido criar o Museu Etnográfico da Telha, numa zona territorial onde tenham existido cerâmicas. Faz sentido criar o Museu Etnográfico do Sapateiro, do Calceteiro, do Ferreiro, da Tecedeira, do Moleiro, do Pastor, do Carpinteiro, do Mineiro, do Milho, do Trigo, da Beterraba, etc., etc.

Resumindo, cada região pode ter um museu etnográfico global, onde se consiga identificar os seus costumes, as suas tradições e as suas vivências e depois constituir museus temáticos e que não sejam tão genéricos, mas que possam apresentar uma determinada área etnográfica evitando a repetição e que seja um complemento museológico perante os já existentes.

Todavia, não se pode ignorar a existência de núcleos e mesmo museus particulares. Não são apenas os grupos de folclore que têm o dever de constituir museus etnográficos. O folclore é a mais-valia para a constituição dos mesmos, mas não é a unanimidade do conceito nem da respetiva estruturação e instrumentalização destes núcleos.

Contudo, seja quem for o proponente que constitua um museu, nunca deve ignorar os grupos de folclore em seu redor, visto que são estes que têm a maior recolha, mas que

necessita de ser estruturada, globalizada, partilhada e divulgada através da possível existência de uma rede de museus etnográficos.

Ora, a base para que um museu etnográfico possa ser um polo de atração turística começa na união de esforços entre as autarquias locais, os museus etnográficos, o setor turístico e o estudo e investigação académica, que trará rigor no trabalho a desenvolver, como sublinha Alexandra Rodrigues Gonçalves, da Universidade do Algarve, ao defender que "a partilha de conhecimento entre estes dois poderes – o turismo e os museus – será fundamental para o diálogo entre estas áreas".

É importante sensibilizar os agentes turísticos de que o futuro da indústria do Turismo vai além dos recursos ambientais e monumentais, sendo que a promoção e divulgação do património etnográfico também poderá ser um elo importante na promoção de uma região ou mesmo do país. Esta ideia foi defendida por Jansen-Verbeke, em 1999, ao salientar que "o património cultural contribui para um ambiente favorável para a incubação e desenvolvimento de projectos turísticos, que podem criar condições para a inovação e diversificação dos produtos turísticos e dos destinos, respondendo a novas necessidades do mercado turístico".

Por outro lado, Ashworth considera que se deve ter em conta que "a natureza do conceito de cultura confere-lhe alguma ubiquidade, pois todos os locais têm uma história e um passado. É difícil definir estratégias assentes em recursos culturais e patrimoniais naqueles locais que não reúnam condições de verdadeira distinção".

Ashworth defendeu, também, em 1995, que "os produtos e serviços culturais possuem uma grande variedade de utilizadores para além dos turistas e servem uma grande variedade de funções para além do turismo".

Cada vez mais o turista procura o museu simples, com linguagem prática, que defenda e apresente as raízes do povo, fugindo do museu ultra erudito e que por vezes apresenta uma linguagem demasiadamente elitista.

Os museus etnográficos têm de fazer parte da agenda nacional, criando hábitos que anualmente sejam reconhecidos. As atividades etnográficas não devem ser apenas para a comunidade local, mas sim angariadoras de visitantes extra região.

No entanto, para maior credibilidade do museu é fundamental que o mesmo passe pelo processo de credenciação de forma a alcançar o reconhecimento oficial da qualidade técnica, fazendo sentido ao Despacho Normativo n.º 3/2006, apresentado sob a tutela

do Ministério da Cultura, onde se encontram os requisitos para a valorização e reconhecimento. Até porque, os museus etnográficos são alheios, na sua maioria, ao mecenato e vivem numa gestão restringida por questões financeiras, administrativas e legais que dificultam o desejado processo de promoção com desempenhos de qualidade. Estes não têm objetivos lucrativos e resultam da disponibilidade gratuita de muitas pessoas, na sua maioria ligadas ao folclore.

O próprio Stephen Weil, em 2002, admitiu não ser fácil introduzir e aplicar conceitos de negócios no sector dos museus, podendo os mesmos entrar em conflito com o Turismo, enquanto entidade. Por isso, se torna evidente a necessidade de se desenvolver o já referido plano de programação anual que obedeça a padrões de qualidade, ombreando com outras ofertas de lazer e cultura.

É certo que os museus e núcleos etnográficos têm uma capacidade de gestão reduzida no que concerne aos recursos económicos e humanos. Esses recursos, na sua maioria, são apenas, e com grande sacrifício, direcionados para os gastos correntes do funcionamento dos serviços. Urge criar mecanismos interativos e que a visita ao museu seja tranquilizante, alegre e que se transponha como núcleo de sociabilização, sem usurpar a dignidade da representação etnográfica.

Até porque, como sublinhou Alexandra Gonçalves: "o museu não deve ser um mero local onde estão depositados materiais, que funciona como centro de investigação e apenas visitado por uma minoria, mas deve ser perspectivado como «um núcleo de projecção cultural e social, com uma contínua e decisiva função didáctica e com uma aproximação viva à cultura»".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, M., Fernandes, J. M. (1987). *O homem e o mar: o litoral português*. Círculo de Leitores.

Almeida, R. (1965). *Manual de coleta folclórica*. Rio de Janeiro.

Amaro, A. (2016). Rancho da Região de Leiria, Memórias Fotográficas. Rancho da Região de Leiria.

Amaro, A. (2016). Rancho Folclórico Luz dos Candeeiros, Arrimal, Memórias Fotográficas. Rancho Folclórico Luz dos Candeeiros.

Amaro, A. (2016). Rancho Rosas do Lena, Rebolaria, Memórias Fotográficas. Rancho Rosas do Lena.

Amaro, A. (2017). Rancho Típico de Pombal, Memórias Fotográficas. Rancho Típico de Pombal.

Amaro, A. (2017). Rancho Folclórico Flores de Verde Pino, Coimbrão, Memórias Fotográficas. Rancho Folclórico do Coimbrão.

Amaro, A. (2017). Rancho Folclórico da Barreira, Memórias Fotográficas. Rancho da Barreira.

Amaro, A. (2017). Rancho Folclórico de Pedreiras, Memórias Fotográficas. Rancho de Pedreiras.

Amaro, A. (2017). Rancho Folclórico dos Soutos, Caranguejeira, Memórias Fotográficas. Rancho Folclórico dos Soutos.

Amaro, A. (2018). Rancho Folclórico do Freixial, Arrabal, Memórias Fotográficas. Rancho do Freixial.

Amaro, A. (2019). "Etnografia da Alta Estremadura 1". Ed. autor.

Baldaque da Silva, A. A. (1891). Estado Actual das Pescas em Portugal. Imprensa Nacional.

Baltazar, M. G. A. A. (1962). O concelho de Peniche. Faculdade de Letras de Lisboa.

Baptista, C. M. M., Clímaco, T. P. F. (1998). Traje Tradicional da Estremadura Portuguesa, Contributos para a sua Caracterização. Museu Municipal de Bombarral.

Baptista, J. M. (1876). Chorographia Moderna do Reino de Portugal. Volume IV. Typographia da Academia Real das Sciencias.

Barosa, I. V. (1860). As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem Brasão d'Armas. V. 1 e 2. Typographia do Panorama.

Benevides, F. F. (1890). Relatório sobre as Escolas Industriais e Profissionais na Exposição Universal de Paris de 1889. Imprensa Nacional.

Brandão, R. (1986). Os Pescadores. Editorial Comunicação.

Calado, M. (1968). Peniche na história e na lenda. 2.ª edição revista e aumentada.

Calado, M. (2003). História da Renda de Bilros de Peniche.

Carvalho, C. (1908). A Língua e a Arte em Portugal. Antiga Casa Bertrand.

Carvalho, L. (2008). Fios que tecem a cidade, História da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875-1998). Município de Alcobaça.

Castilho, A. M. (1858). Almanach de Lembranças Luso-Brasileira para o Anno de 1859. Imprensa de Lucas Evangelista.

Castilho, A. M. (1859). Almanach de Lembranças Luso-Brasileira para o Anno de 1860. Imprensa de Lucas Evangelista.

Castilho, A. M. (1864). Almanach de Lembranças Luso-Brasileira para o Anno de 1865. Imprensa de Lucas Evangelista.

Chagas, M. P. (1875). Fóra da terra. Livraria Internacional.

Cortesão, J. Z. (1930). Os Factores Democráticos na Formação de Portugal.

Delgado, J. F. N. E. (1882). La grotte de Furninha à Peniche, in Compte Rendu du Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique.

Elyseu, J. D. N. G. (1868). Esboço Historico do Concelho de Villa Nova de Ourem. Typographia Universal.

Felgueiras, G. (1940). In Feira da Ladra. Tomo Nono, n.º 1.

Figueira, P. C. C. (1865). *A Indústria de Peniche*. Imprensa Nacional.

Giacometti, M. (1981). *Cancioneiro Popular Português*. Colaboração de Fernando Lopes-Graça. Círculo de Leitores.

Henriques, A. C. S. (2010). No princípio estava o mar. Peniche: O Património Cultural, o Turismo e o Mar. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Norberto Pinto Santos. Coimbra.

Leal, A. P.. (1875). Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas, e Freguezias de Portugal de Grande número de Aldeias. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia – Volumes Sexto e Sétimo.

Leal, J. (2000). Etnografias Portuguesas (1870-1970), Cultura Popular e Identidade Nacional. Publicações Dom Quixote.

Machado, J. P. (1977). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Livros Horizonte.

Machado, J. C. (1862). Passeios e Phantasias. Editor José Maria Correia Seabra.

Machado, J. C. (1862). Scenas da minha terra. Editor José Maria Correia Seabra.

Machado, J. C. (1880). A Vida Alegre (Apontamentos de um Folhetinista). Livraria Editora de Mattos Moreira & C.ª.

Machado, J. C. (1889). Contos ao Luar. Livraria de António Maria Pereira.

Maduro, A. V. (2010). Personalidades alcobacenses 2 – Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães (1829-1898).

Magalhães, M. M. C. (1941). Tecnologia de bordados e rendas: ensino técnico. Livraria Popular de Francisco Franco.

Mello, P. H. (1971). Folclore. Ática.

Monteiro, A. (2003). O Trajo Nazareno. Centro de Estudos Nazarenos.

Peixoto, R. (1990). Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa). Organização, prefácio, notas e bibliografia de Flávio Gonçalves. Publicações Dom Quixote.

Peixoto, L. C. (1994). Peniche: 100 anos através da fotografia.

Pimentel, A. (1908). A Extremadura Portuguesa. Vols. I e II: Empreza da Historia de Portugal Sociedade Editora.

Pimentel, A. (1888). Chronicas de Viagem.

Pimentel, A. (1875). Homens e datas.

R, T. (1983). Danças Populares Portuguesas. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação e das Universidades.

Ribeiro, A. (1924). in Guia de Potugal. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ribeiro, J. D. (1908). Memorias de Turquel. Livraria Figueirinhas – Editora.

Santos, J. T. (1980). Alguns aspectos da Etnografia do Concelho da Batalha. Separata dos Cadernos da Vila Heróica.

Santos, J. T. (1994). Usos e Costumes da Alta Estremadura. Comunicação no Colóquio da Federação de Ranchos Folclóricos do Concelho de Leiria.

Santos, J. T. (2007). Etnografia da Alta Estremadura – breve introdução. Centro do Património da Estremadura (CEPAE).

Sardinha, J. A. (2000). Tradições Musicais da Estremadura. Tradisom.

Simões, A. A. C. (1860). Topographia Medica das cinco Villas e Arega. Imprensa da Universidade.

Sousa, J. S. (1992). José Leite de Vasconcelos 50 anos após a sua morte (1941-1991). In Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Varregoso, I. (2007). Tradição, Danças e Andanças. Centro do Património da Estremadura (CEPAE).

Vasconcelos, J. L. (1920). Boletim de Etnografia. Museu Etnológico Português. Imprensa Nacional.

Vasconcelos, J. L. (1928). Opusculos. Imprensa da Universidade. Coimbra.

Vasconcelos, J. L. (1982). Etnografia Portuguesa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Vol. V.

Veiga de Oliveira, E., Galhano, F., Pereira, B. (1991). O Linho, Tecnologia Tradicional Portuguesa. Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos de Etnologia.

Parte V

Política, Território e Direito à Habitação

A DIMENSÃO SOCIAL DO PODER LOCAL NOS 50 ANOS DE ABRIL

Manuel Menezes

Instituto Superior Miguel Torga; UID ICNOVA

RESUMO

A Constituição da República de 1976 consignou como atribuição das autarquias a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas. Logo, consagrou como atribuição municipal genérica a intervenção em matéria de políticas sociais. Neste capítulo, estando cientes de que as atribuições dos municípios e das freguesias na esfera social no mesmo processo em que delimitam o seu campo de intervenção, influenciam a criação de serviços sociais e a expansão do campo e das práticas do Serviço Social no Poder Local, refletimos sobre o modo como as possibilidades – legais – de intervenção municipal na esfera social contribuíram para a satisfação das necessidades sociais experienciadas pelos munícipes e fregueses, a melhoria do seu bem-estar e para o desenvolvimento sustentado da comunidade na sua totalidade. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem de cariz qualitativo, recorrendo, por um lado, (i) a uma revisão sistemática e consistente da literatura especializada disponível em bases de dados científicas, e (ii) à análise da legislação que tem vindo ser produzida no âmbito da descentralização administrativa da administração central para a administração local autárquica. Por outro, ao método etnográfico por via do contacto que, em permanência, temos mantido ao longo dos anos com assistentes sociais a desempenhar funções em autarquias. Os resultados mostram, por um lado, como no decurso de cinco décadas, o Poder Local, em geral, e o Serviço Social, em específico, contribuíram para uma profunda transmutação dos territórios, melhores condições de vida e a promoção do bem-estar das populações aí residentes. Por outro, evidenciam a emergência e expansão do espaço profissional no âmbito autárquico. O Serviço Social, tem ocupado um lugar cada vez mais importante nas autarquias, desempenhando um papel fundamental e indispensável na concepção e implementação de políticas sociais promotoras da qualidade de vida, do bem-estar e da cidadania das populações.

PALAVRAS-CHAVE

Poder Local; Descentralização; Atribuições/Competências; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O cinquentenário de abril é uma efeméride que convoca reflexões, sempre instigantes, sobre os percursos percorridos por todos nós em geral e, no caso em concreto, pelos mais variados atores e organizações da sociedade civil que, no local, nas distintas comunidades portuguesas, desempenharam um papel fundamental, enfrentaram desafios, moveram os escolhos com que se iam deparando, contribuindo, dessa forma, para o progresso, a melhoria das condições de vida dos munícipes e fregueses das

diferentes autarquias portuguesas. De entre esses diferentes atores, focamo-nos nos assistentes sociais, pois qualquer reflexão sobre a dimensão social do Poder Local revelar-se-ia iníqua se descurasse o agir quotidiano desses profissionais e a importância em crescendo que o Serviço Social adquiriu de 1974 em diante.

Em paralelo com o referido, buscar-se-á desenvolver algumas exegeses sobre o Poder Local em si, apreendido como uma das mais genuínas concretizações do Portugal democrático, bem como sobre as mediações que, desde os exórdios de abril até ao presente, foram perpassando a esfera social. A análise da transferência paulatina de atribuições[69] nas áreas da saúde, habitação, educação e ação social, no mesmo processo em que nos permite aferir o grau de autonomia administrativa das autarquias, informa-nos também sobre o modo como a intervenção camararia na esfera social se foi efetivando. Sabendo que as atribuições das autarquias nas áreas enunciadas delimitam (i) o espaço dentro do qual das autarquias locais podem intervir, e o (ii) o campo de atuação do Serviço Social, a análise e problematização das mesmas desvela as mediações que têm vindo a influenciar o agir dos assistentes socais no decurso do processo alargado de democratização e, consequente, desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Resumindo, no presente capítulo visa-se dar conta do movimento gradual de descentralização. Analisa-se transferência progressiva de competências sociais para as autarquias locais em interligação com as práticas dos assistentes sociais, destacando o papel fundamental do Serviço Social na promoção e desenvolvimento do espaço local.

1. POTENCIALIDADES DOS TERRITÓRIOS E A LOCALIZAÇÃO DO SOCIAL

Retomando algumas das reflexões desenvolvidas noutras obras (Menezes, 2001a, 2002), gostaríamos de aduzir alguns argumentos a favor do local. Em nossa opinião as autarquias têm potencialidades para assumir um papel assaz importante tanto no que

[69] De entre as vantagens associadas à distribuição da satisfação das «necessidades coletivas» por entidades de diferente grau, podemos salientar, entre outras, (i) a aproximação do processo decisional às populações interessadas e (ii) a adoção de processos mais flexíveis e adaptáveis às realidades locais. Dado não dispor do monopólio da prossecução dos interesses públicos (Caupers, 1994), ao Estado caber-lhe-á então a prossecução de atividades que visem a satisfação de necessidades mais globais, ficando para as autarquias a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. Isto é, a prossecução dos mesmos, deve ser atribuída a entes públicos de base territorial, porque, são eles, que estão em melhor situação, para gerir as questões locais.

ao desenvolvimento local diz respeito, como relativamente à esfera social, constituindo-se, desta forma, como uma expressão significativa das necessidades sentidas ao nível local.

Esta reflexão é tão mais importante, quando constatamos que, apesar de habitarmos um mundo cada vez mais globalizado, na denominada aldeia global, o local não tem sido esquecido. Bem pelo contrário, os apelos à comunidade cresceram nos últimos anos[70]. Porquê? Em grande medida, devido à constatação da existência de uma globalização de face dupla (solar/lunar), mediada por dinâmicas globais/locais que interagem "criando e recriando identidades globais e locais" (Peruzzo et al., 2009, p. 139). Dinâmicas complexas, perpassadas por lógicas distintas mediadas por interesses diversos. Apesar de existirem pontos de contacto entre as duas dimensões, por norma, os interesses globais são estranhos aos interesses locais. Daí decorre a constatação da existência, na experiência atual, de todo um conjunto de problemas graves, engendrados globalmente, e aos quais temos de responder localmente.

Por outras palavras, a inscrição espacial dos fenómenos sociais culturais e económicos, encontra-se eivada de negatividade. O hiato existente entre o global e o local conduz a que todo um conjunto de decisões que, direta ou indiretamente afetam o local, sejam tomadas sem as comunidades locais serem chamadas a participar nas resoluções que influenciam os seus destinos. Quer dizer, as mediações presentes na globalização produzem problemas em determinados territórios que, por sua vez, terão de ser resolvidos, única e exclusivamente, pelos residentes desse mesmo território – os produtores das causas são distintos dos que têm de se haver com os efeitos.

Ante um cenário com estas características, Bauman (2005) alerta-nos para os perigos associados à aceitação acrítica do tão em voga: "pense globalmente, aja localmente", pois, em sua aceção, "não há soluções locais para problemas gerados globalmente" (2005, p. 94-5). Nós, não sendo tão radicais, diríamos – *raramente* há soluções locais para questões engendradas à escala global. Todavia, os problemas estão aí, e têm de ser

[70] Na aceção de Ruivo (1991), erramos se aprendermos o fenómeno como um processo de sentido único. A par da desterritorialização, encontramos um movimento de revalorização do território, marcado pela "procura-construção de raízes, consolidação-reconstrução de imagens, longa viagem à descoberta da personalidade das nações e identidade dos locais. Apesar das tendências unificadoras e massificadoras em determinadas áreas da vida social, cada unidade espacial - nação, região, local - apresenta um conjunto de especificidades e um conglomerado de características que marcam as diferenças e revelam determinada individualidade" (1991, p. 190).

enfrentados. Assim, interessa perceber como poderemos agir tendo em vista o minorar dos mesmos. Quais as estratégias possíveis de ação? Qual a melhor forma de, localmente, responder aos "problemas colocados pelas crises económicas, tecnológicas, ambientais e políticas" (Amaro, 2009, p. 108). E, mais recentemente, pela conjuntura de permacrise derivada da pandemia da COVID-19, seguida pela invasão da Ucrânia pela Rússia e, consequente, crise do custo do custo de vida.

A resposta a estas questões terá de passar necessariamente por uma revalorização do território e dos sujeitos que nele habitam. Valorização essa, que não pode descurar, como é lógico, as interdependências estabelecidas entre as várias territorialidades e destas com os quadros mais vastos. Isto é, o local faz parte de uma macroestrutura que o influencia e no seio da qual ele vai assumindo ciclicamente um papel mais ou menos relevante. Logo, o advogar da transferência de atribuições deve, por um lado, sustentar-se numa leitura equilibrada, coerente, de modo a evitar radicalismos municipalistas ou bonapartismos centralistas (Veneza et al., 1988). E, por outro, sem esquecer os problemas[71] que lhe são inerentes, realçar as virtualidades associadas ao processo. Só desta forma será possível pensar, conceber e almejar a consubstanciação de uma governança local inovadora, comprometida com a comunidade e ideia de o exercício do poder dever ocorrer onde estão as pessoas. É aí que podem surgir, como pontos fortes, a proximidade, as parcerias, o envolvimento dos diferentes atores, visando a realização de um trabalho integrado.

Sabendo que é no local que o real se torna próximo[72], em primeiro lugar, podemos enunciar um conjunto de características indiciadoras das potencialidades do local na resolução de problemáticas várias. O território permite, entre outras, (i) uma melhor identificação dos problemas; (ii) dar uma resposta mais adequada às situações e/ou grupos marginalizados; (iii) uma mobilização/aproveitamento mais efetivo dos recursos; (iv) estimular as capacidades de iniciativa, (v) mobilizar e sensibilizar as populações; (vi) a articulação entre a dimensão quantitativa e qualitativa do desenvolvimento; (vii) o

[71] Sobre este aspeto pode-se cf. Hespanha (2008).

[72] Só um poder de proximidade é capaz de conhecer as preocupações e os anseios dos cidadãos. A proximidade, o conhecimento e a agilidade para enfrentar as problemáticas presentes e futuras traduzem-se em vantagens para o local. Convém, no entanto, ter presente o efeito condicionador da proximidade/familiaridade, i.e., "nem sempre a proximidade corresponde a uma maior consciência das necessidades e das oportunidades locais por falta de distanciamento face ao que é familiar" (Hespanha, 2008, p.8).

aparecimento de redes de solidariedade informais e de partenariado; (viii) a aproximação a novas formas de democracia mais participada[73]; (ix) a consideração do respeito pela diferença (Amaro, 1992, p. 17-8; cf. Caupers, 1994, p. 244; Amaral, 1996, p. 695-6).

Em segundo lugar, salientando a relação de proximidade entre os autarcas e as populações, sabemos que a acção descentralizada facilita a gestão das políticas e contribui para uma melhor adaptação às necessidades a serem respondidas no território local. Logo, as interconexões entre políticas e territórios, pressupõem, no momento da sua conceção, a presença da dimensão local e a necessária flexibilidade[74]. É nesse espaço que as políticas, ao serem implementadas de forma adequada às realidades aí existentes, vão adquirir um verdadeiro sentido e um significado real.

Considerando as idiossincrasias, as políticas de âmbito local devem ter subjacente uma lógica de discriminação positiva de populações e territórios. Visando erradicar, atenuar experiências de pobreza/exclusão, apostam na mobilização, envolvimento, corresponsabilização dos diferentes atores presentes no terreno (Alves, 2012). Em suma, as políticas sociais públicas terão de ser repensadas enquanto políticas heterogéneas, territoriais, e participativas, onde o poder local surja como

> um locus privilegiado da expressão das necessidades e aspirações, como importante sede para uma mais apropriada integração e definição do perfil das políticas sociais públicas, como a mais real oportunidade de controlo e construção democrática das acções e decisões do governo (Branco, 1992, p. 19).

Sem descurar as mediações complexas presentes no processo, e estando cientes dos contributos do poder local, no decurso dos cinquenta anos de democracia, para a

[73] A conexão da descentralização com o exercício da cidadania, permite a constatação dos impactos da primeira sobre a segunda: a descentralização é uma via por intermédio da qual os munícipes podem participar mais ativamente na defesa dos seus direitos. A este nível o Serviço Social também tem uma palavra a dizer. Um dos desafios que se lhe coloca passa por ser capaz de promover a descentralização do exercício do poder, facilitando a passagem do individual ao coletivo. Criando espaços públicos de debate que permitam a apropriação, consciencialização das necessidades concretas da população, não enquanto problemas particulares, mas como problemas coletivos.

[74] A territorialização, subentendendo o diagnóstico e a identificação de soluções mais adequadas à diversidade e especificidades locais, pressupõe mudanças significativas. A concepção, implementação, monitorização e avaliação das políticas sociais, implica uma mudança de escala, a passagem de uma dimensão nacional, central para uma dimensão local (Rodrigues, 2008; Bento, 2016).

liberdade, desenvolvimento, melhoria das condições de vida e mais justiça social, podemos concluir que a descentralização de competências para as autarquias se constituiu como uma via para a diminuição da não efetivação de direitos sociais e económicos. O Poder Local não renegou o seu papel. Ao compararmos o que existia à época, com a realidade de hoje, o balanço é extremamente positivo. O Portugal de hoje é, sem qualquer dúvida, um país melhor do que o dos exórdios de 1974. E, para isso, muito contribuiu a ação de milhares de autarcas que, eleitos democraticamente a partir de 1976, ao longo de meio século agiram, em maior ou menor grau, em prole dos interesses próprios das populações respetivas.

2. SERVIÇO SOCIAL AUTÁRQUICO: UM CAMPO PROFISSIONAL EM PROL DA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A história do serviço social[75] autárquico é recente, confunde-se com o cinquentenário que estamos a celebrar neste ano de 2024. Emergiu e foi-se escrevendo a par com a consolidação da democracia, as expetativas, em crescendo, quanto às potencialidades de ação do poder local, a necessidade sentida de criar dentro das autarquias novos serviços com profissionais especializados, capazes de diagnosticar e responder adequadamente aos problemas presentes nas comunidades. Caminhou a par com a, progressiva, descentralização de atribuições conexas com a intervenção social das autarquias.

Logicamente, os problemas não surgiram somente após a Revolução de Abril. Então, interessa perceber o porquê de as autarquias, só a partir de 1974, sentirem necessidade de recorrer ao Serviço Social. A razão principal para a não contratação anterior, prende-se com os condicionalismos experienciados pelas autarquias durante o período negro dos 48 anos ditatoriais[76].

[75] A análise do contexto institucional onde as práticas profissionais se desenvolvem, enquadra-se no âmbito de um dos campos temáticos da história do Serviço Social, i.e., o processo de institucionalização profissional (Netto, 1994).

[76] Durante o Estado Novo, a intervenção camarária na esfera social foi, não só devido a todo um conjunto de mediações políticas, administrativas e financeiras, como também à menor sensibilização dos autarcas e caciques locais, uma intervenção evanescente. Quanto ao Serviço Social, a intervenção, plasmando "uma prática assistencialista, com uma acentuada carga moral, inspirada no moralismo cristão, contribuía para a difusão da ideia de que a análise/intervenção perante as várias problemáticas sociais só subsidiariamente caberia ao Estado, enquanto, a existência de uma vinculação iniludível à Igreja Católica, propugnava a legitimação da profissão" (Menezes, 2001b, p. 118).

Com o 25 de Abril de 1974, a situação modificou-se radicalmente, em grande medida, devido ao dinamismo adquirido pela sociedade civil. Mais consciente dos seus direitos, volveu-se mais reivindicativa, em especial no respeitante à resolução de problemas relacionados com a falta de habitação – um problema que, ainda hoje, passados todos estes anos, continua a ser vivenciado por milhares de famílias portuguesas.

Em suma, as transformações sociais ocorridas durante o período pós-revolucionário, criaram as condições que passaram a exigir a consubstanciação do Serviço Social enquanto serviço camarário[77] e dos assistentes sociais como agentes mediadores entre os munícipes e a instituição, assumindo funções anteriormente desempenhadas pelos Presidentes das câmaras municipais.

O contexto da génese do Serviço Social autárquico, foi marcado por algumas transmutações profissionais decorrentes deste viés de intervenção. Isto é, "durante este período, ao nível da prática profissional, podem se resgatados dois vieses de actuação, por um lado, encontramos uma prática institucional e, por outro, um desempenho profissional no âmbito dos programas habitacionais" (Menezes, 2002, p. 64). A primeira, não obstante a parca renovação que a caracterizava, volveu-se importante dado sinalizar um novo campo de intervenção, i.e., o serviço social autárquico. Quanto à segunda, a sua importância foi maior, dado ter contribuído para o desenclausuramento da prática. O trabalho desenvolvido no quadro dos programas habitacionais, evidenciando uma reconceptualização profissional, o desejo de rutura ideológica com toda e qualquer referência ao passado (e.g. recusa do assistencialismo, caridade, ideário católico), fomentou a consciencialização da necessidade de se promover uma profissão junto, para e com as pessoas e a efetivação dos seus direitos.

Essa nova atitude, para com os problemas vivenciados pela população e a forma de trabalhar os mesmos, conduziu, ainda que lentamente, ao aparecimento de um novo espaço profissional. Apesar de a mesma se perpetrar fora das instituições, estas, constituindo-se como suportes da prática profissional, acabariam por resgatar os novos referenciais da profissão, permitindo a hipostasiação dos mesmos, encetando, em

[77] Ao contratar duas assistentes sociais em outubro de 1974, a câmara municipal de Coimbra constitui-se como o polo difusor do Serviço Social nas autarquias da Região Centro. A contratação, em regime de destacamento um dia por semana, foi justificada no Livro de Actas de Vereação, de 15 de maio de 1974, com os argumentos da exiguidade dos quadros autárquicos e o desconhecimento, por parte dos membros da Comissão Administrativa, dos assuntos técnicos e administrativos inerentes à gestão dos bairros.

consequência, o desenvolvimento desse novo campo profissional que foi o serviço social autárquico (Menezes, 2001b).

Ainda que de modo necessariamente sinótico, ao buscarmos encetar uma análise da evolução do espaço profissional nas autarquias portuguesas, deparamo-nos com um percurso complexo que exigiu um esforço acrescido dos assistentes sociais no sentido da sua conquista e reconhecimento. Diacronicamente podemos falar em quatro espaços-tempo marcados por representatividade, reconhecimento e valorização em crescendo das práticas profissionais.

Um primeiro momento, que vai de meados dos anos 70 a meados dos anos 90, foi marcado, inicialmente, por um claro desconhecimento, subvalorização da intervenção. Predominavam imagens, representações associadas à caridade, assistência – os técnicos que resolviam os problemas dos pobrezinhos. Sem funções claramente definidas e com parca margem de manobra, a conquista do espaço e da sua visibilidade, dependeu, em grande medida dos desempenhos profissionais, a par com as interações mantidas com outros atores, de entre os quais se destacam os políticos.

O campo de atuação, inicialmente restrito às funções conexas com a habitação[78], no âmbito dos Serviços Municipais de Habitação, Gabinetes Técnicos Locais, e/ou respostas pontuais ligadas à ação social, foi-se gradualmente alargando a outras áreas. Marcando a passagem para o segundo espaço-tempo, a partir de meados da década de 90, o número de assistentes sociais a exercer funções nas autarquias foi aumentando. Evidenciando mutações nos olhares tanto por parte dos políticos, como dos públicos com que trabalhavam (ainda que em menor grau), o Serviço Social começou a ocupar um lugar cada vez mais importante nas estruturas municipais. Um papel fundamental e indispensável na conceção e implementação de políticas sociais promotoras da qualidade de vida, do bem-estar e da cidadania das populações.

Um terceiro momento, enquadra um período de crise em Portugal. Iniciando-se por volta de 2005, complexifica-se com a crise financeira mundial a partir de 2008 e percorre

[78] É de salientar o facto de a génese do Serviço Social autárquico se encontrar associada à "satisfação de uma necessidade elementar do ser humano, a necessidade, (e um direito social), de uma habitação condigna e adequada, que pela sua importância estrutural a par do emprego, do acesso à saúde ou à educação assume um peso determinante no bem–estar e na qualidade de vida das famílias e dos indivíduos, acabou certamente por contribuir para uma *dignificação da representação social da profissão de AS* por via desse seu papel nos municípios" (Bento, 2016, p. 243).

os anos em que o país, após assinar o Memorando de Entendimento com a Troika (maio de 2011), viveu sob o Programa de Assistência Económica e Financeira até junho de 2014. Socialmente, este momento pode, no mínimo, ser rotulado de catastrófico ou, de modo mais radical segundo as palavras do insuspeito *Alberto João Jardim*, de «genocídio social» (*apud* Silva, 2017)[79].

Ante este cenário, as autarquias e, por maioria de razão, os assistentes sociais que nelas desempenhavam funções, assumiram um papel de destaque no combate às situações de pobreza e/ou exclusão social. Face à crescente desresponsabilização do Estado, e ao se depararem com o aumento significativo de situações sociais graves nos seus territórios, as autarquias sentiram-se na obrigação de agir tendo em vista a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos seus munícipes. Em prol das populações respetivas, assumiram responsabilidades sociais que, *a priori*, ultrapassavam largamente as atribuições que lhes cabiam por lei (Menezes, 2019).

Um quarto espaço-tempo iniciou-se a partir de 2015 e ganhou força de 2020 em diante até ao presente. No decurso do mesmo assistiu-se, por um lado, a uma inflexão das políticas adotadas anteriormente, no sentido da restituição de direitos usurpados e a promoção do crescimento económico a par com a coesão social. Por outro lado, sendo marcado por um novo e forte impulso descentralizador, é um bom período para a profissão, visto ter contribuído para o alargamento das áreas de intervenção, o aumento da procura de assistentes sociais e, consequente, reforço da representatividade do Serviço Social autárquico nos diferentes territórios. Quer dizer, por via da contratualização ou da abertura de concursos para a integração nos quadros, muitos profissionais passaram a desempenhar funções e a deter novas responsabilidades no âmbito do poder local.

Resumindo, podemos então concluir que no decurso destes cinquenta anos, o Serviço Social ganhou o seu espaço nas autarquias, constituindo-se no presente como uma profissão incontornável e indispensável. Os conhecimentos teóricos, habilidades técnicas e/ou as competências de ação política detidas pelos assistentes sociais, transmutam-nos em atores privilegiados no processo de promoção de um modelo de desenvolvimento local/social verdadeiramente comprometido com uma cidadania real.

[79] Vide Jornal Expresso (11-04-2017), https://bit.ly/4hVg7KC.

Em suma, na atualidade o exercício profissional nas autarquias portuguesas pauta-se por um

> quadro de *elevada autonomia funcional e de prestígio institucional,* situações expressas, por exemplo, por via dos *cargos desempenhados* e que com frequência se situam nos patamares mais elevados das estruturas orgânicas de cada um dos municípios; na rede de contactos internos onde se evidencia uma *constante proximidade com os decisores políticos,* ou ainda na muito elevada confiança que esses mesmos decisores revelam quanto à capacidade dos AS para estabelecerem *pontes de diálogo e proximidade com as comunidades locais,* por via, por exemplo, de intervenção de nível meso, junto das organizações dos territórios (Bento, 2016, p.246).

3. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: APROXIMAÇÃO ENTRE O LEGAL E O LEGÍTIMO NA ESFERA SOCIAL

A análise das possibilidades legais de intervenção autárquica na esfera social, dá-nos informações, por um lado, sobre a margem de manobra, legalmente detida pelo poder local para responder às necessidades sociais experienciadas pelos cidadãos residentes na comunidade e, em consequência, melhorar as condições de vida e o bem-estar das crianças/jovens, adultos, famílias e idosos – em especial dos mais vulneráveis. E, por outro, sabendo da existência de uma correlação positiva entre as atribuições autárquicas ao nível social e a criação de serviços sociais, permite-nos apreender as possibilidades de expansão deste campo profissional.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, confirmou a autonomia do poder local, optando por um poder autárquico democraticamente legitimado. No seu art.º 235.º consignou como atribuição das autarquias a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas, dos interesses da vida comunitária, consagrando, desta forma, a intervenção em matéria de políticas sociais como atribuição municipal genérica.

A primeira década da democracia (1974-1983) revelou-se muito desafiante para o poder local. A par da institucionalização democrática, foi um período marcado por uma intervenção (i) material por via da construção de infraestruturas e equipamentos básicos, essenciais à vida quotidiana das populações, e (ii) uma política assistencial face

às necessidades. Um ano após as primeiras eleições autárquicas, assistiu-se à regularização do funcionamento dos municípios, a par com o início da descentralização administrativa e, consequente, aumento das atribuições das autarquias por via da Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 79/77, de 25 de outubro). Sendo estas, supletivas na esfera social, até a meados dos anos 80 continuou a prevalecer a tradição centralizadora, com o Estado a manter, formalmente, sob a sua alçada a intervenção no âmbito do social.

Foi necessário esperar dez anos para, já na segunda década do Portugal democrático (1984-1993), se verificar um reforço do quadro legal do regime de atribuições e competências das autarquias. Indiciando os primeiros resquícios da localização do social (Bento, 2016; Gonçalves, 2018), com o Decreto-Lei 100/84, de 29 de março, verificou-se a trasladação do Estado central para a Administração local, das responsabilidades nas áreas da saúde, educação e proteção à infância e à terceira idade (Lei n.º 25/85, de 12 de agosto).

Dos anos 90 em diante e até quase aos finais do primeiro decénio do presente século, na sendo dos avanços ocorridos, a partir de 1974, na efetivação de direitos, assistiu-se a um investimento significativo no sentido da qualificação do Estado de Bem-estar português. Os novos olhares do Estado e da Política sobre o mundo do bem-estar, vir-se-iam a repercutir positivamente nos contextos de intervenção dos assistentes sociais. Encontramo-nos face a um espaço-tempo mediado por um aumento da representatividade e reconhecimento da importância da profissão no âmbito das políticas sociais.

Plasmando um salto qualitativo no processo de descentralização administrativa, nos finais da terceira década (1994-2003), a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabeleceu, formalmente[80], "o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local" (art.º 1.º). Nos domínios sociais, foram reforçadas competências na esfera da educação e transferidas atribuições nos âmbitos da ação social e da habitação.

[80] Formalmente porque, no que à esfera social diz respeito, a Lei acabou por ficar praticamente sem concretização.

Em 2013 ocorreu uma nova reforma. A Lei de 1999 foi revogada, sendo aprovado outro pacote de transferências para as autarquias. Com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu-se o regime jurídico das autarquias locais, aprovou-se o estatuto das entidades intermunicipais, estabeleceu-se o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e foi aprovado o regime jurídico do associativismo autárquico. Inserindo-se na quarta década do poder local democrático (2004-2014), pese embora consubstanciar uma marca no processo de descentralização para as autarquias, ao nível social o diploma não introduziu alterações de monta.

Sendo essencial para o fortalecimento da democracia, promoção da coesão territorial, reforço da solidariedade inter-regional e melhoria da eficiência dos serviços públicos, o processo de descentralização de competências para as autarquias locais entrou, a partir de 2015, em velocidade de cruzeiro. Cobrindo a última década (2014-2024), os anos mais recentes foram marcados por um processo alargado de descentralização e, consequente, aproximar da decisão política aos cidadãos.

Em 2018, foi publicada a Lei-Quadro de transferência de competências para as autarquias locais e as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) que, no âmbito da esfera social, preconizava o reforço as áreas anteriormente descentralizadas e a atribuição de novas competências.

Seguindo esta linha, paulatinamente, foram publicados diplomas setoriais visando a concretização das transferências em diferentes áreas[81]. De entre os mesmos, gostaria de salientar o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto relativo à ação social. O diploma procedeu à transferência de competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios:

[81] O processo deveria ocorrer de forma progressiva até janeiro de 2021, mas foi ajustado devido a dificuldades operacionais e resistência de algumas autarquias.



Figura 1. Domínios da ação social transferidos

Fonte: Elaboração própria.

Duas observações finais. Em primeiro lugar, a transferência das competências nestes domínios pressupunha a transferência de recursos patrimoniais, financeiros e humanos avultados e em proporcionalidade com as responsabilidades assumidas. Leituras diferenciadas quanto a estas questões e a complexidade inerente ao processo contribuiu, certamente, para o ultrapassar do prazo inicialmente previsto para a sua conclusão (março de 2022) e o sucessivo protelar do mesmo. Este só viria a ficar concluído em finais de 2023. Em segundo lugar, sinalizar que o art.º 15.º atribuiu às autarquias locais a faculdade de, aquando da assunção das competências, poderem optar por diferentes modelos organizacionais de intervenção, i.e., tiveram a possibilidade de: (i) exercer diretamente as competências anteriormente objeto de acordo ou protocolo; (ii) manter os acordos e protocolos em vigor, através da cessão da posição contratual do ISS, I. P.; (iii) celebrar novos acordos ou protocolos.

NOTAS FINAIS

O percurso percorrido permitiu-nos refletir sobre a dimensão social do poder local nos cinquenta anos de abril. Um social cada vez mais próximo dos territórios e das pessoas que os habitam. Procurámos salientar as potencialidades dos territórios na perceção das idiossincrasias comunitárias e a capacidade por eles demonstrada na conceção e implementação de políticas territorializadas enquadradas por uma governança local

inovadora, comprometida com a comunidade e, com a ideia, de o exercício do poder dever ocorrer onde estão as pessoas.

Uma segunda dimensão abordou a génese e emergência do Serviço Social no poder local. As mediações presentes na sociedade portuguesa pós 25 de abril de 1974, exigiram e criaram as condições necessárias ao exercício profissional, dando azo ao surgimento de um novo campo de intervenção que, gradualmente, foi ganhando uma importância cada vez maior. Atualmente, a sua essencialidade não é discutida. Dada a posição privilegiada que ocupam, os assistentes sociais desempenham nas autarquias locais um papel fundamental e indispensável na concepção e implementação de políticas sociais promotoras da cidadania e da inclusão.

Por último, mas não menos importante, à análise do processo de descentralização, permitiu o retirar de algumas conclusões. De entre as mesmas e no que à esfera social diz respeito, podemos destacar a consagração das seguintes atribuições: assistência (1977), saúde e educação (1984), infância e proteção à terceira idade (1985), ação social e habitação (1999). Assim, até aos finais dos anos 90 do século passado, não obstante, formalmente se perspetivarem novas atribuições e responsabilidades para os municípios, na prática foi-se adiando a descentralização efetiva. Privilegiou-se, antes, uma estratégia informal e individualizada de negociação e colaboração entre as administrações central e local nesta matéria.

Com exceção da educação, às autarquias foi oferecido um papel suplementar na esfera social, não possuindo qualquer competência consagrada por lei. Daqui resultou, como é lógico, um hiato entre o legal e o legítimo, visto as populações respetivas solicitarem em crescendo a satisfação das suas necessidades, a prossecução dos seus interesses e, por maioria de razão, a melhoria do seu bem-estar e a efetivação dos seus direitos. Mas, no concreto, a maior ou menor intervenção das autarquias, encontrava-se diretamente relacionada com as políticas sociais definidas e as correspondentes prioridades, estabelecidas de acordo com um modelo de desenvolvimento preconizado pela esfera política da autarquia.

Foi preciso esperar mais de 40 anos para assistirmos a mudanças no processo. A partir de 2015 deu-se início a um processo alargado de descentralização. Patenteando um novo impulso, a descentralização e a subsidiariedade emergiram como a base da

reforma do Estado, no sentido do reforço da autonomia local. Na esfera social ocorreu uma verdadeira revolução propulsora da dimensão social do poder local.

REFERÊNCIAS

Alves, J. (2012). Sobre a territorialização das políticas sociais. O exemplo do programa rede social: entre a municipalização e a configuração de um modelo de governança de base local. http://hdl.handle.net/10400.26/2121

Amaral, F. (1996). *Curso de direito administrativo*. Vol. I. Almedina.

Amaro, R., Henriques, M & Vaz, M. (1992). *Iniciativas de desenvolvimento local: caracterização de alguns exemplos*. ISCTE/IEFP.

Amaro, R. (2009). Desenvolvimento Local. In P. Hespanha et al., *Dicionário Internacional da Outra Economia* (108-113). Almedina.

Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Jorge Zahar Editor.

Bento, M. (2016). *Serviço Social e Municípios: trajetórias e Desafios dos Assistentes Sociais Portugueses nos Territórios Municipais*. Tese de Doutoramento. ISCTE-IUL. https://bit.ly/3QC7ERv

Branco, F. (1992). *Municípios e políticas sociais em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade católica de São Paulo.

Caupers, J. (1994). *A administração periférica do Estado. Estudo de ciência da administração*. Editorial Notícias.

Gonçalves, H. (2018). *Reconfiguração do Serviço Social contemporâneo no quadro do pensamento neoliberal*. Tese de Doutoramento. ISCTE-IUL. https://bit.ly/4dAaGze

Hespanha, P. (2008). Políticas sociais: novas abordagens, novos Desafios. *Revista de Ciências Sociais*, *39*(1), 5-15.

Menezes, M. (2001a). *As práticas de cidadania no poder local comprometido com a comunidade*. Quarteto.

Menezes, M (2001b). A cidadania e o Serviço Social Autárquico da Região Centro. *Intervenção Social*, *23/24*, 109-135.

Menezes, M. (2002). *Serviço social autárquico e cidadania: a experiência da região centro*. Quarteto.

Menezes, M. (2019). *Proteção à criança em tempos de austeridade: a intervenção do Serviço Social nas CPCJ*. Edições Esgotadas.

Netto, P. (1994). Investigação e Serviço Social. In *Seminário, Serviço Social e sociedade: investigar o agir*. Policopiado.

Peruzzo, C. et al. (2009). Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. *Líbero*, *12*(24), 139-152.

Rodrigues, F. (2008). Novas políticas sociais novas: entre belas e senãos. *Locus Social*, *1*, 90-94.

Ruivo, F. (1991). Um Estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *30*, 189-200.

Veneza, A., Ruivo, F. (1988). Seis questões pelo poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *25/26*. CES, 7-20.

50 ANOS DO 25 DE ABRIL - *RESISTÊNCIA E LUTA POR JUSTIÇA ESPACIAL NO 2º TORRÃO*

Camila Costa Bruno

Doutoramento Estudos Urbanos – ISCTE-IUL em associação com NOVA FCSH, CICS-NOVA

RESUMO

O 25 de Abril de 1974 simbolizou um período de intensa renovação para Portugal. O país entrou em uma era de liberdade e igualdade, mas os efeitos da revolução não foram uniformemente distribuídos, particularmente no que diz respeito ao direito à habitação - um dos lemas mais defendidos durante os protestos pró-democracia. As comunidades periféricas, ainda enfrentam desigualdades, como o acesso à habitação digna. As moradias informais, como as do bairro do 2º Torrão, localizado na Freguesia da Trafaria, em Almada, refletem uma luta contínua pela justiça social e pelo direito à cidade. Trata-se de uma comunidade marcada pela exclusão social, pela precariedade, o racismo e a xenofobia. A investigação em curso, no âmbito do doutoramento em Estudos Urbanos (ISCTE-NOVA FCSH), irá adotar as metodologias da etnografia e da pesquisa-ação participativa, inspiradas nas ideias de Paulo Freire sobre educação emancipadora. Com o intuito de promover o empoderamento da comunidade, cocriando soluções que reforcem a identidade cultural e a luta por justiça social. Pretende-se explorar como os jovens do 2º Torrão resistem às ameaças de despejo e à marginalização através de práticas culturais, como música, dança e arte urbana. Visando compreender o papel da arte na construção da identidade dos jovens e como essa expressão se articula com sua luta contra o apagamento do território e a violação do direito à moradia. Além de documentar essas práticas, essa investigação envolve a cocriação de soluções com a comunidade, promovendo a inclusão social. Ao relacionar as promessas do 25 de Abril com as realidades contemporâneas dessas comunidades periféricas, busca-se revelar as transformações inacabadas no acesso à moradia e à justiça espacial, enfatizando a necessidade da promoção da ciência como uma ferramenta cidadã na resolução das problemáticas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Periferia; Moradia; Empoderamento; Comunidades Marginalizadas

INTRODUÇÃO

O 25 de Abril de 1974 simbolizou um marco fundamental na história de Portugal, encerrando quase meio século de ditadura e dando início a um período de transformação social, econômica e política (Rezola, 2019). A revolução trouxe consigo a promessa de liberdade e igualdade, mobilizando amplos setores da sociedade na reivindicação de direitos básicos, entre os quais se destacava o direito à habitação

digna (Fernandes, 2017). No entanto, as consequências da revolução não foram uniformemente distribuídas e, passadas cinco décadas, muitas comunidades periféricas continuam a enfrentar exclusão social e precariedade habitacional (Carmo & Ferreira, 2020). O bairro do 2.º Torrão, localizado na Freguesia da Trafaria, no concelho de Almada, é um exemplo emblemático dessa luta, refletindo os desafios ainda pendentes para a plena concretização dos ideais de abril.

O 25 DE ABRIL E A PROMESSA DE IGUALDADE

Em 28 de maio de 1926, um golpe militar pôs fim à Primeira República em Portugal, instaurando um regime autoritário liderado pelos militares. No entanto, a falta de consenso sobre o modelo político a seguir levou à consolidação de um novo sistema em 1933. Com a entrada em vigor da nova Constituição, aprovada em plebiscito nacional, formalizou-se o Estado Novo, substituindo a ditadura militar por uma "ditadura constitucionalizada" (Rosas, 2001).

As manifestações populares começaram a ganhar força durante o Estado Novo, o país enfrentava um conjunto de fatores estruturais que incluíam a repressão política, a censura, a guerra colonial e a estagnação econômica (Rosas, 2012) questões essas que motivaram as pessoas a ocuparem as ruas. Quando os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) depuseram o regime do Estado Novo, abriu-se caminho para um novo ciclo político, assente na participação popular e na conquista de direitos fundamentais. Um dos lemas mais defendidos nas mobilizações pró-democracia foi o direito à habitação digna, que se tornou uma das principais exigências do período revolucionário (Pereira, 2018). A Constituição de 1976 consolidou esse direito, estabelecendo que "todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar" (Artigo 65).

Porém, a implementação dessa promessa foi desigual, e as comunidades de baixa renda continuaram a enfrentar dificuldades no acesso a moradia adequada. Enquanto algumas políticas públicas impulsionaram programas de habitação social, muitas famílias foram empurradas para áreas periféricas, onde a ausência de infraestruturas e serviços essenciais resultou na perpetuação da exclusão social (Serra, 2021).

O 2.º TORRÃO E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE

O bairro do 2.º Torrão exemplifica as contradições entre as promessas do 25 de Abril e a O bairro do 2.º Torrão é um exemplo emblemático das desigualdades espaciais persistentes em Portugal. Localizado na Freguesia da Trafaria, no concelho de Almada, o bairro desenvolveu-se ao longo de décadas por meio de ocupações informais, acolhendo uma população diversa, composta por migrantes, descendentes de africanos e portugueses em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Carmo & Ferreira, 2020). No entanto, apesar de sua longa existência, o 2.º Torrão continua a ser alvo de processos de exclusão urbana, demonstrando a fragilidade do direito à cidade para comunidades marginalizadas.

A luta dos moradores do 2.º Torrão insere-se no contexto mais amplo da justiça espacial e do direito à cidade, conceitos desenvolvidos por Henri Lefebvre (2001) e aprofundados por David Harvey (2008). Esses conceitos defendem que todas as pessoas devem ter acesso equitativo aos recursos urbanos, infraestrutura adequada e participação na gestão da cidade. Contudo, a realidade do 2.º Torrão revela o oposto: a marginalização territorial, a ausência de serviços públicos essenciais e o constante risco de despejo denunciam uma lógica de exclusão que nega o direito à habitação e à permanência dos seus habitantes.

Historicamente, a urbanização periférica em Portugal tem sido marcada pela ausência de planejamento inclusivo, resultando em assentamentos irregulares e segregação socioespacial. No caso do 2.º Torrão, o bairro cresceu sem reconhecimento formal, o que resultou na precariedade das habitações e na falta de acesso regular a água, saneamento e eletricidade (Pereira, 2018). A falta de investimento público e a invisibilidade institucional impõem desafios diários aos moradores, enquanto políticas de requalificação urbana frequentemente ignoram as demandas da população local, privilegiando interesses econômicos e projetos de gentrificação (Serra, 2021).

Nos últimos anos, a ameaça de remoção forçada sem alternativas habitacionais viáveis tem intensificado a mobilização comunitária. Moradores e coletivos ativistas têm denunciado as condições precárias do bairro e reivindicado soluções estruturais que garantam a permanência digna da população. A organização comunitária, aliada ao apoio de associações e pesquisadores, tem sido fundamental para trazer visibilidade à luta do 2.º Torrão e pressionar as autoridades para políticas públicas mais justas.

Diante desse cenário, o 2.º Torrão torna-se um símbolo de resistência contra a exclusão urbana e a negação de direitos fundamentais. A luta dos seus moradores evidencia que o direito à cidade não pode ser um privilégio restrito a determinados grupos sociais, mas deve ser uma garantia universal, baseada na equidade, no reconhecimento da diversidade e na inclusão de todas as comunidades na construção do espaço urbano.

.



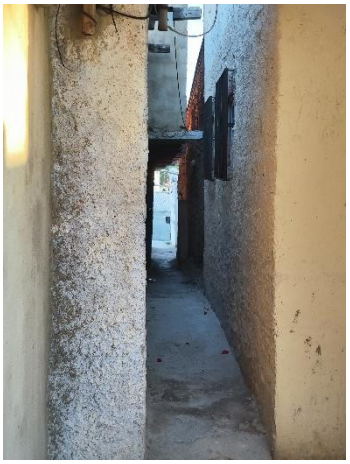


Figura 1. O encontro entre o bairro e o Tejo | Figura 2. Pelas ruas do bairro

Fonte: Elaboração própria.

A Pesquisa-Ação Participativa e o Empoderamento Comunitário

No âmbito do doutoramento em Estudos Urbanos (ISCTE-NOVA FCSH), uma investigação está em curso para analisar a realidade do 2.º Torrão, adotando as metodologias da etnografia e da pesquisa-ação participativa. Inspirada nos princípios da educação emancipadora (Freire, 1987), essa abordagem busca envolver a comunidade no processo de geração de conhecimento, promovendo o empoderamento dos moradores e a cocriação de soluções para os desafios locais.

Uma das principais ênfases da pesquisa está na forma como os jovens do bairro resistem à marginalização e às ameaças de despejo através de práticas culturais. A arte, a música, a dança e o *graffiti* surgem como formas de expressão que desafiam o apagamento territorial e reforçam a identidade coletiva da comunidade (Pennycook, 2007). Ao documentar essas práticas, a investigação também procura destacar o papel da cultura na resistência social e na construção de espaços de pertencimento (Zukin, 1995).

ARTE E CULTURA COMO FERRAMENTAS DE RESISTÊNCIA

As práticas culturais desempenham um papel crucial na luta pela justiça social. No 2.º Torrão, a arte urbana tem sido utilizada como um meio de contestar a marginalização e reivindicar o direito ao território (Silva, 2019). Grafites e murais expressam narrativas de resistência, enquanto eventos culturais promovem a conexão entre os moradores e fortalecem laços comunitários (Harvey, 2008).



Figura 3 e 4: Muros falam – 2º Torrão

Fonte: Elaboração própria.

A música também se destaca como um elemento central nessa luta. O hip-hop, em particular, tem servido como uma plataforma de expressão para os jovens do bairro, permitindo que denunciem injustiças sociais e afirmem sua identidade (Pennycook, 2007). A dança, como o breakdance, surge como uma linguagem corporal que traduz a força e a resistência dos jovens frente às dificuldades diárias (Zukin, 1995).

Ao transformar o espaço urbano em um palco de resistência, os moradores do 2.º Torrão desafiam as narrativas de exclusão e reivindicam o direito de permanecer em seu território. Essas práticas culturais não são apenas formas de entretenimento, mas também instrumentos de luta e reivindicação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre os 50 anos do 25 de Abril, é fundamental reconhecer que, apesar dos avanços democráticos, ainda existem transformações inacabadas no que diz respeito ao acesso à habitação e à justiça espacial (Serra, 2021). O caso do 2.º Torrão é um

testemunho vivo da luta por direitos fundamentais que ainda precisam ser plenamente alcançados.

A promoção da ciência como ferramenta cidadã é essencial para enfrentar essas problemáticas, oferecendo suporte às comunidades marginalizadas e impulsionando soluções baseadas na participação coletiva (Freire, 1987). Somente assim poderemos honrar verdadeiramente os ideais da Revolução dos Cravos e construir um futuro mais justo e inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carmo, R., & Ferreira, A. (2020). *Habitação e desigualdade social em Portugal*. Edições Sílabo.

Fernandes, R. (2017). *Direito à habitação e políticas públicas em Portugal*. Coimbra Editora.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Harvey, D. (2008). *The right to the city*. New Left Review.

Lefebvre, H. (2001). *The production of space*. Blackwell Publishing. Pennycook, A. (2007). *Global Englishes and transcultural flows*. Routledge.

Pereira, M. (2018). *Exclusão social e habitação em Lisboa: Uma perspetiva histórica*. ICS.

Rezola, M. (2019). *25 de Abril: Mitos e realidades*. Tinta-da-China.

Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. Análise Social, 35(157), 1031–1054.*

Rosas, F. (2012). *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Tinta-da-China.

Serra, N. (2021). *Desigualdade e território em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Silva, J. (2019). *Arte urbana e resistência social nas periferias*. Edições 70.

Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Blackwell Publishing.

IMIGRAÇÃO E HABITAÇÃO: O ACESSO DOS IMIGRANTES ÀS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NA CIDADE DE LISBOA – *UM RECORTE DOS ANOS PÓS 25 DE ABRIL DE 1974 ATÉ A ATUALIDADE*

Camila Costa Bruno[1], Marcelo Ricardo Roschel[2], Rosane Lopes de Araujo[3]

[1]Doutoramento Estudos Urbanos – ISCTE-IUL em associação com NOVA FCSH, CICS-NOVA [2]Doutoramento Estudos Urbanos – ISCTE-IUL em associação com NOVA FCSH, DINÂMIA'CET-ISCTE [3]Doutoramento Estudos Urbanos – ISCTE-IUL em associação com NOVA FCSH, DINÂMIA'CET-ISCTE

RESUMO

Em 2024, celebraram-se os 50 anos do 25 de Abril, um marco decisivo para a transição democrática em Portugal. A Revolução dos Cravos não apenas encerrou décadas de ditadura, mas também impulsionou mudanças profundas no tecido social e político, especialmente no que toca à habitação.

No período pós-revolucionário, a questão habitacional tornou-se central, com as cidades de Lisboa e Porto enfrentando um enorme déficit habitacional, agravado pelo retorno de portugueses das ex-colónias e pela chegada de imigrantes, particularmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Nesse contexto, surgiram iniciativas, como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), que pretendiam responder à crise habitacional, incentivando a participação da população nas decisões sobre a moradia. No entanto, apesar dos esforços, a questão do acesso à habitação permaneceu complexa, especialmente para os imigrantes, que enfrentavam condições de vulnerabilidade económica e discriminação. Com a falta de políticas habitacionais que atendessem de forma eficaz esses grupos, muitos imigrantes acabaram por recorrer ao mercado informal de habitação, vivendo em condições precárias.

A Constituição de 1976 garantiu o direito à habitação, mas as políticas subsequentes, como o Programa Especial de Realojamento (PER) nos anos 1990, embora tivessem um impacto significativo no realojamento de populações que viviam em bairros de barracas, não foram suficientes para resolver os problemas habitacionais dos imigrantes. Barreiras como o alto custo das rendas, o difícil acesso ao crédito e a precariedade no mercado de trabalho formal dificultaram a integração desses grupos no mercado habitacional formal.

Este artigo reflete sobre a evolução das políticas habitacionais após o 25 de Abril de 1974 e seus impactos na população imigrante, analisando os desafios persistentes e as possíveis soluções para garantir o direito à habitação para todos.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas de habitação; Acesso à habitação; Habitação social; Imigração

INTRODUÇÃO

O fenômeno imigratório em Portugal ganhou destaque após o 25 de Abril de 1974, impulsionado pela descolonização e o retorno de portugueses das ex-colónias. Essa mudança impactou a dinâmica demográfica e social do país.

Este artigo analisa a relação entre imigração e acesso à habitação em Portugal, com foco nas políticas habitacionais e seus impactos na inserção dos imigrantes. A metodologia baseia-se em levantamento bibliográfico de fontes diretas e indiretas.

Em Lisboa e sua área metropolitana, a demanda crescente por habitação e o rápido crescimento urbano agravam os desafios enfrentados pelos imigrantes. O contexto econômico e social influência diretamente suas condições de moradia.

As políticas habitacionais, pós 25 de Abril, refletem diferentes estratégias governamentais para lidar com as mudanças demográficas e os fluxos migratórios. Contudo, diversos fatores dificultam o acesso dos imigrantes à habitação, exigindo abordagens mais eficazes e inclusivas.

O artigo busca compreender a evolução dessas políticas, identificando desafios persistentes e possíveis soluções para garantir o direito à habitação a todos.

DEMOCRACIA, POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E IMIGRAÇÃO: DO 25 DE ABRIL À UNIÃO EUROPEIA (1974-1990)

Em um período de mudanças políticas, económicas e sociais, o 25 de Abril de 1974, a Revolução dos Cravos, marcou a transição de Portugal para um regime democrático. A habitação tornou-se uma das principais reivindicações da população, sobretudo no Porto e em Lisboa.

Com a instauração dos novos governos, "[...] a natureza heterogénea e até contraditória da classe política surgida no decurso da revolução de 1974 marcaria de modo substancial as políticas habitacionais [...]" (Serra, 2002, p. 213). A primeira política habitacional pós-revolução foi o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), criado para combater os bairros de habitações precárias com uma abordagem participativa. Contudo, sua atuação foi revogada em 1976, deixando algumas intervenções inacabadas.

A carência habitacional afetava especialmente os imigrantes, que, como os trabalhadores portugueses oriundos das zonas rurais, arrendavam quartos em bairros

históricos ou na periferia de Lisboa (Malheiros et al., 2011, p.135). Entre 1975 e 1977, a chegada de imigrantes africanos aumentou significativamente, impulsionada pela descolonização. Muitos não tinham condições de acessar o mercado formal de habitação e recorriam a soluções informais. Como observa Baptista (1999) "[…] a mais elementar das questões que se colocam, face ao número impressionante dos que chegam, é onde e como se instalam os que agora residem na cidade" (p. 204).

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa consagrou o direito à habitação. No entanto, a "função social" da habitação não era consensual, e as políticas de arrendamento foram alvo de disputas. O Decreto-Lei n.º 445/74 congelou as rendas, mas, devido à pressão dos proprietários, o Decreto-Lei n.º 387/79 reviu o regime jurídico do arrendamento a favor destes (Antunes, 2018, p.409).

No final da década de 1970, a crise financeira e a intervenção do FMI levaram à redução da promoção estatal de habitação, privilegiando-se mecanismos de crédito para a aquisição de casa própria.

Serra (2002) ressalta que houve uma transição progressiva do princípio de 'apoio à pedra' para o princípio de 'apoio à pessoa', ganhando representatividade os subsídios destinados ao acesso à propriedade, concedidos diretamente pelo Estado ou por bonificações de crédito (p. 112). Tal modelo reduziu a oferta de habitação para arrendamento, dificultando o acesso dos imigrantes à habitação (Malheiros et al., 2011, pp. 199-200).

Nos anos 1980, as principais alterações no setor do arrendamento vieram com o Decreto-Lei n.º 148/81, que permitiu a atualização das rendas e introduziu os regimes de renda livre e condicionada (Antunes, 2018, p. 409). Em 1981, Portugal tinha 108.526 estrangeiros, a maioria de Angola e Cabo Verde. Nesse mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 264-C estabeleceu regras para entrada e permanência de estrangeiros no território (Oliveira & Gomes, 2014, p. 41).

A falta de alternativas habitacionais levou à proliferação de habitações clandestinas nas periferias. Em 1983, a Portaria n.º 580 instituiu o conceito de habitação social, depois substituído por 'habitação a custos controlados' na Portaria n.º 828/88. O período também foi marcado pela extinção do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e a criação do Instituto Nacional de Habitação (INH) e do Instituto de Gestão e Alienação do

Patrimônio Habitacional do Estado (IGAPHE), responsável pela gestão e alienação do patrimônio público (Antunes, 2018, p. 382).

Com a adesão de Portugal à CEE, a segunda metade dos anos 1980 foi caracterizada pela modernização econômica, redução da inflação e acesso generalizado ao crédito à habitação, estimulando a aquisição da casa própria. O crescimento da imigração econômica, especialmente de brasileiros, chineses, indianos e paquistaneses, trouxe novos desafios habitacionais. Muitos imigrantes, excluídos do crédito imobiliário, acabavam no mercado informal de arrendamento, em condições precárias (Malheiros et al., 2011, p.118).

Em Lisboa, as más condições habitacionais eram evidentes nos bairros de barracas e em bairros municipais provisórios. Entre 1974 e 1985, foram construídos cerca de 10.000 fogos públicos para realojamento de populações vulneráveis. Em 1987, o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) foi lançado em cooperação com o INH e o IGAPHE, prevendo a construção de 9.698 fogos, dos quais 7.496 foram concluídos (CML, 2013, pp. 6-11).

Na década de 1990, a necessidade de uma política habitacional a nível local e metropolitano levou à criação do Programa Especial de Realojamento (PER) em 1993. Durante os anos 1980 e 1990, as políticas de habitação enfatizaram a aquisição de casa própria e a liberalização do arrendamento, enquanto a intervenção estatal focou-se em situações de maior carência habitacional (Serra, 2002, p. 232).

No que concerne ao crescimento da imigração em Portugal, o número de residentes estrangeiros passou de 29.428 em 1960 para 106.571 em 1991[1],

> apesar da crise que afetou Portugal na primeira metade dos anos 90 do século passado, o número de cidadãos estrangeiros aumentou, essencialmente devido a duas campanhas de regularização extraordinária, que trouxeram, à luz das estatísticas, imigrantes já presentes em Portugal, mas que se encontravam em situação irregular. (Malheiros et al., 2011, p.118)

[1] Fontes: INE, PORDATA.
https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+estrangeira+segundo+os+censos+total+e+por+paises+de+nacionalidade-3786

De acordo com levantamentos realizados pela Câmara Municipal de Lisboa, entre 1987 e 1997, foram identificados aproximadamente 200 bairros de habitações precárias, incluindo os bairros de barracas, bairros municipais desmontáveis e provisórios, alguns pátios e vilas operárias, além de bairros clandestinos. No total, "existiam cerca de 25 000 alojamentos precários a demolir, num universo de cerca de 80 000 indivíduos, que representavam aproximadamente 11,5% da população lisboeta" (Antunes, 2018, p. 425). Os baixos níveis de solvência e a instabilidade no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, dificultaram o acesso dos imigrantes à habitação, especialmente em um modelo baseado na aquisição da casa própria. Além disso, o elevado custo das rendas restringia ainda mais as possibilidades de arrendar uma habitação condigna. Como consequência, restavam poucas alternativas, levando parte dessa população a residir em bairros de habitações precárias ou a partilhar apartamentos e outros tipos de alojamento, frequentemente em condições de sobrelotação.

OS ANOS DE CRESCIMENTO: DO FINAL DO SÉCULO XX AO COMEÇO DO SÉCULO XXI (1991-2008)

Após a integração de Portugal à Comunidade Econômica Europeia (CEE), o país passou a receber elevados investimentos financeiros externos. Esses recursos foram aplicados em diversos setores, incluindo infraestruturas viárias e ferroviárias, edifícios públicos e recuperação urbana (Baganha, Góis & Marques, 2009). O crescimento acelerado da construção civil, tanto pública quanto privada, resultou em escassez de mão de obra local, levando ao aumento da imigração de trabalhadores não qualificados ou pouco qualificados, principalmente dos PALOP.

Com a consolidação das infraestruturas, uma nova onda migratória de trabalhadores altamente qualificados, oriundos da Europa Ocidental e do Brasil, encontrou oportunidades em setores como banca, marketing, tecnologias e terceiro setor. Apesar da abertura econômica, a imigração em Portugal manteve-se relativamente baixa até o início dos anos 2000. Em 1999, havia cerca de 190.896 estrangeiros com residência legal, menos de 2% da população total (Baganha, Góis & Marques, 2009). Segundo Baganha, Góis e Marques (2009):

> "Até 2000, a presença de imigrantes em Portugal era relativamente fraca e podia atribuir-se essencialmente a dois factores: ao nosso passado colonial e às nossas

relações históricas e culturais; e ao crescimento econômico do país promovido em grande parte pelo investimento público e pela captação de investimento estrangeiro."

No início do século XXI, a comunidade imigrante em Portugal dividia-se em dois grandes grupos: um formado por imigrantes dos PALOP, concentrados em Lisboa, e outro por brasileiros e europeus ocidentais, mais dispersos pelo país. As condições econômicas desses grupos eram distintas, com os PALOP em setores menos remunerados, enquanto os demais tinham melhores salários e maior mobilidade social. Paralelamente, surgiu um terceiro grupo, composto por imigrantes de países sem laços históricos ou econômicos com Portugal, como Paquistão e China.

Diante da crescente presença de mão de obra estrangeira, o governo português promulgou leis para regularização de imigrantes, incluindo o Decreto-Lei n.º 212/92 e a Lei n.º 17/96. A informalidade no setor da construção, impulsionada por grandes obras como a Ponte Vasco da Gama, o Metro do Porto e os estádios da Euro 2004, exigiu novas medidas regulatórias. Segundo relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: "As necessidades do mercado de trabalho, [….] iam-se satisfazendo, através do recurso à contratação de imigrantes em situação irregular " (IGT, ACIME & SEF, 2002)

Nesse período, houve também um fluxo inédito de imigrantes da Ucrânia, Romênia, Moldávia e Rússia, levando à promulgação do Decreto-Lei n.º 4/2001. Como resultado, o número de imigrantes legais saltou de 208.198 em 2000 para 350.503 em 2001, um crescimento de 68% (Baganha, Góis & Marques, 2009).

Nos anos seguintes, houve uma estagnação da economia portuguesa, o que manteve o número de imigrantes estável. No entanto, a população estrangeira contribuiu para o aumento da taxa de natalidade e do crescimento natural do país. Em 2003, os nascidos vivos de mães estrangeiras representavam 7% do total, subindo para mais de 10% em 2009 (Malheiros et al, 2011).

Tabela 1. Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do D.L. n.º 4/2001

Nacionalidade	2001		2002		2003	
	N	%	N	%	N	%
PALOP	15.624	12,3	6.874	14,4	1.925	21,2
Angola	4.997	3,9	2.681	5,6	855	9,4
Cabo Verde	5.488	4,3	2.452	5,1	618	6,8
Guiné Bissau	3.239	2,6	866	1,8	213	2,3
Moçambique	315	0,2	117	0,2	29	0,3
São Tomé e Príncipe	1.585	1,2	758	1,6	210	2,3
Brasil	23.713	18,7	11.559	24,3	2.648	29,1
Leste Europeu	70.430	55,5	26.475	55,6	4.057	44,6
Moldávia	8.984	7,1	3.066	6,4	582	6,4
Roménia	7.461	5,9	2.992	6,3	473	5,2
Rússia	5.022	4,0	1.807	3,8	218	2,4
Ucrânia	45.233	35,6	16.916	35,5	2.546	28,0
Outros	3.730	2,9	1.694	3,6	238	2,6
China	3.348	2,6	520	1,1	41	0,5
Paquistão	2.851	2,2	-29	-0,1	34	0,4
Índia	2.828	2,2	488	1,0	69	0,8
Outros	8.107	6,4	1.770	3,7	323	3,6
Total	**126.901**	**100,0**	**47.657**	**100,0**	**9.097**	**100,0**

Fonte: SEF, Estatísticas de Estrangeiros, 2001, 2002, 2003
(http://www.sef.pt/estatisticas.htm/)

Portugal experimentou três grandes ondas imigratórias – PALOP, Brasil, Europa Ocidental e, posteriormente, Leste Europeu. No entanto, a habitação para os recém-chegados permaneceu um desafio. O aumento da demanda por moradia não foi acompanhado por uma oferta suficiente de novos fogos ou políticas habitacionais eficazes. Historicamente, Portugal favoreceu o mercado de arrendamento em detrimento da moradia pública, com variações conforme o governo vigente. Em 1992, o Programa de Incentivo ao Arrendamento Jovem apoiou 431.000 jovens até 2007, mas não especificou se beneficiou

imigrantes. Paralelamente, apostou-se no fortalecimento das cooperativas habitacionais, herança dos "anos dourados" (1974-1984). Em 1991, havia cerca de 395 cooperativas, com 60.000 cooperadores (FENACHE, 1991, 1992). No entanto, o novo Estatuto Fiscal Cooperativo (1998) não impulsionou a construção como esperado, pois as cooperativas focaram em famílias de maior poder econômico, excluindo as de menor renda (Coelho, 2006). Dessa forma, as cooperativas não atenderam às necessidades habitacionais dos imigrantes.

Outro obstáculo foi a dificuldade de acesso ao crédito habitacional devido às elevadas "taxas de esforço", dificultando a aquisição de moradias, inclusive por portugueses (Paiva, 1995). Consequentemente, o acesso a residências por imigrantes tornou-se ainda mais complexo.

Em 1993, o Programa Especial de Realojamento (PER) foi lançado para erradicar bairros de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Ao longo de 15 anos, realojou a maioria da população que vivia nessas condições, beneficiando especialmente imigrantes dos PALOP. Entre 1994 e 2005, construiu cerca de 31.000 habitações, consolidando Portugal como um Estado ativo na habitação social. No entanto, o PER não atendeu plenamente a população vulnerável, incluindo jovens casais e idosos (Malheiros et al, 2011).

Muitos imigrantes optaram pelo arrendamento informal e pela sobrelotação devido à dificuldade de acesso ao mercado formal. Exigências como declaração de IRS, múltiplos depósitos e cauções, e um fiador português dificultavam a celebração de contratos. Em 2004, o PROHABITA substituiu o PER, visando financiar soluções para a carência habitacional, priorizando a reabilitação do patrimônio edificado. Em 2007, foi reformulado para incluir apoio à reabilitação de bairros sociais e construções sustentáveis.

Outro instrumento importante foi o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU, Lei n.º 6/2006), que estabeleceu prazos mínimos para contratos, proteção para inquilinos vulneráveis e regras mais claras para o aumento das rendas, modernizando a relação entre proprietários e inquilinos.

Em 2007, foi lançado o Porta 65-Jovem, sob gestão do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), concedendo apoio financeiro ao arrendamento jovem.

Entre 2007 e 2015, beneficiou 103.000 jovens e 20.000 dependentes (Habitat III - Relatório Nacional Portugal).

Ao cruzar dados migratórios com políticas habitacionais, observa-se que Portugal enfrenta históricos desafios de habitação, desde o êxodo rural até as ondas migratórias contemporâneas. A habitação pública é insuficiente para atender à demanda crescente. Apesar de iniciativas voltadas para jovens e erradicação de barracas, os investimentos e monitorização são limitados.

A falta de regulação do mercado imobiliário privado agravou o problema, favorecendo a especulação e beneficiando as camadas mais ricas. Assim, o Estado permitiu um modelo habitacional baseado no mercado privado, sem garantir acesso equitativo a moradias de qualidade.

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM TEMPOS DE CRISES (2008-2024)

Os ajustes fiscais impactaram profundamente a sociedade portuguesa. A austeridade reduziu os serviços públicos, afetando setores como saúde, educação e assistência social. A queda nos salários e nas pensões, aliada ao aumento do desemprego, agravou as dificuldades das famílias, ampliando as desigualdades e aprofundando a crise habitacional.

Mesmo antes da crise, muitos países europeus já enfrentavam desafios habitacionais, como preços elevados, escassez de moradias acessíveis e falhas nas políticas de habitação social. A crise de 2008 exacerbou esses problemas, reduzindo investimentos na construção civil e no desenvolvimento imobiliário. A contração econômica e a escassez de crédito diminuíram a atividade de construção, reduzindo a oferta de moradias e provocando quedas nos preços dos imóveis, inclusive em Portugal.

Para superar a crise, Portugal apostou no turismo, reabilitando áreas centrais de Lisboa e Porto e criando mecanismos atrativos para o mercado imobiliário, como os vistos Gold (Mendes, 2017). A reabilitação urbana não só melhorou a estética das cidades como também devolveu edifícios abandonados ao parque habitacional. Como uma das primeiras iniciativas para atrair turistas após a crise, o país aprovou o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU).

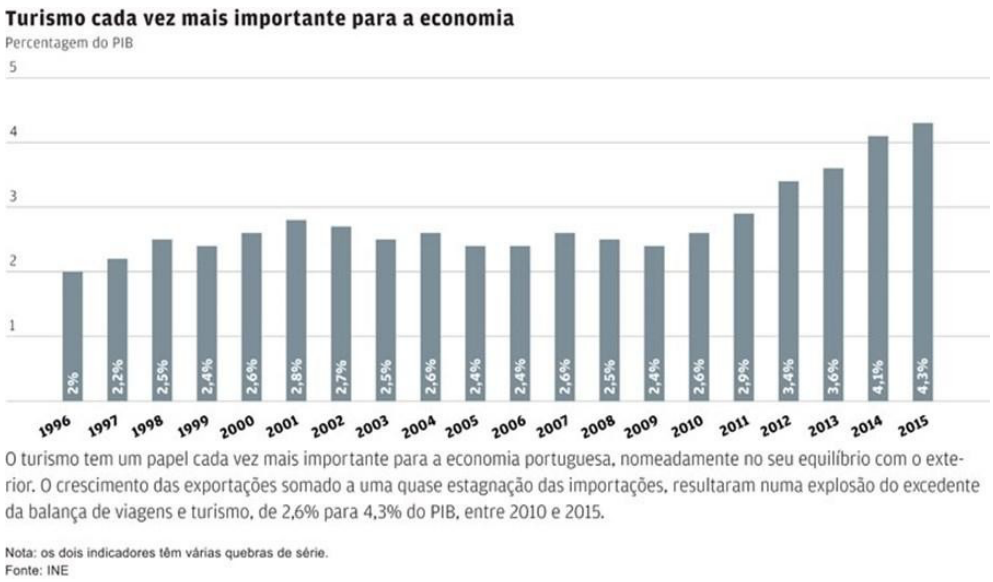


Figura 1: O crescimento do turismo no PIB do país entre 1996 e 2015
Fonte: Extraido de "Cinco Gráficos que mostram a Evolução do Turismo", Jornal de Negócios, 02 de março de 2016.

O aumento das receitas trazidas pelo turismo, foram uma importante fonte de recursos para a economia portuguesa em um momento de dificuldades económico financeiras em escala global, porém trariam novos problemas na oferta habitacional do país anos mais tarde, devido a retirada de imóveis do mercado de arrendamento de longa duração (ALD) para tornarem-se parte do mercado de arrendamentos de curta duração (ACD). Pavel e Romeiro (2022) destacam que as plataformas de locação de imóveis para “temporada” tornaram o mercado de ACD mais vantajoso para os proprietários do que o mercado de ALD, o que gerou uma progressiva retirada dos imóveis do mercado de ALD

Essa diminuição do número de fogos disponíveis para arrendamento, impactou no já diminuto mercado de arrendamento português ocasionando uma subida generalizada nas rendas que viria a se agravar devido as pressões inflacionárias acarretadas pelo período pandêmico e pela guerra entre Rússia e Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022. Antes disso, contudo, ainda em 2018, a primeira grande tentativa por parte do governo central de frear a subida dos preços dos imóveis – ou ao menos de mitigar os efeitos deste sobre a sua população, foi o anúncio da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH). O NGPH trazia medidas de apoio a renda, de proteção dos inquilinos - reforçando a estabilidade e segurança nos contratos de arrendamento - e direcionava esforços para a requalificação de áreas urbanas degradadas, buscando uma revitalização sustentável (dando seguimento ao RJRU).

A NGPH conjugava uma série de medidas já existes e outras que seriam criadas junto com ela que visavam atingir 4 objetivos, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2. Objetivos e programas da Nova Geração de Políticas de Habitação

Objetivos	**Programas**
OBJETIVO 1 – Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional	1 – Primeiro Direito; 2 – Porta de Entrada.
OBJETIVO 2 – Garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado	1 – Programa de Arrendamento Acessível; 2 – Porta 65 Jovem; 3 – Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado; 4 – Instrumentos de promoção da segurança e estabilidade no arrendamento; 5 – Instrumentos de captação de oferta e; 6 – Indicadores de preços e acessibilidade habitacional;
OBJETIVO 3 – Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano.	1 – Reabilitar para Arrendar; 2 – IFRRU 2020 – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas; 3 – Casa Eficiente 2020; 4 – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/ Planos de Ação Reabilitação Urbana; 5 – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas; 6 – Programa de Reabilitação Urbana de

	Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética; 7-Projeto Reabilitar como Regra e; 8 – Medidas de promoção da manutenção regular e da plena utilização do edificado.
OBJETIVO 4 – Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais	1 – Chave na Mão – Programa de mobilidade habitacional para a coesão territorial; 2 – Da Habitação ao Habitat - Programa de coesão e integração sócio territorial dos bairros de arrendamento público; 3 – Porta ao Lado – Programa de informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade para acesso à habitação e; 4 – Programa de mobilidade habitacional no parque de arrendamento público.

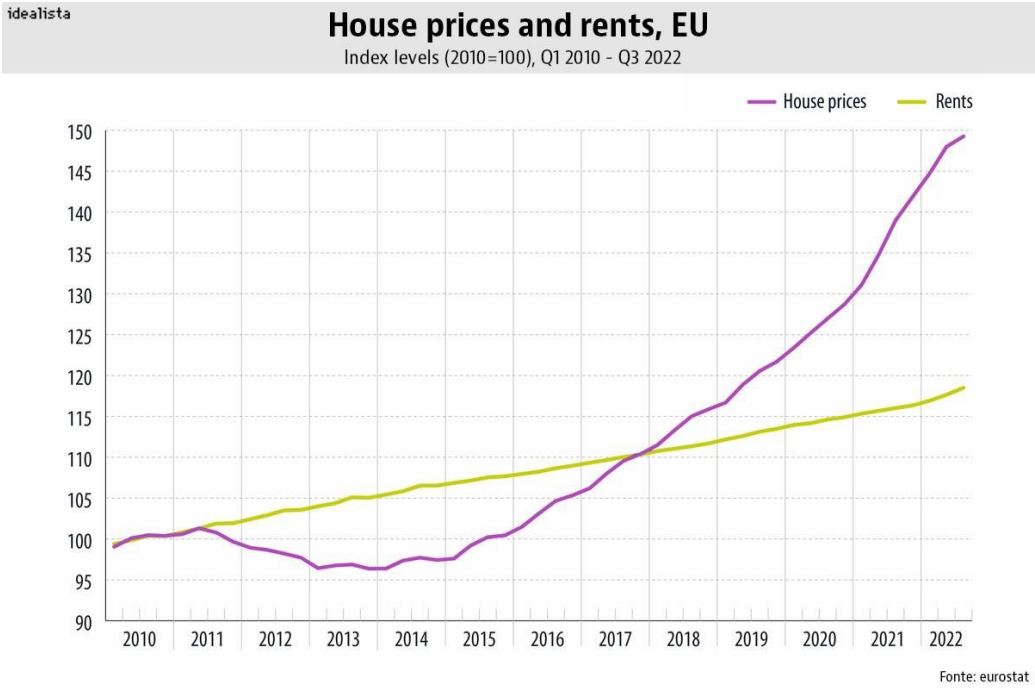
Fonte: Portal da Habitação - Nova Geração de Políticas de Habitação, consultado em janeiro de 2024

A Nova Geração de Política de Habitação não engrenou e uma das possíveis causas pode ter sido a pandemia de COVID-19 que acometeu o planeta com especial gravidade no período de 2020 a 2022 e impactou fortemente o mercado de habitação tornando algumas medidas da NGPH insuficientes – como por exemplo os programas de apoio a renda que possuíam limites de rendas que não acompanharam a acentuada subida nos preços que as rendas tiveram no período imediatamente após a pandemia.

Não foi apenas o mercado de rendas que foi afetado pela pandemia e pelo incremento no turismo em Portugal. Se em um primeiro momento, a crise de 2008, manteve os preços dos imóveis a níveis mais baixos, os anos seguintes mostraram uma inversão nessa

tendência em toda o espaço econômico comum europeu, conforme vemos no gráfico abaixo:

Figura 2: Preços das casas para compra e venda na União Europeia



Fonte: Extraído de "O Idealista", janeiro de 2023

Em Portugal essa tendência foi ainda mais acentuada, em especial na cidade de Lisboa. O gráfico abaixo (figura 3) apresenta o valor médio do metro quadrado em Portugal Continental, na AM do Porto e na AM de Lisboa no período de janeiro de 2011 a janeiro de 2021. Além do preço dos imóveis, o crédito habitação também tornar-se-ia mais caro quando, meses depois, inicia-se a guerra entre Rússia e Ucrânia que traz novamente para Portugal (e nesse caso também para toda União Europeia) a preocupação com as taxas de juros, de forma que as subidas na Euribor, impactaram diretamente no valor das prestações imobiliárias pagas famílias portuguesas.

A crise de 2008 não afetou apenas os países europeus, pelo contrário, em diversas partes do globo, crises econômicas resultantes da iniciada nos Estados Unidos geraram instabilidades políticas, revoluções, guerras civis – Como a chamada primavera Árabe e a Guerra Civil Síria – que por sua vez ocasionaram em uma crise humanitária onde centenas de milhares ou até milhões de pessoas deslocaram-se do Norte África e do Oriente Médio para os países europeus.

Além dos refugiados, empurrados para fora de seus países por questões graves de segurança, a piora da situação política e econômica nos países em desenvolvimento

também estimulou um aumento na imigração regular em toda a União Europeia (Luyten, 2019). No caso particular de Portugal, veremos no gráfico 4, o número de imigrantes a viver no país nunca foi tão alto e regista as maiores taxas de crescimento já vistas no país – o número de estrangeiros a viver no país dobrou entre 2017 e 2022.

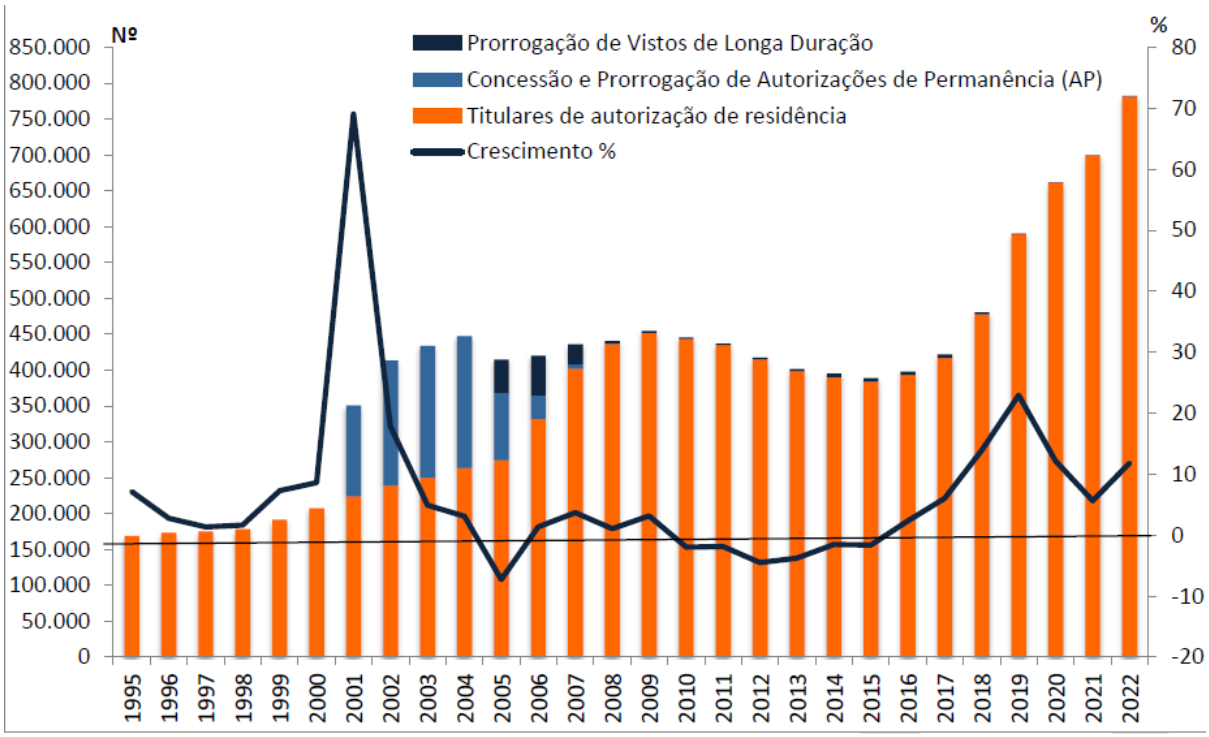


Figura 3: Total de população estrangeiro com títulos de residência entre 1995 e 2022

Fonte: Extraído de Oliveira (2023)

Para responder ao impacto do crescimento do turismo, do aumento da inflação e da taxa de juros no preço da habitação (seja arrendada ou financiada) em Portugal, o Governo lançou no início de 2023 um novo pacote de medidas habitacionais. O Mais Habitação busca responder ao impacto das crises descritas neste capítulo sobre o custo da habitação as famílias que vivem em Portugal, contendo medidas de restrição aos alojamentos locais, aumento nos apoios a renda existentes, criação de novos apoios para as famílias com taxas de esforço superiores a 35% (seja na prestação do crédito habitação seja no valor da renda), entre outras medidas.

Tão logo o pacote foi anunciado, esteve cercado de polêmicas, por um lado os movimentos habitacionais que explodiram no país nos últimos anos julgaram a iniciativa como ineficiente, por outro, os senhorios acusam o programa de radicalismo

(especialmente por prever a possibilidade de arrendamento compulsório de imóveis ociosos) e, os alojamentos locais, é claro, ficaram insatisfeitos com o aumento na regulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todos os programas habitacionais aqui citados não fazerem menção a nacionalidade do possível beneficiado – ou seja, sendo permitido o acesso do imigrante a todo esse conjunto de medidas – os imigrantes enfrentam uma série de dificuldades adicionais quando da sua entrada no mercado habitacional e também para beneficiarem dos programas públicos de apoio a habitação.

A primeira ordem de problemas é jurídica, por vezes derivada da falta total ou parcial de documentos (ou mesmo temporária, quando do imigrante recém-chegado, ainda que com autorização de residir).

> Acontece que, por exemplo, uma pessoa imigrante em situação irregular porque não conseguiu agendar a sua regularização no ainda SEF (atual AIMA) não consegue arrendar uma casa\apartamento e, nos casos em que consegue, este arrendamento é realizado com insegurança jurídica, sem contrato de arrendamento e, não raro, em condições degradantes e utilizando da condição de irregularidade como chantagem ou com mais exigências, como o número de caução\renda. (Costa, 2023)

A segunda ordem de problemas envolve estigmas, preconceitos e discriminações. Costa (2023) aponta que "[…] O inquérito realizado às pessoas imigrantes demonstra que a maioria já sofreu discriminação no acesso à habitação (90,4%)".

A situação habitacional em Portugal é delicada e afeta grande parte da população. No entanto, para os imigrantes, o cenário é ainda mais desafiador, pois, além das dificuldades burocráticas e financeiras, enfrentam barreiras jurídicas por vezes complexas, bem como preconceito e discriminação. Isso torna o acesso à habitação ainda mais difícil, frequentemente forçando-os a residir em alojamentos sobrelotados, como os que se observam em áreas próximas ao centro da cidade. O relatório de Costa (2023) aponta ainda que "[…] em 2021, o número de estrangeiros que viviam em habitações

sobrelotadas em Portugal foi 11,3 vezes maior que o número de portugueses que viviam nas mesmas condições […]".

Os dados apresentados nesta consideração final, extraídos do relatório de Costa (2023) do projeto #Migramyths desmistificando a Imigração (4ª edição) e intitulado "Imigração e a Discriminação na Habitação em Portugal", demonstram a importância e a urgência de que o desenho das políticas habitacionais levem em conta a especificidade do imigrante, buscando mecanismos que facilitem o seu acesso aos programas existentes e/ou pensando em programas específicos.

REFERÊNCIAS

Antunes, G. (2018). *Políticas de Habitação - 200 Anos*. Caleidoscópio.

Baganha, M., Góis, P., & Marques, J. C. (2006). Bibliografia sobre a Imigração em Portugal.https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&pag=7792&id_lingua=1

Baganha, M., Góis, P., & Marques, J. C. (2009). Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica. https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1979

Baptista, L. V. (1999). *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Ed. Celta.

Câmara Municipal de Lisboa (2013). *Relatório de Finalização dos Programas de Realojamento PIMP e PER*.

Coelho, A. B. (2006). 1984-2004. *20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*. Instituto Nacional da Habitação.

Costa, A. P. (2023). Imigração e a discriminação na habitação em Portugal. RELATÓRIO DO PROJETO #MigraMyths - Desmistificando a Imigração, 4ª Edição. Desenvolvido por Casa do Brasil de Lisboa. Financiado por Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) 2022. Revisão por Thaís Brito. Projeto Gráfico por Amanda Argollo.

Decreto-Lei n.º 445/74, de 12 de setembro. *Diário do Governo n.º 213/1974, Série I*. Ministério do Equipamento Social e do Ambiente - Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo.

Decreto-Lei n.º 387/79, de 19 de setembro. *Diário da República n.º 217/1979, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 148/81, de 4 de junho. *Diário da República n.º 128/1981, Série I.* Ministério da Habitação e Obras Públicas.

Decreto-Lei nº 264-C/81, de 3 de setembro. *Diário da República n.º 202/1981, 1º Suplemento, Série I*. Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de outubro. *Diário da República n.º 235/1992, Série I-A.* Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio. *Diário da República n.º 106/1993, Série I-A*. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro. *Diário da República n.º 8/2001, Série I-A*. Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de outubro. *Diário da República n.º 208/2006, Série I*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Habitat III - Relatório Nacional Portugal (2016). Recuperado de https://habitat3.org/wp-content/uploads/PT_UN-HabitatIII_NationalReport_2016_08_04_PT.pdf

IGT, ACIME, SEF (2002). Relatório sobre a evolução do fenômeno migratório, 1 de março de 2002. Lei n.º 17/96, de 24 de maio. *Diário da República n.º 121/1996, Série I-A*. Assembleia da República.

Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro. *Diário da República n.º 41/2006, Série I-A*. Assembleia da República.

Luyten, K., & González Díaz, S. (2019, March). Legal migration to the EU. Eulalia Claros (Graphics). Members' Research Service, European Parliament. EPRS | European Parliamentary Research Service. Brussels.

Malheiros, J. et al. (2011). Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal. Observatório da Imigração nº 48. Alto Comissariado para a Imigração (ACIDI, IP). https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo48_WEB.pdf/4afdd426-6b0f-449f-82d0-0e23b012448e

Mazzucchelli, F. (2008). A crise em perspectiva: 1929 e 2008. Dossiê Crise Econômica • Revista Novos Estudos CEBRAP (82), Nov. 2008. São Paulo. https://doi.org/10.1590/S0101- 33002008000300003

Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos da Metrópole*, 19(39), maio-agosto. https://www.scielo.br/j/cm/a/4NZnCmTtpWZ3cGVVy9nt8sQ/?lang=pt

Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2014). Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal: relatório estatístico decenal. Observatório das Migrações - Imigração em números. Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

Paiva, F. (1995). *O dilema das cooperativas de habitação: Observância dos princípios ou eficácia económica? O caso de Lisboa* [Dissertação de Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Atividade Económica, Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa].

Pavel, F., & Romeiro, P. (2022). Arrendamento de curta duração, políticas públicas e COVID-19 em Portugal: os casos de Lisboa e do Porto. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 45, 17-38.

Portaria n.º 580/83, de 17 de maio. *Diário da República n.º 113/1983, Série I.* Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transporte.

Portaria n.º 828/88, de 29 de dezembro. *Diário da República n.º 300/1988, Série I.* Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Serra, N. (2002). *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Coleção Labirintos nº 04, Quarteto Editora.

Parte VI

Sessão de Encerramento

Sessão de Encerramento

Ana Maria Vieira – *Presidente da Comissão Organizadora da Conferência*

É com grande satisfação que encerramos a 12ª Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, este ano com o tema 50 anos do 25 de Abril, sob o tema "Transições e Transformações. Durante estes dois dias, tivemos a oportunidade de recordar, discutir e refletir sobre a revolução de 25 de Abril em Portugal.

Esta conferência, organizada pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e pelo CICS.NOVA.IPLeiria, encerra o ciclo de conferências que nos propusemos fazer, ao longo deste ano, para comemorar os 50 anos do 25 de abril...

O 25 de Abril foi mais do que uma revolução política, foi uma transição histórica que transformou profundamente o nosso país. De um regime opressivo e isolado, passámos para uma sociedade plural, livre e aberta ao mundo. Nesse dia, vozes que antes estavam silenciadas encontraram espaço, e valores como a liberdade, a igualdade e a dignidade humana passaram a ser os pilares da nossa democracia. Sabemos que a transição não é um momento único, mas um processo contínuo. A democracia que celebramos hoje é fruto de muitas pequenas e grandes lutas ao longo de cinco décadas. E essa é talvez a maior lição de Abril: que as transições exigem coragem, e as transformações, perseverança. Também percebemos da imensa fragilidade dos regimes democráticos e da necessidade constante de cuidar, proteger e tratar as democracias.

Ao longo destas comemorações, abordámos as profundas mudanças que Portugal viveu nos últimos 50 anos, os avanços na educação, na saúde, nos direitos humanos e na igualdade de género. Mas também debatemos os desafios que ainda enfrentamos: a erradicação das desigualdades, a construção de uma sociedade mais justa, a sustentabilidade ambiental e a adaptação às rápidas transformações tecnológicas, a importância da reflexão crítica e do pensamento livre.

Olhamos para as conquistas com orgulho, mas também com a humildade de quem sabe que ainda há muito a fazer. Abril foi, e continuará a ser, um projeto inacabado que precisamos de renovar sempre e com cada geração. Esse é também o papel de uma escola que nasceu para a formação de professores e que é hoje de Educação e Ciências Sociais, a primeira do país a assumir esse caminho de cruzamento e interligação fundamental.

Nestes dois dias, tivemos cerca 100 participantes inscritos no evento; meia centena de comunicações livres com autores de dezenas de instituições diferentes: Centros de

Investigação, Institutos Politécnicos, Universidades, escolas dos mais diferentes níveis de ensino, associações, organizações governamentais, entre outras.

Quero agradecer a todos os autores envolvidos, por terem confiado em nós e terem escolhido esta conferência para partilhar os vossos trabalhos.

Claro que, tratando-se de um evento científico, vivemos também da robustez da sua Comissão Científica,constituída por 64 professores/investigadores, nacionais e internacionais que são o garante da qualidade científica do evento. Depois da publicação do livro de resumos, seguir-se-á a publicação do livro de atas do evento com os textos completos.

Uma palavra para todos/as colegas da comissão organizadora, que trabalharam para que a conferência fosse um sucesso e, também, para os muitos estudantes que participaram enquanto voluntários neste evento, desempenhando com rigor, eficiência ealegria, as diversas tarefas que assumiram.

Uma palavra de agradecimento as entidades parceiras do evento:

- a Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural;
- a Associação Nacional de Gerontologia Social;
- a Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- ao Departamento de Ciências Sociais da ESECS.

Um agradecimento para todos os colegas que participaram nas diferentes sessões plenárias.